

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE IMIGRANTES NO MERCADO  
DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO**

LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE Teses e DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

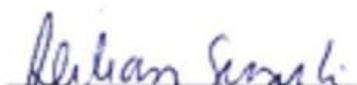
Nome completo do autor: Lillian Silva do Amaral Suzuki

Título do trabalho: Trajetórias ocupacionais de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data:   19   /   03   /   2018  

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI

**TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE IMIGRANTES NO MERCADO  
DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientador: Jordão Horta Nunes

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva do Amaral Suzuki, Lilian  
Trajetórias Ocupacionais de Imigrantes no Mercado de Trabalho Formal no Brasil [manuscrito] / Lilian Silva do Amaral Suzuki. - 2018. CCXXVII, 227 f.

Orientador: Prof. Dr. Jordão Horta Nunes.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. trajetórias ocupacionais. 2. trabalhadores. 3. imigrantes. 4. mercado de trabalho . I. Horta Nunes, Jordão , orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE

**LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI**

No dia primeiro do mês de fevereiro de 2018, às 10h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de Lilian Silva do Amaral Suzuki intitulado *TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Jordão Horta Nunes (presidente, UFG), Leonardo Cavalcanti (CEPPACI/UNB), Marta Rovey de Souza (IPTSP/UFG), Nagila Ibrahim El Kadi (PUC/GO) e Telma Ferreira do Nascimento Durães (UFG). A candidata apresentou o trabalho, os/as examinadores/as a arguíram e ela respondeu as arguições. Às 13:40 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à dotoranda os seguintes resultados:

**Aprovada**     Reprovada  
Prof. Dr. **Jordão Horta Nunes** Jordão Horta Nunes

**Aprovada**     Reprovada  
Prof. Dr. **Leonardo Cavalcanti** Leonardo Cavalcanti

**Aprovada**     Reprovada  
Prof. Dr. **Marta Rovey de Souza** Marta Rovey de Souza

**Aprovada**     Reprovada  
Prof. Dr. **Nagila Ibrahim El Kadi** Nagila Ibrahim El Kadi

**Aprovada**     Reprovada  
Prof. Dr. **Telma Ferreira do Nascimento Durães** Telma Ferreira do Nascimento Durães

Resultado Final aprovada

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Eliane Gonçalves, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Eliane Gonçalves Eliane Gonçalves

**Eliane Gonçalves**  
Coord. Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia - PPGS  
Faculdade de Ciências Sociais - FCS/UFG  
Siape - 1689958

*Para Caio*

## AGRADECIMENTOS

Chego ao fim da tese e a sensação nesse momento é que realmente tenho que agradecer muitas pessoas que foram essenciais nessa caminhada. Foram cinco anos dedicados a essa pesquisa, tempo o suficiente para vivenciar muitas coisas e muitos momentos, inclusive momentos difíceis, porém durante todo esse tempo sempre tive pessoas ao meu lado que me ajudaram, por isso tentarei nesse instante expressar a minha gratidão a essas pessoas que foram fundamentais durante o meu percurso até aqui.

Agradeço primeiramente a minha mãe, meu pai e meu irmão que sempre estiveram comigo em todos esses momentos, proporcionando tranquilidade nos períodos difíceis, contribuindo para a minha formação e sempre orgulhosos de mim e da minha caminhada. A vocês a minha eterna gratidão! Agradeço também ao Diego, por toda dedicação, e por ter estado ao meu lado durante essa jornada.

Como disse durante esse percurso muitas coisas aconteceram e a melhor e a mais difícil foi a chegada do meu filho, Caio, a quem eu dedico esse trabalho. A sua chegada transformou a minha vida em todos os sentidos, e deu um significado diferente a tudo, inclusive a essa pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu querido orientador Jordão Horta Nunes. A verdade é que me faltam palavras para expressar tamanha gratidão que tenho pelo senhor! Foi uma honra tê-lo como orientador durante todos esses anos. Muito obrigada por todo o conhecimento que compartilhou comigo, desde a graduação. Muito obrigada por ser extremamente generoso, e por ter me apoiado em todos os momentos, inclusive quando estive bastante ausente, devido aos imprevistos e compromissos que surgiram após a chegada do Caio. Saiba que sentirei muita falta dos momentos de orientação e conversas que mantivemos ao longo desse tempo.

Agradeço a Faculdade de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia por todo o suporte que tive. Agradeço também aos professores e professoras da FCS que contribuíram com a minha formação, muito obrigada! Agradeço ainda a todos os servidores e servidoras, de modo especial ao meu “padrinho” Domingos, por quem eu tenho um extrema gratidão. Estendo os meus agradecimentos a Universidade Federal de Goiás, instituição que faz parte da minha vida! Desde que era criança andava pelo Campus Samambaia, pois morava no setor Itatiaia, que fica ao lado Campus, e

sempre que minha avó, que era servidora aposentada do HC, ia até lá, fazia questão de levar eu e meu irmão e mostrar cada parte da Universidade, por isso desde cedo desenvolvi uma relação afetiva com esse lugar, portanto, é um orgulho desenvolver essa tese na instituição que sempre fez parte da minha história.

Sinto que devo um agradecimento especial aos entrevistados e entrevistadas e informantes que contribuíram para essa pesquisa! Sem vocês nada do que foi realizado seria possível, por isso, muito obrigada a todos e todas que tiraram um tempo para falar comigo, que foram solícitos, que atenderam ao pedido de uma pessoa desconhecida e responderam todas as questões que eu precisava fazer. Minha eterna gratidão! Agradeço imensamente também a Irmã Glória (Pastoral do Imigrante), Pastor Dorval e a Kátia que foram fundamentais para fazer a ponte entre essa pesquisadora e alguns/algumas informantes.

Agradeço a todas as minhas amigas que estiveram ao meu lado durante esse tempo. De modo especial a Gabriela e Heloiza, amigas de longa data que sempre estiveram comigo. Agradeço também a Tatiele, que acompanhou de perto essa reta final e todos os momentos bons e ruins que passei nesses últimos tempos, obrigada por me ouvir e por todos os conselhos!

Por fim, agradeço a todas as pessoas que em algum momento se dispuseram a “dar uma olhadinha” no Caio, enquanto eu precisava ir para a orientação, fazer alguma entrevista, estudar e escrever. Esses momentos, não foram poucos, e sem a ajuda dessas pessoas seria impossível concluir esse trabalho. Por isso, um agradecimento especial a Rose, Judite e Margarete, que sempre me ajudaram muito nesse sentido.

Muito obrigada!

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	18
<b>Abstract</b> .....	20
<b>Introdução</b> .....	22
<b>Considerações metodológicas</b> .....	30

### Capítulo I

1. Trajetórias ocupacionais e imigração: abordagens teóricas .....	35
1.1 Teoria do mercado dual ou do mercado de trabalho segmentado .....	35
1.2 Teoria do capital humano: a evidência no papel do imigrante como agente promotor de seu próprio potencial produtivo .....	39
1.3 Teoria do capital social e o uso das redes sociais .....	44
1.4 Teoria das minorias intermediárias .....	47
1.5 Teoria da economia étnica ou do enclave étnico .....	50
1.6 Hipótese da discriminação ou teoria da desvantagem .....	53

### Capítulo II

2. A dinâmica entre mercado de trabalho e imigração: trabalhadores imigrantes no Brasil .....	56
2.1 A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil .....	56
2.2 Imigração e trabalho no Brasil entre 1930-1970 .....	64
2.3 Mercado de trabalho e as migrações internacionais no Brasil a partir de 1980 .....	70
2.4 Padrões e configurações/reconfigurações dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos no Brasil .....	74

### **Capítulo III**

3. O perfil e as características dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro .....	89
3.1 Total de trabalhadores imigrantes e principais nacionalidades .....	89
3.2 Ocupação .....	96
3.3 Remuneração .....	102
3.4 Escolaridade .....	105
3.5 Sexo .....	107
3.6 Raça/Cor .....	116
3.7 Faixa Etária .....	117
3.8 Distribuição por UF .....	119
3.9 Características das Principais Nacionalidades .....	123

### **Capítulo IV**

4. A integração de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro .....	136
4.1 O mercado de trabalho brasileiro e a seletividade de mão de obra estrangeira .....	136
4.2 O Brasil contemporâneo como destino de trabalhadores imigrantes .....	143
4.3 Barreiras para a integração de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro .....	147
4.4 Redes sociais como veículo de integração do trabalhador imigrante .....	153

### **Capítulo V**

5. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil .....	158
5.1 Trajetórias ocupacionais: dimensões conceituais .....	158
5.2 Trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta virtuosa da produção .....	162

5.3 Trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta precária da produção .....	173
5.4 A influência dos recursos, origem étnica, formação educacional, estrutura do mercado de trabalho e decisões individuais nas trajetórias ocupacionais .....	179
5.5 Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro e teorias migratórias: apontamentos possíveis .....	185
<b>Considerações finais</b> .....	189
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	194
<b>Anexo 1:</b> Roteiro de Entrevistas .....	213
<b>Anexo 2:</b> Questionário Online .....	215
<b>Anexo 3:</b> Publicação no Diário Oficial da União de autorização de trabalho para trabalhador estrangeiro .....	218
<b>Anexo 4:</b> O perfil do(a)s informantes dos questionários .....	219
<b>Anexo 5:</b> O perfil do(a)s entrevistado(a)s .....	222

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Padrão em forma de U de mobilidade ocupacional de imigrantes .....	42
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, por região de origem, Brasil, 2008-2016 .....	94
Gráfico 2. Remuneração média salarial de trabalhadores imigrantes, por salários mínimos, Brasil, 2008-2012 .....	103
Gráfico 3. Remuneração média salarial de trabalhadores imigrantes, por salários mínimos, Brasil, 2013-2016 .....	104
Gráfico 4. Remuneração média salarial, por sexo, Brasil, 2008 .....	113
Gráfico 5. Remuneração média salarial, por sexo, Brasil, 2016 .....	114
Gráfico 6. Percepção dos trabalhadores imigrantes sobre a importância de contatos para conseguir trabalho no Brasil .....	156
Gráfico 7. Relação entre a formação educacional do(a)s trabalhadore(a)s e a área de formação educacional .....	166
Gráfico 8. Comparação entre os salários recebidos no Brasil e no país em que trabalhavam anteriormente .....	169
Gráfico 09. Relação entre o valor dos salários recebidos pelos trabalhadores e a qualidade de vida no Brasil .....	170
Gráfico 10. Trabalhadore(a)s que enviam remessas de dinheiro para os países de origem .....	170

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. As trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta virtuosa da produção ..... 164

Quadro 2. O perfil do(a)s informantes dos questionários .....

Quadro 3. O perfil do(a)s informantes das entrevistas .....

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantidade de estrangeiros, segundo classificação, de acordo com o ano de registro, 2007-2016 .....	74
Tabela 2. Quantidade de estrangeiros registrados como permanentes, segundo principais países de origem, por ano de registro, 2007-2016 .....	77
Tabela 3. Total de trabalhadores imigrantes de acordo com as principais nacionalidades, Brasil, 2008-2016 .....	90
Tabela 4. Trabalhadores imigrantes, segundo nacionalidades, Brasil, 2011-2016 .....	91
Tabela 5. Taxa de crescimento de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, Brasil, 2008-2016 .....	95
Tabela 6. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por grupos ocupacionais, Brasil, 2008-2012 .....	98
Tabela 7. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por grupos ocupacionais, Brasil, 2013-2016 .....	99
Tabela 8. Trabalhadores imigrantes, segundo principais ocupações, Brasil, 2008-2012 .....	99
Tabela 9. Trabalhadores imigrantes, segundo principais ocupações, Brasil, 2013 – 2016 .....	101
Tabela 10. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por nível escolar, Brasil, 2008-2016 .....	106

Tabela 11. Principais ocupações de imigrantes com vínculo formal de trabalho, segundo nível escolar (Ensino Superior Completo), Brasil, 2008 e 2016 .....	107
Tabela 12. Imigrantes com vínculo formal de trabalho, por sexo, Brasil, 2008-2016 .....	108
Tabela 13. Porcentagem dos principais setores de ocupação de imigrantes, por sexo, Brasil, 2008-2016 .....	110
Tabela 14. Principais ocupações de imigrantes, por sexo, Brasil, 2008-2012 e 2014-2016 .....	111
Tabela 15. Porcentagem de trabalhadores e trabalhadores imigrantes, por nível escolar, Brasil, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 .....	115
Tabela 16. Quantidade de trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho, por raça/cor, Brasil, 2008-2016 .....	117
Tabela 17. Porcentagem da faixa etária de trabalhadores imigrantes, Brasil, 2008-2016 .....	118
Tabela 18. Trabalhadores imigrantes por UF, Brasil, 2008-2016 .....	121
Tabela 19. Variação percentual de Unidades da Federação com maior quantidade de trabalhadores imigrantes, Brasil, 2008 e 2016 .....	122
Tabela 20. Principais ocupações de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016 .....	124
Tabela 21. Nível escolar de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016 .....	124
Tabela 22. Remuneração salarial média de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016 .....	125
Tabela 23. Faixa Etária de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016 .....	125

Tabela 24. Principais ocupações de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016 .....	126
Tabela 25. Nível escolar de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016 .....	126
Tabela 26. Remuneração salarial média de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016 .....	127
Tabela 27. Faixa etária de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016 .....	128
Tabela 28. Principais ocupações de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016 .....	128
Tabela 29. Nível escolar de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016 .....	129
Tabela 30. Remuneração salarial média de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016 .....	130
Tabela 31. Faixa etária de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016 .....	130
Tabela 32. Principais ocupações de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016 .....	131
Tabela 33. Nível escolar de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016 .....	131
Tabela 34. Remuneração salarial média de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016 .....	132
Tabela 35. Faixa etária de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016 .....	132
Tabela 36. Principais ocupações de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016 .....	133
Tabela 37. Nível escolar de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016 .....	134

Tabela 38. Remuneração salarial média de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016  
..... 134

Tabela 39. Faixa etária de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016 ..... 135

## **SIGLAS**

ACNUR: Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CGIg: Coordenação Geral da Imigração

CNIg: Conselho Nacional de Imigração

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CONARE: Comitê Nacional para Refugiados

DPF: Departamento da Polícia Federal

FMI: Fundo Monetário Internacional

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilidade do Haiti

MRE: Ministério das Relações Exteriores

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIM: Organização Internacional para as Migrações

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

SINCRE: Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar sociologicamente a integração e as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes presentes no mercado de trabalho formal brasileiro. Compreende-se que um estudo sobre trajetória ocupacional deve observar a história profissional e de emprego, o que pode incluir uma análise ao longo do tempo numa mesma profissão ou em períodos de mobilidade profissional. Portanto, ao analisar as trajetórias ocupacionais de imigrantes presentes no Brasil, buscou-se observar a conexão existente entre esses indivíduos e o contexto histórico em que suas vidas se perpassam, desde o país de origem até o momento presente. Para isso, primeiramente buscou-se apoio em diversas teorias formuladas sobre o fenômeno migratório internacional e a sua dinâmica com o trabalho. Buscou-se também compreender de que maneira o Brasil se insere no contexto das migrações internacionais contemporâneas e a dinâmica existente entre os fluxos migratórios atuais e o mercado de trabalho brasileiro. Para a compreensão das trajetórias ocupacionais e aspectos que as envolvem, a pesquisa recorreu a uma triangulação de dados apoiando-se em dados que foram coletados através da realização de entrevistas semiestruturadas; a aplicação de questionários e dados quantitativos coletados numa base de dados governamental. Mediante a análise dos dados quantitativos foi possível perceber que durante o período observado, entre 2008 e 2016, houve um aumento significativo na quantidade de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil, e que as o perfil e as características dos trabalhadores alterou-se bastante durante esse período, devido principalmente a entrada de “novos imigrantes” no Brasil, oriundos especialmente do Sul Global. A análise das entrevistas e dos questionários permitiu constatar uma forte polarização entre os trabalhadores imigrantes presentes no Brasil, nesse sentido, enquanto uma parte se insere em ocupações localizadas no topo da cadeia produtiva, outra parte encontra-se atuando na base da hierarquia produtiva. Foi possível perceber que uma série de fatores podem influenciar nas trajetórias desiguais que esses trabalhadores acabam tendo no Brasil, como por exemplo, a origem étnica, a formação educacional, a própria estrutura do mercado de trabalho brasileiro, assim como as decisões individuais dos imigrantes. Assim, verificou-se que algumas nacionalidades

acabam por acumular um nível mais elevado de desvantagens do que outras; que a formação educacional, incluindo a formação educacional que os mesmos conseguem adquirir após a chegada no Brasil emerge como algo essencial para a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro e maiores possibilidades de uma mobilidade ocupacional ascendente; que a estrutura do mercado de trabalho no Brasil acaba propiciando melhores oportunidades para determinados imigrantes e por fim, que as decisões individuais dos trabalhadores imigrantes ao longo do processo migratório no Brasil são imprescindíveis para o êxito do projeto de migração dos mesmos.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze sociologically the integration and occupational trajectories of immigrant workers present in the formal Brazilian labor market. It is understood that a study about occupational trajectory should observe the professional and employment history, which may include an analysis over time in the same profession or in periods of professional mobility. Therefore, to analyse the occupational trajectories of immigrants presents in Brazil, it was observed the connection existing between these individuals and the historical context in which their lives passes, from the country of origin to the present moment. Firstly, it was used a several theories formulated about the international migratory phenomenon and the dynamics with work and how Brazil is inserted in the context of contemporary international migrations and the dynamics existing between current migratory flows and the Brazilian labor market. For the understanding of the occupational trajectories and aspects that involve them, the research used a triangulation of data based on data that it were collected through semi-structured interviews; the application of questionnaires and quantitative data collected in a government database. Through the analysis of the quantitative data, it was possible to notice that during the observed period, between 2008 and 2016, there was a significant increase in the number of immigrant workers inserted in the formal labor market in Brazil and that the profile and characteristics of the workers changed, during this period, mainly due to the influx of "new immigrants" in Brazil, especially from the Global South. The analysis of interviews and questionnaires showed a strong polarization among the immigrant workers presents in Brazil. In this sense, while one part occupies occupations located at the top of the productive chain, another part is acting at the base of the productive hierarchy. It was possible to see that a series of factors may influence the unequal trajectories that these workers end up having in Brazil, such as ethnic origin, education, the structure of the Brazilian labor market, as well as the individual decisions of immigrants. It has thus been found that some nationalities end up with a higher level of disadvantages than others; that educational training, including the educational training that they can acquire upon arrival in Brazil, emerges as essential for the insertion of these workers into the Brazilian labor market and greater possibilities for upward occupational mobility; that

the stability of the labor market in Brazil ends up providing better opportunities for certain immigrants and, finally, that the individual decisions of the immigrant workers throughout the migratory process in Brazil are essential for the success of the migration project of the same.

## **Introdução**

As migrações internacionais constituem um fenômeno social e histórico fundamental da experiência humana desde o passado mais remoto, passando pelo presente e atravessando até o futuro. Massey et al. (1998) dividem a história moderna das migrações internacionais em quatro grandes períodos: o período mercantil entre 1500 e 1800; o período industrial entre aproximadamente 1800 e 1925; o período de imigração européia em grande escala, entre os anos de 1925 a 1960; e o período pós-industrial que teve seu início à partir da década de 1960.

Na contemporaneidade, as migrações internacionais apresentam-se enquanto fenômeno global. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2015, o número de migrantes internacionais em todo o mundo – pessoas que residem em um país diferente do país de nascimento – foi o mais alto já registrado, tendo atingido 244 milhões. Os migrantes internacionais compõem 3% da população mundial total, essa quantidade segundo a OIM (2015) manteve-se constante nas últimas décadas.

Outro dado importante é que os fluxos migratórios Sul-Sul (entre países em desenvolvimento) cresceram significativamente em comparação com os movimentos Sul-Norte (de países em desenvolvimento para países desenvolvidos), assim ao final de 2015, um total de 90,2 milhões de migrantes internacionais nascidos em países em desenvolvimento residiam em outros países do Sul Global, enquanto 85,3 milhões de pessoas nascidas no Sul residiam em países do Norte Global.

Dados do Alto Comissariado da ONU para refugiados (ACNUR) mostram que em 2016, a quantidade de refugiados e pessoas deslocadas devido a conflitos, guerra e/ou fome, atingiu o número de 65,6 milhões de pessoas, sendo este o maior índice já registrado desde a Segunda Guerra Mundial. O maior fluxo de refugiados no mundo atualmente são de pessoas provenientes da Síria, devido à guerra que começou no país em 2011. Após 6 anos desde o início da guerra mais de 5,5 milhões de sírios já deixaram o país em busca de um local mais seguro.

Diante desses números expressivos e em razão das múltiplas relações de interdependência que o tema abrange, os movimentos migratórios têm despertado de modo geral grande interesse, e no campo acadêmico e científico isso não é diferente.

“Uma quantidade interminável de investigações lança uma luz constantemente renovada sobre as múltiplas facetas do fenômeno<sup>1</sup>.” (ARANGO, 2003, p. 1, tradução própria).

Para Massey et. al. (1998) esse protagonismo das migrações internacionais surge a partir da década de 1970, influenciado principalmente pela economia pós-industrial e todas as importantes mudanças geopolíticas ocorridas no Ocidente no século XX, quando o mundo ocidental vivenciou uma drástica reformulação de diversas ordens e esferas da vida social, e é nesse momento que as ideias e noções existentes sobre as migrações se modificaram também radicalmente.

Dentro da sociologia é possível localizar o fenômeno migratório presente desde autores clássicos como Karl Marx<sup>2</sup>, Max Weber<sup>3</sup> e Georg Simmel<sup>4</sup>. Ainda que de modo geral entre os autores clássicos da sociologia, a migração não apareça enquanto elemento central, é possível identificar já nesse momento inicial de reflexão sociológica questões fundamentais para se pensar sobre o tema das migrações, como por exemplo, a tentativa de reflexão acerca da inserção social do migrante, devido à percepção de que tal elemento encontra-se diretamente entrelaçado a uma série de relações sociais importantes.

Nesse sentido, ao longo do tempo diversas teorias foram produzidas em diferentes campos do saber buscando discutir e compreender o fenômeno migratório. Se

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: “Una pletera interminable de investigaciones arroja una luz constantemente renovada sobre múltiples facetas del fenómeno”. (ARANGO, 2003, p. 1)

<sup>2</sup> Em “*O capital*” Karl Marx (1988) faz algumas reflexões sobre o tema das migrações, por compreender que os deslocamentos populacionais daquela época estariam diretamente relacionados ao processo de acumulação capitalista. Sendo assim, tais deslocamentos seriam uma consequência da repulsão de trabalhadores provenientes de zonas rurais rumo às cidades para constituírem força de trabalho nas indústrias que emergiam nos grandes centros urbanos.

<sup>3</sup> Segundo Oliveira (2014) Max Weber aborda a questão migratória em dois momentos distintos dentro de suas obras. Sendo assim, em “*O Estado Nacional e a Política Econômica*” Weber buscou discutir questões relacionadas ao deslocamento de trabalhadores alemães e sua substituição por trabalhadores poloneses e eslavos. Já em “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*” Weber explicitou de que maneira os estudos religiosos e as relações sociais nos Estados Unidos teriam sido amplamente influenciadas por imigrantes protestantes de origem germânica, assim, nesse estudo o autor demonstra a importância da população europeia na formação do protestantismo e sua estreita relação com a economia capitalista.

<sup>4</sup> Conforme Vandenberghe (2005) Simmel desenvolve em seu ensaio clássico sobre o estrangeiro uma análise referente ao espaço e as ordens espaciais da sociedade. Para Simmel (2005) há um jogo dialético e paradoxal inerente à figura do estrangeiro, pois “a distância nas relações significa que o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante” (SIMMEL, 2005, p. 265). Portanto, para Simmel (2005) o estrangeiro é alguém que adentra determinado meio social, mas a sua posição é determinada pelo fato de que ele não pertence a esse meio desde o início, e isso faz com que o estrangeiro acabe trazendo qualidades que não são habituais daquele lugar.

no início as poucas teorias e estudos formulados caracterizavam-se por sua rigidez e pela falta de conexão entre si, os estudos migratórios mais recentes cada vez mais levam em consideração a complexidade do tema e percebem as migrações como um fenômeno diversificado e multifacetado e portanto, com múltiplas causas e efeitos.

Castles (2007) compreende que até recentemente, a maioria dos fluxos migratórios mantinha um padrão, pois ocorriam de um Estado-Nação para outro, e geralmente havia a tendência de ocorrer a fixação do migrante de modo permanente no local de destino ou o retorno do mesmo para o seu local de origem.

Porém, atualmente, devido à globalização os padrões migratórios modificaram-se expressivamente. Castells (1999) afirma que a globalização pode ser compreendida como um fenômeno de aceleração e que tal aceleração pode ser observada através de diversas alterações que aconteceram nas sociedades à partir do século XX, como as mudanças tecnológicas, a integração da economia global e maciças mudanças nos sistemas de produção e nos mercados de trabalho ao redor do mundo. Portanto, a globalização coloca uma ênfase especial nas fronteiras entre os países, especificamente em sua abertura.

A globalização econômica encoraja acordos de livre comércio entre os países, o surgimento de corporações multinacionais e um fluxo livre de mercadorias em todo o mundo, e todos esses aumentos rápidos no fluxo transnacional de capital, comércio e tecnologia impactou também as migrações internacionais, pois a reestruturação econômica global levou à ruptura de economias menos desenvolvidas ou em desenvolvimento, e ao mesmo tempo abalou as economias de mercados dominantes causando aumento nas taxas de desemprego, declínio salarial e insegurança com relação aos empregos existentes nessas sociedades.

Castles, Haas e Miller (2003) compreendem que a globalização propiciou a exarcebação das desigualdades entre as nações, e isso refletiu diretamente nos movimentos migratórios internacionais, pois, enquanto os movimentos de pessoas através das fronteiras moldaram “estados e sociedades desde os tempos imemoriais, o que é característico dos últimos anos é o alcance global das migrações, sua centralidade

para a política interna e internacional e suas enormes consequências econômicas e sociais"<sup>5</sup> (CASTLES, HASS e MILLER, p. 03, 2003, tradução própria).

Sassen (1988) evidencia que as novas tecnologias, políticas econômicas estatais e estratégias de investimento contribuíram para a formação a partir da década de 1960 de um “novo espaço transnacional para a circulação de capital<sup>6</sup>” (SASSEN, p. 01, 1998, tradução própria). Assim, a expansão desse espaço transnacional do capital teria tido impacto direto nas migrações internacionais, tendo em vista que a emergência de uma economia global contribuiu tanto com a criação de potenciais grupos de emigrantes em diferentes lugares do mundo, como para a formação de vínculos entre países industrializados e países em desenvolvimento que posteriormente serviriam de pontes para a migração internacional.

Castles e Miller (2003) mostram que dentre os diversos motivos que implicam na manutenção dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos, pode-se destacar: o aumento das desigualdades entre o Norte e o Sul global; as pressões políticas, ambientais e demográficas que forçam muitas pessoas a buscarem refúgio fora de seus próprios países; os conflitos políticos ou étnicos em várias regiões do mundo; a criação de novas áreas de comércio livre; o desejo de vivenciar outras culturas e estilos de vida e à busca por melhores oportunidades de trabalho.

Todos esses aspectos favoreceram o surgimento de novos tipos de migrações, assim como uma maior diversidade de experiências migratórias, e consequentemente interações sociais cada vez mais amplas. Por isso, Castles (2007) destaca a importância do desenvolvimento de novas teorias e métodos que ajudem numa melhor compreensão dos aspectos que envolvem os processos migratórios.

Segundo Sayad (2001) examinar os movimentos migratórios a partir de sua diversidade e complexidade significa compreendê-los como um “fato social total”, percebendo de que maneira o ato de migrar encontra-se inter-relacionado à sociedade como um todo. Por isso, para entender o fenômeno migratório torna-se fundamental analisá-lo tanto a “sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...]

---

<sup>5</sup> Tradução livre de: “states and societies since time immemorial, what is distinctive in recent years in their global scope, their centrality to domestic and international politics and their enormous economic and social consequences.” (CASTLES, HAAS e MILLER, p. 03, 2003).

<sup>6</sup> Tradução livre de: “transnational space for the circulation of capital”. (SASSEN, p. 01, 1998)

como também sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento” (SAYAD, 2001, p. 16).

Portanto, entende-se que o trabalho constitui uma importante categoria ao se analisar os fluxos migratórios contemporâneos, pois este é um elemento central de organização na vida dos indivíduos de modo geral, e as experiências adquiridas através do trabalho são essenciais para a construção de identidades, comunidades, famílias, oportunidades etc.

Ragazzi e Sella (2013) explicam que migração e trabalho são campos que encontram-se diretamente conectados, pois a busca por melhores condições de trabalho é uma forte motivação dentre grande parte dos indivíduos que migram, e também porque o trabalho é um aspecto fundamental de coesão social, especialmente para os migrantes. Logo, a inserção no mundo do trabalho apresenta-se como um pilar para a existência de uma cidadania ativa e um passo fundamental na autoconstrução individual e no desenvolvimento de habilidades sociais.

Sayad (1998) afirma que “um imigrante<sup>7</sup> é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (SAYAD, 1998, pg. 54). Porém, esse trabalho que acaba por influenciar toda a realidade vivida pelo imigrante, seria um tipo de trabalho muito específico, que não pode ser encontrado em qualquer lugar, pois é determinado pelo “mercado de trabalho para imigrantes<sup>8</sup>” (Cf. SAYAD, 2001).

---

<sup>7</sup> Sayad (1998) compreende que há uma importante diferença entre o “imigrante” e o “estrangeiro”, pois, “um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se “estrangeiro” é a definição jurídica de um estatuto, “imigrante” é antes de tudo uma condição social. (SAYAD, 1998, p. 243). Portanto, entende-se aqui que a diferenciação entre essas duas categorias é essencial dentro de estudos e pesquisas migratórias, já que as condições de “imigrante” e “estrangeiro” apresentam-se de maneiras distintas. Dentro dessa perspectiva, entende-se que todo imigrante é também um estrangeiro, mas nem todo estrangeiro é um imigrante.

<sup>8</sup> Sayad (1998) explica que a condição do imigrante como um todo encontra-se diretamente ligada ao trabalho, pois até mesmo “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que o faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes. Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em

Por isso, o presente estudo tem como objetivo analisar sociologicamente a integração e as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes presentes no mercado de trabalho formal brasileiro. Segundo Akresh (2008) compreender a integração de imigrantes no mercado de trabalho é algo crucial para avaliar de modo mais amplo seus objetivos e perspectivas e nesse sentido, suas trajetórias ocupacionais são parte integrante desse processo.

De acordo com Edmonston (2013) uma perspectiva que busque analisar trajetórias deve examinar histórias individuais, a fim de compreender de que maneira eventos anteriores, condições sociais, econômicas e características individuais podem influenciar em decisões e eventos ao longo do tempo.

Segundo Guimarães (2004) os estudos sobre trajetórias ocupacionais tornaram-se cada vez mais relevantes a partir da década de 1990 quando o significativo aumento nos níveis de desemprego em importantes setores da economia – que surge como resultado da reestruturação produtiva – fez com que os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal passassem a buscar outras atividades que fossem compatíveis com suas expectativas de vida e que permitissem recuperar o status adquirido anteriormente.

Edmonston (2013) afirma que um estudo sobre trajetória ocupacional deve observar a história profissional e de emprego, o que pode incluir uma análise ao longo do tempo numa mesma profissão ou em períodos de mobilidade profissional. Portanto, para uma análise das trajetórias ocupacionais de imigrantes no Brasil torna-se fundamental enfatizar a conexão existente entre esses indivíduos e o contexto histórico em que suas vidas se perpassam e analisar importantes questões como, por exemplo, o jogo existente entre a ocupação desejada e ocupação efetiva.

O Brasil tem experimentado um fluxo imigratório em grande escala, por isso esse estudo pretende contribuir para o debate ao responder às seguintes questões: 1). Quais as principais mudanças ocorridas no fluxo de trabalhadores imigrantes para o Brasil após a crise econômica de 2008? 2). Qual é a trajetória ocupacional dos imigrantes que se encontram no mercado de trabalho formal brasileiro? 3). Quais são as principais barreiras enfrentadas pelos imigrantes para a sua integração laboral? 4). Ao longo do tempo, após superar as primeiras barreiras para uma integração laboral, os

---

última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que cria ambos” (SAYAD, 1998, p. 55).

trabalhadores imigrantes experimentam uma mobilidade ocupacional ascendente ou acabam adentrando/formando nichos de trabalho precarizados? 5) Trabalhadores imigrantes com níveis de capital humano similares, mas de origem étnica diferente, experimentam trajetórias semelhantes ou desiguais no mercado de trabalho formal no Brasil?

A tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução, considerações metodológicas e das considerações finais. O primeiro capítulo apresentará apontamentos teóricos através das principais teorias formuladas sobre o fenômeno migratório internacional e sua dinâmica com mercado de trabalho.

O segundo capítulo analisará de que maneira o Brasil se insere no contexto das migrações internacionais contemporâneas e a dinâmica existente entre os fluxos migratórios atuais e o mercado de trabalho. Pretende-se nesse momento compreender quais os principais aspectos das migrações internacionais brasileiras, novos padrões e configurações dos fluxos migratórios internacionais no Brasil a partir de 2008 e questões referentes a inserção de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal.

O terceiro capítulo examinará o perfil socioeconômico dos imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, realizando um recorte com relação aos principais fluxos migratórios internacionais a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nesse sentido, explorando essa base de dados e variáveis essenciais - como por exemplo, origem, faixa etária, sexo, escolaridade, ocupação, renda, dentre outras - buscar-se-á compreender as principais distinções existentes entre imigrantes de diferentes nacionalidades.

O quarto capítulo buscará compreender questões relacionadas à inserção e a integração de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Segundo Simón, Ramos e Sanromá (2011) a integração de imigrantes nas sociedades de destino depende amplamente da sua inserção no mercado de trabalho. Logo, fatores como as barreiras encontradas para sua inserção; a capacidade de encontrar trabalho e os tipos de ocupação disponíveis tornam-se essenciais e necessitam ser observados, portanto, nesse capítulo será realizada uma investigação sobre aspectos e características referentes a inserção e a integração laboral dos imigrantes no Brasil.

O quinto capítulo apresentará uma análise sobre as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil. Silva

(2011) afirma que “a noção de trajetória ocupacional remete à construção processual do percurso de um indivíduo no mercado de trabalho, seja por um período de tempo pré-definido, seja por toda a vida” (SILVA, 2011, p. 60). Por isso pretende-se analisar nesse capítulo, a trajetória ocupacional desses trabalhadores observando uma dimensão temporal que privilegie o passado, o presente e o futuro desses indivíduos, considerando suas experiências laborais, os sentidos do trabalho e questões relacionadas à mobilidade ocupacional dos imigrantes.

## Considerações metodológicas

Em relação à metodologia aplicada, a pesquisa utilizou tanto dados quantitativos, quanto qualitativos. Segundo Flick (2009) a utilização desses dois tipos de dados de modo articulado é cada vez mais comum e que o procedimento metodológico que utiliza ambos possibilita reduzir as limitações de cada um dos métodos.

Por isso, para o nosso estudo primeiramente realizou-se um levantamento sobre trabalhadores imigrantes no Brasil através das bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Com suporte na RAIS foi possível identificar a quantidade de imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal durante o período de 2008-2016 e outras importantes características como: país de origem, sexo, ocupação, idade, escolaridade, dentre outras.

O período inicial de análise foi selecionado em razão da crise econômica que atingiu diversos países a partir do final de 2007. Nesse sentido, entende-se que a crise econômica de 2007-2008 contribuiu significativamente para a mudança no padrão dos fluxos migratórios internacionais que tinham como destino o Brasil, tendo um efeito imediato no mercado de trabalho brasileiro.

Portanto, os dados quantitativos obtidos através da RAIS possibilitaram a realização de um estudo longitudinal que buscou apreender às principais mudanças ocorridas com relação ao perfil dos imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro entre os anos de 2008 e 2016.

Foram realizadas 25 entrevistas individuais em profundidade com trabalhadores imigrantes de diferentes nacionalidades que se encontram inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil nas cidades de São Paulo, Goiânia e Aparecida de Goiânia. As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou por telefone pela Internet, empregando a tecnologia VoIP” (voz sobre IP), disponível em aplicativos populares como *Skype*, *Google Voice* e outros. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em perguntas (Ver anexo 1), as quais foram formuladas através de um roteiro baseado na bibliografia e nos objetivos da pesquisa. Os áudios das entrevistas foram gravados e posteriormente transcritos.

Para a construção da rede social dos entrevistados, foi utilizada a técnica de *snowball* (BECKER, 1993). Essa estratégia para coleta de dados consistiu

primeiramente na localização dos indivíduos-chave para o desenvolvimento da pesquisa e, posteriormente, no pedido para que os mesmos indicassem outras pessoas que eles considerassem importantes para a temática do estudo.

Neste caso, a técnica foi guiada intencionalmente por certos pressupostos. Segundo Flick (2004) neste tipo de amostra os informantes são escolhidos com a intenção de dar luz às questões em estudo e de aumentar a amplitude dos dados, ou seja, a amostra deve desvendar realidades múltiplas sobre o fenômeno em estudo. Nesse sentido, durante a escolha dos participantes foram observados os seguintes critérios que buscaram delimitar a pesquisa:

1) Os participantes não poderiam possuir nacionalidade brasileira; sendo assim, deveriam ter algum tipo de visto que permitisse desempenhar atividades laborais no Brasil; deveriam possuir autorização de trabalho dentro do circuito legal e estar inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro;

2) A amostra buscou privilegiar tanto casos mais típicos, como casos mais extremos; assim, a amostra foi composta por pessoas de diferentes nacionalidades, sexo, faixas etárias e estados civis;

3) Para compreender melhor questões relacionadas à inserção e à trajetória ocupacional de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, optou-se por observar imigrantes presentes em diferentes estratos e setores econômicos, nos âmbitos público e privado.

Após a realização das entrevistas, os dados coletados foram codificados e analisados sistematicamente e simultaneamente até se chegar a uma saturação teórica, ou seja, quando dados novos ou relevantes não foram mais encontrados ou quando estes dados começaram a se repetir. Strauss e Corbin (1990) explicam que a utilização desta técnica necessita da utilização de uma “sensibilidade teórica” buscando verificar aquilo que é relevante ou não para a pesquisa.

A pesquisa utilizou, também de dados obtidos através de um questionário (Ver anexo 2) disponibilizado online. Os questionários foram realizados com o intuito de se obter uma amostra mais representativa do mercado de trabalho formal brasileiro, com trabalhadores imigrantes localizados em diferentes Unidades da Federação. Isso foi possível ao adotar a seguinte estratégia: tendo conhecimento que os trabalhadores imigrantes que recebem autorização para trabalhar no Brasil o fazem através da Coordenação Geral de Imigração (CGI) – órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e

Emprego – e que após análise do pedido, caso seja deferido, a autorização é publicada no Diário Oficial da União, decidimos buscar a identificação desses trabalhadores através dessas publicações (Ver anexo 3).

Dessa forma, pesquisamos as listas com os nomes das empresas e dos trabalhadores imigrantes que receberam autorização para trabalhar no Brasil, e tendo acesso aos nomes desses trabalhadores passamos a buscar na internet outras informações sobre os mesmos, tentando localizar principalmente algum tipo de contato como *email* ou contas em redes sociais (*Facebook, Twitter* e etc.).

Após encontrar alguma forma de contato com esses trabalhadores, foi solicitado que respondessem o questionário através de um link que foi disponibilizado para os mesmos. O questionário foi formulado em inglês e contava com 40 questões, distribuídas entre perguntas abertas e fechadas. Durante dois meses realizou-se as pesquisas nas listas de autorização de trabalho publicadas no Diário Oficial da União e foram enviados 150 *e-mails* e mensagens em redes sociais diversas, solicitando que os informantes respondessem as questões. Na mensagem enviada era informado que se tratava de uma pesquisa acadêmica à nível de doutorado, a instituição de ensino superior a qual pesquisa encontrava-se vinculada; era assegurado o sigilo dos informantes; que não era necessário informar nenhum dado pessoal, como nome ou número de documentos e que o informante poderia preencher o questionário em inglês, espanhol ou português.

Durante um período de três meses deixamos o questionário aberto para receber as respostas, que foi preenchido de forma voluntária por 15 trabalhadores imigrantes localizados em diferentes Unidades da Federação. Esses dados foram incorporados a pesquisa e contribuíram para a análise das trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil.

Taylor e Bogdan (1998) afirmam que qualquer indivíduo é portador de uma série de culturas e subculturas, graças às suas condições objetivas e a sua trajetória sócio biográfica e que por isso, o universo simbólico e esquemas de percepção de mundo podem ser inferidos através da história dos atores sociais.

Sendo assim, as entrevistas foram analisadas através da técnica denominada “trajetória de vida”. Segundo Bourdieu (1996) as trajetórias podem ser compreendidas como o produto de um sistema de traços pertinentes à uma biografia individual específica ou de diversas biografias, ou como “uma série de posições sucessivamente

ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo -, em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. (BOURDIEU, 1996, p. 81).

O emprego de fontes biográficas, na forma de cartas, diários, relatos escritos e entrevistas biográficas, como recurso metodológico, floresceu na tradição de Chicago e foi aprimorado em abordagens etnosociológicas subsequentes, seja com orientação compreensiva, de influência weberiana, ou por uma abordagem mais objetivista, em que o material biográfico fornece informações e dados sobre um fenômeno estrutural, que é exterior aos agentes sociais e ao próprio contexto situacional de suas práticas.

Bourdieu (1996) explica que para realizar uma análise de trajetórias é fundamental delimitar os indivíduos a partir de seu campo social. Portanto, analisar uma trajetória constitui investigar a sequência histórica da vida dos indivíduos em um espaço social determinado. Por isso, é importante buscar informações desde a origem social do indivíduo até o momento atual em que sua vida perpassa, pois entende-se que o *habitus* primário, em função do ambiente familiar, exerce uma forte marca social na identidade do indivíduo.

Dubar (1998) compreende que uma análise de trajetórias de vida implica em observar cuidadosamente diferentes categorias institucionais, especificando “posições objetivas”, como nível escolar, atividades profissionais etc., e categorias de linguagem fornecidas pelos sujeitos, durante à realização da pesquisa. O princípio básico da análise é o postulado de que todo relato, inclusive “entrevistas biográficas transcritas, obedece a um certo número de regras formais que constituem indicadores para desconstruir a estrutura desses relatos e assim dar conta das regularidades na dinâmica biográfica” (DUBAR, NICOURD, 2017, p. 86)

Assim, a análise de trajetórias possibilita evidenciar estruturas intrínsecas à contextos sociais específicos, a partir da autodeclaração dos próprios indivíduos. Dubar (1998) afirma que a trajetória de vida busca examinar especialmente mudanças sociais, situações de mobilidade social, alterações de status e de carreiras profissionais. Sendo assim, as trajetórias de vida podem ser entendidas como fragmentos de uma história de vida ou de uma biografia.

No nosso caso, privilegiou-se estudar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores imigrantes, examinando a história profissional e de emprego desses trabalhadores desde o seu país de origem até o momento atual no Brasil. Portanto, as análises biográficas possibilitaram obter informações sobre dois aspectos relevantes, em

primeiro lugar a contextualização das trajetórias de trabalho e, em segundo lugar, a imersão nas experiências das pessoas estudadas. Deste modo, entende-se que a noção de trajetórias ocupacionais possibilitou operacionalizar a conexão entre indivíduos (nível micro) e estruturas (nível macro), pois parte-se de uma análise que enfatiza ações individuais em um contexto social dinâmico e mutável.

## Capítulo I

### 1. Trajetórias ocupacionais e imigração: abordagens teóricas

De modo geral, os motivos e incentivos para que uma pessoa decida deixar o seu país de origem e migrar para outro local podem ser de natureza diversas, e esta realidade explica a dificuldade em se categorizar e analisar os movimentos migratórios internacionais. Porém, mesmo mediante um fenômeno social tão complexo, é notório que a maior parte das teorias que analisam o fenômeno migratório buscam abordar a dinâmica entre trabalho e migração.

De acordo com Castro (2009) a importância do aspecto laboral encontra-se presente nos mais diversos fluxos migratórios, pois de modo geral “quase todos os imigrantes desenvolvem relações formais ou/e informais com o mercado de trabalho local, mesmo que a condição perante a migração não esteja relacionada com tal âmbito” (CASTRO, 2002, p. 62). Por isso, desde os estudos migratórios clássicos (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966; HARRIS e TODARO, 1980; PIORE, 1979) é possível perceber a presença da dimensão profissional enquanto elemento central dos projetos de vida daqueles que migram.

Destarte, ao analisar a trajetória ocupacional de trabalhadores imigrantes algumas questões surgem como por exemplo, quais fatores podem dificultar ou facilitar o processo de inserção e integração no mercado de trabalho do país de destino; a relação entre ocupação profissional e posição social no país de acolhimento; a influência do aspecto laboral sobre o tempo de permanência no exterior; processos de mobilidade ocupacional; dentre outras. Com o intuito de responder a estas questões, pretende-se refletir nesse momento, sobre as principais teorias formuladas que buscaram analisar e responder de alguma maneira, tais temas relacionados à inserção e integração de imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de destino.

#### 1.1 Teoria do mercado dual ou do mercado de trabalho segmentado

A *teoria do mercado dual* ou do *mercado de trabalho segmentado* baseia-se no nível macro de análise e considera que a migração internacional decorre de demandas trabalhistas intrínsecas das sociedades industriais modernas e que o mercado de trabalho em países avançados é dividido, em pelo menos, dois segmentos distintos. Nesse

sentido, enquanto o segmento primário oferece empregos onde existem altos salários, boas condições de trabalho, alto prestígio e possibilidades de promoção profissional, o segmento secundário é caracterizado por vínculos em que a remuneração é baixa, os trabalhos são instáveis e exigem pouca qualificação e há pouco espaço para a mobilidades profissional. (Cf. PIORE, 1979).

De acordo com essa perspectiva teórica existiria uma relação entre a mobilidade ocupacional e os segmentos existentes no mercado de trabalho dos países receptores de mão de obra estrangeira, por isso essa abordagem compreende que haveria uma tendência de pouca mobilidade ocupacional de imigrantes – particularmente mobilidade ascendente – que se encontram na base do mercado de trabalho ou segmento secundário para o segmento principal ou primário. (Cf. PIORE, 1979; THUROW, 1975).

Os imigrantes tenderiam desse forma, a se concentrar no segmento secundário do mercado de trabalho devido a alguns aspectos como: a relutância dos nativos em preencher esses postos de trabalho, reduzindo os valores desses postos de trabalho; características tecnológicas desses postos de trabalho e a discriminação na contratação de trabalhadores com nacionalidade ou etnia estrangeira. A existência de barreiras estruturais que restringem a mobilidade ocupacional entre os dois segmentos do mercado de trabalho geralmente dificulta a ascensão de imigrantes em melhores empregos, mantendo-os basicamente no segmento secundário (PIORE 1979; FASSMAN, 1997).

Essa perspectiva parte portanto, do pressuposto de que fatores estruturais relacionados as características do mercado de trabalho fazem com que a mobilidade ocupacional dos imigrantes seja limitada ou bloqueada; sendo assim, sua desclassificação profissional não seria transitória, mas sim permanente. Alguns autores (BEAN, LEACH e LOWELL, 2004) argumentam ainda que a falta de integração desses trabalhadores seria reforçada por outros aspectos como os baixos níveis educacionais dos imigrantes; pertencimento a minorias étnicas e estar em situação irregular/ilegal no país de destino.

Segundo Castro (2009) a teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado não percebe o imigrante como agente que desestabiliza e pressiona o mercado de trabalho gerando concorrência desses trabalhadores com os nativos, pois de acordo com essa abordagem

o mercado laboral, numa perspectiva de divisão dual, se constitui por um segmento inferior, cujas funções inerentes apresentam um caráter de instabilidade (em termos contratuais, de segurança e higiene), de depreciação econômica (salários baixos) e social, não exigindo para o seu desempenho grandes qualificações acadêmicas. Os autóctones tendem a dispensar este segmento de mercado, preferindo o segmento superior. Aqui poderão obter empregos mais bem remunerados, com uma maior exigência acadêmica, mas também com condições materiais e imateriais de estabilidade que acabam por gerar reconhecimento social. (CASTRO, 2009, p. 63).

Piore (1979) demonstra que uma das características que pode ser observada entre esses imigrantes seria que estes se concentrariam especificamente em determinados nichos ocupacionais, como por exemplo, a indústria – no setor de construção e manufatura – e seriam excluídos de outras – comércio, transporte, comunicações e governo.

Arango (2003) afirma que tanto o ponto de partida da teoria do mercado de trabalho dual, de que nas economias avançadas existe uma demanda permanente por trabalhadores imigrantes, quanto o motivo básico da existência dessa demanda, de que os trabalhadores nativos dessas sociedades recusam os trabalhos mal remunerados, instáveis, de baixa qualificação, perigosos, degradantes e de baixo prestígio, constituem observações empíricas bastante difundidas nos estudos migratórios.

No entanto, segundo o autor o mérito dessa abordagem encontra-se na explicação completa e tecnicamente sofisticada do motivo pelo qual esses fatos ocorrem. De acordo com essa teoria nas economias avançadas existem trabalhos instáveis e de baixa qualidade em razão da divisão da economia entre o setor primário, intensivo em capital, e onde se encontram os empregos qualificados que possuem equipamentos e ferramentas mais seguras e estáveis e o setor secundário, intensivo em trabalho, onde se encontram os empregos não qualificados, mais inseguros e instáveis.

Sendo assim, os trabalhadores locais tendem a rejeitar trabalhos que possuem um baixo status e prestígio e oferecem poucas oportunidades de mobilidade social. A relutância dos trabalhadores nativos em preencher esses empregos não pode ser resolvida através de mecanismos de mercado, como por exemplo aumentar a remuneração, pois isso exigiria aumentar também os salários dos empregos que se encontram hierarquicamente acima gerando aumento na inflação. Os trabalhadores imigrantes oriundos de países pobres principalmente aqueles que pretendem retornar para o seu país futuramente acabam aceitando esses postos de trabalho, pois se comparados com os de seu país de origem esses salários costumam ser elevados e

porque o prestígio que importa para estes é aquele que eles possuem ou podem obter em seu lar original.

Piore (1979) e Kalleberg e Sorensen (1979) explicam que outro aspecto importante é perceber a existência dessa segmentação do mercado de trabalho devido a condição e origem dos trabalhadores migrantes. Health e Cheung (2007) se referem a esse fato como uma “penalidade étnica” ou processo pelo qual os imigrantes de um determinado país de origem vivenciam algum tipo de ausência de mobilidade ocupacional, se comparados com trabalhadores nativos que possuem um mesmo perfil ou qualificações.

A origem nacional ou étnica, assim como o sexo seriam, dentro dessa perspectiva, potenciais fatores de estratificação e mobilidade no mercado de trabalho, independentemente de outros fatores, tais como capital humano ou experiências anteriores no mercado de trabalho, portanto, as minorias étnicas e mulheres seriam representadas de forma desproporcional em empregos menos prestigiados e mal remunerados e teriam maiores obstáculos à mobilidade ascendente. (Cf. ROOTH e EKBERG, 2006)

Reyneri e Fullin (2011) observam que as teorias do mercado dual ou da assimilação segmentada rejeitam a hipótese de que estas sanções étnicas tenderiam a diminuir ao longo do tempo, pois uma vez que o imigrante aceita um emprego precarizado e mal remunerado, tentando assim se inserir a qualquer custo no mercado de trabalho do país receptor, a tendência seria de permanência neste segmento secundário do mercado de trabalho.

Arango (2003) afirma que o valor da teoria do mercado dual não é fornecer uma explicação geral sobre as causas da migração internacional, mas destacar um importante fator dos fluxos migratórios: a demanda estrutural por mão de obra que é inerente à estrutura econômica das sociedades avançadas contemporâneas. Outra importante questão é que essa abordagem refuta a “ideia de que os trabalhadores imigrantes necessariamente competem com os nativos e sua presença afeta os níveis salariais e as perspectivas de emprego destes últimos” (ARANGO, 2003, p. 16).

### **1.3 Teoria do capital humano: a evidência no papel do imigrante como agente promotor de seu próprio potencial produtivo**

As teorias ligadas a tradição neoclássica<sup>9</sup> compreendem que o capital humano é o fator determinante das diferenças individuais e da possibilidade de os imigrantes terem uma mobilidade ocupacional positiva na sociedade receptora (BECKER, 1962; BORJAS, 1994; CHISWICK e MILLER, 2002).

Porém, antes de apresentar estas perspectivas teóricas, entende-se que é essencial abordar - ainda que de modo breve - alguns aspectos fundamentais presentes na teoria do capital humano, perspectiva teórica que surge a partir de estudos econômicos realizado por Smith (1776) e Marshall (1920), mas que passa a ser amplamente difundida através dos estudos desenvolvidos por Mincer (1962), Becker (1964) e Schultz (1961).

O capital humano é representado pela agregação de investimentos em atividades como educação, saúde, treinamento profissional e migração, assim os investimentos nessas áreas encontrariam-se diretamente ligados ao aumento nos rendimentos e na produtividade dos indivíduos no mercado de trabalho.

Mincer (1962) compreende o capital humano enquanto capacidades adquiridas e desenvolvidas por meio da educação formal e informal, na escola e no lar, portanto, seriam capacidades adquiridas mediante a formação e experiências obtidas no mercado de trabalho. A ideia central é que essas atividades envolvem custos e benefícios que podem ser compreendidos, como decisões econômicas dos indivíduos, seja na esfera privada ou pública.

Becker (1993) afirma que para a maior parte das pessoas o termo capital remete apenas a coisas tangíveis como uma conta bancária por exemplo, ou seja, apenas aquilo que é capaz de gerar renda e outros resultados úteis por longos períodos, porém estas formas tangíveis de capital não seriam os únicos tipos existentes, pois escolaridade,

---

<sup>9</sup> Massey et al. (1993) explicam que as teorias macroeconômicas neoclássicas que analisam as migrações internacionais foram desenvolvidas inicialmente com a finalidade de explicar as migrações laborais inseridas ao processo de desenvolvimento econômico. De acordo com essas teorias as migrações internacionais são causadas por diferenças geográficas em relação à oferta e demanda de trabalho, ou seja, os países com uma ampla força de trabalho disponível acabam remunerando seus trabalhadores com baixos salários, enquanto que os países que possuem uma mão de obra limitada são caracterizados por remunerarem seus trabalhadores com altos salários. Assim, a diferença entre salários seria o principal fator que impulsionaria os trabalhadores de países pobres a partirem rumo a países que oferecem altos salários.

cuidados médicos e cursos de formação seriam também um tipo de capital, pois possibilitam o aumento dos lucros; melhoras na saúde e o aprimoramento de bons hábitos num indivíduo na maior parte de sua vida.

Schultz (1961) define como capital humano todas as habilidades e conhecimentos úteis adquiridos, tendo como finalidade aumento significativo nos ganhos do trabalhador, assim de acordo com o teórico:

A maior parte do que chamamos de consumo constitui na realidade investimento em capital humano. Despesas diretas com educação, saúde e migração interna para conseguir oportunidades melhores de trabalho são exemplos claros [...] sendo assim, os investimentos em capital humano respondem pela maior parte do aumento expressivo dos rendimentos reais do trabalhador<sup>10</sup>. (SCHULTZ, 1961, p. 1, tradução nossa).

As abordagens teóricas que analisam a relação entre imigração e mercado de trabalho a partir da teoria do capital humano pressupõem, que não existe nenhuma estrutura ou segmentação no seio das sociedades e nos mercados de trabalho que restrinjam a mobilidade social e laboral dos imigrantes.

Sjaastad (1962) afirma que a migração em si pode ser considerada “um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”<sup>11</sup>. (SJAASTAD, 1962, p. 83, tradução nossa). Isso poderia explicar fatores importantes, como a relação entre migração e faixa etária, pois quanto mais idade o indivíduo possuir, menor será o tempo que este terá para que seu investimento seja compensado, por isso a migração tende a diminuir com o avanço da idade.

Diversos teóricos (CHISWICK, 1978; CHISWICK, LEE e MILLER, 2005; CLARK e DRINKWATER, 2008) baseados na teoria do capital humano argumentam que logo após sua chegada no país de acolhimento, os imigrantes não podem contar com o capital humano da mesma forma que os trabalhadores nativos. Isso porque os imigrantes possuem competências adquiridas nos países de origem e dependendo de sua

---

<sup>10</sup> Tradução livre de: Much of what we call consumption constitutes investments in human capital. Direct expenditures on education, health, and internal migration to take advantage of better job opportunities are clear examples [...] I shall contend that such investment in human capital accounts for most of the impressive rise in the real earnings per worker. (SCHULTZ, 1961, p. 1)

<sup>11</sup> Tradução livre de: “we treat migration as an investment increasing the productivity of human resources, an investment which has costs and which also renders returns”. (SJAASTAD, 1962, p. 83).

origem a qualidade poderá ser inferior ao capital humano obtido no país de destino, além do mais existe uma dificuldade em transferir para o país de destino habilidades adquiridas no país de origem, principalmente porque de modo geral os imigrantes no início não possuem domínio do idioma local e o entendimento de normas existentes no mercado de trabalho de destino se torna um grande obstáculo.

Sendo assim, alguns aspectos passam a ser fundamentais para o bom desempenho de novos imigrantes no mercado de trabalho, dentre estes, destacam-se: o grau de escolaridade; a experiência no mercado de trabalho antes da migração e a formação acadêmica obtida no exterior (BLACABY, 2002; KEE, 1995; CLARK e DRINKWATER, 2008; KANAS e VAN TUBERGEN, 2009).

Além disso, outros teóricos apontam para a importância da proficiência da língua da sociedade de acolhimento para explicar os níveis de emprego que os imigrantes podem alcançar, ou seja, quanto maior a competência linguística, maior também é a gama de empregos disponíveis para os imigrantes qualificados (LESLIE e LINDLEY, 2001; DUSTMANN e FABBRI, 2003; BLEAKLEY e CHIN, 2004).

De acordo com Peixoto (2004), num contexto migratório, diversos custos de investimento podem ser identificados, como por exemplo:

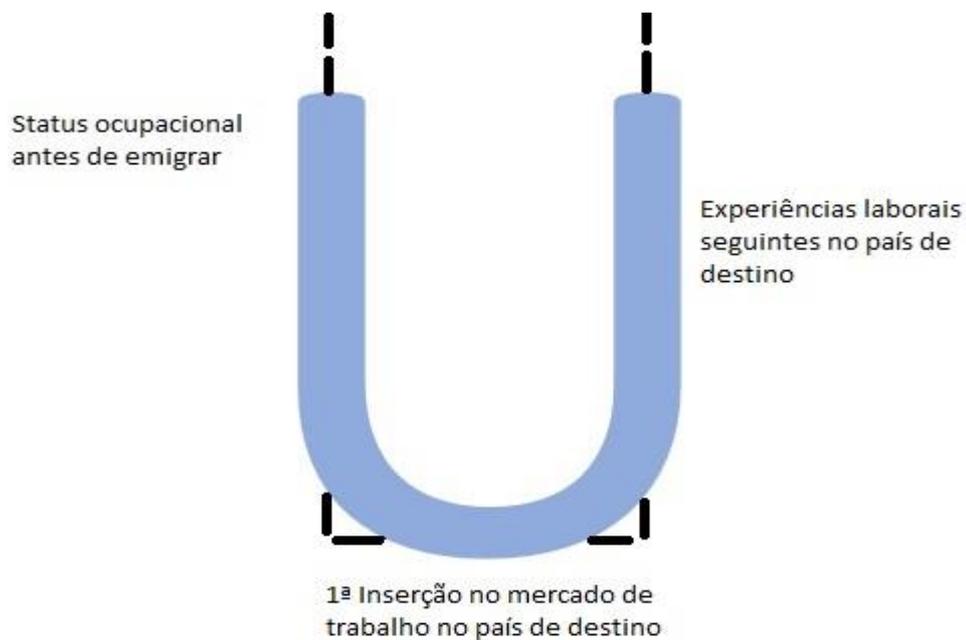
[...] a procura de informação (gastos de tempo e dinheiro - informação sobre novas oportunidades profissionais e infraestruturas várias, incluindo formação e aprendizagem); custos de deslocação; custos de adaptação (aprendizagem de nova língua e cultura; criação de novas redes de apoio; custos de afastamento do meio de origem). Os benefícios da migração passam, em contrapartida, pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança. (PEIXOTO, 2004, p. 16).

Borjas (1989) demonstra que a renda do imigrante, logo após sua entrada no país de destino, tende a ser menor, se comparada à dos nativos, já que este indivíduo não terá logo no início noção de algumas habilidades básicas, como o domínio do idioma do local recém-chegado, portanto passa a existir uma relação entre perspectiva de tempo de permanência no local de destino e a decisão de investimento em capital humano, pois se o imigrante decide permanecer por um longo período perceberá que é importante investir em capital humano, pois pode influenciar no aumento de seus rendimentos.

Chiswick, Lee e Miller (2005) compreendem que existem determinados padrões de mobilidade ocupacional para os imigrantes. Esse modelo de mobilidade ocupacional é denominado de “padrão em forma de U” de rendimentos e empregos referente ao

processo de assimilação de imigrantes. Desse modo, os autores explicam que os imigrantes tendem a sair de uma posição ocupacional média no país de origem, porém há um declínio nessa posição no momento de chegada na sociedade de acolhimento, e apenas após certo período no país receptor é que seria possível recuperar um status ocupacional semelhante ao que se tinha anteriormente no país de origem. (Ver figura 1).

**Figura 1. Padrão em forma de U de mobilidade ocupacional de imigrantes**



Fonte: Elaboração própria baseada em Chiswick, Lee e Miller (2005).

Chiswick (1978) argumenta que há, portanto, um modelo único e relativamente simples capaz de explicar o progresso de imigrantes na sociedade de destino, e isso independe de seu grupo étnico, pois de acordo com o seu estudo empírico pioneiro constatou-se que, de modo geral os imigrantes presentes na sociedade norte-americana apresentavam salários mais baixos que os trabalhadores nativos, porém com o decorrer do tempo, havia uma propensão de aumento progressivo nos rendimentos desses imigrantes.

Posteriormente, Chiswick (1979) realizou estudos comparando os dados referentes ao último emprego de imigrantes nos países de origem com o primeiro trabalho no país de destino e também com o emprego atual que permitiram a confirmação do padrão em forma de U de mobilidade ocupacional dos imigrantes.

Chiswick, Lee e Miller (2005) afirmam que a desclassificação ocupacional inicial ocorreria principalmente por problemas de transmissão de qualificações; por um maior ou menor grau de proximidade econômico, cultural ou linguístico entre o país de destino e de origem do imigrante, já que isso pode facilitar ou dificultar essa transferência de qualificações e deficiências na formação formal adquirida no país de origem dos imigrantes.

No início, portanto a tendência é que o capital humano dos imigrantes se torne desvalorizado no país de acolhimento, porém ao longo do tempo como os imigrantes procuram se adaptar às exigências do mercado de trabalho do país de destino, o capital humano acumulado passa a melhorar suas perspectivas de emprego.

Portanto, o aumento na estadia juntamente com a melhora em habilidades como a linguagem e o aumento na experiência no mercado de trabalho do país receptor costuma atuar na progressão profissional dos imigrantes. Por isso, de acordo com essa perspectiva teórica é esperado que ocorra uma mobilidade profissional em forma de U onde num primeiro momento ocorre uma desclassificação ocupacional do imigrante na chegada ao país de destino, porém posteriormente dependendo do tempo de permanência na sociedade receptora, a tendência é de melhora significativa em sua posição no mercado de trabalho (CHISWICK, LEE e MILLER 2005; DULEEP e REGETS 1999).

Os poucos estudos empíricos disponíveis tendem a confirmar essa perspectiva, mostrando a existência de um padrão em forma de U de mobilidade profissional, especialmente entre imigrantes em países como Austrália (CHISWICK, LEE e MILLER, 2005), Estados Unidos (AKRESH, 2008) e Suécia (ROOTH e EKBERG, 2006).

No entanto, esse padrão de mobilidade ocupacional entre imigrantes pode mudar de nação para nação, em função de importantes diferenças internacionais existentes que encontram-se relacionadas à diversos fatores como, por exemplo a natureza da imigração; redes comunitárias étnicas pré-existentes; características institucionais e econômicas específicas; políticas de imigração e governo e estruturas específicas do mercado de trabalho. (BORJAS, 1990; PORTES e RUMBAUT, 1996).

### 1.3 Teoria do capital social e o uso das redes sociais

O conceito de capital social foi ao longo do tempo bastante utilizado nas teorias sociológicas e aplicado para análise de diversos eventos em diferentes contextos. Segundo Portes (1998) a teoria do capital social encontra-se presente em autores clássicos da sociologia como Karl Marx<sup>12</sup> e Émile Durkheim<sup>13</sup>.

Geralmente o conceito de capital social se refere à rede de relações sociais de um indivíduo. Loury (1977) trata do conceito de capital social ao designar um conjunto de recursos intangíveis de famílias e comunidades que surgem com a finalidade de promover o desenvolvimento social dos indivíduos mais jovens.

Bourdieu e Wacquant (1992) afirmam que o capital social seria “a soma de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações ou relações mais ou menos institucionalizadas de mútuo conhecimento ou reconhecimento” (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 119).

Segundo Harker, Mahar e Wilkes (1990) a principal característica do capital social seria sua capacidade de se converter em outras formas de capital, principalmente em capital financeiro. Por isso, de acordo com essa perspectiva os indivíduos teriam acesso ao capital social através da participação em redes interpessoais e instituições sociais e, em seguida, isso se converteria em outras formas de capital que manteriam ou melhorariam sua posição social. (BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1988).

Conforme Portes (1998) o capital social pode ser definido como à capacidade de os indivíduos mobilizarem recursos escassos tangíveis ou intangíveis nas redes e estruturas sociais em que participam e se relacionam. Apesar de os recursos obtidos através do capital social não possuírem valor econômico mercantil, estes recursos implicam numa reciprocidade entre indivíduos em determinado momento temporal, portanto, os indivíduos que providenciam ou oferecem os recursos sob a forma de ofertas às redes sociais que interagem têm a expectativa de conseguir algo em troca.

---

<sup>12</sup> Segundo Portes (1998) Marx desenvolve uma noção de capital social ao analisar o surgimento da consciência de classe do proletariado industrial, pois para Marx tal consciência de classe deriva de uma auto identificação entre os trabalhadores, devido os mesmos estarem vivenciando uma mesma situação social e portanto, passam a apoiar as iniciativas uns dos outros.

<sup>13</sup> Portes (1998) compreende que é possível localizar a ideia de capital social na obra de Durkheim quando o autor discute sobre integração social e demonstra a importância da existência de engajamento cívico e identidade cívica, relações de reciprocidade e de confiança para que haja coesão dentro de um grupo social determinado.

Assim, apesar destas trocas de recursos necessitarem de relações de confiança nas redes sociais, as expectativas de reciprocidade encontram-se diretamente relacionadas à capacidade de cada indivíduo utilizar de sanções caso se sinta prejudicado.

Para Ribas-Mateos (2004) o aspecto primordial do capital social seria a possibilidade deste ser convertido em outras formas de capital, esse capital poderia ser, portanto um recurso disponível capaz de possibilitar por exemplo, o acesso a um emprego no local de origem ou no exterior. Segundo Fusco (2005) ainda que os benefícios derivados do capital social possam ser utilizados individualmente, este é na realidade um bem coletivo, que abrange todos os recursos necessários para que as pessoas alcancem os seus objetivos, agindo no interior de grupos ou de redes. De acordo com o autor, o capital social também tende a manter os indivíduos conectados as redes, grupos e organizações através de laços sociais, simbólicos e de solidariedade.

Portes e Sensenbrenner (1993) apontam que o capital social é capaz de gerar consequências positivas e negativas, porém geralmente os estudos destacam o papel positivo que o capital social desempenha para a aquisição e acúmulo de outras formas de capital. (Cf. COLEMAN, 1988).

Por isso, diversos estudos migratórios têm sido desenvolvidos utilizando a perspectiva teórica do capital social (cf. HUGO, 1981; TAYLOR, 1986; MASSEY et al., 1993; GOLDRING e DURAND, 1994). De modo geral, essas teorias partem da hipótese inicial que os indivíduos ligados a pessoas que migraram em algum momento do passado ou do presente teriam acesso a redes sociais, e isso aumentaria a probabilidade desses indivíduos migrarem, já que o capital social diminui os custos e riscos da migração e aumenta os retornos líquidos esperados.

Assim uma vez que alguém migra, as redes sociais e os laços de amizade e parentesco se tornam um recurso para que esse indivíduo tenha acesso a um emprego no local de destino, especificamente em empregos típicos de imigrantes.

Massey et al. (2001) destacam o importante papel das redes sociais no sucesso das estratégias migratórias familiares. Segundo Gurak e Caces (1998) um aspecto essencial referente às redes sociais é que estas serviriam de ligação e transmissão de recursos, assim as redes influenciariam diretamente na escolha do local de destino e, de certa maneira, nas famílias e nos indivíduos que decidem migrar.

Portes e Böröcz, (1998) afirmam que a migração deveria ser compreendida como um processo progressivo de redes que “ligam indivíduos e grupos distribuídos em

diferentes locais, maximizando as suas oportunidades económicas através de deslocamentos múltiplos”<sup>14</sup>. (PORTES e BÖRÖCZ, 1998, p.51, tradução nossa).

Portes (1998) afirma que as redes sociais não são naturais, uma vez que são “construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização de relações entre grupos sociais, utilizadas como uma fonte confiável de outros benefícios”<sup>15</sup>. (PORTES, 1999, p. 03, tradução nossa).

De acordo com Marques (2008) as redes sociais podem ser compreendidas como pontes capazes de ligar migrantes, ex-migrantes e não migrantes presentes nas sociedades de origem e de destino; assim a migração de um indivíduo faria surgir um conjunto de estruturas e laços sociais na sociedade de acolhimento que posteriormente poderia ajudar outros migrantes recém-chegados, especialmente familiares, amigos e pessoas pertencentes do mesmo grupo étnico ou comunidade.

Pinho (2015) explica que a teoria do capital social e o uso das redes permitiria pensar que na falta de programas governamentais com a finalidade de recrutar mão de obra, e num cenário favorável do mercado de trabalho no local de destino, é possível perceber uma forte relação entre o processo de recrutamento de trabalhadores imigrantes, fluxos migratórios específicos e as redes sociais de migrantes, ou seja, as “redes sociais podem ser entendidas como equivalentes funcionais de outro tipo de recrutamento, numa perspectiva relacional do estudo das migrações. O recrutamento pode ser explicado com a perspectiva da análise de redes sociais” (PINHO, 2015, p. 83).

Os contatos sociais tenderiam a facilitar oportunidades econômicas e transições, pois estes permitem que as pessoas tenham acesso a um conhecimento, informação e influência gerada por outros indivíduos. Sendo assim, de acordo com Aguilera e Massey (2003) os imigrantes podem se beneficiar de seus contatos sociais ao obter informações úteis e restritas sobre o mercado de trabalho do país de destino, bem como regulamentos e práticas profissionais que seriam específicas da sociedade de acolhimento.

No entanto, Portes e Sensenbrenner (1993) afirmam que as redes poderiam gerar também consequências negativas para os imigrantes ao facilitar a entrada no mercado de trabalho na sociedade de destino, mas ao mesmo tempo impedindo o acesso a

---

<sup>14</sup> Tradução livre de: “conectan individuos y grupos distribuidos en diferentes lugares lo que optimiza sus oportunidades económicas a través de desplazamientos múltiples”. (PORTES e BÖRÖCZ, 1998, p.51).

<sup>15</sup> Tradução livre de: “constructed through investment strategies oriented to the institutionalization of group relations, usable as a reliable source of other benefits”. (PORTES, 1999, p. 03).

determinados setores do mercado de trabalho e oportunidades de mobilidade laboral. Mahuteau e Junankar (2008), de modo semelhante, buscaram demonstrar o efeito negativo das redes migratórias ao considerar que estas costumam manter os imigrantes em posições mais baixas no mercado de trabalho.

#### **1.4 Teoria das minorias intermediárias**

O conceito de minorias intermediárias surge em 1940 com o sociólogo americano Howard Becker ao intentar desconstruir a noção de que os judeus tinham uma vocação particular para a atividade empresarial, quando comparados com outros grupos étnicos (Cf. ZENNER, 1991). Porém, o conceito torna-se célebre a partir da década de 1970 após a publicação do artigo “*A Theory of Middleman Minorities*” de Edna Bonacich.

Bonacich (1973) aplicou o conceito de “*middleman minorities*” ao constatar que parte significativa de imigrantes ocupa uma posição intermediária na hierarquia econômica do país de destino, assim os imigrantes enquanto minorias intermediárias normalmente, inserem-se em ocupações específicas, não apenas no comércio, mas também “como agentes, empreiteiros, credores e corretores. Eles atuam no intermédio entre o produtor e o consumidor, empregador e empregado, fazendo um link entre as elites e as massas”<sup>16</sup> (BONACICH, 1973, p. 584, tradução nossa). Ou seja, são atividades que fazem o elo entre as ocupações do topo e da base.

A principal característica das minorias intermediárias é o fato de que são, pelo menos inicialmente, pessoas que não planejam se estabelecer permanentemente no país de destino. Bonacich (1973) destaca que apesar deste não ser o único aspecto importante com relação as minorias intermediárias, o status de temporário na sociedade de destino é fundamental para a constituição desse grupo. O motivo da ênfase na estadia temporária dos imigrantes é que esta situação resultaria em comportamentos socioeconômicos específicos encontrados especialmente entre as minorias intermediárias.

O status de residentes temporários fornece as minorias intermediárias características únicas e comportamentos diferentes dos indivíduos locais, pois eles são

---

<sup>16</sup> Tradução livre de: “[...] traders or agents, labour contractors, money lenders and brokers, in relation to spaces between production and consumption, employer and employee, ultimately acting as a link between the “elite” and the “masses”. (BONACICH, 1973, p. 584)

estranhos para os nacionais da sociedade de acolhimento. Bonacich (1973) argumenta que os imigrantes são estranhos e por isso, mantêm-se afastados das sociedades em que moram, logo, eles possuem fortes laços étnicos com outros imigrantes e não desejam uma participação plena na vida da comunidade anfitriã.

Um dos padrões comportamentais decorrentes da natureza de ser um imigrante é uma forte orientação para o futuro e, conseqüentemente, estar disposto a fazer sacrifícios significativos em termos de status social e de bem-estar individual em troca de retornos econômicos rápidos. Sendo assim, segundo Bonacich (1973) a questão temporal afeta fortemente os tipos de atividades empresariais das minorias intermediárias, pois, em razão da natureza de sua permanência, os imigrantes buscam usualmente o máximo de retorno econômico à curto prazo para assim, conseguir retornar ao seu país de origem o quanto antes. Destarte, seria comum entre imigrantes temporários o envolvimento em atividades no comércio por exemplo, pois é um tipo de negócio que pode ser facilmente transferido para terceiros e os bens liquidados.

Portes e Manning (1986) afirmam que estes grupos se especializam, geralmente, na prestação de serviços comerciais e/ou financeiros, em espaços economicamente abandonados ou desvalorizados e a sua inserção no mercado de trabalho no exterior caracteriza-se principalmente pela preferência por ocupações e atividades profissionais que não os prendam na sociedade de acolhimento por um longo período.

Nesse sentido, estes grupos se diferenciam dos demais imigrantes por não definirem estratégias de fixação num dado território. Bonacich (1973) explica que a tentativa de maximização do retorno financeiro à curto prazo é perceptível entre as minorias intermediárias, e isso faz com que estes mantenham uma forte solidariedade intragrupo e optem por não se integrar a sociedade anfitriã. A criação de laços étnicos, portanto, também permite que as minorias intermediárias obtenham vantagens em operações comerciais através de uma “auto-exploração” baseada em fatores como confiança mútua, contratações e parcerias comerciais intragrupo.

Dessa maneira, empresários “intermediários” podem contratar familiares ou contar com uma força de trabalho coétnica à baixo custo, em troca essa mão de obra espera obter uma mobilidade ocupacional ascendente, oportunidades de treinamento e/ou suporte na criação de negócios próprios no futuro. Tal solidariedade étnica muitas vezes faz parte do processo inicial de criação de negócios das minorias intermediárias, pois é capaz de fornecer recursos diversos, como capital ou informações.

Bonacich (1973) afirma que a solidariedade étnica permite ainda que as minorias intermediárias possam competir com empresas nativas e ter sucesso o suficiente para gerar grandes concentrações de empresas étnicas em determinados ramos da economia ou ocupações, e isso pode levar, em alguns casos, a uma dominação étnica desses mercados.

Um segundo aspecto importante para a compreensão das minorias intermediárias é a forma como estes são tratados na sociedade receptora. Bonacich (1973) explica que a hostilidade vivenciada na sociedade de acolhimento é algo imprescindível para a criação de minorias intermediárias. Essa hostilidade ocorre principalmente devido à percepção de que imigrantes temporários são desleais ao país de acolhimento, pois não há uma integração dos mesmos junto à sociedade e há também a percepção de que os imigrantes não contribuem para a economia local, já que optam por limitar seus gastos, enviar remessas para o seu país de origem e colaborar com outros negócios étnicos, ao invés de optar por empresas de nativos.

Como observa Bonacich (1973), a hostilidade em relação aos imigrantes temporários não é capaz de explicar por si só, a formação de minorias intermediárias, porém esse é um aspecto importante para a compreensão da segregação e da solidão étnica vivenciada por determinados grupos de imigrantes. Como consequência é possível constatar um aumento na concentração desses imigrantes em determinados ramos econômicos e ocupações, e isso acaba por restringir o acesso dos mesmos a outros segmentos do mercado de trabalho.

Imigrantes pertencentes as minorias intermediárias podem eventualmente não ter o desejo de retornar ao seu país de origem. Bonacich (1973) compreende que isso pode ocorrer principalmente em função da falta de oportunidades na sociedade de origem ou porque o desejo de manutenção do sucesso nos negócios pode se tornar um “vício”, fazendo com que o indivíduo não desista facilmente desse objetivo, nem mesmo em troca da possibilidade de retorno ao lar. Caso decidam permanecer no país de acolhimento esses empresários intermediários podem primeiramente decidir integrar-se à sociedade e a economia local ou tornar-se um “imigrante temporário” de modo permanente, mantendo vivo o desejo de retorno ao lar e também laços fortes com a sociedade de origem, porém sem elaborar explicitamente uma efetiva estratégia de retorno.

No entanto, esta teoria sofreu ao longo do tempo diversas críticas por apresentar algumas lacunas conceituais ao caracterizar as iniciativas empresariais de imigrantes. Apesar de sua importância ao demonstrar que sociedades desenvolvidas - como por exemplo os Estados Unidos – tendem a apresentar em alguns segmentos estratégias típicas do capitalismo tradicional, a noção não permite explicar o sucesso em atividades empresariais de grupos que não tinham qualquer tradição comercial em seu país de origem. Cubanos e coreanos, por exemplo, ilustram casos de imigrantes que apresentam o enclave étnico descrito por Bonacich e elevada iniciativa empresarial, mas que não têm o papel de minorias intermediárias na sociedade norte-americana (Cf. Light e Gold, 2000).

Segundo Bonacich (1973) o conceito de minorias intermediárias só se aplicaria a comerciantes com experiência e inseridos num capitalismo tradicional. Contudo, Light e Karageorgis (1994), afirmam que com esse requisito a teoria das minorias intermediárias torna-se limitada, não podendo se aplicar a grupos que antes de desenvolver a sua própria atividade empresarial trabalharam na sociedade de acolhimento como empregados. Os críticos compreendem que tal teoria nega a capacidade de mobilidade social e/ou mudança de situação na profissão de determinados indivíduos que apenas num momento posterior, no decurso de sua vida, tornam-se empreendedores com características de “minorias intermediárias”.

### **1.5 Teoria da economia étnica ou do enclave étnico**

Pouco depois da contribuição teórica desenvolvida por Bonacich (1973) sobre o trabalho independente dos imigrantes, surge uma nova perspectiva, que busca enfatizar mais as estruturas econômicas internas e os modos de operação das comunidades minoritárias, ao invés das relações conflituosas entre os empresários minoritários étnicos e a sociedade receptora. Sendo assim, é dentro dessa perspectiva que emergem as noções de *economia étnica* ou *economia do enclave étnico*. Segundo Light et. al. (1994) enquanto o conceito de economia étnica seria uma derivação da teoria das minorias intermediárias, a noção de enclave étnico seria uma resposta à teoria do mercado de trabalho dual/segmentado.

Portes (1981) definiu os enclaves étnicos como "grupos de imigrantes que se concentram em uma localização espacial distinta e organizam uma variedade de

empresas que atendem seu próprio mercado étnico e/ou a população em geral"<sup>17</sup>. (PORTES, 1981, p. 290, tradução nossa).

Diversos autores (LIGTH, 1972; PORTES, 1981, PORTES e BACH, 1985; WILSON e PORTES, 1980) demonstram que para que haja um enclave étnico alguns requisitos básicos são necessários, dessa forma, primeiramente, é preciso que os empreendedores étnicos contratem trabalhadores coétnicos, isso significa que ao menos um pequeno número de membros deve dispor de recursos econômicos suficientes para poder abrir e estabelecer negócios.

Outro aspecto importante é que um enclave étnico deve ser limitado espacialmente dentro da economia local para que ele possa funcionar internamente como um mercado de trabalho, pois sem um mercado de trabalho espacialmente limitado, os empresários étnicos não podem contar com a disponibilidade de trabalhadores coétnicos, e conseqüentemente os trabalhadores étnicos não podem contar com empregadores coétnicos. Nesse contexto, habilidades de capital humano específicas, como linguagem étnica, conhecimento cultural e vínculos de redes sociais com o local de origem são importantes e comercializáveis, porém, isso só é possível num mercado de trabalho interno caracterizado como um enclave étnico.

Sendo assim, de acordo com Wilson e Portes (1980) um enclave étnico seria uma terceira alternativa disponível aos imigrantes, ao contrário do que demonstra Piore (1979), ao analisar o mercado de trabalho das sociedades receptoras a partir de dois segmentos - primário e secundário – básicos. Segundo os autores, os enclaves étnicos, consistem em entidades comerciais onde os empregadores e funcionários pertencem ao mesmo grupo étnico, e isso permite aos trabalhadores do enclave se equipararem aos trabalhadores inseridos no setor primário em termos econômicos, pois os investimentos em capital humano adquiridos ao longo de suas vidas são reconhecidos pelos empregadores. Dessa forma, os benefícios presentes nos enclaves étnicos seriam manifestações concretas de uma solidariedade étnica.

Wilson e Portes (1980) desenvolvem essa ideia ao analisarem a inserção de imigrantes cubanos no mercado de trabalho norte-americano, e perceberem uma diferença significativa entre os imigrantes que trabalhavam em atividades localizadas na

---

<sup>17</sup> Tradução livre de: "immigrant groups which concentrate in a distinct spatial location and organize a variety of enterprises serving their own ethnic market and/or the general population". (PORTES, 1981, p. 290)

ponta periférica da produção – empresas que ofereciam salários relativamente baixos e sem possibilidade de mobilidade ocupacional ascendente – e aqueles imigrantes que trabalhavam para empresários cubanos. Assim, os cubanos que trabalhavam para empregadores cubanos – o que demonstra o desenvolvimento de uma economia étnica – encontravam retornos econômicos expressivos e possibilidades de ascensão laboral, de forma semelhante aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho primário.

Do ponto de vista dos empresários imigrantes, o conceito de Wilson e Portes (1980) converge com as ideias apresentadas por Bonacich (1973). Porém, o aspecto principal destacado dentro dessa teoria é o fato de que a contratação de mão-de-obra intra-comunidade resulta em oportunidades de ascensão ocupacional em função do acesso privilegiado a tais mercados, solidariedade entre os imigrantes e uma obrigação de reciprocidade.

Sanders e Nee (1987) compreendem que, de fato, o funcionamento de uma economia de enclave étnico pode ser benéfico para empresários imigrantes, mas que não seria necessariamente benéfico para seus funcionários coétnicos, pois os autores rejeitam a ideia de que não haveria repercussões negativas associadas à segregação dentro de um enclave étnico, como por exemplo, a situação de exploração.

Portes e Jensen (1989) caracterizam a economia do enclave étnico como locais de aglomeração de empresas étnicas em determinado espaço físico, quase sempre em regiões metropolitanas, onde geralmente ocorre uma concentração de trabalhadores de um mesmo grupo minoritário. Essas empresas passam a ser uma saída para os imigrantes evitando que os mesmos adentrem o segmento secundário do mercado de trabalho. Portanto, diferentemente do que ocorre no mercado de trabalho local, geralmente, nesses locais a educação estrangeira é apreciada e os costumes e hábitos dos imigrantes são bem recebidos.

De acordo com Portes e Jensen (1989), os enclaves étnicos foram analisados ao longo do tempo a partir de três perspectivas diferentes, assim primeiramente há a compreensão do enclaves étnicos como uma forma dos imigrantes alcançarem uma mobilidade ocupacional ascendente; enquanto uma maneira das populações de imigrantes lidarem com a discriminação e assim adentrarem nichos e atividades que de outra forma não teriam acesso; e por último há também uma noção de que os enclaves étnicos seriam uma maneira disfarçada de exploração capitalista, já que muitas vezes

trabalhadores que vivenciam essa situação acabam morando e trabalhando num mesmo local, após serem contratados por empregadores coétnicos.

Porém, Portes e Jensen (1989) não concordam com essa última abordagem pois, concluem que viver num bairro étnico não é equivalente a trabalhar na economia do enclave, e consideram que usualmente, o enclave étnico seria algo bastante positivo, pois dá acesso a oportunidades de mobilidade socioeconômica para os trabalhadores imigrantes.

### **1.6 A hipótese da discriminação ou teoria da desvantagem**

Ainda tentando compreender melhor a inserção de imigrantes no mercado de trabalho nas sociedades de destino alguns autores (WONG, 1985; LIGHT et. al., 1994), desenvolveram uma abordagem que buscou enfatizar que as escolhas profissionais dos imigrantes poderiam ser conduzidas, comumente, por uma série de desvantagens ou situações de discriminação. Essa abordagem foi rotulada de *hipótese da discriminação* ou a *teoria da desvantagem*.

Essa abordagem observa diversas desvantagens ou discriminações que os migrantes enfrentam ao tentar se integrar-se na economia dominante. Esses estudos apontam para a existência de barreiras estruturais – relacionadas a etnia, raça, gênero e classe - que impedem os imigrantes ou minorias étnicas de competir com os nativos. (Cf. MATA e PENDAKUR, 1999; CLARK e DRINKWATER, 2000; PARKER, 2006).

Portanto, os migrantes ou membros de minorias étnicas geralmente são empurrados para trabalhos independentes por falta de outras oportunidades. Segundo Zimmermann (2006) um exemplo histórico emblemático seria o caso dos judeus na Europa medieval, que ao serem impedidos de tornarem-se proprietários de terras e de trabalharem como mão de obra qualificada nas guildas, foram obrigados a buscar outros negócios e assim, passaram a atuar no comércio como vendedores ambulantes, comerciantes e empresários.

Ao analisar melhor essas situações de desvantagens e a discriminação que seriam os principais fatores que levariam imigrantes a trabalharem como empresários nas sociedades de destino, Zimmermann (2006), desenvolve a hipótese de “mobilidade bloqueada”. Nesse sentido, os imigrantes seriam impulsionados a atuar em atividades

independentes devido a existência de um “*glass ceilings*” ou “teto de vidro” em termos de mobilidade ocupacional ascendente.

Portanto, essa perspectiva considera que os migrantes podem até conseguir inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora, porém o principal problema ocorre quando tentam escalar a “escada hierárquica”, pois nesse momento o “teto de vidro” impede os mesmos de alcançar cargos melhores, com mais responsabilidades, prestígio e altos salários e isso não ocorre devido à falta de habilidades, vontade ou lealdade, “mas devido a preconceitos raciais ou étnicos. Para contornar estes limites de mobilidade e evitar a discriminação no emprego remunerado, os migrantes acabam optando pelo auto-emprego com base nesta hipótese”<sup>18</sup>. (ZIMMERMANN, 2006, p. 39, tradução nossa).

Nesse sentido, a hipótese da discriminação recebeu diversas conceituações e verificações empíricas a partir da década de 1980, e conforme Nestorowicz (2012), tais verificações podem ser separadas em dois enfoques distintos, sendo o primeiro voltado para situações de discriminação por parte dos empregadores com relação aos empregados (PARKER, 2006; CLARK e DRINKWATER, 2000); e o segundo para a discriminação que ocorre no mercado de capitais (COATE e TENNYSON, 1992).

Portanto, o primeiro enfoque explica em que condições os imigrantes escolhem o trabalho independente em relação ao emprego assalariado, e como isso seria decorrente de situações de discriminação vivenciadas nas empresas em que trabalham. O segundo explora o acesso ao capital como o elemento essencial da atividade empreendedora e examina como as restrições a empréstimos afetam expressivamente os incentivos e o potencial para o desenvolvimento de empreendimentos empresariais de imigrantes.

Parker (2006) considera que a discriminação do empregador pode ser vista de duas maneiras: ou bloqueando o acesso das minorias ao mercado de trabalho em geral, ou restringindo suas oportunidades para empregos mal remunerados. Isso resultaria na escolha do trabalho independente como estratégia para fugir desses trabalhos disponíveis.

---

<sup>18</sup> Tradução livre de: “but is rather due to racial or ethnic prejudices. in order to circumvent these mobility blocks and avoid discrimination in paid employment, the migrants choose self-employment based on this hypothesis”. (ZIMMERMANN, 2006, p. 39).

De acordo com Coate e Tennyson (1992), com relação a discriminação dos mercados de capitais, esta pode ter um efeito direto não apenas na escolha entre o emprego assalariado e o trabalho por conta própria, mas também na taxa de sobrevivência das empresas étnicas, pois não ter acesso a empréstimos bancários ou conseguir apenas pequenas quantidades de empréstimos pagando altas taxas de juros pode dificultar fortemente a implantação e o desenvolvimento de negócios, dessa forma a discriminação do mercado de crédito com relação aos imigrantes seria decorrente da discriminação inicial do mercado de trabalho.

## **Capítulo II**

### **2. A dinâmica entre mercado de trabalho e imigração: trabalhadores imigrantes no Brasil**

O Brasil foi formado a partir de grandes fluxos migratórios. Porém, é possível perceber significativas mudanças com relação ao padrão dos fluxos migratórios rumo ao Brasil nos últimos anos. Por isso, nesse momento, pretende-se discutir: a) a dinâmica entre o mercado de trabalho brasileiro e os trabalhadores imigrantes ao longo da história; b) como o Brasil se insere no contexto das migrações internacionais do século XXI; e de que maneira é possível observar uma reconfiguração dos fluxos migratórios para o Brasil atualmente.

#### **2.1 A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil**

A formação do Brasil assim como do mercado de trabalho brasileiro encontra-se amplamente interligada a grandes fluxos migratórios internacionais. Portanto, para que se possa compreender a dinâmica entre o mercado de trabalho brasileiro e os trabalhadores imigrantes na atualidade é fundamental resgatar alguns aspectos históricos importantes do processo de formação do Brasil, assim como do mercado e das relações de trabalho no Brasil.

Segundo Fausto (1996) o processo de colonização acabou por fazer do Brasil um grande receptor de imigrantes que contribuíram fortemente com a formação do país. Primeiramente a migração veio atender aos interesses da corte de Portugal e propiciar a ocupação das terras brasileiras. Após esse período, ocorre o fluxo de escravos, sendo esta a maior quantidade de imigrantes forçados a entrar no país.

De acordo com Paula (2002) durante o período colonial era possível identificar quatro grandes economias regionais no Brasil: a economia nordestina baseada principalmente na agroindústria açucareira e em outras atividades menores como a produção de algodão, de cana-de-açúcar e a pecuária extensiva; a economia amazônica voltada para a exploração das denominadas “drogas do sertão” (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais, etc.), a extração de madeira e outras atividades como a caça e a pesca; a economia do extremo sul da América Portuguesa centrada na atividade pecuária, na agricultura familiar e na produção voltada para o mercado

interno; e por fim a economia da capitania de Minas Gerais baseada principalmente na mineração do ouro e de diamantes.

Já em meados do século XIX e até o fim do século XX um grande fluxo de imigrantes chega ao Brasil, a fim de atender a falta de mão de obra nas lavouras – principalmente nos cafezais – e na indústria. Nesse momento, inicia-se a formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Segundo Cosentino (2013) esse momento é primordial para que se compreenda a estruturação do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX, pois as características do

processo de transição para o trabalho livre até a Abolição expressa e manifesta questões importantes do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por um lado, constatamos que o projeto traçado no parlamento, de uma abolição gradual que preparasse a lavoura para o fim do cativo, foi bem-sucedido. Por outro lado, o encaminhamento da transição para o trabalho livre é marcado por diversas tentativas de controle da mão-de-obra e regulamentação do trabalho, que nem sempre, necessariamente, surtiram grandes efeitos. É preciso reconhecer que, enquanto a realidade escravista era predominante, a questão da formação do mercado de trabalho encontrava dificuldades. O processo de construção e constituição do mercado de trabalho é longo e se estendeu pelas primeiras décadas do século XX [...]. Portanto, trata-se de reconhecer que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre está na base da formação incompleta do mercado interno no país. Isto acabou por resultar num capitalismo precário, dependente e incapaz de garantir direitos mínimos à maioria da população. (COSENTINO, 2013, p. 37).

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a acabar com o tráfico de escravos e desde 1808 quando a família real portuguesa desembarcou no Brasil, a Inglaterra pressionava os portugueses para que abolissem o comércio de escravos. Portanto, o fim do tráfico de escravos no Brasil pode ser visto como resultado de um longo processo político, que surge após uma série de discussões e eventos que ocorreram ao longo da primeira metade do século XIX.

Nesse período, duas leis de 1850 que foram instituídas quase que concomitantemente, serão essenciais para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, inaugurando assim, a era capitalista no Brasil: a Lei que aboliu o tráfico de escravos e a Lei de Terras. Sobre a implementação da Lei de Terras, Gadelha (1989) explica que:

A Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária, não mais dando prioridade à questão das terras e, sim, à necessidade da substituição dos

braços escravos, consequência imediata da suspensão do tráfico, em uma sociedade que não pensava no escravo como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho. Procurava-se, assim, contrabalançar os efeitos da abolição, incentivando a colonização através da possibilidade que teriam os colonos imigrantes, da aquisição de lotes de terras devolutas. [...]. Quanto aos escravos - e a Lei alegava também a necessidade de substituição dos braços escravos -, tratava-se de resolver o novo fator de irracionalidade que atingira o sistema escravagista, encarecendo o custo do escravo e de sua exploração, consequência maior da abolição do tráfico africano. Porém, os objetivos capitalistas dos proprietários só seriam alcançados se o acesso do solo aos escravos e aos trabalhadores nativos fosse dificultado. (GADELHA, 1989, p. 160).

Portanto, com a lei de terras a possibilidade de acesso à terra passava a ocorrer apenas por meio de compra. O intuito dessa lei ficava bastante evidente e vinculava-se aos desejos da oligarquia agrária existente na época, que buscava uma forma de solucionar o problema da abundância das terras no Brasil, questão inclusive que foi fundamental para a própria instituição da escravidão no país.

Silva e Mattei (2015) demonstram que um dos principais motivos da utilização de trabalho escravo no Brasil era o excesso de terras e a constante possibilidade de o trabalhador livre rejeitar as condições de trabalho oferecidas e optar pelo modelo de subsistência. Desse modo, o trabalhador livre só poderia ser contratado mediante a oferta de altos salários; assim, tornava-se um transtorno chegar a uma proposta para esses trabalhadores que fosse mais satisfatória que a alternativa deles atuarem como produtores autônomos.

A lei de terras de 1850, ao dificultar o acesso do trabalhador livre à terra, acabava por legitimar a estrutura fundiária já existente no país, pois, “ao transformar a terra em mercadoria, e estando boa parte dela sobre o domínio do Estado, restringiu-se o acesso via preços de mercado”. (SILVA e MATTEI, 2015, p. 289).

Porém, mesmo mediante todos os cuidados tomados durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, através de leis como essa que buscavam preservar os privilégios da elite latifundiária já estabelecida no Brasil, não foi possível solucionar o problema da falta de mão de obra. Dedecca (2005) afirma que a região cafeeira que se expandiu rumo à São Paulo durante aquele período, sinalizou de forma bastante rápida o problema relacionado a ausência de força de trabalho local. Como decorrência do processo de ocupação que acontecerá durante o período de colonização, a maior parte da população brasileira localizava-se nas Regiões denominadas naquele período de Norte,

da qual fazia parte dos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia e na Região Sudeste onde situava-se os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Uma solução alternativa para se resolver esse problema poderia ter ocorrido através da atração da população localizada na Região Nordeste para o Estado de São Paulo, pois de acordo com Dedecca (2005) o Censo demográfico de 1872 indicava que 50% da população brasileira encontrava-se presente na Região Nordeste, ou seja, havia ali uma enorme quantidade de mão de obra disponível, e a maior parte dessa população encontrava-se vinculada à propriedade latifundiária atuando na produção de açúcar que entrará em decadência. Porém, essa possibilidade de utilizar a mão de obra de trabalhadores situados na Região Nordeste foi logo descartada, em razão de fatores distintos, como mostra Dedecca (2005):

[...] a grande dificuldade encontrada para a mobilização dessa população nasceu da presença desses interesses latifundiários na formação do Estado Nacional. A mobilização dessa população para São Paulo aceleraria a decadência da propriedade latifundiária nordestina. Outra perspectiva encontrada afirma que os cafeicultores paulistas desconfiavam que a mobilização serviria para os proprietários nordestinos transferirem a desvalorização do capital empregado com mão-de-obra. Os cafeicultores paulistas consideravam que estariam comprando um “mico” e que posteriormente seriam obrigados a incorporar a desvalorização do capital empregado com a compra de mão-de-obra escrava. A última visão encontrada associa a mobilização em favor da migração em contraposição à conformação de um mercado de trabalho livre constituído por trabalhadores negros na Região Sudeste, processo que não encontrava aceitação entre os cafeicultores paulistas. (DEDECCA, 2005, p. 96).

A importação de imigrantes tornou-se, portanto, a solução para o problema da falta de mão de obra. Cosentino (2013) explica que era possível perceber que a própria lei de terras de 1850 já adiantava que a atração de trabalhadores imigrantes para o Brasil seria o recurso utilizado para enfrentar a falta de mão de obra no país. De acordo com Silva e Mattei (2015), a lei de terras estabelecia que os imigrantes que adquirissem terras no Brasil seriam naturalizados após dois anos e que o dinheiro adquirido pelo Estado através da venda de terras deveria ser utilizado com a finalidade exclusiva de cobrir os gastos com a medição de terras e a importação de imigrantes. Estabelecia-se, portanto, um acordo estatal baseado numa política externa de migração que passaria a orientar a constituição do mercado de trabalho livre no Brasil.

O objetivo do projeto imperial era demarcar as terras devolutas, vendê-las, promover um projeto de colonização e financiar, através do dinheiro das vendas, a imigração estrangeira para país. Assim, remediava-se uma eventual ausência de braços, desencadeada com o fim do tráfico. (COSENTINO, 2013, p. 18).

Azevedo (1985) demonstra que o “projeto imigrantista” teve o seu início em São Paulo no final da década de 1840 e que esse projeto foi marcado desde o começo pelo “tema do imigrante ideal” e sobre as condições que deveriam ser oferecidas para que esse trabalhador permanecesse no país e auxiliasse no desenvolvimento e no progresso do Brasil. A questão racial, desse modo, torna-se fundamental para que se possa compreender esse período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois nesse momento ocorre uma explícita “associação entre os males da escravidão e a inferioridade racial do negro”. (AZEVEDO, 1985, p. 92).

Furtado (1967) explica que a formação do mercado de trabalho brasileiro ocorreu sem o aproveitamento de uma grande quantidade de mão de obra disponível já existente em solo brasileiro. Dessa forma, a organização do mercado de trabalho livre baseada na expansão da economia cafeeira aconteceu de forma a priorizar políticas de atração de trabalhadores imigrantes, ignorando uma enorme parcela de população adulta que vivia, principalmente, na Região Nordeste do país.

Os imigrantes europeus foram os eleitos para virem trabalhar nas lavouras de café, em função da crença “na superioridade inata do trabalhador europeu” (FURTADO, 1967, p. 131). Essa ideia ganha ainda mais força após o grande movimento migratório que ocorria de pessoas saindo da Europa rumo aos Estados Unidos naquele momento. De acordo com Furtado (1967), isso parecia “indicar a direção que cabia tomar. E, com efeito, já antes da independência começara, por iniciativa governamental, a instalação de “colônias” de imigrantes europeus”. (FURTADO, 1967, p. 131).

Arruda (2015) afirma que, nesse período, as políticas de branqueamento da população aparecem aliadas e disfarçadas como forma de valorização da miscigenação e desse modo, a adoção de medidas imigrantistas passaram a “compôr, então, após a abolição da escravidão em 1888, o quadro das ações do Estado brasileiro”. (ARRUDA, 2015, p. 13).

Porém, segundo Furtado (1967) a política de imigração implementada pelo governo imperial não apresentava vantagens para o imigrante, pois o mesmo não conseguia organizar a sua própria lavoura para fins comerciais, em virtude da falta de financiamento disponível para isso e ainda que conseguissem adquirir terras e organizá-las para a produção, tornava-se praticamente impossível concorrer com a elite do café já que a maioria ainda mantinha trabalhadores escravos.

Por isso, os primeiros imigrantes oriundos da Alemanha que chegaram no Brasil a partir desse período através da política de imigração permaneciam presos às fazendas onde se instalavam, pois o que acontecia na prática era um modelo de servidão, denominado pelo governo como sistema de parceria.

De acordo com Silva (2003), no sistema de parceria os imigrantes que chegavam da Europa eram levados para as fazendas de café em que iriam trabalhar. Nesse instante, as despesas que com relação ao transporte e a subsistência do colono e sua família eram consideradas como um adiantamento feito pelo dono da plantação ao colono. Cada família passava a ser responsável por um número específico de plantações de café de acordo com a sua capacidade de mantê-los. Após a venda do café, metade do lucro era destinado para o colono e sua família, porém devido aos adiantamentos realizados pelo dono das plantações no momento anterior, eram cobrados juros de até 6%. A renda do trabalhador era incerta e, se a colheita não fosse boa o suficiente, os colonos ficavam presos à terra até conseguirem quitar suas dívidas.

Prado Jr. (2004) explica que grande parte do problema acontecia em razão dos hábitos dos proprietários de terras que estavam acostumados a lidar com escravos e como muitos ainda mantinham trabalhadores escravos trabalhando juntamente com os colonos, estes proprietários não conseguiam tratar os colonos como trabalhadores livres. Dessa forma, a notícia sobre as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes recém-chegados ao Brasil chegou rapidamente à Europa, o que dificultou bastante a vinda de novos imigrantes para o país.

A partir da década de 1860 devido o fracasso do sistema de parceria foi adotado um outro sistema denominado de misto. Segundo Furtado (1967) no sistema misto era garantido ao colono uma remuneração fixa, assim o colono se encarregava de cuidar de uma quantidade específica de plantações de café em troca do salário e além dessa remuneração fixa o colono recebia um ágio que variava de acordo com a produtividade da colheita.

Lamounier (1988) aponta que uma outra importante lei que surge nesse período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, é a lei de 1879, que irá regular a contratação de serviços para parcerias agrícolas e parcerias pecuárias. Portanto, essa lei passava a organizar o mercado de trabalho livre, pois criava regras que regulamentava o trabalho dos imigrantes e facilitava a contratação de trabalhadores nacionais. A intenção era oferecer garantias de contratação aos produtores que tinham uma oferta regular de trabalho, promovendo a imigração e a estabilidade do mercado de trabalho.

Segunda Arruda (2015), em 1890 é implementada “a primeira lei específica direcionada a imigrantes e esta já veio com o teor racalista que permeava desde o início do século os debates políticos e sociais no país“. (ARRUDA, 2015, p. 14). Dessa forma, o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil, trazia uma série de medidas que buscavam auxiliar a vinda dos trabalhadores imigrantes “desejáveis” para o país, como é possível observar no texto do decreto:

Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia da effectividade dos auxilios que lhes forem promettidos para o seu estabelecimento;

Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente á immigração, depende o desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados áquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;

Considerando que a protecção dada aos immigrants e as medidas que assegurarem a sua prompta e conveniente collocação concorrem efficaçmente para interessal-os na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localisados;

Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agricolas, facilitando-lhes a aquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants, decreta:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes. [...]

Art. 7º O Estado concederá ás companhias de transporte marítimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto que ellas trasportarem da Europa para os portos da Republica e proporcionalmente, na razão da metade daquella quantia pelos menores de 12 annos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 annos, uma vez que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos imigrantes mais do que a differença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por elles firmadas, as quaes serão aqui verificadas no acto da chegada [...] (BRASIL, 1890)

A implementação destes marcos legais foram fundamentais para a atração de mão de obra estrangeira para o Brasil, assim como outros fatores, como a mudança com relação ao tratamento que os donos das lavouras de café passaram a dar aos colonos, pois os “proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão-de-obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imigrante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e trata-lo de acordo com sua condição de homem livre” (PRADO JR., 2004, p. 194). Outro importante fator que beneficiou a vinda de imigrantes para o Brasil, ocorreu em razão da unificação italiana; naquele momento a península itálica passava por uma enorme crise sócioeconômica e a imigração para o Brasil passou a ser uma alternativa para muitos italianos.

Oliveira (2015) atenta para o fato da existência de dois tipos diferentes de imigração nesse período: a “imigração subvencionista” e a “imigração espontânea”. Nesse sentido, a imigração subvencionista foi aquela que contou com uma série de ações e incentivos organizados pelo Estado brasileiro e, tiveram, portanto, diferentes efeitos sociais, tanto em relação aos grupos de imigrantes que eram escolhidos para virem rumo ao Brasil, quanto em relação a sua distribuição geográfica no país.

Em sentido inverso, imigrantes alemães, poloneses, russos e ucranianos, cuja imensa maioria se dirigiu aos estados do sul do país, é o exemplo típico da *imigração espontânea*. A imigração não foi um fenômeno que se espalhou por todo o país. Os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul abrigavam 34,44% de todos os estrangeiros que residiam no país em 1890, passaram a 58,41% em 1900 e alcançaram 70,13% em 1920. Da mesma forma, apenas o estado de São Paulo abrigava 41,37% de todos os estrangeiros que residiam no Brasil em 1900 e passou a 52,42% em 1920. (OLIVEIRA, 2015, p. 05).

Pereira (2002) demonstra que a concentração expressiva de imigrantes na região denominada de “Brasil meridional<sup>19</sup>” através de colônias fundadas por alemães, italianos e eslavos entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, causou um grande impacto na região sul do país, “modificando a paisagem natural a partir da pequena produção mercantil, imprimindo um novo dinamismo econômico e consolidando uma formação socioespacial singular”. (PEREIRA, 2002, p. 08).

Segundo Oliveira (2015) a quantidade de imigrantes que faziam parte da população total desta região era bastante superior à média nacional, “com efeito, a maior parte dos estrangeiros que residia no Brasil havia se fixado no Brasil Meridional: em 1900, correspondia a 58,41% e em 1920 eram 70,13% do total” (OLIVEIRA, 2015, p. 06).

De acordo com Oliveira (2015), entre 1822 e 1876, chegou ao Brasil um total de 350.117 imigrantes, sendo que a maior parte se estabeleceu nos estados da região sul do país. Já entre 1877 e 1914, a quantidade de imigrantes aumentou quase dez vezes, chegando ao final desse período um total de 3.013.841 imigrantes. É possível destacar dentre os grupos de imigrantes mais significativos durante esse período, “os italianos (1,5 milhões), portugueses (1,2 milhões), espanhóis (600 mil), alemães (160 mil), japoneses (150 mil), poloneses (100 mil), sírio-libaneses (90 mil)”. (OLIVEIRA, 2015, p. 05).

## **2. 2 Imigração e trabalho no Brasil entre 1930-1970**

Esses grandes fluxos migratórios continuaram de modo bastante expressivo para o Brasil até 1930. Segundo Koifman (2012), a partir de então a imigração para o país foi desestimulada por uma série de acontecimentos, como a Revolução de 1930 no país, que determinou medidas restritivas à imigração; a Constituição de 1934, que limitava a entrada de estrangeiros por nacionalidade; a Segunda Guerra Mundial; assim como a

---

<sup>19</sup> Conforme Oliveira (2015) o Brasil era dividido em 1913 em 5 grandes regiões: o Brasil Setentrional, o Brasil Norte-Oriental, o Brasil Central, o Brasil Oriental e o Brasil Meridional. Nesse sentido, os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul constituíam a região denominada de 'Brasil Meridional'. Tal divisão manteve-se até 1945, quando houve uma nova divisão e o Brasil passou a ter 7 regiões: Norte, Nordeste Oriental, Nordeste Ocidental, Centro-Oeste, Leste Setentrional, Leste Meridional e Sul, sendo que o Estado de São Paulo permaneceu junto aos outros três estados nessa última região sul. “Finalmente, a partir de 1970, a divisão foi reduzida para 5 regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Apesar do desmembramento de dois estados e transformações de antigos territórios em novos estados, essa divisão permanece até os dias de hoje”. (OLIVEIRA, 2015, p. 06).

melhoria do padrão de vida de diversas populações da Europa. Portanto, o período do primeiro governo de Getúlio Vargas ficou marcado por diversas medidas que tinham o intuito de restringir a entrada de estrangeiros no país e nos últimos anos de seu governo houve um impedimento quase que total da imigração para o Brasil.

Com relação ao mercado de trabalho brasileiro, Dedecca (2005) explica que foi apenas a partir da década de 1930 que o Brasil começou a integrar nacionalmente tanto as atividades econômicas como o mercado de trabalho, pois “até então, a unidade política não encontrava qualquer articulação interna na organização de seu sistema econômico” (DEDECCA, 2015, p. 98).

A crise econômica de 1929, que comprometeu o mercado internacional, impedia a negociação de café para o mercado externo; a saída foi o desenvolvimento do mercado consumidor interno no país e para isso era necessário a integração dos mercados regionais. Dessa forma, essa integração possibilitou acabar com a situação de “isolamento dos mercados regionais, permitindo o início da mobilização dos trabalhadores nordestinos para o processo de industrialização concentrado na Região Sudeste, em especial no estado de São Paulo” (DEDECCA, 2015, p. 98).

Segundo Welch (2016) o governo provisório de Vargas buscou enfatizar a necessidade de se aproveitar da mão de obra do trabalhador brasileiro em detrimento dos trabalhadores estrangeiros, por isso, o governo manifestava o desejo de seguir os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que regulavam as relações de trabalho. “Para alcançar a meta, os mercados de trabalho e as relações de trabalho precisavam ser “racionalizados”, e a regulação estatal intervencionista era a maneira de fazê-lo. ”. (WELCH, 2016, p. 85).

Esse período será marcado, portanto, pela adoção de medidas que acabaram por restringir a entrada de trabalhadores estrangeiros, pois o governo Vargas compreendia que a chegada em massa de imigrantes no período anterior, seria responsável pelo aumento do desemprego dos trabalhadores nacionais nas cidades, assim, segundo Geraldo (2009), após dois meses de sua ascensão ao poder Getúlio Vargas,

promoveu a primeira medida de caráter restritivo em relação à entrada de estrangeiros em território nacional. Com o decreto no 19.482, o ingresso no país ficou restrito aos estrangeiros já domiciliados no Brasil e que viajavam ao exterior, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de “bilhetes de chamada”, e a estrangeiros agricultores, agrupados em famílias. O decreto incluía ainda o que ficou conhecido como a “Lei dos 2/3”, segundo a qual empresas, associações,

companhias e firmas comerciais deveriam apresentar, entre seus empregados, pelo menos dois terços de brasileiros natos. Na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros. (GERALDO, 2009, p. 178).

Villen (2015) afirma que é durante esse período em que se evidencia o desenvolvimento de uma forte campanha nacionalista promovida pelo governo, e que surge a dicotomia entre a categoria “trabalhador nacional” e “trabalhador estrangeiro”, desta maneira, se anteriormente a promoção da imigração era vista como algo essencial a manutenção do mercado de trabalho, a partir desse instante, o trabalhador nacional passa a ser o agente fundamental para a efetivação e o funcionamento deste mercado.

Desse modo, a entrada de trabalhadores estrangeiros no país ficava condicionada à não existência de trabalhador brasileiro apto a desempenhar a função para a qual tal trabalhador estrangeiro estaria sendo designado. Essa “mudança enseja desdobramentos decisivos para a análise da relação entre imigração e trabalho no Brasil durante o restante do século XX e início do XXI”. (VILLEN, 2015, p. 62).

As restrições aos imigrantes aumentaram ainda mais a partir da convocação da Assembleia Constituinte de 1933, onde foram apresentadas emendas que tratavam a questão da imigração e da colonização: “Temas como trabalho e povoamento suscitaram a elaboração de discursos e debates que abordavam desde a miscigenação e a assimilação até propostas de proteção ao trabalhador nacional.” (GERALDO, 2009, p. 177).

Tais emendas tinham a intenção de proibir ou limitar de alguma forma a entrada principalmente de negros e amarelos, já que a quantidade de imigrantes japoneses que se iniciou em 1908, havia crescido significativamente durante esse período e em virtude da disseminação de ideias eugenistas. Segundo Oliveira e Tarelow (2014)

para difundir os preceitos eugênicos, foram criados alguns veículos de divulgação científica que compilavam os estudos e as concepções de diversos pesquisadores eugenistas. Nesse contexto foi lançado, em janeiro de 1929, o primeiro volume do Boletim de Eugenia, dirigido por Renato Kehl, sob os auspícios do “Instituto Brasileiro de Eugenia”. Em tal publicação, nos seus vários volumes lançados, é possível observar, dentre outros temas de interesse eugênico, o discurso que visava difundir os riscos de o Brasil seguir importando mão de obra japonesa. (OLIVEIRA e TARELOW, 2014, p. 27).

Por isso, durante a Assembleia Constituinte de 1933, a pauta sobre a necessidade de se administrar melhor a entrada de estrangeiros, principalmente de japoneses, emerge como uma prioridade nos debates sobre a imigração. Em 1934 foi aprovada a lei de cotas, sendo que esta pode ser vista como um resultado direto dos debates ocorridos na Assembléia Nacional Constituinte e da repercussão pública gerada a partir de tais emendas.

A lei de cotas (Decreto nº 24.215 de 09 de maio de 1934) estabelecia novos limites à entrada de estrangeiros, pois de acordo com texto do Decreto, a entrada desordenada de estrangeiros seria uma das causas do desemprego, “que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social”. (BRASIL, 1934). Portanto, de acordo com este decreto estabelecia-se que:

[...] Art. 2º Não será permitida a entrada de estrangeiro imigrante, sem distinção de sexo, estando em alguma das condições seguintes:

I - Aleijado ou mutilado, salvo si tiver íntegra a capacidade geral de trabalho, admitida, porém, uma redução desta até vinte por cento, tomando-se por base o grau médio da tabela de incapacidade para indenização de acidentes no trabalho, verificada nos moldes dos dispositivos legais sôbre o assunto;

II - Cego ou surdo-mudo;

III - Atacado de afecção mental, nevrose ou enfermidade nervosa;

IV- Portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, como lepra, tuberculose, tracoma, infecções venéreas e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;

V - Toxicômano;

VI - Que apresente lesão orgânica com insuficiência funcional, verificada conforme preceitua a legislação em vigor;

VII - Menor de 18 anos e maior de 60;

VIII - Cigano ou nômada;

IX - Que não prove o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para se manter e às pessoas que o acompanhem na sua dependência, feitas tais provas segundo os preceitos do regulamento que será expedido para melhor execução da presente lei;

X - Analfabéto;

XI - Que se entregue á prostituição, ou a explore, ou tenha costumes manifestamente imorais;

XII - De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional;

XIII - Já anteriormente expulso do Brasil, salvo si o ato de expulsão tiver sido revogado;

XIV - Condenado em outro país por crime de natureza que determine a sua extradição segundo a lei brasileira [...] (BRASIL, 1934).

De acordo com Arruda (2015) a tendência a nacionalização, assim como a necessidade de se pensar sobre questões relacionadas à segurança nacional em razão do período entreguerras que se intensificou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fez com que através do Decreto-Lei nº 3.175 de 07 de abril de 1941 a responsabilidade de se administrar a entrada de estrangeiros fosse transferida do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Dessa forma, “a imigração, que era tratada no âmbito da diplomacia, passou a ser operada como um caso de justiça”. (ARRUDA, 2015, p. 18). Este Decreto tornou-se o marco legal mais restritivo da história do país e perdurou até 1945 e estabelecia que:

Art. 1º Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a nacionais de Estados americanos.
- 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência [...]

Art. 2º Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a portugueses e a nacionais de Estados americanos;
- 2) ao estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato;
- 3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos no Brasil;
- 4) a agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem a colonização previamente aprovada pelo Governo Federal;
- 5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis;
- 6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria útil ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada;

7) ao estrangeiro que se recomende por suas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país;

8) aos portadores de licença de retorno;

9) ao estrangeiro que venha em missão oficial do seu governo. [...] (BRASIL, 1941).

Em 01 de maio de 1943 o governo Vargas promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passou a reger as normas de trabalho individual e coletivo no Brasil; nesse documento ficou estabelecido que toda empresa brasileira deve ter ao menos 2/3 de cidadãos brasileiros ocupando o número total de cargos disponíveis e do valor da folha de salários da empresa.

As medidas que limitavam à entrada de imigrantes perduraram entre 1930-1945, e foram revistas após esse período devido à demanda do mercado que surgia após a Segunda Guerra Mundial. Esse contexto possibilitou a abertura parcial do país aos estrangeiros, mas tal abertura “continuou atrelada a princípios seletivos da “proteção do trabalhador nacional”, do “respeito à ascendência eleita [europeia]” para a população brasileira e da imigração dirigida por políticas estatais para servir ao progresso do país”. (VILLEN, 2015, p. 69).

Segundo Villen (2015) entre o final do século XIX e a primeira metade do XX os fluxos migratórios internacionais rumo ao Brasil foram pouco expressivos e observou-se uma significativa diminuição na entrada de estrangeiros entrando de forma legal no país. “Essa tendência se acentuaria depois do golpe militar (1964), num momento em que mais do que nunca essa questão era associada a uma ameaça à segurança nacional” (VILLEN, 2015, p. 71).

Andena (2013) afirma que a partir de 1964 o governo militar irá incluir na categoria de “inimigos internos” os imigrantes de esquerda ou provenientes de países socialistas. Dessa maneira, “se o então vigente Decreto-Lei nº 7.967/45 já mencionava preocupação com a segurança nacional no trato da questão imigratória, o Decreto-Lei nº 941/69 seria ainda mais rígido” (ANDENA, 2013, p. 97). Esse Decreto definia a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil e estabelecia de modo específico os procedimentos que deveriam ser adotados com relação a expulsão do estrangeiro considerado nocivo à ordem pública.

Por fim, em 19 de agosto de 1980 foi promulgada a Lei nº 6.815 – Estatuto do Estrangeiro – onde o imigrante aparece como uma ameaça à “estabilidade e à coesão

social” do país, dessa forma, esse Estatuto se baseia na questão da segurança nacional, e o objetivo, portanto, era conter a entrada de todos aqueles que pudessem adentrar as fronteiras do Brasil e causar desordem em solo brasileiro. Essa Lei criou ainda o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que de acordo com Oliveira (2017) passou a praticar a “política do mobilizar, selecionar e localizar, que desde sempre predominou nas políticas migratórias implementadas no país, seguindo a lógica de atender às demandas por força de trabalho estrangeira. “ (OLIVEIRA, 2017, p. 171).

### **2.3 Mercado de trabalho e as migrações internacionais no Brasil a partir de 1980**

A partir dos anos 1980 – quando o Brasil atravessou uma grave crise econômica – foi possível observar uma grande quantidade de brasileiros deixando o país rumo ao exterior. Naquele momento segundo Alves (2000) o Brasil passava por um contexto em que a crise da dívida externa fez com que o Brasil adotasse em virtude da pressão feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma política recessiva, com o objetivo de alcançar superávits comerciais e garantir o pagamento total dos encargos da dívida externa.

A recessão entre 1981 e 1983 gerou uma grande retração do mercado interno e a queda da produção industrial do país, fazendo com que algumas empresas buscassem realizar suas vendas no mercado mundial. Em função da retração do mercado interno e à política de incentivo às exportações, as indústrias de ponta (automobilística, autopeças, etc.) passaram a adotar um modo bastante restrito e seletivo passando a utilizar novos padrões organizacionais e tecnologias microeletrônicas na produção.

De acordo com Patarra e Pacheco (1998) o que se refletiu de modo imediato nos mercados de trabalho metropolitanos foi uma intensa terceirização da estrutura ocupacional “acompanhada pela deterioração da maioria dos indicadores disponíveis: queda dos rendimentos reais, redução relativa do assalariamento e da cobertura dos vínculos jurídico institucionais” (PATARRA E PACHECO, 1998, p. 15).

Costa (2003) afirma que durante esse período a economia brasileira passou por uma série de mudanças estruturais que se iniciaram com a abertura comercial fomentadas pelo governo de Fernando Collor – entre 1990-1992 – e ampliadas em seguida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – entre 1995-2002 –, dessa forma tais mudanças afetaram significativamente o setor industrial brasileiro, “rompendo com

a política de substituição de importações, sustentáculo dos programas de desenvolvimento do país desde os anos 30.” (COSTA, 2003, p. 03).

A partir desse momento, a adoção de medidas buscando competitividade no mercado global gerou bruscos processos de reestruturação produtiva nas empresas e a consequência imediata destas ações pôde ser observada através do fechamento de diversas fábricas, o enxugamento de plantas, processos de terceirização, desenvolvimento tecnológico, rearranjo organizacional de processos produtivos, dentre outras. Essas ações “sintetizaram as estratégias empresariais, como alternativas mesmo de sobrevivência, resultando num fenômeno de demissão em massa de dimensão jamais vivida na história da industrialização do país.” (COSTA, 2003, p. 03).

É perceptível a partir desse período, portanto, grandes mudanças com relação ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro que afetaram diretamente os trabalhadores assalariados do país. Todo esse processo desencadeou a adoção cada vez maior de regimes de trabalho flexíveis com relação a jornada de trabalho, salários, assim como, o início da desregulamentação do sistema normativo de proteção do trabalho e do trabalhador.

Segundo Sasaki (2006) mediante esse contexto que o Brasil atravessava observou-se um grande número de brasileiros de classe média deixou o país em busca de melhores oportunidades no exterior como trabalhadores migrantes, exercendo geralmente trabalhos rejeitados pelos trabalhadores nacionais, sendo que os principais destinos eram: Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa.

Borges (2012) explica que após a fase mais intensa da reestruturação produtiva ditadas pelas políticas neoliberais que resultaram em profundas mudanças no emprego urbano no Brasil a partir do início dos anos 1990, a economia brasileira voltou a crescer, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, assim as taxas de ocupação se “recuperaram, enxugando parte do excedente de trabalhadores e derrubando as taxas de desemprego que, não obstante, ainda permaneceram num patamar extremamente elevado”. (BORGES, 2012, p. 19).

Entre 2004 e 2008 o Brasil passava por uma fase econômica bastante positiva, sendo notório o crescimento do PIB, de acordo com Mattos (2015) esse cenário poderia ser explicado fatores diversos como a demanda externa exercida mediante o aquecimento da economia internacional principalmente, pela economia chinesa e

medidas implementadas pelo governo federal que impactaram a atividade econômica e consequentemente, o mercado de trabalho, nos anos subsequentes.

Com relação ao fluxo migratório de brasileiros para outros países, este foi intenso até a crise econômica iniciada no final de 2007 que eclodiu nos sistemas financeiros dos países desenvolvidos e industrializados. Assim, a brusca desaceleração da economia global acabou por devastar economias nacionais, empresas e trabalhadores de países centrais, e com isso percebeu-se um intenso retorno de brasileiros que se encontravam no exterior. Porém, além do retorno de uma expressiva quantidade de brasileiros que estavam no exterior, observou-se também a entrada significativa de imigrantes no Brasil a partir desse momento, já que o país atravessava uma boa fase econômica.

O que precisa ser salientado é que o Brasil sempre recebeu imigrantes, assim como sempre pudemos observar também brasileiros indo em busca de novos destinos no exterior, porém, em alguns momentos é possível observar esses fluxos migratórios de modo mais intenso, portanto, entendemos conforme explica Patarra (2012) que

de modo geral, nem a saída de brasileiros nem a entrada de estrangeiros no Brasil atual assumem uma dimensão assustadora ou podem colocar em cheque os esforços desenvolvimento do país; as questões e desafios que cercam os movimentos de emigração e imigração no país, hoje, são outros. Bem como não se pode falar do Brasil como país de imigração ou país de emigração. (PATARRA, 2012, p. 13).

Consequentemente, a partir dos anos 1980, a questão migratória é retomada no país e passa a ter novamente certa relevância na agenda política e social do Brasil e isso ocorre em função de diversos fatores, como o contexto vivenciado onde havia a necessidade de se pensar sobre a emigração, em razão da quantidade de brasileiros que passaram a emigrar para o exterior, muitas vezes em situação de vulnerabilidade e sem conseguir retornar ao país dado a falta de oportunidades laborais; a entrada irregular de diversos trabalhadores imigrantes e de seus famílias, principalmente de países fronteiriços, como Bolívia e Paraguai; e a chegada bastante expressiva de haitianos e de outros “novos imigrantes”, a partir dos anos 2010.

Segundo Oliveira (2017) essa relevância no cenário nacional e a sua intensificação a partir de 2007/2008 gerou uma enorme necessidade de se repensar a

política migratória brasileira e nos últimos anos, as questões migratórias estavam sendo tratadas basicamente de duas formas distintas:

Na primeira, seguiu-se a receita dos Estados Unidos e da União Europeia, promovendo a regularização dos estrangeiros que residiam há determinado tempo no país. Essa medida, tomada tanto no governo autocrático quanto nos democráticos, nem conseguia atender/satisfazer a todos que se encontravam nessa situação, nem resolvia o essencial – a necessidade de uma política migratória clara, que abarcasse, ao menos, os eixos da regulação, integração e cooperação internacional, seja qual fosse o viés ideológico que orientasse tais políticas. Na segunda, o CNIg passou a enfrentar o problema emitindo, pontualmente, Resoluções Normativas para cada questão surgida. Não obstante avanços importantes em aspectos humanitários, proteção, livre circulação dos trabalhadores do Mercosul, entre outros, o que se produziu foi um verdadeiro emaranhado normativo, que, da mesma forma, está longe de afrontar as questões migratórias com a necessidade e a profundidade requeridas. Deve-se enfatizar que, nesse ínterim, o país também aderiu a medidas internacionais que visam a proteção e garantias dos direitos dos imigrantes, como na questão da Convenção Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Pessoas, em 2004. (OLIVEIRA, 2017, p. 172).

Dessa maneira, após longos debates em 24 de maio de 2017 foi aprovada a nova lei de migração (Lei nº 13.445/2017) que trouxe importantes mudanças e representa um enorme avanço, pois essa legislação se afasta da perspectiva de tratar a imigração e os imigrantes como questão de segurança nacional – perspectiva presente no Estatuto do Estrangeiro, lei que vigorava anteriormente – e se aproxima da dimensão dos direitos humanos. Dessa forma, esse marco legal passa a reconhecer o imigrante enquanto a “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”. (BRASIL, 2017).

Dentre os principais pontos de mudança observados nessa lei é possível destacar: a diminuição da burocracia para se requerer o visto permanência no país; proteção aos apátridas; determinação da existência de visto temporário específico para o migrante que se encontra em situação de “acolhida humanitária” (pessoas que estão fugindo de alguma situação no país de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio); oportunidade de regularização da situação aos migrantes que não possuem documentação ou que estão no país de modo irregular; o fim da proibição de imigrantes de participarem de qualquer atividade de natureza política, como reuniões políticas ou sindicatos e o fim da prisão por situação irregular.

## 2.4 Padrões e configurações/reconfigurações dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos no Brasil

Buscando compreender melhor os desafios que compõem a análise dos movimentos migratórios internacionais contemporâneos, buscaremos nesse momento, observar mudanças significativas com relação ao padrão dos fluxos migratórios internacionais no Brasil a partir de 2007 até o momento atual. Dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registo de Estrangeiros (SINCRE)<sup>20</sup>, mostram um crescimento expressivo na quantidade de imigrantes em situação regular no Brasil a partir de 2007, como podemos observar na tabela 1.

**Tabela 1. Quantidade de estrangeiros, segundo classificação, de acordo com o ano de registro, 2007-2016.**

Classificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Permanente</b>	18.263	15.379	45.828	20.861	27.868	34.382	26.993	36.211	47.621	66.347
<b>Asilado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Temporário</b>	20.234	24.001	32.134	32.492	46.743	64.969	83.615	83.194	66.084	55.933
<b>Provisório</b>	693	347	9.441	959	114	48	8	24	15	43
<b>Fronteiriço</b>	428	420	633	694	1.026	1.180	1.522	1.828	2.476	2.041
<b>Outros</b>	149	93	208	146	136	194	469	1.389	1.269	973
<b>Total</b>	<b>39.767</b>	<b>40.240</b>	<b>88.244</b>	<b>55.152</b>	<b>75.890</b>	<b>100.773</b>	<b>112.607</b>	<b>122.646</b>	<b>117.465</b>	<b>125.337</b>

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2007-2016.

<sup>20</sup> O SINCRE é uma base de dados do Departamento da Polícia Federal (DPF), ligado ao Ministério da Justiça, que realiza o cadastro de todos os estrangeiros que entram no Brasil de modo regular – com exceção dos estrangeiros com visto temporário concedidos por motivo de turismo. Portanto, todas os estrangeiros que adentram o país, seja com visto temporário ou permanente, necessitam comparecer, num período de 30 dias ao Departamento de Polícia para obter o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Segundo Oliveira, Pereira e Quintino (2015) existem algumas ressalvas com relação aos dados do SINCRE, já que uma vez registrado no sistema, o estrangeiro permanece na base sem que haja uma atualização com relação a esse indivíduo, no sentido de retirá-lo da base de dados caso ocorra óbito ou o mesmo esteja re-emigrando, portanto, esse tipo de situação faz com que esse cadastro fique superdimensionado. Outra restrição com relação à essa base de dados deve-se ao fato de haver uma quantidade alta de estrangeiros que se cadastram tardiamente. Porém, mesmo mediante todas essas “limitações, o SINCRE, para além da sua finalidade administrativa, tem como grande potencial permitir acompanhamento da mobilidade internacional da população, aportando com valiosas informações que só podem ser obtidas, com esse nível de detalhamento, no Censos Demográficos”. (OLIVEIRA, PEREIRA e QUINTINO, 2015, p. 48).

Compreendemos que esse aumento está diretamente relacionado, num primeiro momento, aos efeitos da crise econômica de 2007-2008, e num segundo momento a partir de 2010, devido à grande quantidade de haitianos que passaram a adentrar o país. Portanto, como analisar a reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais no Brasil que ocorre a partir desse período e a complexidade que tal reconfiguração dos movimentos migratórios internacionais envolve?

Com relação à crise econômica que eclodiu nos sistemas financeiros dos países desenvolvidos entre 2007-2008, foi possível perceber que a mesma impactou rapidamente economias ao redor do mundo, e o resultado foi a falência de empresas, cortes de milhares de empregos e conseqüentemente nos rendimentos de milhões de pessoas.

Segundo Almeida (2009) embora o Brasil não tenha permanecido imune aos efeitos mais graves da crise econômica, no seu pico recessivo – entre o final de 2008 e o início de 2009 – o país conseguiu resistir bem à crise financeira internacional que começou no setor imobiliário norte-americano e que logo se alastrou para todo o sistema bancário, tornando-se, portanto, uma crise econômica internacional.

Orair e Gobetti (2017) afirmam que o Brasil foi um dos poucos países que conseguiu lidar relativamente bem com a fase mais aguda da grande crise financeira de 2007-2008, mantendo inclusive sua vitalidade econômica durante a maior parte do quadriênio 2007-2010.

Naquele momento diversas reportagens<sup>21</sup> propagavam que o Brasil passara a receber de modo intenso uma grande quantidade de “novos imigrantes” que adentravam o país em busca de oportunidades de emprego formal e qualificado. Desta maneira, o Brasil destacava-se enquanto economia emergente que apresentava um contexto de estabilidade econômica.

---

**21 Pedido de visto para estrangeiro trabalhar no Brasil bate recorde histórico.** [<http://noticias.r7.com/economia/noticias/pedido-de-visto-para-estrangeiro-trabalhar-no-brasil-e-o-maior-em-cinco-anos-20100823.html>]. Disponibilidade: 09/09/2016.

**Para fugir de desemprego e crise, estrangeiros vêm trabalhar no Brasil.** [<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/07/para-fugir-de-desemprego-e-crise-estrangeiros-vem-trabalhar-no-brasil.html>]. Disponibilidade: 09/09/2016.

**Crise nos países ricos e ascensão do Brasil criam novo perfil de imigração.** [<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/19496/crise+nos+países+ricos+e+ascensao+do+brasil+criam+novo+perfil+de+imigracao.shtml>]. Disponibilidade: 09/09/2016.

Conforme Castles (2000), de modo geral, crises sociais, econômicas e políticas exercem uma forte pressão na condição dos migrantes. A crise financeira de 2007/2008 confirmou a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes, pois de acordo com Baeninger (2016), a crise econômica provocou um cenário de êxodo que consistiu num contingente muito grande de pessoas de diferentes nacionalidades deixando os países de origem em busca de melhores condições de trabalho e vida. Dessa maneira, no Brasil foi possível perceber tanto o retorno de muitos brasileiros que estavam no exterior quanto o aumento significativo e bastante diversificado de imigrantes.

Além da crise econômica mundial, destacam-se as múltiplas crises sociais e humanitárias que eclodiram em diversos países nos últimos anos. De acordo com a ONU (2015) uma crise humanitária pode ser entendida como uma situação em que existe uma ameaça excepcional e generalizada contra a vida, a saúde ou a subsistência de um ser humano. Essas crises geralmente aparecem em contextos em que há a existência de uma série de fatores como pobreza, desigualdade, falta de acesso a serviços básicos e etc., ou em contextos e situações que emergem repentinamente, como desastres naturais ou conflitos armados.

Foi mediante esse contexto de propagação de diversas crises humanitárias ao redor do mundo que muitos “novos imigrantes”, de diversas nacionalidades – como por exemplo, bengalês, senegaleses, ganeses, paquistaneses, haitianos e etc. – que até então não eram observadas no Brasil, começaram a chegar no país em grande quantidade.

A tabela 2 mostra as principais nacionalidades que entraram no Brasil a partir de 2007. É possível notar um tímido aumento na entrada de pessoas provenientes de países centrais como Portugal, Itália, Estados Unidos, França e Espanha; e uma entrada bastante expressiva de estrangeiros oriundos de países da América Latina e de haitianos a partir de 2010.

**Tabela 2. Quantidade de estrangeiros registrados como permanentes, segundo principais países de origem, por ano de registro, 2007-2016**

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>República do Haiti</b>	10	12	09	13	376	4.243	5.570	10.622	14.497	42.406
<b>República Popular da China</b>	975	940	5.204	1.131	1.734	1.974	2.110	3.663	4.213	2.904
<b>Portugal</b>	1.134	938	1.760	1.447	2.106	2.753	2.884	3.081	3.244	1.716
<b>Itália</b>	1.072	994	1.452	1.264	1.316	1.524	1.546	2.179	2.198	1.141
<b>Espanha</b>	534	513	681	722	1.041	1.321	1.394	1.470	1.353	652
<b>França</b>	639	581	866	822	938	987	863	1.087	1.305	799
<b>Estados Unidos da América</b>	745	732	1024	943	1.167	1.087	776	869	1.258	785
<b>Paraguai</b>	549	422	3.106	1.130	1.385	1.267	621	752	1.135	875
<b>Bolívia</b>	2.648	1.998	14.033	2.666	6.367	7.145	2.040	734	2.381	1.021
<b>Peru</b>	519	557	3.865	930	854	2.067	709	739	1.763	723
<b>Argentina</b>	2.377	1.718	1.727	1.853	1.820	1.444	1.142	665	2.528	1.335
<b>Coréia do Sul</b>	353	318	1.151	550	713	605	420	462	745	482
<b>Não informado</b>	04	03	06	01	09	09	13	09	10	09
<b>Outros</b>	6.704	5.653	10.944	7.189	8.042	7.956	6.905	9.879	10.991	11.501
<b>Total</b>	<b>18.263</b>	<b>15.379</b>	<b>45.828</b>	<b>20.861</b>	<b>27.868</b>	<b>34.382</b>	<b>26.993</b>	<b>36.211</b>	<b>47.621</b>	<b>66.347</b>

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2007-2016.

Esses dados demonstram, portanto, que a partir de 2008 houve um leve aumento na entrada de imigrantes provenientes de países centrais como Portugal, Itália, Espanha, França e Estados Unidos. Naquele momento essas nações estavam sendo amplamente afetadas pela crise econômica global e isso fez com que muitos de seus trabalhadores deixassem esses locais e buscassem inserção no mercado de trabalho em países que apresentavam certa estabilidade econômica, como o Brasil.

É importante ressaltar também que alguns desses países, como Portugal, Espanha e Itália, possuem laços históricos de imigração com o Brasil, dessa maneira, no momento em que essas nações passavam por uma grande crise financeira, apresentando

altos índices de desemprego, o Brasil passou a ser uma alternativa e um país bastante atrativo para profissionais qualificados e semiqualificados.

Uebel e Ruckert (2017) afirmam que “os imigrantes destes países encontraram no Brasil um cenário macroeconômico em crescimento, próspero e vacinado contra as oscilações internacionais dos grandes centros”. (UEBEL e RUCKERT, 2017, p. 41). Outro fator fundamental na análise da dinâmica desses fluxos migratórios de imigrantes provenientes de países centrais para o Brasil durante esse período, ocorreu em função do aumento de empresas de petróleo, gás, mineração e de alta tecnologia no país, sendo que tais setores demandam por profissionais altamente qualificados e trabalhadores especializados.

Muitos desses estrangeiros chegaram ao país motivados também pelo *boom* da construção civil e devido os preparativos do Brasil para sediar grande eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Portanto,

percebe-se que o ano de 2010, somadas às motivações econômicas e de conflitos internacionais e atratividade econômica, social e laboral do Brasil, coloca-se como um ponto de inflexão na rede internacional das migrações, sendo o país que mais acolhera – proporcionalmente – imigrantes naquele período de tempo, superando inclusive Estados Unidos e União Europeia. (UEBEL e RUCKERT, 2017, p. 41).

Outro aspecto importante que é possível destacar nos dados do SINCRE, é o volume significativo de imigrantes provenientes de países do Sul global rumo ao Brasil. Portanto, esses dados corroboram diversas teorias migratórias contemporâneas que afirmam que os fluxos migratórios atualmente não são mais restritos ao movimento “Sul-Norte”, pois atualmente há uma forte tendência das migrações “Sul-Sul”.

Primeiramente, é necessário definir o que estamos denominando de “Sul” e “Norte”, e essa tarefa é bastante difícil, pois não há um consenso com relação a tal conceituação. Por isso, iremos utilizar a definição proposta pelo Banco Mundial (2016), que categoriza “Norte” e “Sul” com base no PIB *per capita*<sup>22</sup> dos países, sendo assim, nessa definição o “Norte” inclui países que possuem economias de alta renda como por

---

<sup>22</sup> Conforme Gomes e Oliveira (2017) o Produto Interno Bruto (PIB) pode ser definido como o valor monetário de toda a atividade produtiva desenvolvida por um país, durante um determinado período de tempo, geralmente durante um ano ou num trimestre, sendo assim o PIB *per capita* é determinado pelo valor do produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país.

exemplo, Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, países desenvolvidos da Ásia, Austrália e Nova Zelândia; já o “Sul” Global é composto por países que possuem renda média-baixa que localizam-se na África, América Latina, e países em desenvolvimento da Ásia e do Oriente Médio.

Melde et. al (2014) afirmam que um ponto essencial para se compreender as migrações Sul-Sul é entender a utilidade do conceito de “Sul” em si, pois para alguns estudiosos um termo que possui tanta utilidade apresenta-se de forma muito simplista, assim outras categorias seriam muito mais úteis do que “Norte” e “Sul” ao se estudar as migrações internacionais, como por exemplo, os termos “migração intra-regional”, “centros de trabalho regionais e globais” e “padrões de migração baseados em laços históricos”. Porém, entende-se que apesar dessas considerações o conceito “Sul-Sul” não deve ser abandonado pois, possui um valor analítico e heurístico capaz de distinguir diferentes tipos de fluxos migratórios globais.

De acordo com Melde et. al. (2014) as migrações “Sul-Sul” possuem importantes características que as distinguem dos padrões migratórios “Sul-Norte”. Em primeiro lugar considera-se que as diferenças salariais entre os países de origem e os países de destino são muito menores nas migrações “Sul-Sul”, conseqüentemente esse seria um fator que teria uma menor importância explicativa na motivação da migração com relação a esses movimentos migratórios se comparados a migração “Sul-Norte”. Nesse sentido, outros fatores, como as altas taxas de desemprego no local de origem e a possibilidade de se alcançar outras oportunidades – não necessariamente ligadas à renda – podem ser relativamente mais importantes.

Em segundo lugar, em contraste com os fluxos de migração do Sul para o Norte Global, a grande maioria dos migrantes entre países do Sul circulam entre países fronteiriços. Ratha e Shaw (2007) estimam que mais de 80% das migrações “Sul-Sul” ocorrem entre os países vizinhos.

Uma outra particularidade importante é que esses movimentos migratórios também tendem a ser mais informais que os movimentos do “Sul-Norte”, devido à fatores como a proximidade entre os países de origem e de destino, a permeabilidade das fronteiras e à natureza dos mercados de trabalho no Sul global que caracterizam-se por seus altos índices de trabalhadores informais; assim, muitos migrantes acabam por inserir-se nessa economia informal. Por fim, no contexto das migrações “Sul-Sul”, os movimentos circulares temporários desempenham um papel mais importante

comparado com as migrações “Sul-Norte”, que geralmente tendem a ser imigrações permanentes ou semipermanentes. (Cf. MELDE et. al., 2014).

Com relação às migrações intra-regionais na América Latina, Durand e Massey (2010), identificam três padrões diferentes nesses movimentos: a migração de fronteira que caracteriza-se por movimentos temporários de curta distância para se envolver em trabalhos temporários; a migração étnica que refere-se a mobilidade de povos indígenas dentro dos territórios de seus ancestrais mas que encontram-se fora de suas fronteiras nacionais; e dos trabalhadores qualificados e não qualificados que se dirigem para as cidades.

Assim, os trabalhadores qualificados seriam atraídos tanto por salários maiores que os ganhos oferecidos em seu país de origem, quanto por oportunidades específicas de trabalho, enquanto que os trabalhadores que possuem baixa qualificação geralmente passam a realizar trabalhos domésticos e de cuidados, na construção, em pequenos comércios e etc.

No que concerne aos movimentos migratórios de imigrantes oriundos de países da América Latina para o Brasil de acordo com Patarra e Baeninger (2004), isso encontra-se diretamente relacionado a permeabilidade das fronteiras dos países que integram essa região, já que tal fato teve influência direta nesse padrão migratório intraregional que se intensificou a partir dos anos 1970; por isso, o cenário de integração econômica regional tem impulsionado o crescimento dos movimentos migratórios entre países fronteiriços.

Fernandes (2015) afirma que esses países apresentam uma forte integração regional e o contexto internacional tem propiciado nessa região uma transferência “populacional tanto para as metrópoles quanto para outras cidades nas quais a posição geográfica e a competitividade do mercado tem atraído indústrias novas e internacionais nesse atual momento da economia” (FERNANDES, 2015, p. 32).

Outro aspecto que parece ser essencial para o fortalecimento desses fluxos migratórios refere-se aos tratados firmados pelo Mercosul e países associados. Segundo Alves (2015), os direitos adquiridos através desses acordos abrem espaço, de forma gradativa, para a formação de um bloco regional de mercado de trabalho.

Marques (2009) destaca que, mesmo mediante grandes diferenças sociais e econômicas presentes nos países que fazem parte do Mercosul, a proximidade espacial, histórica e cultural dessas nações acaba propiciando os movimentos imigratórios entre

estes Estados. Consequentemente, as “diferentes oportunidades nos países de origem e destino, as condições macroeconômicas e o tamanho e alcance das redes sociais são fatores decisivos para a intensificação das migrações dentro do Bloco”. (MARQUES, 2009, p. 18). O papel do mercado de terras e a internacionalização do mercado de trabalho seriam outros fatores importantes nessa dinâmica migratória.

Fazito (2008) explica que os fluxos migratórios de latino-americanos surgem de modo expressivo no Brasil a partir da segunda metade do século XX, onde se destacaram a princípio imigrantes provenientes do Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Chile. De acordo com Baeninger (2012) o Brasil tem se configurado nos últimos trinta anos como área de expansão das migrações latino-americanas, sendo que esses movimentos apresentam distintos tipos de modalidade, assim pode-se identificar

as modalidades do tipo fronteiriço - como são os casos com os países do Mercosul (Patarra, 2000) e também com a Colômbia e a Venezuela; as migrações em direção às áreas metropolitanas, como no caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos (Silva, 1997; Galetti, 1996); e as migrações intra-regionais com países não-limítrofes, como com os chilenos. (BAENINGER, 2012, p. 15).

Com relação a alguns desses importantes movimentos de imigrantes provenientes de países da América Latina para o Brasil, podemos destacar alguns aspectos importantes que envolvem tais movimentos. O fluxo migratório de paraguaios para o Brasil, por exemplo, estaria diretamente relacionado à ocupação da fronteira agrícola do Paraguai por brasileiros. Conforme Fernandes (2015) essa ocupação que teve início a partir das décadas de 1960 e 1970 foi incentivada tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo paraguaio e isso propiciou condições vantajosas para uma intensa circulação nos estados da região de fronteira entre os países<sup>23</sup>.

Marques (2009) afirma que a entrada de paraguaios no Brasil encontra-se intimamente ligada a aproximação geopolítica entre Brasil e Paraguai iniciada nos anos 1960, mas também a outros importantes fatores, como as mudanças que surgem na

---

<sup>23</sup> Segundo Sprandel (2006) essa ocupação da fronteira agrícola do Paraguai por brasileiros, faz surgir um “grupo social” denominado de “brasiguaios”. Nesse sentido, os “brasiguaios” são identificados geralmente como “um grupo social formado por centenas de milhares de camponeses brasileiros (as estimativas mais razoáveis variam de trezentas a quinhentas mil pessoas), que se transferiram para a fronteira leste do Paraguai na década de 1970, expulsos pela monocultura da soja e pela construção de Itaipu, num contexto de disputas geopolíticas, e que no Paraguai (apesar de “terem levado o progresso econômico ao campo”) enfrentam sérios problemas de documentação, titulação de terras e conflitos com o movimento camponês paraguaio.” (SPRANDEL, 2006, p. 137).

estrutura produtiva do Brasil e Paraguai, o crescimento do comércio na região de fronteira e os movimentos transfronteiriços entre os dois países.

Outro importante fluxo migratório que tem como destino o Brasil é o de bolivianos. Conforme Fernandes (2015) dentre os vários os fatores que explicam a emigração de bolivianos para o Brasil, é possível destacar o déficit social e econômico da Bolívia, assim como a instabilidade política e a situação de pobreza que atinge muitas regiões do país.

De acordo com Baeninger (2012) essa imigração teve início nos anos de 1950, sendo que os imigrantes tinham como destino o Estado de São Paulo, devido a um programa de intercâmbio cultural, porém apenas em 1980 esse fluxo migratório começa a apresentar um aumento significativo.

Freitas (2009) explica que o crescimento expressivo desse fluxo está diretamente relacionado com as origens históricas do circuito de subcontratação transnacional, realizada por coreanos estabelecidos na região metropolitana da cidade de São Paulo. Mazer (2014) afirma que, em 1962, chegam ao Brasil os primeiros migrantes provenientes da Coreia do Sul por intermédio de um acordo feito por ambos os países e a princípio os imigrantes deveriam vir para trabalhar no campo, porém com o decorrer do tempo muitos deles começaram a se instalar em São Paulo e trabalhar no setor de confecções.

Esse fluxo migratório para o Brasil se torna tão intenso que em 1969 ambos os governos impõem restrições a esse fluxo. Por isso, como estratégia de inserção no Brasil, era uma prática comum os coreanos se dirigirem à Bolívia ou ao Paraguai, onde ficavam alguns meses e depois se dirigiam ao Brasil ou à Argentina com vistos de turistas emitidos pelo primeiro país em que estiveram, e aqui permaneciam de forma indocumentada. Esses migrantes coreanos passam, então, a se aproximar dos bolivianos e muitas vezes os traziam para trabalhar no mesmo ramo que esses coreanos se inseriam: o da costura. É a partir de 1975 que as oficinas de costuras de coreanos começam a se multiplicar em São Paulo. (MAZER, 2014, p. 19).

Segundo Freitas (2009) essa maneira dos imigrantes coreanos organizarem a confecção de roupas a partir da utilização de mão de obra informal de bolivianos em pequenas oficinas de costura clandestinas generalizou-se ao longo desse período e constituía uma forma explícita de diminuir os custos da produção. Entretanto, a partir dos anos 1990, bolivianos estabelecidos na cidade de São Paulo passaram a agenciar seus compatriotas para trabalharem em oficinas de confecção dos próprios bolivianos.

A entrada de peruanos no Brasil, também merece destaque e segundo Fernandes (2015) esse fluxo migratório encontra-se amplamente ligado a aspectos históricos, geográficos e econômicos. Dessa maneira, tais fatores históricos estariam relacionados a tradição nômade dos povos andinos, já os aspectos geográficos envolvem a questão da proximidade da fronteira entre Brasil e Peru e por fim, os fatores econômicos estariam amplamente vinculados a forte crise econômica que atingiu o Peru a partir de 2008, além do período de ditadura militar no Peru entre as décadas de 1960 e 1980.

Somados a esses fatores, Moreira e Vaca (2010) salientam, ainda, que, dentre os elementos que contribuíram para a migração de peruanos para a Amazônia brasileira, destacam-se os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas. Essa migração é mais intensa na área de contato entre a região da Selva Peruana que faz fronteira com o Estado do Amazonas. Os imigrantes peruanos se deslocaram, inicialmente, dentro dos próprios limites regionais de seu país e, conforme Oliveira (2006), esse processo se deu, inicialmente, dos pequenos povoados e aldeias para as cidades maiores, dentre elas: Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. As cidades citadas, nas últimas décadas, passaram por um intenso processo de urbanização. Foi apenas em um segundo momento que os peruanos se deslocaram para o exterior, e esses fluxos migratórios ocorreram com mais intensidade na direção do Chile e da Amazônia brasileira. (FERNANDES, 2015, p. 33).

Melde et. al. (2014) afirmam que com relação as migrações “Sul-Sul” questões relacionadas à segurança pessoal, à fuga de conflitos violentos, à repressão política e à privação de liberdade são aspectos particularmente importantes como motivação para que imigrantes deixem seus países de origem rumo a outros países localizados no Sul Global. Por isso, atualmente a maior parte dos migrantes que deixam o seu local de origem na condição de refugiados ou como deslocados internos, migram para nações localizadas no Sul Global. O caso dos haitianos que passaram a adentrar o Brasil nos últimos anos é um caso emblemático nesse sentido, pois esses imigrantes começaram a chegar no país após o terremoto que atingiu o Haiti no ano de 2010 e devastou o país.

No ano de 2012, o Itamaraty já demonstrava a importância desse fluxo ao afirmar que a vinda de haitianos era a maior onda migratória para o território brasileiro dos últimos cem anos e que a imigração de haitianos para o Brasil poderia ser

comparada em termos históricos com a imigração de italianos e japoneses, que chegaram ao Brasil entre o período imperial e os primeiros anos da República<sup>24</sup>.

Para compreender melhor a vinda de haitianos para o Brasil, é necessário destacar, alguns acontecimentos importantes que foram primordiais e que ajudam a explicar a entrada significativa de haitianos em solo brasileiro nos últimos anos. Localizado na ilha de Hispaniola, que partilha com a República Dominicana, o Haiti é um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre das Américas.

Segundo Magalhães e Baeninger (2016), processos históricos de emigração internacional sempre foram uma característica marcante do país, assim

[...] pelo menos desde o final do século XIX, milhões de haitianos e haitianas já emigraram para outros países do mundo. O primeiro fluxo a consolidar-se foi rumo à República Dominicana, país vizinho ao Haiti, ainda no século XIX, para o trabalho na produção açucareira no país. Com uma crise na economia cafeeira dominicana, ocorre a formação de um fluxo para Cuba, já no século XX, orientado, sobretudo, por empresas norte-americanas que atuavam na região (CASTOR, 1978). Ao longo do século XX, novos fluxos e mobilidade intra-caribenhos passam a envolver também países como Bahamas, Jamaica e a própria Guiana Francesa (essa última vista como a forma mais fácil de ingresso no continente europeu) (COTINGUIBA, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2014. Após, sobretudo, os anos 1950, Estados Unidos, França e Canadá também consolidam-se como importantes destinos, especialmente em razão das sucessivas crises políticas no país nas últimas décadas do século XX (CASTOR, 1978) e de um estado de crise econômica permanente. (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 02).

Magalhães e Baeninger (2016) afirmam que a ocorrência de diversos fatos históricos e sociais, como a permanente crise econômica e política do Haiti; a dificuldade de emigrar para destinos tradicionais como Estados Unidos, França e República Dominicana, devido ao aumento da seletividade migratória nesses países; e a enorme dependência econômica do país em relação às remessas de migrantes<sup>25</sup>, estimularam os haitianos a buscarem novos destinos nos últimos anos.

---

<sup>24</sup> Vinda de haitianos é maior onda imigratória ao país em cem anos, publicado em Folha de S. Paulo, [<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-emcem-anos.shtml>]. Disponibilidade: 12/01/2016.

<sup>25</sup> Segundo o Banco Mundial os haitianos que moram fora do país enviaram remessas que, em 2012, corresponderam a 22% do Produto Interno Bruto (PIB) anual do Haiti. Segundo o Banco Mundial, em 2012, o valor das remessas internacionais ao Haiti alcançou a cifra de US\$ 1,82 bilhões. [[Http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/imigracao-ilegal-ao-brasil-movimenta-economia-haitiana-pos-terremoto.html](http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/imigracao-ilegal-ao-brasil-movimenta-economia-haitiana-pos-terremoto.html)]. Disponibilidade: 19/10/2016.

De acordo com Cotinguiba (2014), os motivos do fluxo migratório de haitianos para o Brasil se relacionam com diversos fatores, como

a visibilidade brasileira no exterior devido ao discurso do crescimento econômico do Brasil, a relativa facilidade de entrar no país pelas fronteiras da região norte, a possível oferta de trabalho motivada pela realização da copa do mundo de 2014, o endurecimento de políticas de imigração em outros países, a instabilidade pós-terremoto de 2010 e a possibilidade de conseguir um visto de permanência, relativamente rápida configuram entre os fatores que motivaram a emigração dos haitianos para o Brasil.

Outro fator essencial é a presença de forças militares do Brasil no Haiti. O cenário de instabilidade política existente no Haiti há várias décadas levou a ONU a intervir no país através de uma missão de paz chefiada pelo Brasil, por isso, criou-se em fevereiro de 2004 a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilidade do Haiti), com o objetivo restabelecer a segurança e a normalidade institucional do Haiti, após incessantes períodos de turbulência política que levaram a uma série de episódios de violência no país.

Por estar chefiando o MINUSTAH, o Brasil passou a enviar tropas militares para o Haiti, segundo o Ministério da Defesa mais de 13.323 militares brasileiros já passaram pelo Haiti desde então. Todos esses aspectos foram fundamentais para que o Brasil passasse a “ocupar o imaginário social haitiano como um país de oportunidades e de relativa facilidade no acesso e acolhimento” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 02).

Após o forte terremoto que devastou Porto Príncipe, a capital do Haiti em 12 de janeiro de 2010, a situação do país ficou pior, estima-se que mais de 220 mil pessoas morreram e mais de 1,5 milhão ficaram desabrigadas<sup>26</sup>. Essa catástrofe dificultou ainda mais as condições de vida no Haiti, e a partir desse momento intensificou-se significativamente o número de haitianos que passaram a buscar na emigração uma maneira de fugir dessa situação caótica do país.

Nesse sentido, o recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se após o terremoto de 2010. Fernandes e Ribeiro (2014) afirmam que durante o ano de 2010, os primeiros haitianos que chegaram até o Brasil não passaram de duas centenas de imigrantes e estes chegaram através da fronteira brasileira com o Peru. Porém, há

---

<sup>26</sup> Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados. [<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/01/12/saldo-do-terremoto-no-haiti-e-de-220-mil-mortos-e-15-milhao-de-desabrigados.htm>]. Disponibilidade: 12/01/2011.

uma intensificação desse fluxo migratório a partir de 2011 e, de acordo com dados da Polícia Federal, mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil até o final de 2014.

Antes de chegar ao Brasil, a maioria dos haitianos enfrentam uma longa viagem e adentram o país através das fronteiras do Brasil com Peru, Colômbia e Bolívia. Segundo Fernandes e Ribeiro (2014), os haitianos enfrentam um árduo processo para regularizar sua situação migratória logo que chegam ao Brasil, pois a grande parte entra no país de modo irregular e logo são enviados à autoridade migratória das cidades fronteiriças onde solicitam refúgio. Após a solicitação, é possível fazer a Carteira de Trabalho (CTPS) e CPF provisórios, documentos necessários para se trabalhar no Brasil.

Porém, como tal solicitação de refúgio não se enquadra nos requisitos estabelecidos<sup>27</sup>, a partir de 2011 o governo brasileiro passou a conceder vistos permanentes de residência por questões humanitárias para os haitianos, levando em consideração que, caso não procedesse dessa maneira, seria impossível atender à solicitação de refúgio e essa situação levaria a permanência irregular de uma quantidade bastante significativa de haitianos no Brasil.

Em 2011, com base na Resolução Normativa nº 2713, o CNIg cria procedimentos para autorizar a permanência de haitianos no Brasil. No entanto, este processo não teve o resultado esperado e frente a chegada de contingentes cada vez mais expressivos de haitianos na fronteira da Região Norte foi necessário criar medidas que permitissem a migração de forma regular, sem a necessidade de se fazer esse trajeto. Assim em janeiro de 2012, o CNIg edita a Resolução Normativa – RN nº 97, que permite a concessão de visto humanitário permanente, pelo prazo de cinco anos, aos imigrantes haitianos. Este visto seria expedido pelo Consulado Brasileiro na cidade de Porto Príncipe, no Haiti, sendo, no entanto, o número de vistos restrito a 1.200 por ano. (FERNANDES e RIBEIRO, 2014, p. 24).

De acordo com Fernandes e Ribeiro (2014), apesar dessas medidas, não se observou uma redução na chegada de imigrantes haitianos ao Brasil pelas fronteiras; assim, continuou a ocorrer a superlotação do abrigo construído para receber os imigrantes na cidade de Brasiléia no Acre e enormes filas no Consulado Brasileiro em Porto Príncipe, formadas por pessoas que esperavam conseguir o visto para vir para o

---

<sup>27</sup> Terremotos, catástrofes naturais ou calamidade social e econômica não caracterizam condições para reconhecimento como refugiado, pois a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951 e a Lei 9.474/97 apenas preveem como causa de refúgio perseguição por raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a certo grupo social.

Brasil. Posteriormente, foram tomadas outras providências como a retirada do limite de 1.200 vistos por ano, porém, isso não foi suficiente para mudar o trajeto via fronteira realizado por grande parte dos haitianos que ainda continuam a entrar no Brasil.

Em novembro de 2015, uma importante ação foi tomada de modo conjunto, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério da Justiça que teve como objetivo regularizar a situação de 43.781 haitianos que se encontravam em situação irregular no país. Nesse sentido, essa ação possibilitou esses imigrantes a tirarem o visto de residência permanente, e terem acesso à carteira de identidade de estrangeiro, documento que permite o acesso ao mercado de trabalho formal e serviços públicos, como saúde e educação.

Atualmente, um outro fluxo migratório que tem como destino o Brasil e que merece destaque é o de venezuelanos. Cada vez mais é possível observar o aumento no número de imigrantes venezuelanos que buscam refúgio no Brasil. Dados da Polícia Federal apontam que a quantidade de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima entre 2014 e 2016, teve um aumento de 22.122%. Deste modo, se em 2014 apenas nove solicitações foram feitas, em 2015 foram duzentos e trinta pedidos e em 2016 esse número chegou a dois mil duzentos e trinta solicitações de refúgio.

Santos e Monsma (2017) afirmam que é essencial ressaltar que qualquer análise sobre a migração de fronteira entre Brasil e Venezuela deve levar em consideração a complexidade desse local devido às populações indígenas de várias etnias que vivem ali, assim como os “migrantes regionais e de todos os continentes. Tal complexidade está relacionada, em especial, ao fato de constituir-se em múltiplas fronteiras no sentido de limite territorial e de soberania entre os Estados nacionais”. (SANTOS e MONSMA, 2017, p. 03).

Rodrigues (2006) explica que historicamente o fluxo predominante sempre foi de brasileiros indo rumo à Venezuela, portanto, até então havia mais brasileiros morando na Venezuela do que o contrário. O movimento migratório de brasileiros que tinham como destino a Venezuela, a partir de Roraima, pode ser dividido então, em dois momentos:

[...] o primeiro, em meados dos anos 1970, com o declínio da garimpagem de diamantes em Roraima e da estabilidade econômica na Venezuela - esse emigrantes brasileiros se estabeleceram no ramo do comércio vinculado à mineração, como casas de compra e venda de ouro e diamantes, e se estabeleceram em Ciudad Bolívar e Santa Elena do Uairen -; o segundo, em

fins dos anos 1980 e 1990, também com o declínio do *boom* garimpeiro no Brasil, brasileiros emigraram para atuar ilegalmente na mineração na Venezuela, gerando várias crises diplomáticas entre os dois países. (RODRIGUES, 2006, p. 202).

O atual movimento migratório de venezuelanos para o Brasil e de modo mais específico para Roraima, encontra-se diretamente relacionado à crise política e econômica que se intensificou a partir de 2015, o que tem gerado uma grande instabilidade social no território venezuelano e tem impactado bastante a vida da população. De acordo com Santos e Monsma (2017) essa crise tem feito com que muitos homens e mulheres venezuelanos busquem refúgio no Brasil, devido a fatores como a proximidade física entre Venezuela e Brasil; a percepção que serão bem acolhidos em solo brasileiro; e a possibilidade de acessar alguns serviços essenciais como por exemplo, suprimentos alimentares básicos.

Portanto, percebe-se que o desenvolvimento econômico e social do Brasil e o seu reposicionamento geopolítico entre os anos de 2005-2010 foram fortes fatores de atração o que tornou o fenômeno migratório no Brasil bastante diverso. Todos esses novos fluxos migratórios internacionais geraram uma complexidade maior com relação aos deslocamentos populacionais que tem como destino o Brasil.

Baeninger (2015) explica que os fluxos migratórios internacionais contemporâneos necessitam de uma compreensão abrangente e o Brasil nessa dinâmica deve ser visto, portanto, como “um país de emigração, imigração e de trânsito migratório” (BAENINGER, 2015, p. 83). Nesse sentido, muitos desses novos imigrantes que chegaram ao Brasil recentemente podem estar utilizando o país apenas como uma etapa dentro do projeto migratório que possuem.

Por isso, as configurações e reconfigurações que envolvem os movimentos migratórios internacionais devem ser sempre analisadas levando-se em consideração a percepção do fenômeno migratório, enquanto um fenômeno diversificado e multifacetado, que passa por mudanças e se altera constantemente.

## **Capítulo III**

### **3. O perfil e as características dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro**

Nesse capítulo buscaremos apresentar o perfil e as características dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil entre 2008 e 2016, para isso utilizaremos os dados disponibilizados pela RAIS. Segundo Dutra (2015) a RAIS é um:

Importante instrumento de coleta de dados do setor trabalhista, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Gerenciada pelo MTE, a RAIS é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). Entre seus objetivos encontra-se gerar dados para a elaboração de estatísticas sobre o mercado de trabalho. (DUTRA et al., 2015: 74).

O período inicial de análise, foi elegido em razão da crise econômica que atingiu diversos países a partir do final de 2007. Nesse sentido, entende-se que a crise econômica de 2007-2008 contribuiu significativamente para a mudança no padrão dos fluxos migratórios internacionais que têm como destino o Brasil, tendo um efeito imediato no mercado de trabalho brasileiro.

Portanto, os dados quantitativos obtidos através da RAIS possibilitaram a realização de um estudo longitudinal onde foi possível apreender às principais mudanças ocorridas com relação ao perfil dos imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro entre os anos de 2008 e 2016.

#### **3.1 Total de trabalhadores imigrantes e principais nacionalidades**

Em 2008 o número total de trabalhadores estrangeiros contidos nos dados da RAIS era de 49.439, durante o período analisado o número aumentou expressivamente chegando em 2016 a um total de 115.961 imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil. A tabela 3 demonstra a evolução com relação a quantidade de trabalhadores imigrantes formais no Brasil, de acordo com as principais nacionalidades ao longo desse período:

**Tabela 3. Total de trabalhadores imigrantes de acordo com as principais nacionalidades, Brasil - 2008 – 2016.**

Nacionalidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Haitiana	0	0	0	519	3.033	11.360	23.993	34.224	26.127
Portuguesa	8.881	8.665	8.484	9.213	9.990	10.547	10.770	10.254	9.088
Argentina	4.708	4.948	5.196	5.932	6.421	7.061	7.832	7.795	7.354
Paraguaia	1.702	2.093	2.778	3.813	4.730	5.955	7.119	7.644	7.953
Boliviana	2.832	3.060	3.571	4.793	5.702	7.136	7.243	6.700	6.427
Uruguaia	2.962	3.079	3.341	3.637	3.807	3.976	4.203	4.176	4.066
Chilena	3.980	3.989	4.169	4.459	4.509	4.553	4.494	4.164	3.771
Peruana	0	0	0	857	1.569	2.262	2.833	3.292	3.366
Italiana	2.183	2.206	2.219	2.461	2.699	2.912	3.116	3.071	2.730
Norte-Americana	1.584	1.685	1.815	2.236	2.511	2.564	2.553	2.380	2.046
Japonesa	1.790	1.832	1.894	2.140	2.341	2.517	2.727	2.636	2.564
Espanhola	1.789	1.771	1.885	2.192	2.516	3.065	3.093	2.852	2.418
Colombiana	0	0	0	424	632	1.067	1.408	1.941	1.900
Venezuelana	0	0	0	335	457	545	634	888	1.293
Outras	17.028	18.487	22.140	21.701	24.237	28.965	37.294	40.961	34.858
<b>Total</b>	<b>49.439</b>	<b>51.815</b>	<b>57.492</b>	<b>64.711</b>	<b>75.154</b>	<b>94.485</b>	<b>119.312</b>	<b>131.037</b>	<b>115.961</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Nota-se nos dados apresentados acima que há uma enorme diversificação quanto a região de origem dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro. Portanto, compreende-se que os fluxos migratórios internacionais contemporâneos para o Brasil é composto por nacionalidades diversas e de múltiplas localidades geográficas, ao contrário dos fluxos imigratórios anteriores que ocorreram entre os séculos XIX e início do século XX, que podem ser caracterizados como fluxos imigratórios mais uniformes, pois os imigrantes provenientes do hemisfério norte predominavam, pois recebiam diversos incentivos do governo brasileiro para vir trabalhar no país.

Essa diversificação encontra-se relacionada a diversos fatores como por exemplo, a crescente projeção brasileira no exterior, maiores facilidades para se entrar no Brasil do que em países centrais, assim como o aumento de restrições com relação a entrada de migrantes implementadas por diversos países do norte global, principalmente países da Europa e Estados Unidos.

Durante o período analisado, é necessário destacar principalmente a

quantidade de trabalhadores oriundos do Haiti. Se até 2010 não era possível constatar a presença de nenhum trabalhador haitiano no mercado de trabalho formal no Brasil, em 2013 esses imigrantes tornaram-se a principal nacionalidade estrangeira presente no mercado de trabalho formal brasileiro e em 2016, o número de trabalhadores haitianos encontrados nos dados da RAIS chegou ao total de 26.127.

Outros fluxos migratórios que têm demonstrado bastante relevância são os de trabalhadores provenientes de países da América do Sul. Durante o período analisado destacam-se principalmente os fluxos de imigrantes que tem como países de origem: Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru.

Foram observadas também outras novas nacionalidades no mercado de trabalho formal a partir dos anos 2011; dessa forma, destacam-se os fluxos migratórios de bengalis, angolanos, senegaleses, congolese, ganeses e paquistaneses, como mostra a tabela 4. Portanto, esses dados confirmam uma importante característica dos fluxos migratórios contemporâneos que é a forte tendência dos movimentos “Sul-Sul”.

**Tabela 4. Trabalhadores imigrantes, segundo nacionalidades, Brasil 2011-2016**

<b>Nacionalidade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Bengalesa</b>	0	0	0	3.504	4.180	3.518
<b>Angolana</b>	366	525	612	626	814	1.403
<b>Senegalesa</b>	0	0	0	207	505	860
<b>Congolês</b>	40	73	103	225	400	578
<b>Ganesa</b>	0	0	0	148	437	312
<b>Paquistanês</b>	20	67	124	201	270	183
<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>665</b>	<b>839</b>	<b>4.911</b>	<b>6.606</b>	<b>6.854</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2011-2016.

Uebel e Rückert (2017) afirmam que os fluxos migratórios de asiáticos (novos fluxos) e de africanos para o Brasil tem ganhado força nas últimas duas décadas e no caso, dos africanos além da proximidade linguística existente entre os países localizados na costa oeste da África – a maioria da população dessa região além do francês fala

também português - e o Brasil, o que explica este aumento é a formação de redes de contatos entre os próprios imigrantes,

em grande parte com formação superior, conhecimento de mais de duas línguas, profissionais liberais e que buscam no Brasil um mix de atividade laboral com todas as garantias legais – uma situação raramente verificada em seus países de origem – além de oportunidade de ensino gratuito e ponto de partida para outros países posteriormente, como Estados Unidos e Canadá. (UEBEL e RÜCKERT, 2017, p. 22).

Com relação aos asiáticos, além dos chineses e japoneses, que tradicionalmente sempre entraram no Brasil e se espalharam no país criando diversas comunidades, destacam-se atualmente os fluxos migratórios de bengalis e paquistaneses, que cresceram expressivamente ao longo do período analisado.

De acordo com Uebel e Rückert (2017) a justificativa para tais movimentos populacionais se deve as oportunidades vislumbradas por essas pessoas naturais dessa localidades que buscam inserção no mercado de trabalho como trabalhadores semiquualificados, e também porque o Brasil possibilita garantias com relação a legislação trabalhista e isso acaba sendo um atrativo para esses imigrantes, pois a expectativa dos mesmos é de conseguir no Brasil trabalho de modo mais fácil que países de destino que seriam mais tradicionais para os mesmos.

Tais migrações substituem novamente os receptores tradicionais, no caso, Japão, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia, pelo Brasil, apesar do país estar a milhares de quilômetros de distância. O que explica este fenômeno é o que a literatura contemporânea vem apresentando como uma oportunidade de emprego de mão de obra semiquualificada, como no caso destes países, em economias em desenvolvimento, ou seja, no Brasil, já que as economias semelhantes, como do próprio BRICS, já esgotaram tais postos de trabalho ou preferenciam seus próprios nacionais. (UEBEL e RÜCKERT, 2017, 2016, p. 24).

No caso dos bengaleses, por exemplo, segundo Nicolau (2016) a maior parte chega ao país através das fronteiras do Brasil com a Bolívia ou Paraguai e solicitam refúgio mediante alegação de estarem sofrendo perseguição política no país de origem. Bangladesh é um dos países mais pobres do mundo, segundo dados do Banco Mundial (2015), assim 31% da população vive abaixo da linha da pobreza e 40% estão inseridos em empregos precários, trabalhando apenas algumas horas por semana. O país enfrenta

também uma grave tensão política e isso se reflete no cotidiano do país, onde muitas pessoas são perseguidas.

A chegada de paquitaneses no Brasil, assim como a de bengalis, começou nos últimos anos e a maior parte dos que chegam no país solicita refúgio, alegando estar fugindo de perseguições por parte de grupos terroristas instalados no Paquistão. A maioria dos paquitaneses que entram no Brasil busca inserção especificamente em indústrias de carnes localizadas no Sul do país e dentre as várias funções desempenhadas por esses trabalhadores nessas empresas, destaca-se a inserção<sup>28</sup> dos mesmos na realização do abate halal<sup>29</sup>, devido ao aumento nas exportações de carnes bovinas e de aves para países localizados no Oriente Médio e a obrigação imposta por esses países de que o abate dos animais seja feito exclusivamente por praticantes da religião muçulmana.

Esses “novos imigrantes” começaram a chegar no Brasil, principalmente entre 2013 e 2014. Esse período, portanto, é emblemático, pois é o momento em que os haitianos passam a ser a principal nacionalidade estrangeira presente no mercado de trabalho formal brasileiro, assim como é possível constatar a presença de diversas outras novas nacionalidades que até então, não eram observadas no mercado de trabalho brasileiro, principalmente pessoas provenientes do sul global.

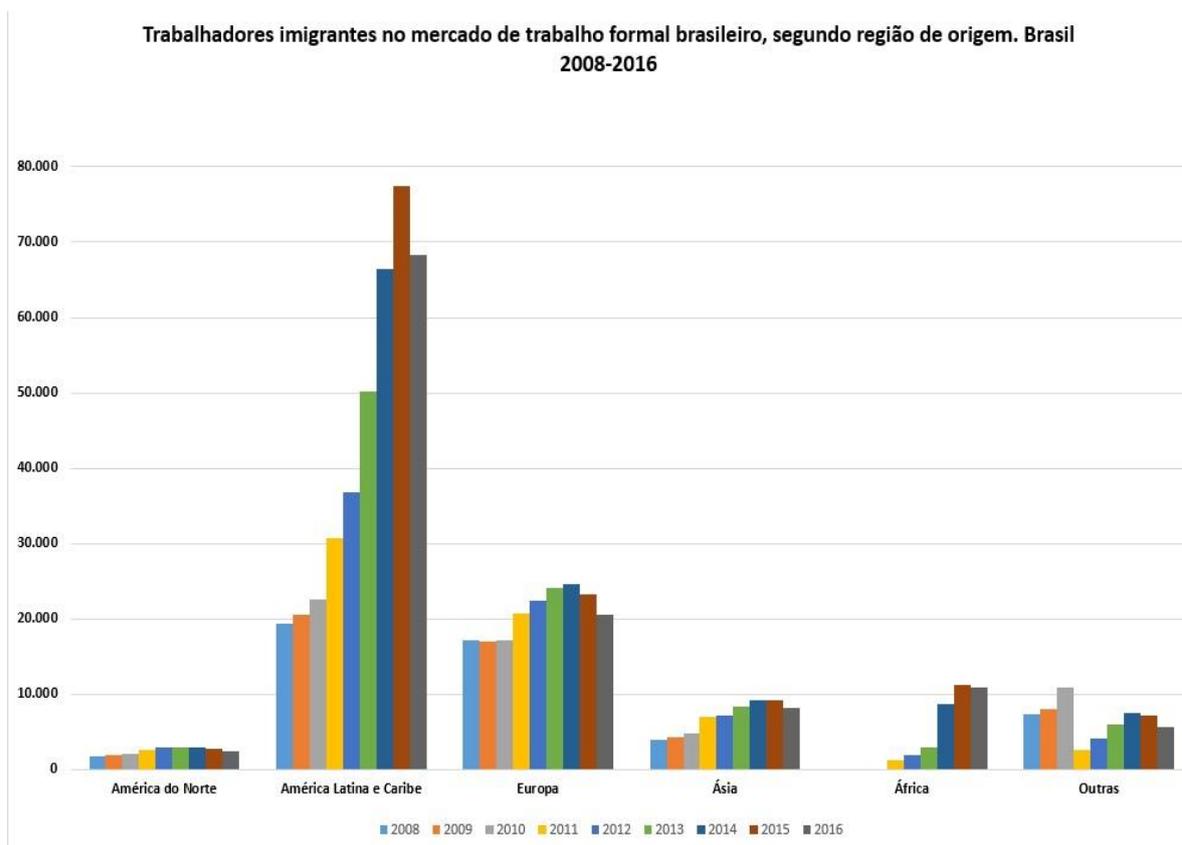
O gráfico 1 mostra as regiões de origem dos trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil, onde se destacam, especialmente, o volume e o crescimento ao longo do período de análise de trabalhadores provenientes da região da América Latina e Caribe.

---

<sup>28</sup> De acordo com os dados da RAIS em 2014 havia 90 paquitaneses exercendo a função de abatedor no mercado de trabalho formal brasileiro; em 2015 esse número subiu para 103 e em 2016 ocorreu uma redução, chegando ao total de 42 trabalhadores paquitaneses registrados nessa ocupação.

<sup>29</sup> Segundo Ribeiro (2015) para que uma carne seja reconhecida como Halal, o animal do qual ela se origina deve ser abatido de acordo com os preceitos da religião islâmica, e isso possibilita adquirir um selo requerido pelos países de maioria islâmica que importam carne brasileira. O método halal implica em “sacrificar os animais sem sofrimento e deixar a carne pura para consumo humano. Esses são os preceitos básicos do Abate Halal. Os animais lícitos para os muçulmanos têm que passar por um processo de abate específico (Zibh), para que a sua carne venha a ser considerada Halal. Este processo engloba várias condições referentes não só à forma do abate, mas também ao tratamento do animal após o abate, assim como em relação à pessoa que abaterá o animal. O abate Halal deve ser feito de forma rápida, para que o animal não sofra. A retirada do sangue garante que, se o animal estiver com alguma moléstia, as chances de o ser humano ser contaminado são menores. O ritual de sacrifício deve ser praticado com ética, seguindo as Leis do Alcorão”. (RIBEIRO, 2014, p. 06).

**Gráfico 1. Trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, por região de origem, Brasil, 2008-2016.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

O ano de 2014 foi o que apresentou a maior taxa de crescimento durante o período observado – taxa de crescimento de 26,3% com relação ao ano de 2013. A partir de 2015 a taxa de crescimento observada já é menor do que os anos anteriores, e em 2016 pela primeira vez durante o período analisado, há uma queda com relação a quantidade de trabalhadores imigrantes presentes no mercado de trabalho formal brasileiro, conforme demonstra a tabela 5.

**Tabela 5. Taxa de crescimento de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, Brasil 2008-2016**

<b>Ano</b>	<b>Taxa de crescimento</b>
2008/2009	4,8%
2009/2010	11,0%
2010/2011	12,6%
2011/2012	16,1%
2012/2013	25,7%
2013/2014	26,3%
2014/2015	9,8%
2015/2016	-11,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Segundo Mattos (2015), a partir de 2009 a economia brasileira passou a sofrer os impactos gerados pela crise econômica internacional, porém conseguiu se recuperar rapidamente, sendo que em 2010 o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 7,5%. No entanto, a partir de 2011 a economia do país começou a desacelerar e o impacto no mercado de trabalho só não foi maior porque diversas medidas de incentivo ao consumo foram tomadas e com isso foi possível promover um crescimento razoável na quantidade de postos de trabalho gerados, principalmente no setor da construção.

Barbosa Filho (2017) afirma que a economia brasileira entrou em recessão formalmente a partir do segundo trimestre de 2014 e que entre 2014 e 2016 o PIB brasileiro diminuiu cerca de 9%. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ao final de 2016, fechou-se no Brasil cerca de 116.747 postos de trabalho.

Como a dinâmica dos fluxos migratórios mudam rapidamente, as recentes mudanças políticas, econômicas e sociais vivenciadas e intensificadas no Brasil a partir de 2015, já começam a gerar efeitos nos movimentos migratórios internacionais. Nesse

momento já é possível perceber, por exemplo, muitos haitianos deixando o Brasil rumo a outros países como o Chile<sup>30</sup>.

O reflexo desse cenário sobre os trabalhadores imigrantes no Brasil, portanto, apresenta-se na diminuição dos mesmos no mercado de trabalho formal em 2016, conforme os dados da RAIS, pois de modo geral, trabalhadores migrantes constituem um grupo especialmente vulnerável a essas turbulências econômicas, e segundo Fix et. al. (2009) isso ocorre em razão de diversos fatores como: o baixo domínio da língua local; a maioria se concentrar em setores da produção que diminuem bastante a oferta de trabalho em períodos de crise, como por exemplo, o setor de construção; muitos possuírem contratos de trabalho temporários; a discriminação sofrida por esses trabalhadores, especialmente, em tempos de recessão; e também a falta de redes de contato eficientes que possam ajudá-los numa reinserção rápida no mercado de trabalho.

Além disso, é comum em períodos de crise econômica as empresas darem preferência aos trabalhadores nacionais, em detrimento aos trabalhadores imigrantes. No caso do Brasil, isso está previsto inclusive na CLT que estabelece que “nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga” (BRASIL, 1943).

Porém, não é possível afirmar que esse cenário implicará necessariamente numa saída em massa desses imigrantes que chegaram ao Brasil e se inseriram no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos e que o país deixará de receber outros imigrantes, pois compreende-se que relacionar o fenômeno migratório apenas a esfera econômica, é uma limitação teórica e uma análise muito superficial de um fenômeno bastante complexo, como o migratório.

### **3.2 Ocupação**

Diversos estudos apontam para a existência de desigualdades com relação a posição ocupacional e a remuneração de imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de destino, quando comparados aos trabalhadores nativos (BONACICH, 1973; CHISWICK, 1978; PIORE, 1979; 1985; PORTES e BACH, 1985; BORJAS,

---

<sup>30</sup> “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile”. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml>>. Acesso em: 19/10/2017.

1987; SASSEN, 1990; CHISWICK, LEE e MILLER, 2005). Dentre os vários estudos realizados sobre o tema, autores como, Piore (1979), explicam que os imigrantes são discriminados negativamente e por isso, vivenciam piores condições no mercado de trabalho, inserindo-se, portanto, principalmente em empregos precarizados localizados no setor periférico do mercado de trabalho.

Alguns autores (BEAN, LEACH e LOWELL 2004; CHISWICK, LEE e MILLER 2005; AKRESH 2008) entendem que, geralmente, os imigrantes recém-chegados carregam determinadas desvantagens, como a falta de domínio do idioma local; redes pessoais limitadas; credenciais educacionais e habilidades que não podem ser aproveitadas de modo imediato no mercado de trabalho de destino, e isso tende a resultar em maiores riscos de desemprego e empregos de baixa qualidade.

Há ainda estudos que sugerem que existe uma polarização com relação à inserção de trabalhadores imigrantes, ou seja, esses trabalhadores se inserem em ocupações tanto do topo – polo da qualificação-especialização - quando da base – polo periférico – do mercado de trabalho (Cf. Sassen, 1990).

Por fim, existem teóricos, como Bonacich (1973), que afirmam que os imigrantes, de modo geral, se inserem em ocupações intermediárias ou superiores; essas ocupações, portanto, encontram-se num mercado paralelo ao mercado de trabalho aberto para os demais trabalhadores, pois trata-se de uma economia étnica.

Ao observar os principais setores econômicos em que estão inseridos os trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil entre 2008 e 2016, nota-se que há uma significativa alteração das mesmas ao longo desse período. Assim, entre 2008 e 2012, é possível constatar que a maioria dos trabalhadores imigrantes realizavam atividades na ponta virtuosa da produção em cargos de direção/gerência ou como profissionais das ciências e das artes, como demonstra a tabela 6.

**Tabela 6. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por grupos ocupacionais, Brasil - 2008 e 2012**

<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>Dirigentes e Gerentes</b>	19,93	19,14	18,56	18,32	17,67
<b>Profissionais das Ciências e das Artes</b>	32,37	31,89	31,25	29,49	27,55
<b>Técnicos de Nível Médio</b>	12,24	12,21	11,87	11,42	10,97
<b>Trabalhadores de Serviços Administrativos</b>	13,16	13,22	12,92	12,31	11,89
<b>Trabalhadores dos Serviços, Vendedores em Lojas e Mercados</b>	10,31	10,49	10,81	12,36	11,92
<b>Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da pesca</b>	0,55	0,60	0,64	0,69	0,77
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais<sup>31</sup></b>	8,55	8,73	9,85	11,64	14,74
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais<sup>32</sup></b>	1,70	1,96	2,34	2,09	2,81
<b>Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção</b>	1,76	1,76	1,76	1,69	1,69
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2012.

Porém, a partir de 2013 passam a se destacar principalmente os trabalhadores inseridos na ponta precária da produção atuando na produção de bens e serviços industriais e no setor de serviços, como expõe a tabela 6. Portanto, percebe-se que os “novos imigrantes” que passaram a chegar ao Brasil a partir desse momento, passam a inserir e desempenhar atividades laborais localizadas principalmente na base produtiva.

<sup>31</sup> Trabalhadores da produção extrativa, construção civil e produção industrial de processos diretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos.

<sup>32</sup> Trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processo.

**Tabela 7. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por grupos ocupacionais, Brasil - 2013 - 2016**

<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>2013 %</b>	<b>2014 %</b>	<b>2015 %</b>	<b>2016 %</b>
<b>Dirigentes e Gerentes</b>	15,64	12,79	11,21	11,27
<b>Profissionais das Ciências e das Artes</b>	22,51	18,94	17,09	18,29
<b>Técnicos de Nível Médio</b>	9,35	7,87	7,13	7,40
<b>Trabalhadores de Serviços Administrativos</b>	10,98	10,18	9,72	10,25
<b>Trabalhadores dos Serviços, Vendedores em Lojas e Mercados</b>	12,97	15,52	18,10	19,40
<b>Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da pesca</b>	0,97	1,10	1,32	1,75
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais</b>	20,56	24,03	24,21	21,13
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais</b>	5,37	7,91	9,72	8,59
<b>Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção</b>	1,65	1,67	1,52	1,82
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2013-2016.

Entre 2008 e 2012, portanto, o mercado de trabalho formal brasileiro absorveu principalmente trabalhadores imigrantes para atuarem em segmentos localizados na ponta virtuosa da economia. A tabela 8 mostra as principais ocupações em que os trabalhadores imigrantes encontravam-se inseridos durante esse período.

**Tabela 8. Trabalhadores imigrantes, segundo principais ocupações, Brasil - 2008 - 2012.**

<b>Ocupação</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Assistente Administrativo</b>	1.865	1.974	2.063	2.121	2.254
<b>Médico Clínico</b>	1.560	1.595	1.972	1.830	1.944
<b>Gerente Administrativo</b>	1.432	1.526	1.701	1.899	2.133
<b>Auxiliar de Escritório</b>	1.382	1.447	1.537	1.667	1.776
<b>Vendedor de Comércio Varejista</b>	1.376	1.483	1.636	2.095	2.146
<b>Total</b>	<b>7.615</b>	<b>8.025</b>	<b>8.909</b>	<b>9.612</b>	<b>10.253</b>

Naquele momento o setor de atividades industriais tinha uma alta demanda por mão de obra, assim como os setores de petróleo e gás, e o setor de construção que encontrava-se em ampla expansão. Era expressivo também o aumento no número de empresas multinacionais instaladas no Brasil, principalmente nos setores de telecomunicações e energia, que necessitavam de mão-de-obra qualificada e, passaram durante esse período a nomear e trazer profissionais de áreas técnicas (engenheiros) e da área administrativa (executivos), oriundos dos locais de origem dessas empresas para trabalharem no Brasil.

Outros fatores importantes para a atração de trabalhadores imigrantes naquele momento foram determinados programas do governo federal como o Ciências sem Fronteiras<sup>33</sup> - que dentre as várias ações promovidas buscou atrair talentos científicos e pesquisadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil – e o programa Mais Médicos<sup>34</sup> que buscou fixar médicos, brasileiros e estrangeiros, na rede pública de saúde de municípios localizados no interior e nas periferias das grandes cidades.

A partir de 2013 o perfil dos trabalhadores imigrantes com vínculo formal de emprego no Brasil sofre uma grande alteração e a maior parte dos trabalhadores imigrantes passa a se inserir em ocupações situadas principalmente na ponta precária da produção, como mostra a tabela 9.

---

<sup>33</sup> De acordo com Cruz (2016) o Programa Ciências sem Fronteiras surgiu em 2011 com os objetivos de “propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias [...] por meio dos Programas Jovens Talentos (PJT) e Professor Visitante do Exterior (PVE), o CsF busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros”. (CRUZ, 2016, p. 75).

<sup>34</sup> O Programa Mais Médicos (PMM) surgiu em julho de 2013, com o intuito de recrutar “profissionais graduados no Brasil e fora do País, brasileiros e estrangeiros, para atuar nas áreas com maior necessidade e garantir a essas populações o direito concreto e cotidiano ao acesso universal – e com qualidade – aos serviços de saúde. Esses profissionais participam de uma série de atividades de educação e de integração ensino-serviço para que desenvolvam uma atenção à saúde de qualidade de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica [...] a questão da escassez de médicos em determinadas regiões do País, especialmente nas periferias das grandes cidades, nos municípios do interior e em áreas remotas e de difícil acesso, implicava, por um lado, tanto na atração de profissionais que não atuavam na Atenção Básica para que passassem a atuar por meio do Programa quanto na redistribuição daqueles que já atuavam em áreas de maior disponibilidade para as de menor disponibilidade. Porém, por outro lado, dado a insuficiência de profissionais, foi necessário buscar um contingente adicional de médicos brasileiros e estrangeiros que não estavam em exercício no País para reforçar o provimento na Atenção Básica” (BRASIL, 2015).

**Tabela 9. Trabalhadores imigrantes, segundo principais ocupações, Brasil - 2013 - 2016.**

<b>Ocupação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Alimentador de Linha de Produção</b>	3.129	5.322	6.941	5.583
<b>Servente de Obras</b>	2.939	4.656	5.464	3.428
<b>Margarefe</b>	1.175	2.899	4.068	3.174
<b>Abatedor</b>	1.515	2.818	3.782	2.433
<b>Faxineiro</b>	1.025	2.420	3.782	3.684
<b>Total</b>	<b>9.783</b>	<b>18.115</b>	<b>24.037</b>	<b>18.302</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2013-2016.

A economia brasileira em 2013 foi bastante estimulada em razão de eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 e uma série de concessões<sup>35</sup> do Governo Federal voltados para a área de transportes que visava estimular projetos para as áreas da construção civil, da infraestrutura e do turismo. Além disso, o Governo Federal realizava diversas outras concessões na área de infraestrutura, dando continuidade a programas como “Minha casa, Minha Vida” e o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC).

O agronegócio foi responsável também pelo bom desempenho econômico do Brasil durante este período, pois se beneficiou bastante de boas safras e dos bons preços adquiridos através das transações internacionais. Dessa forma, devido ao aumento na taxa de câmbio<sup>36</sup> em 2012 - em virtude dos significativos desequilíbrios nas balanças comerciais – as exportações de mercadorias e de serviços cresceram a partir desse momento, enquanto as importações diminuíram, assim de acordo com dados do IBGE

---

<sup>35</sup> No final de 2012, o Governo Federal lançou o Plano de Investimentos em Logística (PIL), com a ambição de atrair mais de 200 bilhões de reais para rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. O PIL pretendia chegar a concessão de 7 mil quilômetros de rodovias, 11 mil quilômetros de novas ferrovias e aeroportos, além do arrendamento e concessão de portos e terminais portuários.

<sup>36</sup> A taxa de câmbio elevada proporciona mais exportações, pois isso diminui o preço de bens e serviços produzidos no país frente ao mercado internacional e ao mesmo tempo inibe a quantidade de importações. Já a taxa de câmbio baixa, desestimula as exportações e incrementa as importações, pois torna os bens e serviços menos competitivos no mercado internacional.

(2016), o agronegócio foi responsável por 43,0 % de todas as exportações do país em 2014 e 46,2% em 2015.

Portanto, percebe-se que foi justamente esse segmento que acabou por absorver a maior parte de mão de obra estrangeira presente no mercado de trabalho formal brasileiro a partir de 2013; os trabalhadores passaram a exercer atividades principalmente em frigoríferos e abatedouros. A partir desse período, destacam-se também as atividades realizadas por imigrantes na construção civil e em serviços de limpeza.

### **3.3 Remuneração**

A remuneração de trabalhadores imigrantes foi ao longo do tempo analisada por diversos teóricos (CHISWICK, 1978; BORJAS, 1987; DUSTMANN, 1993; DULEEP e REGETS, 1998; CHIWICK e MILLER, 2008), e normalmente esses estudos empíricos mostram que em diferentes países, os salários de imigrantes são mais baixos se comparados ao de nativos, pois muitas vezes não é possível transferir imediatamente as habilidades adquiridas no país de origem para o país de destino. Porém, esses estudos apontam que quanto maior o tempo de permanência no país receptor e quanto mais esses trabalhadores assimilam e adquirem habilidades específicas do local de destino, maior é a tendência de melhorias ocupacionais e salariais. Portanto, de acordo com esses estudos a desvantagem salarial do imigrante tende a diminuir de acordo com o aumento de experiência adquirida no mercado de trabalho da sociedade de destino.

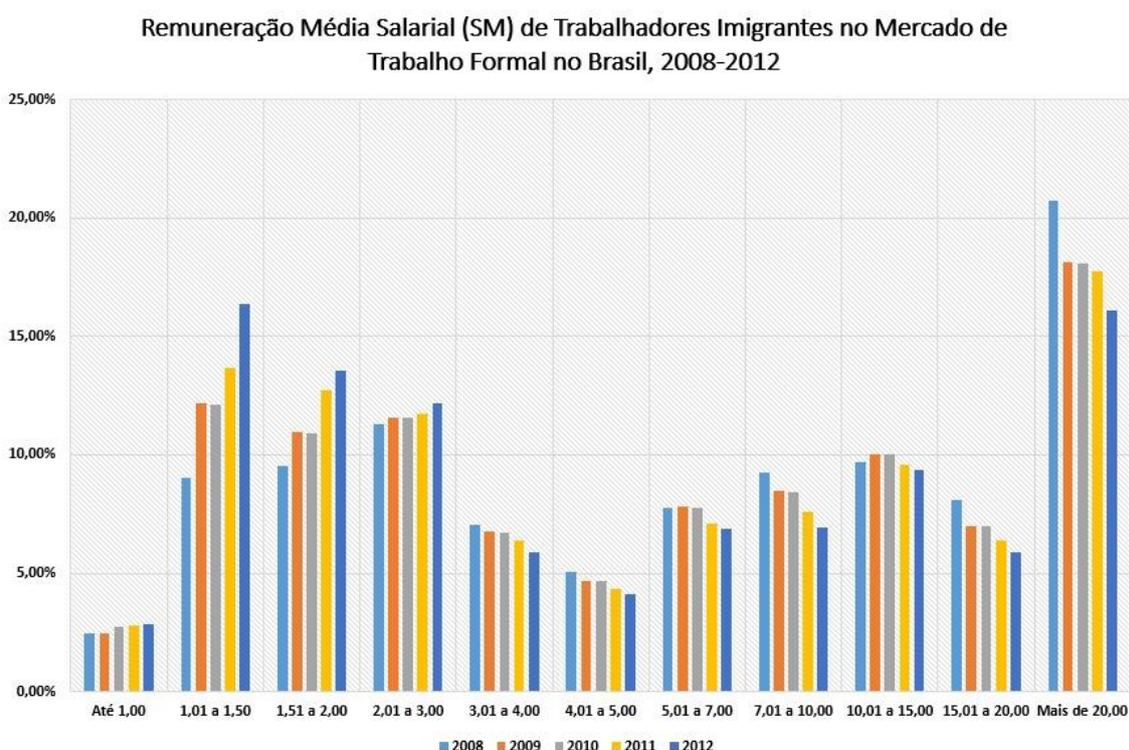
Esses estudos apontam ainda que determinadas características influenciam diretamente os rendimentos individuais de trabalhadores imigrantes, sendo que comumente destacam-se variáveis de capital humano, como por exemplo, os anos de escolaridade, o tempo de experiência de trabalho, assim como outros aspectos, como o tempo de permanência no local de destino e o local de origem do trabalhador.

Dullep e Regets (1998) ao realizarem um estudo empírico sobre os rendimentos de imigrantes nos Estados Unidos, concluíram que o país de origem dos imigrantes tem uma influência essencial sobre os ganhos iniciais de imigrantes na sociedade receptora. Desse modo, haveria uma correlação entre o desenvolvimento econômico do país de origem e a remuneração de imigrantes. Este estudo apontou que quanto mais semelhante

era o desenvolvimento econômico do país de origem do imigrante do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, maior era o ganho inicial dos imigrantes.

Com relação a remuneração média dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro é possível observar que há uma grande mudança durante o período analisado. O gráfico 2 apresenta a remuneração média salarial de trabalhadores imigrantes entre os anos de 2008 e 2012:

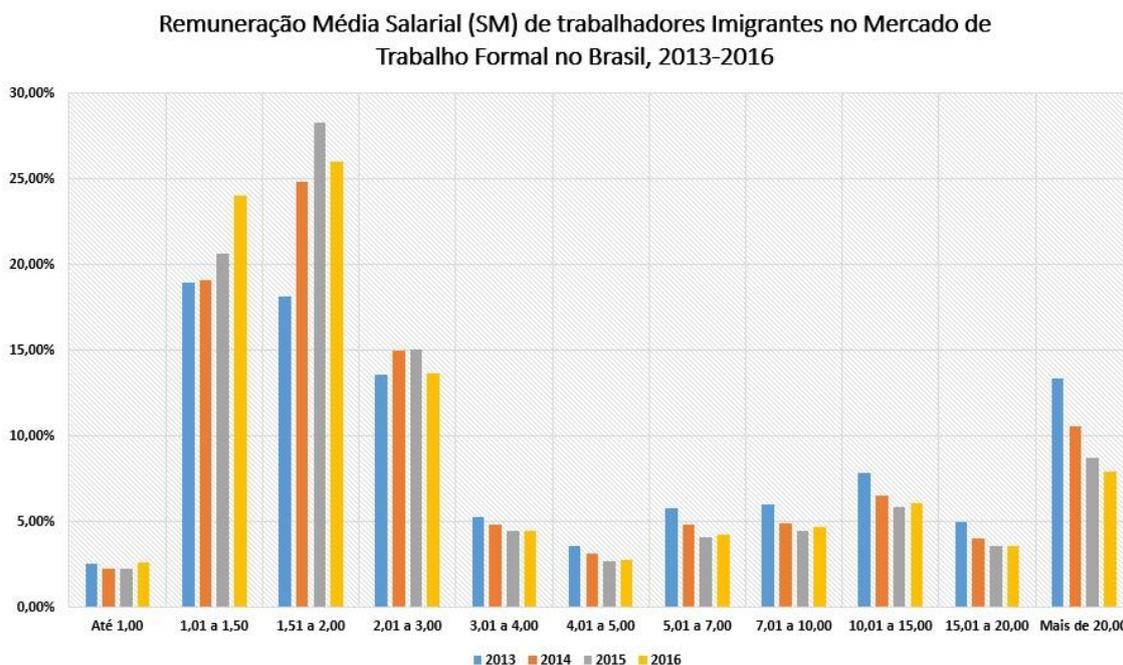
**Gráfico 2. Remuneração média salarial de trabalhadores imigrantes, por salários mínimos, Brasil, 2008-2012.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2012.

Assim, durante esse período, nota-se que a maior parte desses trabalhadores recebia mais de vinte salários mínimos por mês, o que faz bastante sentido, pois a maioria encontrava-se presente em postos de trabalho situados na ponta virtuosa da produção.

**Gráfico 3. Remuneração média salarial de trabalhadores imigrantes, por salários mínimos, Brasil, 2013-2016.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2013-2016.

A partir de 2013, ocorre uma brusca alteração nesses dados e a maioria dos trabalhadores imigrantes passa a ter nesse novo cenário, remuneração média entre um salário e meio e dois salários mínimos.

Importante ressaltar novamente que, entre 2008 e 2012, diversos imigrantes provenientes de países do sul global, como por exemplo, haitianos, bengalis, ganeses e etc, ainda não estavam presentes no mercado de trabalho formal no Brasil. Esses trabalhadores começam a adentrar o mercado de trabalho em 2013 e é justamente nesse período, que ocorre o rebaixamento salarial, portanto, conclui-se que esses trabalhadores passaram a se inserir em ocupações localizadas predominantemente na ponta precária da produção, e conseqüentemente recebendo baixos salários.

### **3.4 Escolaridade**

Para a maioria dos trabalhadores imigrantes o processo educacional começa antes da imigração, ainda em seu país de origem, e em alguns casos, continua no país de acolhimento. É comum que uma boa parte dos imigrantes não consiga aproveitar de imediato as habilidades educacionais adquiridas anteriormente no país de destino, devido a diversas restrições, como por exemplo o não reconhecimento de certificados e cursos realizados no exterior ou até mesmo diferenças na cultura de trabalho entre países diferentes.

Porém, ainda assim um bom nível escolar costuma ser um importante fator para que imigrantes consigam se inserir no mercado de trabalho, ainda que suas habilidades educacionais não sejam aproveitadas rapidamente no país de destino.

Singer (2012) afirma que trabalhadores imigrantes geralmente possuem boa formação educacional, pois diversos dados demonstram que a maior parte desses trabalhadores normalmente possui ensino médio ou ensino superior, porém mesmo com um alto grau de escolarização muitos imigrantes costumam estar situados em subempregos se comparados a trabalhadores nativos, especialmente imigrantes que possuem apenas o ensino médio.

A Organização Internacional para as Migrações (2014) afirma que o processo de reestruturação produtiva atraiu nos últimos anos um contingente importante de imigrantes com alta escolarização para trabalhar em empresas instaladas no Brasil. A maior parte dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho formal no Brasil possui formação superior e ensino médio completo, respectivamente, como demonstra a tabela 10. Dessa maneira, entre 2008 e 2016, quase 45% das autorizações de trabalho concedidas no Brasil contemplaram um contingente de estrangeiros com curso superior completo, incluindo mestrado e doutorado.

**Tabela 10. Porcentagem de trabalhadores imigrantes por nível escolar, Brasil, 2008-2016**

<b>Escolaridade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
	<b>%</b>								
<b>Analfabeto</b>	0,08	0,09	0,09	0,08	0,14	0,65	1,07	1,25	1,44
<b>Até 5ª Incompleto</b>	0,72	0,78	0,94	1,25	1,34	2,09	2,82	3,08	2,76
<b>5ª Completo Fundamental</b>	1,83	1,68	1,62	1,84	1,67	2,27	2,43	2,50	2,09
<b>6ª a 9ª Fundamental</b>	2,47	2,33	2,28	2,48	2,95	4,73	6,16	6,93	5,41
<b>Fundamental Completo</b>	6,31	5,88	5,88	6,58	7,12	9,12	10,26	11,04	10,11
<b>Médio Incompleto</b>	3,41	3,49	3,55	4,05	4,36	4,94	5,89	6,15	5,89
<b>Médio Completo</b>	23,08	23,94	25,04	26,41	27,12	28,66	31,24	33,26	34,16
<b>Superior Incompleto</b>	4,95	4,88	4,56	4,10	3,80	3,18	2,95	2,64	2,80
<b>Superior Completo</b>	53,87	53,41	52,38	49,49	47,84	41,00	34,13	30,04	31,72
<b>Mestrado</b>	1,49	1,60	1,66	1,70	1,88	1,69	1,55	1,57	1,78
<b>Doutorado</b>	1,78	1,92	2,01	2,01	1,77	1,67	1,49	1,55	1,85
<b>Total</b>	<b>100,00</b>								

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Ao analisar as principais ocupações onde estão inseridos os trabalhadores imigrantes que possuem ensino superior completo, através da tabela 11, conclui-se que muitos estão realizando atividades laborais genéricas que não exigem formação acadêmica específica para serem desempenhadas, essas atividades são também mal remuneradas; dessa forma, tanto a ocupação quanto os rendimentos não condizem com a formação educacional formal adquirida por parte desses trabalhadores.

**Tabela 11. Principais ocupações de imigrantes com vínculo formal de trabalho, segundo nível escolar (Ensino Superior Completo), Brasil, 2008 e 2016.**

Ocupação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Médico Clínico</b>	1.560	1.595	1.972	1.830	1.944	1.750	1.883	1.992	2.024
<b>Gerente Administrativo</b>	971	1.034	1.191	1.316	1.513	1.658	1.746	1.622	1.368
<b>Assistente Administrativo</b>	956	1.001	1.042	1.058	1.116	1.288	1.128	1.074	1.026
<b>Alimentador de linha de produção</b>	20	17	12	14	37	63	125	95	643 <sup>37</sup>
<b>Auxiliar de Escritório</b>	358	358	353	377	421	413	439	451	476
<b>Total</b>	<b>3.865</b>	<b>4.005</b>	<b>4.570</b>	<b>4.595</b>	<b>5.031</b>	<b>5.172</b>	<b>5.321</b>	<b>5.234</b>	<b>5.537</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Cavalcanti (2014) afirma que essa situação demonstra que os imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil sofrem de uma “inconsistência de status”, pois há uma importante discrepância entre a formação educacional desses trabalhadores e as suas atividades laborais e rendimentos. Sendo assim, “os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de sua incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social” (CAVALCANTI, 2014, p. 15).

### 3.5 Sexo

Com relação a variável sexo a proporção média de mão de obra estrangeira com vínculo formal de trabalho entre 2008 e 2016, foi de 71,35% de homens e 28,65% de mulheres. Portanto, com relação à inserção de mão de obra estrangeira no mercado de trabalho formal brasileiro, os homens são maioria, como expõe a tabela 12.

<sup>37</sup> Segundo dados do Caged (2017) entre julho de 2016 e julho de 2017 a ocupação de Alimentador de Linha de Produção foi o que mais criou vagas no Brasil, tendo um saldo positivo de 54.686, portanto, isso explica o grande crescimento com relação ao significativo aumento de trabalhadores estrangeiros inseridos nessa ocupação no ano de 2016. <<http://noticiasenegocios.com.br/2017/08/atividades-ligadas-agropecuaria-tiveram-os-melhores-saldos-de-emprego/>>.

**Tabela 12. Imigrantes com vínculo formal de trabalho, por sexo, Brasil 2008-2016**

Sexo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
<b>Masculino</b>	33.932	35.470	39.588	44.823	53.105	68.387	87.388	96.054	83.114	71,35%
<b>Feminino</b>	15.507	16.345	17.904	19.888	22.049	26.098	31.924	34.983	32.847	28,65%
<b>Total</b>	<b>49.439</b>	<b>51.815</b>	<b>57.492</b>	<b>64.711</b>	<b>75.154</b>	<b>94.485</b>	<b>119.312</b>	<b>131.037</b>	<b>115.961</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Ao analisar esses dados há necessidade de ressaltar, no entanto, que ao considerar apenas os vínculos formais de trabalho ocorre uma perda muito grande de trabalhadores/as que estão presentes no mercado de trabalho informal e várias autoras (PARELLA RUBIO, 2005; HIRATA, 2009; DUTRA, 2013) mostram que as trabalhadoras migrantes tendem a ser maioria no mercado de trabalho informal, pois encontram-se inseridas em postos de trabalho específicos que historicamente são direcionados para mulheres, como é o caso dos trabalhos domésticos.

De acordo com Dutra (2013), as mulheres migrantes ocupam um lugar de grande vulnerabilidade na sociedade receptora e são amplamente exploradas e discriminadas no mercado de trabalho, assim “o entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado informal”. (DUTRA, 2013, p. 181).

A atual demanda por mão de obra imigrante em termos de gênero reflete-se no recrutamento expressivo de mulheres imigrantes para realizarem atividades ligadas à reprodução social. Dessa forma, ao contrário dos fluxos imigratórios após a Segunda Guerra Mundial, onde a figura do imigrante era basicamente masculina e estes migravam para atuar em empregos industriais formais, no contexto atual torna-se cada vez mais comum o fluxo migratório de mulheres que se deslocam para ocupar trabalhos no setor de serviços, muitas vezes na economia informal.

Nesse sentido, Hochschild e Ehrenreich (2003) afirmam que desde o final do século XX é cada vez mais comum perceber a presença de mulheres migrantes no mercado das tarefas domésticas e de cuidado e que as trabalhadoras “recém-chegadas”, acabam se tornando “mães substitutivas da infância global”. Por isso, uma quantidade

muito grande de mulheres migrantes atua nesse mercado do trabalho doméstico, sendo esta uma “atividade socialmente pouco valorada, etiquetada como "suja" e escassamente qualificada, assumida como algo inerente à condição feminina e, frequentemente, realizada na economia informal”. (PARELLA RUBIO, 2005, p. 98).

Existem, portanto, trabalhadoras que migram para o exterior para suprirem uma demanda de mão-de-obra específica em termos de gênero nos países de destino, essa demanda encontra-se relacionada a valores, normas, estereótipos e hierarquias baseadas em relações de gênero. Moré (2015) afirma que as mulheres migrantes, normalmente, enfrentam diversas situações de desvantagem no mercado de trabalho do país receptor, dentre as quais destacam-se: vivenciar uma constante insegurança no emprego; o desemprego de longa duração; empregos de tempo parcial; contratos temporários; discriminação salarial; e o assédio sexual.

Os padrões migratórios são diferentes para homens e mulheres e existem diversas hipóteses que buscam explicar essa situação. Segundo Pfeiffer et. al. (2006) a segmentação por gênero do mercado de trabalho para imigrantes nos países de destino é um dos fatores que mais influenciam a composição de homens e mulheres nos fluxos migratórios, pois a segregação global dos mercados de trabalho afeta amplamente os tipos de trabalho disponíveis tanto para os homens como para as mulheres que migram, por isso, o mercado de trabalho cria demandas diferentes para trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

A maioria dos homens inserem-se em ocupações na mineração, indústria, transportes, comércio e construção e normalmente também conseguem atuar mais que as mulheres em posições de chefia e direção no local de destino. Enquanto as mulheres, geralmente, encontram-se de modo excessivo realizando atividades laborais no setor de serviços, em trabalhos domésticos, de cuidados e entretenimento.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2015), diversos fatores são essenciais para a compreensão do significativo aumento dos movimentos migratórios de mulheres nas últimas décadas; dentre tais fatores destaca-se principalmente a crescente demanda por trabalhadoras domésticas e cuidadoras, que foi impulsionada pelo envelhecimento populacional e o aumento na expectativa de vida em alguns países, assim como a redução dos agregados familiares multigeracionais – situação em que coabitam avós, pais e netos – e também devido à diminuição de serviços públicos de assistência social.

Com relação a ocupação dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro, houve uma grande mudança com relação à ocupação e às atividades laborais realizadas por tais trabalhadores/trabalhadoras ao longo do período analisado, como apresenta a tabela 13.

**Tabela 13. Porcentagem dos principais setores de ocupação de imigrantes, por sexo, Brasil - 2008 e 2016.**

<b>Homens</b>			<b>Mulheres</b>		
<b>Grandes Grupos Ocupacionais (CBO)</b>	<b>2008 %</b>	<b>2016 %</b>	<b>Grandes Grupos Ocupacionais (CBO)</b>	<b>2008 %</b>	<b>2016 %</b>
<b>Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes</b>	22,85	11,71	<b>Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes</b>	11,40	8,57
<b>Profissionais das ciências e das artes</b>	29,58	15,66	<b>Profissionais das ciências e das artes</b>	36,45	22,51
<b>Técnicos de nível médio</b>	11,57	6,22	<b>Técnicas de nível médio</b>	13,95	8,96
<b>Trabalhadores de serviços administrativos</b>	10,29	7,92	<b>Trabalhadoras de serviços administrativos</b>	21,23	15,66
<b>Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados</b>	9,92	17,00	<b>Trabalhadoras dos serviços, vendedoras do comércio em lojas e mercados</b>	12,59	27,59
<b>Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca</b>	0,73	2,20	<b>Trabalhadoras agropecuários, florestais e da pesca</b>	0,34	1,12
<b>Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais</b>	10,10	26,01	<b>Trabalhadoras da produção de bens e serviços industriais</b>	3,10	7,87

Homens			Mulheres		
Grandes Grupos Ocupacionais (CBO)	2008 %	2016 %	Grandes Grupos Ocupacionais (CBO)	2008 %	2016 %
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2,37	11,04	Trabalhadoras da produção de bens e serviços industriais	0,71	7,47
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	2,58	2,24	Trabalhadoras em serviços de reparação e manutenção	0,23	0,25
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Ao observar de modo mais detalhado portanto, as ocupações em que encontram-se inseridos os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes no Brasil durante o período de análise a constatação que se faz é que há um rebaixamento ocupacional com relação a ambos os sexos, como demonstra a tabela 14.

**Tabela 14. Principais ocupações de imigrantes, por sexo, Brasil – 2008-2012 e 2014-2016.**

Homens			Mulheres		
Ocupações	2008	2012	Ocupações	2008	2012
Médico Clínico	1.138	1.393	Assistente Administrativa	909	1.176
Gerente Administrativo	1.079	1.625	Auxiliar de Escritório	737	962
Assistente Administrativo	956	1.078	Vendedor de Comércio Varejista	634	1.099
Vendedor de Comércio Varejista	742	1.047	Médica Clínica	422	551
Gerente de Produção e Operações	696	907	Professora da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental	414	417
<b>Total</b>	<b>4.611</b>	<b>6.050</b>	<b>Total</b>	<b>3.116</b>	<b>4.205</b>

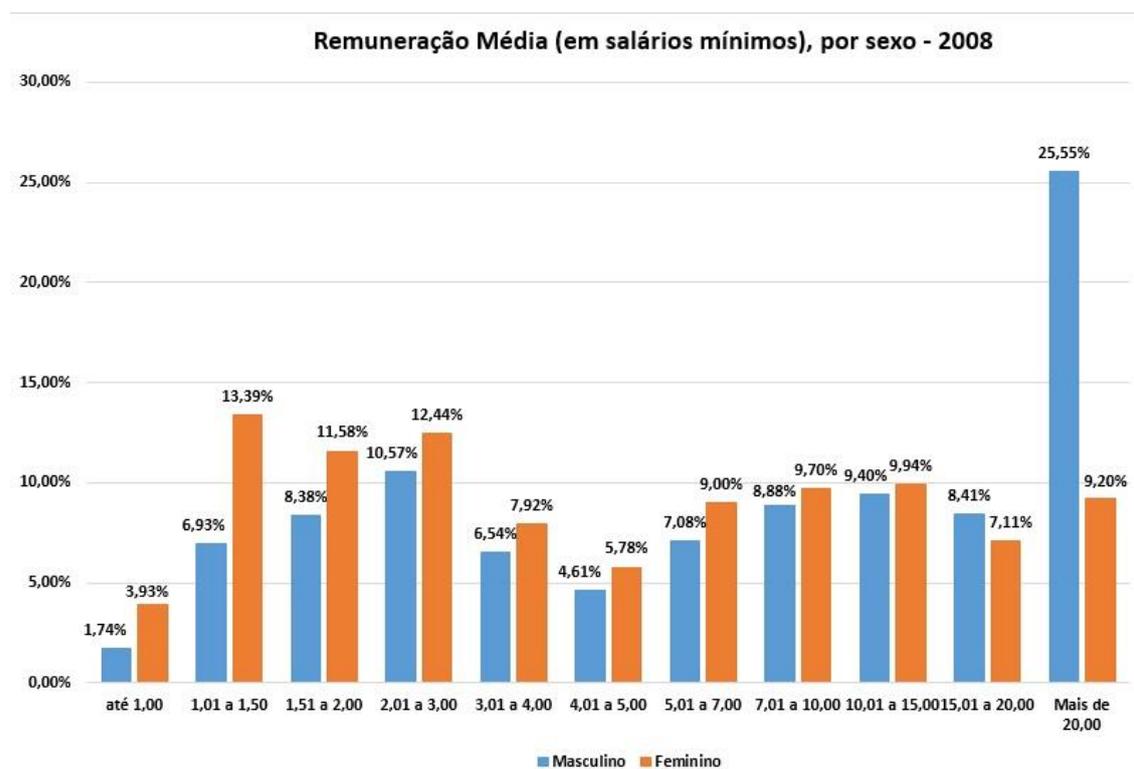
<b>Homens</b>			<b>Mulheres</b>		
<b>Ocupações</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>	<b>Ocupações</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>
Servente de Obras	4.583	3.356	Faxineira	1.414	1.919
Alimentador de Linha de Produção	4.459	4.670	Vendedora de Comércio Varejista	1.389	1.471
Abatedor	2.254	2.022	Assistente Administrativa	1.285	1.224
Margarefe	2.360	2.460	Auxiliar de Escritório	1.116	1.148
Gerente Administrativo	1.809	1.414	Cozinheira Geral	884	867
<b>Total</b>	<b>15.465</b>	<b>13.922</b>	<b>Total</b>	<b>6.088</b>	<b>6.229</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Percebe-se que entre 2008 e 2012 havia uma maior semelhança com relação as ocupações em que estavam inseridos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, já que naquele momento o mercado de trabalho absorvia muitos imigrantes altamente qualificados e de países do norte global, já em 2014 devido a entrada de novos imigrantes provenientes principalmente do sul global, ocorre uma significativa mudança e os homens passam a atuar especialmente, em atividades relacionadas a produção de bens e serviços industriais, especialmente na agroindústria e as mulheres em atividades no setor de serviços.

Com relação a remuneração média de trabalhadoras e trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, observa-se que as mulheres recebem menos durante todo o período analisado. O gráfico 4 expõe, portanto, a média salarial em 2008, quando os rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes eram maiores:

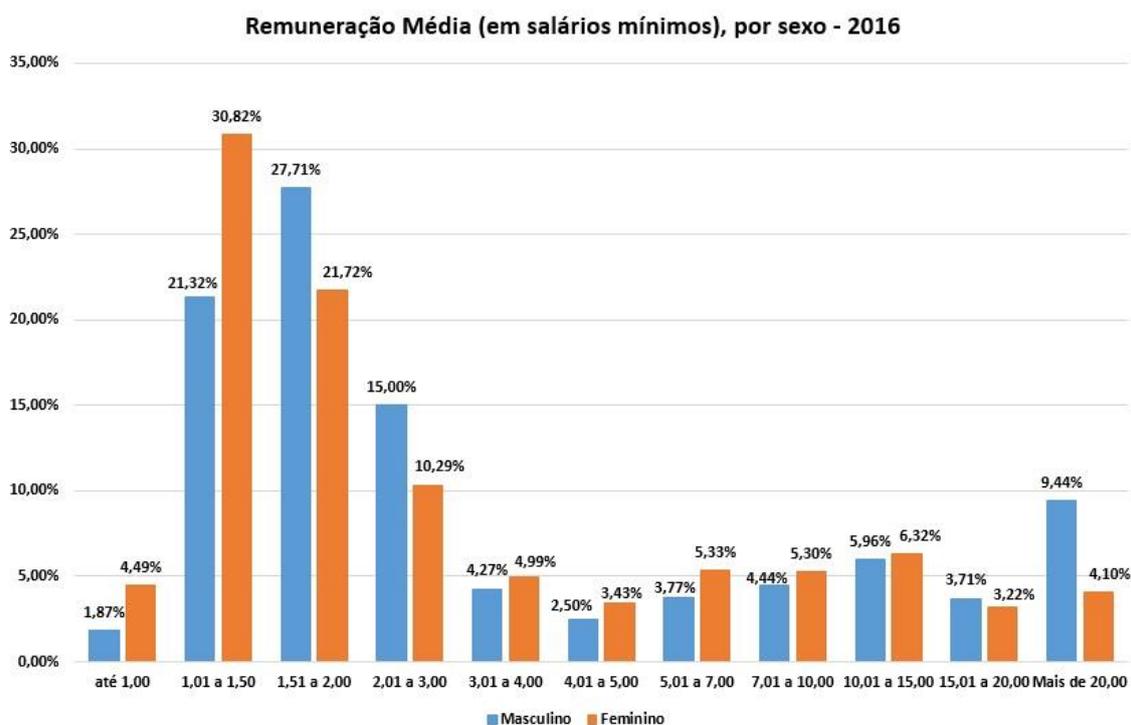
**Gráfico 4. Remuneração média salarial de imigrantes, por sexo, Brasil, 2008.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008.

A partir de 2013 começa a ocorrer um rebaixamento salarial tanto dos homens quanto das mulheres, porém como já foi salientado anteriormente, ainda que seja possível perceber o rebaixamento entre ambos os sexos, é possível constatar também a diferença salarial média em ambos os períodos, tanto entre 2008 e 2012 quando os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes recebiam salários maiores, quanto entre 2013 e 2016 quando nota-se um rebaixamento salarial. O gráfico 5 apresenta a média salarial de homens e mulheres no ano de 2016:

**Gráfico 5. Remuneração média salarial de imigrantes, por sexo, Brasil, 2016.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2016.

A segmentação do mercado de trabalho baseada em questões de gênero faz com que mulheres tenham mais dificuldades em ocupar cargos de direção e chefia, se comparadas aos homens e isso acaba se refletindo nos salários, pois de modo geral, elas tendem a se concentrar em ocupações que possuem uma remuneração menor. Essas desigualdades acabam persistindo também nos países de destino e no contexto vivenciado por trabalhadores e trabalhadoras imigrantes.

As mulheres, portanto, são mais propensas a realizarem atividades em empregos que possuem menos horas de trabalho e onde os salários são mais baixos, como ocorre nos denominados empregos atípicos – como os de jornada parcial; temporários; sem contrato; cujo o mínimo de horas não é garantido ao funcionário e sem relação formal de emprego – enquanto os homens aparecem de forma sobre-representada em cargos de chefia e direção e que possuem altos salários.

Uma explicação para isso seria o fato das mulheres ainda terem que carregar a maior parte do trabalho doméstico e reprodutivo do lar e ao mesmo tempo terem que sair para o emprego remunerado. Assim, a divisão sexual do trabalho, como

demonstram Hirata e Kergoat (2000), é uma importante chave explicativa do motivo da assimetria entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pois as relações de gênero tradicionalmente sempre direcionaram os homens para o emprego remunerado e as mulheres para a família e o trabalho doméstico, não remunerado.

Interessante perceber que essas diferenças salariais entre os homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, não se baseiam em diferentes níveis de escolaridade, como demonstra a tabela 15. Portanto, os homens não possuem um nível escolar diferente – no caso maior - das mulheres, o que poderia justificar tais diferenças salariais.

**Tabela 15: Porcentagem de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, por nível escolar, Brasil – 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.**

	SEXO									
	F %	M %								
<b>Escolaridade</b>	<b>2008</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>	<b>2016</b>
Analfabeto	0,08	0,09	0,09	0,08	0,04	0,18	0,68	1,22	1,17	1,54
Até 5º Incompleto	0,46	0,84	0,61	1,10	0,75	1,59	1,87	3,17	1,89	3,11
5º Completo Fundamental	1,54	1,96	1,25	1,78	1,37	1,79	2,03	2,57	1,54	2,31
6º e 9º Fundamental	2,15	2,61	2,03	2,39	2,36	3,19	4,53	6,76	4,27	5,86
Fundamental Completo	5,35	6,76	5,17	6,20	5,86	7,65	8,30	10,98	8,34	10,81
Médio Incompleto	3,19	3,52	3,55	3,55	4,27	4,40	5,43	6,01	5,58	6,01
Médio Completo	24,52	22,43	26,28	24,47	28,73	26,46	31,37	34,20	34,07	34,20
Superior Incompleto	5,84	4,54	5,41	4,18	4,45	3,53	3,79	2,49	3,58	2,49
Superior Completo	56,87	57,27	55,61	56,25	52,17	51,21	42,00	33,67	39,57	33,67
<b>Total</b>	<b>100,00</b>									

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008 - 2016.

Portanto, os dados demonstram que o nível escolar de ambos é bastante semelhante ao longo de todo o período analisado e que entre 2008 e 2014 a maioria de mulheres e homens imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, possuíam nível superior completo; a partir de 2015 a quantidade de trabalhadoras/trabalhadores com nível superior completo diminui e aumenta o volume daqueles que possuem nível médio completo.

### **3.6 Raça/Cor**

Antes de apresentar os dados referentes a raça/cor de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil, cabe ressaltar que essa variável apresenta-se de forma bastante problemática na base de dados da RAIS, em função de alguns fatores como por exemplo, a maneira como a informação é coletada. Os dados contidos na RAIS, são fornecidos pela empresa, e não por cada funcionário individualmente, portanto a informação com relação a variável raça/cor acaba sendo heteroclassificatória, ou seja, a atribuição da categoria étnico-racial do trabalhador, é definida por outra pessoa.

Um outro problema é que essa variável acaba tendo um alto índice de falta de registros, isso porque quando se pergunta sobre a raça/cor do trabalhador as opções de resposta presentes no formulário da RAIS aparecem na seguinte ordem: indígena, branca, preta, amarela, parda e não informado. Paixão et. al. (2012) apontam que a existência da alternativa “não informado” entre as opções de preenchimento do questionário poderia ter certo efeito com relação a significativa perda de registros com relação a variável raça/cor nos dados da RAIS, sendo assim, a hipótese é de que “poderia estar havendo uma redução na qualidade das estatísticas sobre Raça/Cor nesta base de dados por conta da existência do campo “não informado” dentre as opções”. (PAIXÃO et. al., 2012, p. 08).

Apesar de todos esses problemas, entende-se que é a existência da variável e dos dados ainda que subrepresentados ou apresentados de forma equivocada é importante para a análise sobre o perfil dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil. Nesse sentido, com relação a variável raça/cor percebe-se que durante todo o período analisado a maioria é de trabalhadores de cor branca, porém

observa-se também que há um aumento importante na quantidade de trabalhadores pretos e pardos principalmente a partir de 2013, como mostra a tabela 16.

**Tabela 16: Quantidade de trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho, por raça/cor, Brasil, 2008- 2016.**

<b>Raça/Cor</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Indígena</b>	262	268	294	343	463	595	658	647	591
<b>Branca</b>	31.906	32.221	32.817	35.217	37.997	46.359	56.753	52.075	44.583
<b>Preta</b>	1.304	1.700	1.942	2.847	5.777	13.729	28.810	30.082	27.234
<b>Amarela</b>	3.968	3.360	3.733	4.903	4.574	5.851	6.299	6.082	5.184
<b>Parda</b>	4.857	5.899	8.255	9.617	12.718	14.291	18.933	21.914	19.591
<b>Não identificado</b>	2.856	2.975	3.748	5.599	7.422	9.399	12.942	13.561	13.262
<b>Ignorado</b>	4.286	5.392	6.703	6.185	6.203	6.261	6.642	6.676	5.516
<b>Total</b>	<b>49.439</b>	<b>51.815</b>	<b>57.492</b>	<b>64.711</b>	<b>75.154</b>	<b>94.485</b>	<b>119.312</b>	<b>131.037</b>	<b>115.961</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008 - 2016.

O percentual de pretos e pardos subiu de 12,46%, em 2008, para 39,68%, em 2016. Isso ocorreu especialmente devido a quantidade de haitianos sendo declarados como pretos ou pardos, assim como senegaleses, angolanos e ganeses. Porém, uma grande parte de trabalhadores de outras nacionalidades como paraguaios e chilenos, foram declarados como brancos, o que explica a quantidade expressiva de brancos ao longo de todo período. Portanto, ainda que o perfil e os locais de procedência dos trabalhadores tenham mudado significativamente ao longo do período de análise, isso não está presente de modo mais expressivo nos dados referentes a raça e cor, devido a todos os problemas que a coleta de dados dessa variável carrega, como já foi dito anteriormente.

### **3.7 Faixa Etária**

Com relação à faixa etária, sendo a RAIS uma base de dados que informa sobre o mercado de trabalho, a mesma apresenta de forma predominante uma população em idade ativa. A tabela 17 expõe a distribuição de trabalhadores imigrantes no Brasil de acordo com as faixas etárias e é possível notar que enquanto as faixas etárias entre 18 e

29 anos e 30 e 39 anos de idade tiveram um significativo aumento durante o período analisado, a faixa etária de 50 e 64 anos de idade apresenta uma importante queda ao longo do tempo de análise.

**Tabela 17: Porcentagem da faixa etária de trabalhadores imigrantes, Brasil – 2008 - 2016.**

<b>Faixa Etária</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
	<b>%</b>								
<b>Menos de 18 anos</b>	0,27	0,26	0,35	0,41	0,44	0,42	0,40	0,32	0,30
<b>18 a 29 anos</b>	10,47	11,62	10,78	12,37	19,26	24,09	27,14	27,99	26,39
<b>30 a 39 anos</b>	25,45	25,62	26,45	27,76	27,92	29,84	31,83	33,59	33,20
<b>40 a 49 anos</b>	25,42	25,13	25,21	24,88	22,84	21,21	20,10	19,49	20,33
<b>50 a 64 anos</b>	33,16	31,93	31,47	28,96	24,52	20,05	16,86	15,16	15,94
<b>65 ou mais</b>	5,23	5,44	5,74	5,62	5,02	4,40	3,68	3,46	3,85
<b>Total</b>	<b>100,00</b>								

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008 e 2016.

Segundo relatório sobre as migrações internacionais da ONU (2016) a idade média dos migrantes internacionais no mundo em 2015 era de 39 anos. No entanto, em algumas localidades específicas, o estoque de imigrantes tem apresentado um perfil cada vez mais jovem, dessa forma, entre 2000 e 2015, a idade média dos migrantes internacionais declinou na Ásia, América Latina, Caribe e Oceania.

De acordo com esse relatório a maioria dos migrantes em todo o mundo encontra-se em idade produtiva e em 2015, 72% de todos os migrantes internacionais tinham entre 20 e 64 anos de idade, já as pessoas mais jovens com menos de 20 anos – e mais idosas – mais de 65 anos – tendem a estar sub-representadas entre os imigrantes, assim em 2015 apenas 15% de todos os migrantes internacionais tinha menos de 20 anos de idade e somente 13% tinha 65 anos de idade ou mais.

Rogers, Raquillet e Castro (1977) afirmam que a migração é altamente seletiva com relação à idade, por isso os jovens adultos de qualquer população são frequentemente o grupo mais propenso a se moverem geograficamente. Nesse sentido, os jovens adultos apresentam maiores taxas de migração porque encontram-se menos limitados por vínculos em sua comunidade (Cf. ROGERS, RAQUILLET e CASTRO, 1977).

Campos e Barbieri (2013) demonstram que os fatores que envolvem à migração de uma população mais jovem, encontram-se relacionados a questões como “às transições no ciclo de vida, como busca de emprego e melhores salários, casamentos e oportunidades de educação” (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 570).

Roger e Castro (1981), ao desenvolverem um modelo etário de migração, explicam a existência de picos migratórios predominantes com relação a determinadas idades; dessa maneira, de acordo com tal modelo existem basicamente três picos migratórios: o primeiro refere-se aos primeiros anos de vida do indivíduo, ou seja, ocorre no deslocamento de crianças, que normalmente estão acompanhando os pais; o segundo acontece no início da vida adulta, este é mais expressivo e refere-se aos deslocamentos de pessoas que buscam inserção no mercado de trabalho; o terceiro pico migratório é menos frequente que os outros dois, e refere-se a pessoas com idades mais avançadas que migram por motivos relacionados a pós-aposentadoria, como por exemplo, a busca por assistência social e cuidados médicos específicos.

De acordo com Cavalcanti (2014) essa composição etária dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro é bastante favorável, “pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim, sendo o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país”. (CAVALCANTI, 2014, p. 14).

### **3.8 Distribuição por UF**

Como já discutido anteriormente nesse estudo, o Brasil foi formado a partir de grandes fluxos migratórios internacionais. Porém, a distribuição de imigrantes no território brasileiro ao longo do tempo não ocorreu da forma uniforme para todas as regiões. De acordo com Sikora (2014) pode-se considerar o período pré-colonial como a fase inicial dos movimentos imigratórios no país, e durante esse período, os portugueses que chegavam ao Brasil se dirigiam especificamente para as regiões nordeste e leste, para desempenhar atividades nos engenhos de açúcar, explorar minas de ouro e atuar no comércio que emergia nessas regiões. Ainda nesse período diversas expedições se dirigiram para a região sul do país para povoar terras no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Já no período colonial chega ao Brasil uma grande quantidade de imigrantes europeus que tinham a missão de colonizar o país; nesse momento surgem as primeiras províncias no Brasil e, assim, formam-se “colônias no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...] nestas colônias, estabeleceram-se italianos, alemães, ingleses, suíços, franceses e poloneses” (SIKORA, 2014, p. 28). Posteriormente quando ocorre a implementação da lei de terras no país, os fluxos imigratórios passam a ser tutelados pelo Estado, dessa maneira, buscava-se atrair principalmente imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café.

Em termos de nacionalidade, os primeiros movimentos migratórios do continente europeu foram os de origem italiana. A princípio se deslocavam para as grandes fazendas de São Paulo e mais tarde se instalaram no Paraná e Rio Grande do Sul. Os de nacionalidade alemã se dirigiam para Santa Catarina e os de nacionalidade polonesa para o Paraná. Formaram grandes contingentes populacionais que originaram inúmeras colônias nas províncias do Brasil Meridional. (SIKORA, 2014, p. 29).

Portanto, os maiores fluxos migratórios internacionais para o Brasil ocorreram entre 1870 e 1920 e esses imigrantes se dirigiam predominantemente para Estados da região Sul e Sudeste do Brasil. Entre 1950 e 1960 entra no país uma quantidade bastante expressiva de japoneses que se dirigem especialmente para os Estados de São Paulo e Paraná.

Atualmente a maior parte de trabalhadores imigrantes que se encontram no Brasil estão localizados nessas mesmas regiões e Estados, porém não é possível associar os fluxos migratórios internacionais contemporâneos no Brasil com os que aconteceram no passado, pois apesar de em ambos haver fatores de expulsão que expliquem a vinda para o Brasil, o motivo da escolha do Brasil como local de destino desses “novos imigrantes” – haitianos, bengalis, senegaleses etc - é bastante distinto dos imigrantes que chegaram em solo brasileiro no passado, já que naquele período havia um contexto onde se tinha uma grande quantidade de terras a serem povoadas, uma enorme necessidade de mão de obra e vários incentivos do governo para atrair trabalhadores imigrantes, situações não observadas no cenário atual do país.

Ainda que no contexto atual muitos trabalhadores imigrantes acabem ocupando posições no mercado de trabalho brasileiro em função de determinada dificuldade de empresas públicas e privadas em encontrar trabalhadores brasileiros para realizarem tais trabalhos, tanto na ponta virtuosa quanto na ponta precária da produção, não é possível

fazer uma comparação com a demanda por trabalhadores imigrantes e o contexto histórico do passado e o momento presente. Com relação à distribuição dos trabalhadores imigrantes entre 2008 e 2016, os dados da RAIS indicam, portanto, que a maior parte se encontra presente nas regiões Sul e Sudeste do país, como demonstra a tabela 18.

**Tabela 18: Trabalhadores imigrantes por UF, Brasil - 2008 e 2016.**

<b>Região</b>	<b>Unidades da Federação</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
<b>Norte</b>	<b>Rondônia</b>	229	0,46	622	0,54
	<b>Acre</b>	127	0,26	209	0,18
	<b>Amazonas</b>	908	1,84	1.748	1,51
	<b>Roraima</b>	33	0,07	448	0,39
	<b>Pará</b>	329	0,67	549	0,47
	<b>Amapá</b>	39	0,08	70	0,06
	<b>Tocantins</b>	89	0,18	199	0,17
<b>Nordeste</b>	<b>Maranhão</b>	133	0,27	239	0,21
	<b>Piauí</b>	41	0,08	88	0,08
	<b>Ceará</b>	320	0,65	1.061	0,91
	<b>Rio Grande do Norte</b>	217	0,44	470	0,41
	<b>Paraíba</b>	200	0,40	303	0,26
	<b>Pernambuco</b>	508	1,03	948	0,82
	<b>Alagoas</b>	115	0,23	185	0,16
	<b>Sergipe</b>	98	0,20	188	0,16
	<b>Bahia</b>	1.080	2,18	1.687	1,45
<b>Sudeste</b>	<b>Minas Gerais</b>	1.881	3,80	4.667	4,02
	<b>Espírito Santo</b>	450	0,91	774	0,67
	<b>Rio de Janeiro</b>	7.912	16,00	11.186	9,65
	<b>São Paulo</b>	25.042	50,65	43.141	37,20

<b>Região</b>	<b>Unidades da Federação</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
<b>Sul</b>	<b>Paraná</b>	2.626	5,31	13.833	11,93
	<b>Santa Catarina</b>	2.080	4,21	14.384	12,37
	<b>Rio Grande do Sul</b>	2.950	5,97	11.552	9,96
<b>Centro-Oeste</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	501	1,01	2.028	1,75
	<b>Mato Grosso</b>	255	0,52	2.140	1,85
	<b>Goiás</b>	364	0,74	1.528	1,32
	<b>Distrito Federal</b>	912	1,84	1.750	1,51
<b>Total</b>		49.439	100	115.961	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008 e 2016.

Os dados revelam que São Paulo é o Estado com o maior número de trabalhadores imigrantes no país, porém destacam-se também os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que apresentaram um expressivo aumento na quantidade de trabalhadores imigrantes durante o período analisado, como mostra a tabela 19. O motivo desse aumento se deve especialmente em razão da absorção de trabalhadores em empresas localizadas nesses Estados, principalmente nos setores da construção civil e no agronegócio.

**Tabela 19: Variação Percentual de Unidades da Federação com maior quantidade de trabalhadores imigrantes, Brasil - 2008 e 2016.**

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Variação (%) – 2008/2016</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	41,38%
<b>São Paulo</b>	72,27%
<b>Paraná</b>	426,77%
<b>Santa Catarina</b>	591,53%
<b>Rio Grande do Sul</b>	291,59%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008 e 2016.

De acordo com Perotto e Napoleão (2016) os haitianos, por exemplo, que começaram a chegar em Santa Catarina – Estado que teve o maior aumento na quantidade de trabalhadores imigrantes durante o período analisado – começaram a se dirigir principalmente para municípios onde havia demanda por mão de obra para trabalhar no setor de construções, no comércio e em empresas da indústria naval.

No Oeste catarinense os primeiros haitianos chegaram em 2011 e de uma forma diferente do normal. A primeira situação que foi constatada é de uma empresa de piscinas que buscou no Acre trabalhadores para atender a falta de mão-de-obra que se tinha na região. O mesmo motivo levou as agroindústrias a buscar trabalhadores. Foi através de recrutamentos realizados ainda na fronteira do Brasil com o Peru por empresas da Mesorregião do Vale do Itajaí que os primeiros haitianos chegaram ao território catarinense. (PEROTTO e NAPOLEÃO, 2016, p. 07).

Compreende-se que a formação de redes sociais entre esses trabalhadores foi fundamental para o incremento no número de imigrantes nesses Estados e que esses trabalhadores passaram a se inserir em fábricas localizadas nesses locais, realizando, sobretudo trabalhos pesados, como por exemplo, atividades em abatedouros de carne e frango, na construção civil, na limpeza e conservação de edifícios, entre outros.

### **3.9 Características das principais nacionalidades**

Com relação as características dos trabalhadores imigrantes que representam as principais nacionalidades presentes no mercado de trabalho formal, é importante observar significativas distinções entre as mesmas com relação a variáveis como ocupação, escolaridade, remuneração e faixa etária desses trabalhadores. Por isso, nesse momento pretende-se analisar tais características de acordo as cinco principais nacionalidades – haitianos, portugueses, argentinos, bolivianos e paraguaios – de acordo com os dados da RAIS.

Ao analisar as características dos trabalhadores haitianos que representam desde 2013 a principal força de trabalho estrangeira no Brasil, é possível constatar que a maioria encontra-se realizando atividades laborais na base da hierarquia produtiva; como mostra a tabela 20, são portanto, atividades braçais que demandam quase sempre esforço físico e que geralmente dispensam qualquer tipo de qualificação profissional/educacional para serem realizadas.

**Tabela 20: Principais ocupações de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016.**

Ocupação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Servente de Obras	113	728	1.982	3.292	4.040	2.415
Pedreiro	34	184	556	989	1.247	694
Alimentador de linha de produção	27	302	1.583	2.800	3.858	3.071
Abatedor	0	180	521	1.210	1.871	1.019
Margarefe	0	54	931	2.249	3.184	2.490
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>1.448</b>	<b>5.573</b>	<b>10.540</b>	<b>14.200</b>	<b>9.689</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2011-2016.

No que se refere a escolaridade e remuneração, a maioria dos trabalhadores haitianos possuem ensino médio completo e recebem em média entre um salário mínimo e meio e dois salários mínimos, como apontam as tabelas 21 e 22. Com relação a faixa etária desses trabalhadores a maioria possui entre 30 e 39 anos de idade, em seguida a faixa entre 25 e 29 anos de idade é que apresenta o segundo maior quantitativo de trabalhadores haitianos, como mostra a tabela 23.

**Tabela 21: Nível escolar de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016.**

Escolaridade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	03	31	427	1.008	1.368	1.293
Até 5º Incompleto	54	276	909	1.683	2.279	1.597
5º Completo Fundamental	28	166	707	1.274	1.624	1.141
6º a 9º Fundamental	50	392	1.793	3.499	4.802	2.986
Fundamental Completo	95	706	2.335	4.522	6.633	4.913
Médio Incompleto	81	422	1.164	2.655	3.572	2.679
Médio Completo	195	920	3.703	8.701	13.147	10.582
Superior Incompleto	3	59	137	284	328	274
Superior Completo	10	62	185	367	471	662
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>3.033</b>	<b>11.360</b>	<b>23.993</b>	<b>34.224</b>	<b>26.127</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2011-2016.

**Tabela 22: Remuneração média de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016**

Remuneração Média Mensal (SM)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Até 1,00	06	27	62	143	256	222
1,01 a 1,50	299	1.186	3.876	6.716	10.000	9.354
1,51 a 2,00	159	1.198	4.832	11.900	17.274	12.672
2,01 a 3,00	48	579	2.349	4.791	6.169	3.570
3,01 a 4,00	1	27	189	376	396	200
4,01 a 5,00	0	6	13	29	39	22
5,01 a 7,00	0	3	12	07	13	06
7,01 a 10,00	1	1	2	02	08	04
10,01 a 15,00	0	0	0	01	02	1
15,01 a 20,00	3	1	1	02	0	1
Mais de 20,00	2	0	3	01	04	1
Ignorado	-	05	21	25	63	74
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>3.033</b>	<b>11.360</b>	<b>23.993</b>	<b>34.224</b>	<b>26.127</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2011-2016.

**Tabela 23: Faixa etária de trabalhadores haitianos, Brasil, 2011-2016.**

Faixa Etária	2011	2012	2013	2014	2015	2016
15 a 17 anos	0	0	03	13	14	04
18 a 24 anos	66	04	1.648	3.182	4.075	2.745
25 a 29 anos	172	462	3.489	6.980	9.575	6.702
30 a 39 anos	215	958	4.691	10.288	15.271	12.130
40 a 49 anos	55	1.258	1.294	3.017	4.510	3.802
50 a 64 anos	08	302	196	509	764	731
65 anos ou Mais	03	49	03	04	14	13
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>3.033</b>	<b>11.324</b>	<b>23.993</b>	<b>34.223</b>	<b>26.127</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2011-2016.

Já os trabalhadores portugueses atuam principalmente em cargos de gerência e supervisão, trabalhos administrativos e no comércio, como expõe a tabela 24. A maioria desses trabalhadores, portanto, inserem-se em ocupações do topo da hierarquia

produtiva, esses empregos geralmente requerem trabalhadores que possuam formação profissional/educacional específicas.

**Tabela 24: Principais ocupações de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016.**

Ocupação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Assistente Administrativo	485	435	413	452	490	491	476	485	431
Gerente Administrativo	334	281	295	321	337	355	347	334	311
Auxiliar de Escritório	327	344	338	350	335	338	333	327	298
Vendedor em Comércio Varejista	357	322	335	373	360	381	369	336	282
Supervisor Administrativo	211	221	219	220	202	221	208	217	196
<b>Total</b>	<b>1.714</b>	<b>1.603</b>	<b>1.600</b>	<b>1.716</b>	<b>1.724</b>	<b>1.786</b>	<b>1.733</b>	<b>1.699</b>	<b>1.518</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Com relação a escolaridade a maioria possui ensino superior completo e ensino médio completo, como mostra a tabela 25. A maior parte dos trabalhadores portugueses no Brasil recebem em média entre dois e três salários mínimos, porém também é elevada a quantidade de portugueses que recebe salários maiores na faixa média entre dez e quinze salários mínimos e mais de vinte salários mínimos por mês, conforme a tabela 26.

No que se refere à idade, a maioria de trabalhadores portugueses possui entre 50 e 64 anos de idade, ou seja, são trabalhadores com uma idade mais avançada, como informa a tabela 27.

**Tabela 25: Nível escolar de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016.**

Escolaridade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	07	05	05	03	08	11	11	06	10
Até 5º Incompleto	116	92	103	91	99	93	75	83	68
5º Completo Fundamental	407	363	333	298	286	249	219	192	160
6º a 9º Fundamental	354	343	322	312	304	278	269	230	200
Escolaridade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fundamental	952	859	848	846	814	811	819	738	617

<b>Completo</b>									
<b>Médio Incompleto</b>	359	326	333	335	344	356	365	332	271
<b>Médio Completo</b>	2.463	2.452	2.559	2.836	3.055	3.391	3.588	3.428	2.991
<b>Superior Incompleto</b>	462	420	418	404	392	395	417	395	398
<b>Superior Completo</b>	3.788	3.805	3.563	4.088	4.598	4.963	5.007	4.850	4.373
<b>Total</b>	<b>8.881</b>	<b>8.665</b>	<b>8.484</b>	<b>9.213</b>	<b>9.900</b>	<b>10.547</b>	<b>10.770</b>	<b>10.254</b>	<b>9.088</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 26: Remuneração média de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016**

<b>Remuneração Média Mensal (SM)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Até 1,00</b>	98	110	132	137	160	168	196	167	157
<b>1,01 a 1,50</b>	768	840	959	978	1.212	1.253	1.248	1.223	1.185
<b>1,51 a 2,00</b>	945	886	960	1.009	1.097	1.205	1.317	1.284	1.107
<b>2,01 a 3,00</b>	1.233	1.178	1.232	1.333	1.362	1.482	1.544	1.483	1.298
<b>3,01 a 4,00</b>	834	848	798	839	888	859	900	889	802
<b>4,01 a 5,00</b>	566	570	548	543	572	633	706	625	535
<b>5,01 a 7,00</b>	831	835	832	895	898	967	942	932	815
<b>7,01 a 10,00</b>	928	847	738	816	845	908	936	832	729
<b>10,01 a 15,00</b>	823	818	701	811	937	1.025	1.008	918	834
<b>15,01 a 20,00</b>	497	451	426	488	532	573	543	564	474
<b>Mais de 20,00</b>	1.165	1.067	935	1.140	1.187	1.268	1.220	1.115	937
<b>Ignorado</b>	193	215	223	224	210	206	210	222	215
<b>Total</b>	<b>8.881</b>	<b>8.665</b>	<b>8.484</b>	<b>9.213</b>	<b>9.900</b>	<b>10.547</b>	<b>10.770</b>	<b>10.254</b>	<b>9.088</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 27: Faixa etária de trabalhadores portugueses, Brasil, 2008-2016.**

Faixa Etária	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
15 a 17 anos	0	03	05	06	08	17	17	16	07
18 a 24 anos	75	68	78	126	168	190	244	237	187
25 a 29 anos	164	166	218	283	468	573	598	500	402
30 a 39 anos	1.195	1.165	1.133	1.325	1.676	1.991	1.987	1.778	1.514
40 a 49 anos	1.764	1.673	1.550	1.701	1.915	2.155	2.343	2.335	2.120
50 a 64 anos	4.956	4.809	4.570	4.722	4.573	4.390	4.255	3.974	3.449
65 anos ou Mais	727	781	930	1.049	1.092	1.231	1.326	1.414	1.409
<b>Total</b>	<b>8.881</b>	<b>8.665</b>	<b>8.484</b>	<b>9.212</b>	<b>9.900</b>	<b>10.547</b>	<b>10.770</b>	<b>10.254</b>	<b>9.088</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Os trabalhadores de nacionalidade argentina encontram-se inseridos principalmente no setor de serviços, em ocupações administrativas e em cargos de gerência. Dessa forma, compreende-se que há uma distribuição bastante heterogênea desses trabalhadores no mercado de trabalho, onde os mesmos encontram-se realizando atividades tanto na ponta virtuosa quanto na ponta precária da produção, conforme a tabela 28.

**Tabela 28: Principais ocupações de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016.**

Ocupação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vendedor em Comércio Varejista	147	137	152	173	184	216	276	245	252
Garçom	50	60	61	86	106	130	225	257	222
Assistente Administrativo	156	175	167	181	187	177	201	195	207
Gerente Administrativo	139	147	180	207	236	260	245	233	196
Auxiliar de Escritório	127	139	145	145	161	192	188	186	194
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>658</b>	<b>705</b>	<b>792</b>	<b>874</b>	<b>975</b>	<b>1.135</b>	<b>1.116</b>	<b>1.071</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

A maioria de trabalhadores argentinos possui ensino superior completo e ensino médio completo, como expõe a tabela 29. Percebe-se que com relação a remuneração média salarial ocorre uma importante mudança entre 2008 e 2016, pois apesar de uma quantidade muito grande de trabalhadores receber mais de vinte salários mínimos ao longo de todo período analisado, nota-se que ocorre um crescimento significativo durante esse período na quantidade de trabalhadores que recebem entre um e três salários mínimos, de acordo com a tabela 30. Com relação à faixa etária a maioria de trabalhadores argentinos tem entre 30 e 39 anos de idade, como demonstra a tabela 31.

**Tabela 29: Nível escolar de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016.**

Escolaridade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Analfabeto</b>	04	05	01	01	02	00	00	03	00
<b>Até 5º Incompleto</b>	14	16	14	17	18	24	37	45	38
<b>5º Completo Fundamental</b>	27	38	35	41	32	29	59	48	46
<b>6º a 9º Fundamental</b>	76	72	82	81	105	127	218	193	169
<b>Fundamental Completo</b>	178	181	200	237	260	339	377	366	333
<b>Médio Incompleto</b>	138	141	145	169	197	215	248	232	232
<b>Médio Completo</b>	1.156	1.234	1.432	1.670	1.917	2.206	2.669	2.697	2.609
<b>Superior Incompleto</b>	298	320	319	354	344	351	400	386	359
<b>Superior Completo</b>	2.817	2.941	2.968	3.362	3.546	3.770	3.824	3.825	3.568
<b>Total</b>	<b>4.708</b>	<b>4.948</b>	<b>5.196</b>	<b>5.932</b>	<b>6.421</b>	<b>7.061</b>	<b>7.832</b>	<b>7.795</b>	<b>7.354</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 30: Remuneração média de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016**

Remuneração Média Mensal (SM)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Até 1,00	191	192	205	222	260	283	256	278	274
1,01 a 1,50	439	554	647	704	874	1.016	1.139	1.171	1.207
1,51 a 2,00	460	487	595	662	740	928	1.273	1.342	1.282
2,01 a 3,00	501	515	556	721	804	913	1.223	1.139	1.096
3,01 a 4,00	290	327	348	384	401	436	472	532	453
4,01 a 5,00	237	230	231	286	281	282	329	301	296
5,01 a 7,00	302	323	328	363	387	449	435	436	400
7,01 a 10,00	328	326	331	383	408	413	414	417	350
10,01 a 15,00	339	414	386	446	510	520	509	490	507
15,01 a 20,00	427	364	339	354	360	371	352	324	299
Mais de 20,00	1.115	1.140	1.139	1.300	1.286	1.345	1.309	1.238	1.047
Ignorado	79	76	91	107	110	105	121	127	143
<b>Total</b>	<b>4.708</b>	<b>4.948</b>	<b>5.196</b>	<b>5.932</b>	<b>6.421</b>	<b>7.061</b>	<b>7.832</b>	<b>7.795</b>	<b>7.354</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 31: Faixa etária de trabalhadores argentinos, Brasil, 2008-2016.**

Faixa Etária	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
15 a 17 anos	13	12	13	17	22	22	34	24	19
18 a 24 anos	244	283	312	376	397	500	653	628	598
25 a 29 anos	374	424	498	599	732	866	1.040	1.056	975
30 a 39 anos	1.617	1.588	1.681	1.943	2.053	2.272	2.526	2.443	2.227
40 a 49 anos	1.265	1.334	1.380	1.461	1.606	1.725	1.867	1.935	1.888
50 a 64 anos	1.062	1.162	1.168	1.367	1.405	1.451	1.487	1.472	1.428
65 anos ou Mais	133	145	144	169	206	225	225	237	219
<b>Total</b>	<b>4.708</b>	<b>4.948</b>	<b>5.196</b>	<b>5.932</b>	<b>6.421</b>	<b>7.061</b>	<b>7.832</b>	<b>7.795</b>	<b>7.354</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Com relação aos trabalhadores do Paraguai, entre 2008 e 2016, a maioria encontrava-se desempenhando atividades no setor de serviços, como vendedores no

comércio, em serviços de limpeza e em trabalhos de costura, existem muitos paraguaios também na indústria exercendo atividades como alimentador de linha de produção e em trabalhos administrativos, como auxiliar de escritório, conforme apresenta a tabela 32.

**Tabela 32: Principais ocupações de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016.**

Ocupação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Vendedor de Comércio Varejista</b>	87	127	149	210	262	340	366	437	431
<b>Alimentador de Linha de Produção</b>	43	59	93	140	237	267	386	389	386
<b>Faxineiro</b>	34	31	60	64	104	142	171	225	242
<b>Costureiro na Confecção em Série</b>	46	72	118	176	252	246	237	217	224
<b>Auxiliar de Escritório</b>	59	82	76	129	144	155	215	218	216
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>371</b>	<b>496</b>	<b>719</b>	<b>999</b>	<b>1.150</b>	<b>1.375</b>	<b>1.486</b>	<b>1.499</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Com relação a escolaridade desses trabalhadores, a maioria possui ensino médio completo, porém ao longo do período analisado é possível perceber uma quantidade significativa de trabalhadores paraguaios que possuem apenas ensino fundamental e ensino médio incompleto, como apresenta a tabela 33 e a maior parte recebe em média entre um e dois salários mínimos mensais, de acordo com a tabela 34. Nota-se que grande parte dos trabalhadores paraguaios inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro é bastante jovem, e têm idade entre 18 e 24 anos, conforme expõe a tabela 35.

**Tabela 33: Nível escolar de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016.**

Escolaridade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Analfabeto</b>	08	13	20	19	15	31	35	39	92
<b>Até 5º Incompleto</b>	74	70	105	116	193	217	290	292	291
<b>5º Completo Fundamental</b>	82	94	114	155	184	191	223	239	245
<b>6º a 9º Fundamental</b>	155	197	263	402	439	593	716	807	821
<b>Fundamental Completo</b>	255	326	426	598	811	977	1.073	1.048	1.022
<b>Médio Incompleto</b>	197	248	292	449	558	716	864	930	890

<b>Escolaridade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Médio Completo</b>	503	680	1.067	1.496	1.886	2.528	3.103	3.514	3.748
<b>Superior Incompleto</b>	52	74	82	96	135	166	221	214	204
<b>Superior Completo</b>	376	391	409	482	509	536	594	561	640
<b>Total</b>	<b>1.702</b>	<b>2.093</b>	<b>2.778</b>	<b>3.813</b>	<b>4.730</b>	<b>5.935</b>	<b>7.119</b>	<b>7.644</b>	<b>7.953</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 34: Remuneração média de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016**

<b>Remuneração Média Mensal (SM)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Até 1,00</b>	86	109	124	187	202	235	298	307	384
<b>1,01 a 1,50</b>	547	729	1.079	1.389	1.988	2.471	2.784	2.905	3.149
<b>1,51 a 2,00</b>	350	480	678	1.071	1.291	1.759	2.286	2.504	2.537
<b>2,01 a 3,00</b>	258	324	423	574	649	819	970	1.150	1.066
<b>3,01 a 4,00</b>	107	99	121	161	166	197	261	285	243
<b>4,01 a 5,00</b>	51	55	56	70	67	95	103	107	106
<b>5,01 a 7,00</b>	70	71	81	98	101	105	116	107	91
<b>7,01 a 10,00</b>	73	66	65	73	78	89	88	91	87
<b>10,01 a 15,00</b>	57	57	52	66	73	67	72	54	55
<b>15,01 a 20,00</b>	34	34	32	41	33	35	31	34	34
<b>Mais de 20,00</b>	53	51	44	51	51	45	60	47	45
<b>Ignorado</b>	16	18	23	32	31	38	50	53	156
<b>Total</b>	<b>1.702</b>	<b>2.093</b>	<b>2.778</b>	<b>3.813</b>	<b>4.730</b>	<b>5.955</b>	<b>7.119</b>	<b>7.644</b>	<b>7.953</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 35: Faixa etária de trabalhadores paraguaios, Brasil, 2008-2016.**

<b>Faixa Etária</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>15 a 17 anos</b>	59	54	85	123	137	164	187	151	117
<b>18 a 24 anos</b>	378	520	757	1.104	1.438	1.878	2.301	2.379	2.348
<b>25 a 29 anos</b>	266	367	522	744	976	1.275	1.532	1.707	1.899
<b>30 a 39 anos</b>	384	473	658	920	1.136	1.458	1.806	2.029	2.161
<b>40 a 49 anos</b>	320	367	400	474	541	624	685	757	802

<b>Faixa Etária</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>50 a 64 anos</b>	256	268	307	391	448	491	547	545	564
<b>65 anos ou Mais</b>	39	44	49	57	54	65	61	76	62
<b>Total</b>	<b>1.702</b>	<b>2.093</b>	<b>2.778</b>	<b>3.813</b>	<b>4.730</b>	<b>5.955</b>	<b>7.119</b>	<b>7.644</b>	<b>7.953</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Por fim, percebe-se que os trabalhadores bolivianos a quinta nacionalidade mais observada no mercado de trabalho formal brasileiro, encontram-se inseridos principalmente em atividades no setor de serviços, desempenhando trabalhos relacionados a confecção e costura de peças e roupas. Existe também uma quantidade grande de trabalhadores bolivianos atuando no Brasil como médicos ao longo do período entre 2008 e 2016, conforme apresenta a tabela 36.

**Tabela 36: Principais ocupações de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016.**

<b>Ocupação</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Costureiro na Confecção em Série</b>	247	260	328	655	895	1.439	1.348	1.047	985
<b>Médico Clínico</b>	467	470	637	637	744	740	743	800	799
<b>Costureiro a Máquina na Confecção em Série</b>	160	181	228	343	354	570	548	448	421
<b>Costureira de Peças sob Encomenda</b>	60	71	67	165	167	255	280	198	244
<b>Modelista de Roupas</b>	48	59	71	102	124	122	129	114	117
<b>Total</b>	<b>982</b>	<b>1.041</b>	<b>1.331</b>	<b>1.902</b>	<b>2.284</b>	<b>3.126</b>	<b>3.048</b>	<b>2.607</b>	<b>2.566</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

Entre os trabalhadores bolivianos a maior parte até o ano de 2011 possuía ensino superior completo, seguido por aqueles que tinham ensino médio completo, porém, a partir de 2012 os trabalhadores com ensino médio completo passam a ser maioria, como apresenta a tabela 37, no entanto continua sendo alta a quantidade de trabalhadores bolivianos com ensino superior completo. Com relação a remuneração a maioria recebe

em média entre um salário e meio e dois salários mínimos, conforme exposto na tabela 38. No que se refere a idade desses trabalhadores a maioria possui entre 30 e 39 anos de idade, como demonstra a tabela 39.

**Tabela 37: Nível escolar de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016.**

Escolaridade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	01	03	05	05	15	15	36	05	02
Até 5º Incompleto	19	18	38	59	55	96	111	86	83
5º Completo Fundamental	47	53	62	201	123	265	200	108	84
6º a 9º Fundamental	104	97	118	138	223	269	295	256	235
Fundamental Completo	255	277	337	542	773	1.166	1.111	807	840
Médio Incompleto	161	186	227	335	386	576	554	457	380
Médio Completo	673	775	1.001	1.553	2.046	2.622	2.807	2.760	2.626
Superior Incompleto	82	91	105	125	140	130	141	151	153
Superior Completo	1.490	1.560	1.678	1.835	1.941	1.997	1.988	2.070	2.024
<b>Total</b>	<b>2.832</b>	<b>3.060</b>	<b>3.571</b>	<b>4.793</b>	<b>5.702</b>	<b>7.136</b>	<b>7.243</b>	<b>6.700</b>	<b>6.427</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 38: Remuneração média de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016**

Remuneração Média Mensal (SM)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Até 1,00	59	76	87	105	146	180	170	163	159
1,01 a 1,50	218	290	397	639	1.491	2.283	1.901	1.589	1.703
1,51 a 2,00	511	577	716	1.319	1.133	1.484	1.988	1.673	1.495
2,01 a 3,00	443	456	614	728	877	1.027	1.090	1.148	1.027
3,01 a 4,00	222	234	226	286	297	380	343	346	300
4,01 a 5,00	132	133	142	182	206	255	216	192	176
5,01 a 7,00	257	277	337	341	380	297	315	310	306
7,01 a 10,00	286	304	336	345	291	327	320	391	386

<b>Remuneração Média Mensal (SM)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>10,01 a 15,00</b>	309	316	319	364	375	388	380	387	374
<b>15,01 a 20,00</b>	181	185	182	202	218	230	218	208	209
<b>Mais de 20,00</b>	193	195	199	248	250	248	257	246	211
<b>Ignorado</b>	21	17	16	34	38	37	45	47	81
<b>Total</b>	<b>2.832</b>	<b>3.060</b>	<b>3.571</b>	<b>4.793</b>	<b>5.702</b>	<b>7.136</b>	<b>7.243</b>	<b>6.700</b>	<b>6.427</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

**Tabela 39: Faixa etária de trabalhadores bolivianos, Brasil, 2008-2016.**

<b>Faixa Etária</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>15 a 17 anos</b>	08	06	09	20	31	35	34	30	24
<b>18 a 24 anos</b>	170	170	276	629	924	1.323	1.243	976	802
<b>25 a 29 anos</b>	348	357	420	689	904	1.298	1.324	1.161	1.163
<b>30 a 39 anos</b>	811	938	1.108	1.473	1.731	2.093	2.141	2.073	1.966
<b>40 a 49 anos</b>	667	718	795	934	1.019	1.223	1.315	1.262	1.304
<b>50 a 64 anos</b>	735	767	832	921	932	970	996	994	968
<b>65 anos ou Mais</b>	93	104	131	127	161	194	190	204	200
<b>Total</b>	<b>2.832</b>	<b>3.060</b>	<b>3.571</b>	<b>4.793</b>	<b>5.702</b>	<b>7.136</b>	<b>7.243</b>	<b>6.700</b>	<b>6.427</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE, 2008-2016.

## Capítulo IV

### 4. A integração de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro

Antes de analisar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores imigrantes, considera-se importante compreender questões relacionadas à integração desses trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro, pois a integração encontra-se relacionada à capacidade de imigrantes atenderem aos requisitos necessários para participarem do mercado de trabalho da sociedade de destino. Porém, tal integração muitas vezes é demorada, pois trata-se de um processo socialmente seletivo que envolve aspectos macroeconômicos, institucionais e individuais.

#### 4.1 O mercado de trabalho brasileiro e a seletividade de mão de obra estrangeira

A seletividade pode ser definida como o ato ou efeito de selecionar algo/alguém de maneira criteriosa e fundamentada. Segundo Campos (2015) a seletividade é um aspecto bastante evidente das migrações, “dado que os migrantes não são elementos aleatórios em uma população, mas sim indivíduos com características bem definidas”. (CAMPOS, 2015, p. 187).

Lee (1980) compreende que a forte seletividade existente com relação aos migrantes ocorre em razão dos mesmos não constituírem uma amostra aleatória da população e sim sujeitos com características pessoais específicas que ao se depararem com estímulos e barreiras na sociedade de destino tem atitudes diferentes dos sujeitos locais, por isso seria impossível que as migrações não tivessem tal caráter seletivo.

Diversas análises (RAVEINSTEIN, 1980; LEE, 1980) sobre migrações ao longo do tempo demonstram que, com relação aos movimentos migratórios, há uma seleção dos indivíduos – de acordo com características específicas ou uma combinação de características – que estarão aptos a se deslocar e serem recebidos no local de destino.

De acordo com Campos (2015) a seletividade nas migrações apresenta-se principalmente através das variáveis idade e sexo. Dessa forma,

tanto as abordagens teóricas quanto em trabalhos empíricos encontramos forte associação entre idade e migração [...] Em relação ao sexo, observa-se que os estímulos à migração de homens e mulheres são substancialmente diferentes, devido às relações de gênero, que afetam praticamente todos os aspectos do processo migratório. (CAMPOS, 2015, p. 188).

Outras variáveis como nacionalidade, escolaridade, ocupação e renda apresentam-se também essenciais no sistema de seleção de migrantes. Essa seletividade pode se intensificar ainda mais mediante políticas migratórias específicas, situações de recrutamento e seleção intencional de migrantes. De modo geral, na maioria dos países receptores de imigrantes há uma inadequação dos sistemas legais que têm por objetivo gerenciar a imigração e os trabalhadores imigrantes; dessa forma, esses trabalhadores normalmente são vinculados apenas a políticas de controle das fronteiras e a problemas de segurança nacional e são amplamente excluídos de políticas de emprego e de direitos trabalhistas. Portanto, geralmente trabalhadores imigrantes acabam às margens de importantes princípios de trabalho e de direitos humanos.

Assim como ocorre em qualquer outro país, no Brasil existem exigências legais que regem a contratação de trabalhadores imigrantes, e é bastante perceptível em tais exigências a presença de forte seletividade que tem como objetivo selecionar principalmente trabalhadores altamente qualificados. Até novembro de 2017 o regimento que norteava as regras para concessão de vistos para imigrantes no Brasil era o “Estatuto do Estrangeiro”, lei nº 6.815/1980. Esse documento estabelecia em seu artigo 4º, sete tipos diferentes de visto: trânsito, turista, temporário, permanente, cortesia, oficial e o diplomático. Desses apenas o visto temporário e o visto permanente possibilitavam ao estrangeiro a concessão de autorização para trabalhar no Brasil.

Com a nova lei de migração – Lei nº 13. 445/2017 – que começou a vigorar a partir de novembro de 2017, houve uma modificação com relação aos tipos de vistos que permitem estrangeiros trabalhar no Brasil, pois essa lei estabelece que os vistos temporários serão concedidos àqueles que pretendem vir ao Brasil mediante as seguintes condições:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

- a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
- b) tratamento de saúde;
- c) acolhida humanitária;
- d) estudo;
- e) trabalho;
- f) férias-trabalho;

g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;

h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;

i) reunião familiar;

j) atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado; [...]

§ 1º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica poderá ser concedido ao imigrante com ou sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira, exigida, na hipótese de vínculo, a comprovação de formação superior compatível ou equivalente reconhecimento científico.

§ 2º O visto temporário para tratamento de saúde poderá ser concedido ao imigrante e a seu acompanhante, desde que o imigrante comprove possuir meios de subsistência suficientes.

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

§ 4º O visto temporário para estudo poderá ser concedido ao imigrante que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio ou intercâmbio de estudo ou de pesquisa.

§ 5º Observadas as hipóteses previstas em regulamento, o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.

§ 6º O visto temporário para férias-trabalho poderá ser concedido ao imigrante maior de 16 (dezesesseis) anos que seja nacional de país que conceda idêntico benefício ao nacional brasileiro, em termos definidos por comunicação diplomática.

§ 7º Não se exigirá do marítimo que ingressar no Brasil em viagem de longo curso ou em cruzeiros marítimos pela costa brasileira o visto temporário de que trata a alínea “e” do inciso I do caput, bastando a apresentação da carteira internacional de marítimo, nos termos de regulamento.

§ 8º É reconhecida ao imigrante a quem se tenha concedido visto temporário para trabalho a possibilidade de modificação do local de exercício de sua atividade laboral.

§ 9º O visto para realização de investimento poderá ser concedido ao imigrante que aporte recursos em projeto com potencial para geração de empregos ou de renda no País [...] (BRASIL, 2017)

Essa legislação amplia os tipos de vistos que permitem estrangeiros exercerem atividades remuneradas no Brasil, através, por exemplo, da consolidação do visto temporário humanitário, que até então era cedido de forma extraordinária, apenas para casos como dos haitianos e venezuelanos.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2015) as situações de migração laboral no Brasil são de responsabilidade da Coordenação Geral de Imigração (CGig), portanto cabe ao CGig autorizar o trabalhador estrangeiro a exercer atividades laborais no país, já o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável por emitir o visto aos estrangeiros e o Ministério da Justiça/DPF deve controlar a entrada, assim como registro e a saída de estrangeiros. Os vistos temporários de trabalho são divididos em 4 categorias: até 90 dias, até 1 ano, até 2 anos com contrato de trabalho no Brasil e até 2 anos sem contrato de trabalho no Brasil.

Para trabalhar no Brasil, o estrangeiro com vínculo empregatício ou não, precisa da autorização de trabalho emitida pela Coordenação-Geral de Imigração, assim como cumprir com a legislação vigente, principalmente com as normas específicas elaboradas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Compete ao CNIg, portanto, a elaboração de normas e orientações para a concessão de autorização de trabalho para estrangeiros que desejam permanecer no Brasil, de modo temporário ou permanente.

Existem, portanto, duas situações distintas com relação à inserção de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, relativas aos: que são contratados como técnicos estrangeiros e aos trabalhadores comuns. Os estrangeiros que se enquadram na condição de técnicos estrangeiros são regidos pela Resolução Normativa 61/2004 do CNIg e podem trabalhar no Brasil pelo período de um ano, sendo possível a prorrogação por no máximo mais um ano; esses trabalhadores não precisam ser contratados no Brasil e nem precisam estar inseridos na folha de pagamento da empresa brasileira. Portanto, esse tipo de autorização de trabalho tem como objetivo a transmissão de tecnologia, como fica explícito no texto da Resolução Normativa:

Art. 1º Ao estrangeiro que venha ao Brasil, sem vínculo empregatício com empresa nacional, para atendimento de situação de emergência, para transferência de tecnologia e/ou para prestação de serviço de assistência técnica, em decorrência de contrato, acordo de cooperação ou convênio, firmado entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica brasileira, poderá ser concedida autorização de trabalho e o visto temporário [...]

Art. 2º O pedido será formulado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento de autorização de trabalho, conforme modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assinado pelo representante legal da empresa requerente;

II - Comprovação de experiência profissional do estrangeiro de no mínimo três anos na atividade relacionada com a prestação do serviço contratado [...]

§ 1º. Os documentos deverão indicar claramente seu objeto, demonstrando o programa para a transferência de tecnologia e/ou de treinamento no programa de assistência técnica a brasileiro, a remuneração a qualquer título, os prazos de vigência e de execução e as demais cláusulas e condições da contratação [...] (BRASIL, 2004)

Quando o trabalhador não vem realizar esse tipo específico de trabalho, a sua contratação ocorre como trabalhador comum e, dessa forma, aplicam-se aos mesmos, todas as regras de contratos de trabalho brasileiras. Esses vistos são concedidos mediante a demanda; dessa forma, é necessário que alguma empresa brasileira queira contratar um trabalhador estrangeiro. Portanto, qualquer empresa pública ou privada que queira contratar algum trabalhador estrangeiro<sup>38</sup> deve solicitar a autorização de trabalho para o estrangeiro junto à Coordenação Geral da Imigração (CGI).

De acordo com a CLT as empresas devem respeitar o princípio da proporcionalidade entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros, prevista na referida legislação:

Art. 352 - As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo. [...]

§ 2º - Não se acham sujeitas às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou

---

<sup>38</sup> Existem algumas exceções com relação aos estrangeiros que necessitam dessa autorização para trabalhar. Os imigrantes nacionais de países que integram o Mercosul por exemplo, dispensam esse tipo de trâmite, pois o tratado do Mercosul prevê que todos os nacionais de territórios pertencentes ao bloco devem liberar o acesso para entrada e trabalho dos cidadãos ligados a estes países, sem exigência de outro requisito além da própria nacionalidade, portanto, os nacionais de países que fazem parte do bloco, devido aos seus acordos econômicos, não precisam passar pelos trâmites de autorização de trabalho exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou CNIg. Estrangeiros que solicitam refúgio também estão isentos desse trâmite, pois após o estrangeiro solicitar refúgio é aberto um processo junto ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) onde delibera-se se será concedido o refúgio ou não ao solicitante, porém, esse estrangeiro não precisa esperar o processo ser julgado para trabalhar, pois o fato de solicitar o refúgio já lhe dá direito a documentos como CPF e carteira de trabalho que o permite exercer atividades remuneradas no Brasil até o julgamento do processo.

transformação de produtos da região e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

Art. 353 - Equiparam-se aos brasileiros, para os fins deste Capítulo, ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro, e os portugueses.

Art. 354 - A proporcionalidade será de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar. [...] (BRASIL, 1943).

A empresa interessada em contratar um trabalhador estrangeiro deve, portanto, justificar a necessidade de contratação desse trabalhador, pois de acordo com a legislação os brasileiros possuem prioridades nas vagas de trabalho disponíveis no país, assim após a solicitação o MTE faz uma análise desse pedido. Caso o pedido seja deferido, o MTE informa o Itamaraty para que seja realizada a expedição do visto no consulado do país em que o estrangeiro reside.

A legislação brasileira não permite a “alteração automática” com relação aos vistos emitidos, ou seja, um visto temporário de 90 dias, de 1 ano ou de 2 anos não pode ser mudado para um visto permanente, dessa forma para obter uma nova categoria de visto, a empresa deve realizar um novo processo, solicitando o tipo de visto desejado para o trabalhador estrangeiro e somente imigrantes com vínculo empregatício no Brasil, que possuem contrato de trabalho de dois anos, podem solicitar a transformação do visto temporário em visto permanente caso o tempo de seu contrato seja estendido pela empresa.

Além do mais não é possível trocar de emprego utilizando o mesmo visto, dessa forma, o imigrante que deseja ou precise mudar de empresa, deve refazer todo o processo burocrático e solicitar outro visto e autorização de trabalho. Caso não consiga renovar o contrato de trabalho, e conseqüentemente renovar o visto temporário, ou caso seja demitido, o imigrante deve deixar o Brasil logo após o vencimento de seu visto.

Compreende-se que todo esse trâmite com relação à concessão de autorização de trabalho para estrangeiros no Brasil, assim como tais regras previstas na CLT constituem um processo que intensifica bastante a seletividade dos trabalhadores imigrantes no país. Ao final, percebe-se que a maioria dos estrangeiros que adentram o mercado de trabalho formal brasileiro mediante essas normas são trabalhadores

extremamente qualificados, e isso representa para as empresas contratantes um enorme ganho de capital humano.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2015), são considerados migrantes “altamente qualificados” – *skilled migration* – aqueles que tem ensino superior completo, e na maioria dos países isso corresponde a ter um diploma universitário. No entanto, é comum considerar profissionais de TI estudantes, dentre outros, como imigrantes qualificados, ainda que esses profissionais nem sempre realizem atividades que corresponda a essa definição da OCDE.

A inserção de imigrantes no mercado de trabalho das sociedades de destino faz com que os países receptores optem por indivíduos que possuam uma elevada educação profissional e habilidades específicas, sendo que tal formação, por ter sido adquirida em um outro país, representa um enorme ganho para o Estado receptor, pois o país recebe um trabalhador formado sem ter sido o responsável pelos custos de sua formação.

Além disso, esse processo de solicitação de autorização de trabalho para estrangeiros existente no Brasil segue um “modelo patronal”, que segundo Villen (2015), é característico de sistemas de imigração de diversos países centrais. Dessa forma, ao integrar o visto, a residência e o contrato de trabalho do imigrante, o mesmo fica bastante dependente de seu empregador, pois sua entrada e permanência no país ficam “condicionadas ao poder do empregador de declarar sua utilidade para o país enquanto força de trabalho. Não se quebra, assim, o vínculo de dependência do imigrante para com o empregador e com um processo burocrático penoso” (VILLEN, 2015, p. 141).

A constatação que se faz é que apenas empresas de médio/grande porte ou empresas transnacionais – como será demonstrado a partir dos dados obtidos através das entrevistas e dos questionários para este estudo – é que se dispõem a arcar com os custos desse processo e ao final conseguem a autorização de trabalho necessária para contratar mão de obra estrangeira. Portanto, esse processo burocrático da forma como se estabelece não consegue integrar ocupações de baixa remuneração e postos de trabalho não especializados.

As análises realizadas nos questionários e nas entrevistas que foram realizadas para essa pesquisa conseguem demonstrar que há uma importante diferenciação entre a inserção de trabalhadores imigrantes no Brasil. Dessa maneira, nos questionários

encontramos de modo mais expressivo, um tipo de trabalhador(a) inserido na ponta virtuosa da produção, que recebem altos rendimentos, atuando como mão de obra especializada no Brasil. Já a maioria dos trabalhadore(a)s que concederam as entrevistas, estão inseridos na ponta precária da produção, em trabalhos manuais, mal remunerados, que não exigem uma formação educacional específica para serem realizados (mesmo que o(a)s trabalhadore(a) possuam, tal formação). Essa diferença começará a emergir nos discursos da próxima seção, e será discutida de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

## **4.2 O Brasil contemporâneo como destino de trabalhadores imigrantes**

Timmerman et. al. (2010) afirmam que diversos estudos etnográficos demonstram que as aspirações migratórias dos indivíduos normalmente encontram-se ligadas a percepções construídas sócio culturalmente e que estas percepções incluem ideias e significados associados ao projeto migratório, imagens subjetivas do ambiente atual da pessoa e pensamentos sobre os possíveis destinos.

De acordo com Haas (2014) as aspirações migratórias dependem das aspirações de vida mais gerais das pessoas, assim como de suas percepções de vida "aqui" e "lá". Nesse sentido, tais percepções são subjetivas e suscetíveis de mudança devido a influência de amplos processos de mudanças estruturais.

Sendo assim, são diversos os fatores que frequentemente moldam as decisões das pessoas que migram, sendo que tais fatores podem envolver questões como: à segurança pessoal e política do migrante; à busca por melhores oportunidades de vida e de trabalho; o desejo de conhecer e participar de uma outra cultura, dentre outras. No entanto, os motivos que fazem uma pessoa imigrar e permanecer no exterior podem mudar ao longo do curso de sua jornada, em função da realidade complexa e fluída que é a experiência de migrar.

Quando questionados porque migraram para o Brasil a maioria do(a)s informantes que responderam o questionário online<sup>39</sup> afirmam que vieram para trabalhar, como mostram as respostas a seguir:

---

<sup>39</sup> Ver anexo 4: Perfil do(a)s informantes dos questionários

Q.- Why did you come to Brazil?<sup>40</sup>

R.- Work project (Questionário nº 06)

R.- For work (Questionário nº 07)

R.- Work (Questionário nº 08)

R.- Company send me to work for couple of years here. (Questionário nº 09)

R. - It seemed a good opportunity for civil engineers here in 2014. I studied with brasilians in Germany. (Questionário nº 10).

R.- To coordinate executive design of São Paulo Metro for an italian company. (Questionário nº 11).

R.- To work. (Questionário nº 12)

R.- I came to work as a teacher. (Questionário nº 13)

R.- Work (Questionário nº 15)

Compreende-se que a motivação desse(a)s trabalhadore(a)s encontra-se fortemente relacionada a continuação de projetos laborais e atividades que o(a)s mesmo(a)s já exerciam nos países de origem e o deslocamento para o Brasil ocorre mediante a possibilidade de exercer as mesmas funções laborais aqui, muitas vezes suprimindo necessidades das empresas em que o(a)s mesmo(a)s já trabalhavam. Porém, entre o(a)s informantes que responderam os questionários foi possível encontrar também outras motivações para explicar a vinda para o Brasil:

Q.- Why did you come to Brazil?<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Tradução livre:

Q.- Por quê você veio para o Brasil?

R.- Projeto de trabalho (Questionário nº 06)

R.- Para trabalhar (Questionário nº 07)

R.- Trabalho (Questionário nº 08)

R.- A empresa me enviou para trabalhar por alguns anos aqui. (Questionário nº 09)

R. – Pareceu ser uma boa oportunidade para engenheiros civis aqui em 2014. Eu estudei com brasileiros na Alemanha. (Questionário nº 10).

R.- Para coordenar o design executivo do Metro de São Paulo para uma empresa italiana. (Questionário nº 11).

R.- Para trabalhar. (Questionário nº 12)

R.- Eu vim trabalhar como professor. (Questionário nº 13)

R.- Trabalho (Questionário nº 15)

- R.- To learn a new language and live abroad (Questionário nº 01)
- R.- The same as many gringos, for love. (Questionário nº 02)
- R.- Adventure (Questionário nº 03)
- R.- My partner (Brazilian) was offered an excellent job here. (Questionário nº 04)
- R.- To study (Questionário nº 05)
- R.- To live a different human experience (Questionário nº 14)

Essas respostas demonstram motivações diversas, relacionadas a estudos, o desejo de viver no exterior, conhecer uma cultura diferente e por questões familiares ou sentimentais. Já nas entrevistas<sup>42</sup> a questão da influência dos vínculos familiares na decisão de migrar ficou bem mais explícito:

Foi por causa do meu marido, ele trabalhava aqui há 7 anos atrás antes da gente se casar. (Lisa<sup>43</sup>, 29 anos, argentina).

Meu marido é brasileiro, eu conheci ele lá e viemos para cá. (Deborah, 25 anos, inglesa).

Meu marido é descendente de japonês, ele é brasileiro, descendente de japonês, terceira geração, se chama sansei. Ai vim porque casei. (Emma, 62 anos, japonesa).

Meu marido que é brasileiro, precisou voltar para o Brasil, então decidimos vir com nossas filhas. (Marina, 37 anos, japonesa).

Eu nasci Dublin, morei lá e encontrei com o meu... Na época namorado lá, quando ele voltou para o Brasil e decidi vir também. Ele estava morando lá

---

<sup>41</sup> Tradução livre:

Q.- Por quê você veio para o Brasil?

- R.- Para aprender um novo idioma e viver no exterior (Questionário nº01)
- R.- Pelo mesmo que muitos gringos, por amor. (Questionário nº02)
- R.- Aventura (Questionário nº03)
- R.- Meu companheiro (brasileiro) recebeu uma excelente oferta de emprego aqui. (Questionário nº04)
- R.- Para estudar (Questionário nº05)
- R.- Para viver uma experiência humana diferente (Questionário nº14)

<sup>42</sup> Ver anexo 5: Perfil do(a)s informantes das entrevistas

<sup>43</sup> Todos os nomes utilizados são fictícios.

uns seis anos. Quando ele voltou eu falei vou lá também para ver como é lá. (Giulianna, 28 anos, irlandesa).

Essas falas trazem uma importante questão de gênero, pois todos esses depoimentos são de mulheres que afirmam que a motivação para vir para o Brasil foi acompanhar os cônjuges. Porém, compreende-se que isso não implica num não protagonismo dessas mulheres em suas decisões de migrar, pois como demonstra Harzig (2003), quando homens e mulheres migram os mesmos acabam se arriscando paralelamente em projetos migratórios, e ao longo do processo migratório ambos são transformados por essa experiência.

Todas essas mulheres acabaram se inserindo no mercado de trabalho, algo fundamental para terem um ganho de autonomia e também para a vivência de experiências que só ocorrem em ambiente laborais. Isso fica explícito na fala de Giulianna, ao afirmar que pretende retornar para a Irlanda, mas que entende que sua vinda ao Brasil e a experiência de trabalho aqui, será bastante benéfica no retorno ao seu país:

Pretendo voltar para a Irlanda. Acho que a experiência que ganhei aqui no trabalho vai me ajudar muito lá, porque eu ganhei muito mais experiência aqui em pouco tempo do que eu ia ganhar lá. Aqui eu virei coordenadora com seis anos de trabalho, e lá eu iria demorar muito mais para conseguir esse tipo de experiência. (Giulianna, 28 anos, irlandesa).

Uma outra questão interessante nos dados das entrevistas é perceber que questões relacionadas à busca por melhores condições de vida no Brasil – que são motivações ausentes nos questionários – aparecem nas entrevistas de modo significativo, essa motivação é recorrente entre imigrantes oriundos do sul global, que afirmam ter deixado o seu local de origem, em razão de situações que envolvem a falta de condições básicas – segurança, moradia, falta de suprimentos, trabalho - de sobrevivência.

Portanto, percebe-se que as motivações para vir para o Brasil são bastante distintas e que essa diferença se apresenta desde o projeto migratório do(a)s informantes, pois enquanto alguns migram mediante uma situação bastante definida com relação ao destino, aquilo que irão exercer no Brasil e até mesmo quanto tempo irão permanecer; outros buscam o Brasil como uma saída para situações bastante

adversas encontradas nos locais de origem, e isso faz com que esse destino se apresente como um lugar repleto de incertezas e que muitas vezes não corresponde as expectativas desse(a)s imigrantes.

O que todo(a)s o(a)s informantes possuem em comum é o fato de terem se inserido em algum tipo de atividade laboral formal no Brasil, porém geralmente muitas barreiras são encontradas por esse(a)s trabalhador(a)s para conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal brasileiro, e isso será abordado na seção seguinte.

### **4.3 Principais barreiras para a integração de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro**

Conceituar a "integração do imigrante" é uma tarefa muito complexa porque envolve abordar os múltiplos significados daquilo que se entende enquanto integração. O conceito de integração portanto, possui um caráter polissêmico que advém de seu uso político e social e das mudanças sociais, temporais e sócio-espaciais que ocorrem de modo dinâmico nas sociedades contemporâneas. O que se percebe na realidade, é que significativa parcela dos atores envolvidos naquilo que se denomina enquanto "processo de integração" muitas vezes o rejeita, pois esses indivíduos podem continuar enfrentando problemas de discriminação ou falta de reconhecimento por parte da sociedade de destino ao longo do tempo.

Segundo Riera (2013) os primeiros estudos sobre integração baseavam-se na premissa de que a sociedade receptora era um corpo homogêneo, e que os imigrantes tinham que se adaptar a tal sociedade. Porém, logo surgiram críticas com relação a esses estudos pois, dentro de uma perspectiva sociológica, a compreensão que se têm é que tais sociedades homogêneas não existem, mas sim são formadas por múltiplos sistemas ou campos interdependentes, onde os imigrantes podem ser parcialmente incorporados, e não que irão necessariamente se integrar a tal sociedade de forma completa.

Desta forma, se a sociedade receptora, antes da chegada do imigrante, é uma sociedade fragmentada e descentralizada, a compreensão que surge é que a incorporação de indivíduos recém-chegados naquela sociedade também será um processo fragmentado. Sendo assim, sua integração pode ocorrer no plano econômico, mas não no campo cultural, por exemplo. Ou seja, dentro dessa perspectiva o processo de integração não precisa ser um processo coeso.

Assim, um aspecto comum no tratamento da integração do imigrante na literatura sociológica é o acordo de compreendê-lo como um processo que consiste em vários subsistemas. De acordo com Solé (1981), a integração é um processo que surge da interação entre os membros e os elementos culturais de duas populações em uma única estrutura social e cultural, formada por quatro segmentos interconectados: integração ocupacional, urbana, política e sociocultural. Lozares et. al. (2011) explicam que a integração não ocorre de forma exclusiva em um único campo social, mas que envolve diferentes campos sociais como o econômico, o cultural, o emocional, e etc.

De acordo com Ludovici (2010) a integração de imigrantes no país de destino é um conceito multidimensional, pois envolve tanto a integração social quanto econômica desse sujeito na sociedade recém-chegada, dentro dessa perspectiva entende-se que para que o imigrante tenha oportunidade de se integrar na sociedade de acolhimento este deve ter acesso aos mesmos direitos básicos disponíveis a população nativa.

A integração social e econômica de imigrantes nas sociedades de acolhimento recebeu ao longo do tempo uma atenção considerável na literatura sobre as migrações internacionais (BORJAS, 1999; CASTLES, 2013), e essa integração encontra-se amplamente relacionada à possibilidade do imigrante conseguir se inserir no mercado de trabalho local, pois o emprego não é apenas uma maneira de promover o contato social entre imigrantes e nativos, mas também de assegurar a independência econômica do imigrante, assim como determinar questões relacionadas à sua identidade, posição social e possibilidades de mobilidade social (Cf. FLEISCHMANN e DRONKERS, 2010). Portanto, o grau de integração encontra-se amplamente relacionado a capacidade do imigrante de encontrar trabalho e sobre os tipos de ocupações disponíveis para esses trabalhadores.

No entanto, diversas pesquisas mostram que imigrantes enfrentam geralmente várias dificuldades para se inserir no mercado de trabalho da sociedade de destino (HEATH et al., 2008; ZSCHIRNT e RUEDIN, 2016). Existem certas barreiras que tornam impossível a integração dos trabalhadores migrantes nos mercados de trabalho das sociedades de acolhimento, sendo que as barreiras mais recorrentes são: o não reconhecimento dos diplomas adquiridos no país de origem; a discriminação em relação ao acesso ao mercado de trabalho; baixos salários e discriminação contra mulheres imigrantes. Várias dessas dificuldades são enfrentadas pelos imigrantes que chegam no Brasil e tentam se inserir no mercado de trabalho no Brasil.

Quando questionados sobre os principais problemas enfrentados ao chegarem no Brasil diversos imigrantes que responderam ao questionário online apontaram principalmente problemas relacionados a obtenção do visto de trabalho, a validação de certificados e documentos e a dificuldade com relação ao idioma, como demonstram as respostas a seguir:

Q. - What was the main problem faced by you when you came to Brazil?<sup>44</sup>

R.: Getting someone to sponsor my work visa (Questionário nº 01)

R.: Language, finding work, poor transport, visa, adapting to life (Questionário nº 02)

R.: Obtain the certificate to perform my professional activity of civil engineer  
(Questionário nº 11)

R.: Nobody speak English, cost of life is 2 times higher than in Russia (Questionário nº 07)

R.: The Portuguese language (Questionário nº 12)

Diversos autores (ALBA e NEE, 2003; DUSTMANN e FABBRINI, 2003; CHISWICK, 1991) afirmam que aprender o idioma local é um aspecto essencial para que os imigrantes recém-chegados consigam se integrar ao tecido social do país anfitrião. Dessa forma, normalmente os imigrantes têm duas possibilidades: manter e cultivar ativamente a sua linguagem nativa ou buscar desenvolver e se concentrar mais no novo idioma. Essa decisão acaba tendo implicações importantes na forma como os nativos e conseqüentemente o mercado de trabalho local percebe o apego cultural e a capacidade de integração do imigrante; dessa forma, para o empregador, o domínio da língua local geralmente é algo desejável, pois demonstra que o trabalhador imigrante

---

<sup>44</sup> Tradução livre:

Q. - Qual foi o principal problema que você enfrentou quando chegou ao Brasil?

R.: Encontrar alguém para patrocinar o meu visto de trabalho (Questionário nº 01)

R.: A língua, encontrar trabalho, transporte ruim, visto, adaptar à vida (Questionário nº 02)

R.: Obter o certificado para poder exercer minha atividade profissional de engenheira civil (Questionário nº 11)

R.: Ninguém fala inglês, o custo de vida é duas vezes maior que na Rússia. (Questionário nº 07)

R.: A língua portuguesa (Questionário nº 12)

está bem adaptado às normas do grupo, e dessa forma, esses imigrantes acabam sendo mais empregáveis.

A dificuldade com relação ao idioma é citada por diverso(a)s entrevistado(a)s como o principal problema enfrentado ao chegar no Brasil, como no caso do haitiano Martin que explica um pouco sobre a dificuldade com relação ao idioma e a importância do domínio do português para exercer seu atual trabalho como auxiliar de produção:

O português é um pouquinho difícil. Eu sou um pouco novo aqui. No trabalho quando falam rápido, eu peço para falar devagarzinho, quando falam devagarzinho é melhor. E a conversação no meu trabalho é muito importante porque tem que trabalhar em equipe, então a comunicação é muito importante. Eu aprendi a falar sozinho, olhar televisão, jornal, olhar documento, abrir para fazer a leitura, eu aprendi sozinho. (Martin, 30 anos, haitiano).

A dificuldade com relação a obtenção do visto de trabalho é um outro problema que ficou bastante explícito tanto nas respostas obtidas pelos questionários, quanto na fala do(a)s entrevistado(a)s como no caso da francesa Anne, que explica um pouco sobre a dificuldade de obter o visto de trabalho no Brasil:

As empresas não querem muito contratar estrangeiros, para elas fica complicado, primeiro porque geralmente o salário do estrangeiro é maior que do brasileiro e também tem uma parte administrativa que é complicada, essa parte administrativa é bem chata mesma, essa é uma grande barreira, essa é maior barreira na verdade, mais que o salário, mais que tudo, porque demora, aqui demorou quase 6 meses para ter o meu visto de trabalho, uma empresa não pode demorar 6 meses para contratar alguém. (Anne, 30 anos, francesa).

Importante notar que a fala de Anne expressa o ponto de vista de uma trabalhadora imigrante que está inserida na ponta virtuosa da produção. Essa é a realidade dos trabalhadores imigrantes altamente qualificados que chegam ao país para trabalhar em empresas de grande porte ou em multinacionais e desempenham funções de chefia, direção ou coordenação e conseqüentemente recebem altos salários.

O problema com relação a burocracia e a demora no processo para a autorização do visto de trabalho é algo que também fica explícito em sua fala, pois os trabalhadores imigrantes que se encontram inseridos no circuito legal de trabalho e que possuem um

alto nível de escolaridade e qualificação acabam dependendo das empresas para solicitar<sup>45</sup> ou “patrocinar” o visto para que possam trabalhar no país.

A evidência desse processo de solicitação de autorização de trabalho para estrangeiros como um “modelo patronal”, que acaba gerando uma relação de dependência entre o imigrante e o empregador fica visível no trecho em que Anne, explica sobre a dificuldade em transformar o seu visto temporário em visto permanente, pois para isso teria que permanecer numa mesma empresa por no mínimo quatro anos:

O meu visto temporário é de dois anos, aí tem que renovar a cada dois anos, estou esperando para renovar agora e ficar permanente, mas é difícil ficar permanente porque para poder ficar permanente aqui tem que trabalhar no mínimo 4 anos numa mesma empresa, então faz mais de quatro anos que moro no Brasil, mas como fiz várias coisas, em empresas diferentes, ainda não consegui ter o visto permanente, esse é o grande problema. (Anne, 30 anos, francesa).

Para muitos trabalhadores imigrantes solicitantes de refúgio ou que recebem o visto humanitário – como é o caso dos haitianos – as principais dificuldades referem-se principalmente a demora nos processos com relação a documentos e a falta de suporte do governo. Daniel, que é proveniente da Síria e que atualmente trabalha como cozinheiro no Brasil, expressa suas principais dificuldades no Brasil, apontando a questão do idioma, a falta de auxílio do governo e também a demora nos processos:

O que é mais difícil para mim é língua, ainda é língua o mais difícil para mim. Preciso de muito tempo para confirmar esse idioma, essa língua, eu não tenho muito tempo para estudar, eu ainda não consegui por causa do tempo, eu estudei por sete meses, mas agora não. Agora um outro problema é que o Brasil não ajuda refugiado como a Europa, a Europa ajuda bem melhor, paga dinheiro todo mês, como salário, ele não precisa pagar para alugar apartamento, ele não precisa trabalhar dois anos, só para estudar, mas para entrar na Europa é muito mais difícil. Aqui no Brasil é o oposto, é mais fácil para chegar ao Brasil, mas vida aqui é mais difícil porque o governo não ajuda. Quando eu cheguei aqui em 2013, a primeira vez que fui a Polícia

---

<sup>45</sup> A lei nº 13.445/2017 – nova lei de migração - traz uma modificação com relação a esse procedimento, pois determina que “o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, *dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.*” (BRASIL, 2017, grifo nosso). Como a lei é bastante recente ainda não é possível saber ao certo a efetividade com relação a essa modificação, pois a princípio se o imigrante tiver curso superior ou equivalente, isso seria o suficiente para obter o visto temporário de trabalho, independente do imigrante ter ou não uma empresa para solicitar o seu visto temporário para trabalho.

Federal a Cáritas<sup>46</sup> marcou para eu tirar o protocolo com a Polícia Federal, a Cáritas marcou depois de sete meses, depois disso demorou mais um mês para eu pegar o protocolo, eu falei que precisava do documento para cadastrar meus filhos na escola, para alugar um apartamento, no final ele tirou para mim o protocolo, depois de quatro meses eu tirei o RNE e agora por causa da minha filha brasileira eu tenho permanência. (Daniel, 43 anos, Síria).

Um outro grande obstáculo para a integração de trabalhadores imigrantes geralmente decorre da dificuldade com relação ao reconhecimento de certificados e diplomas alcançados nos países de origem. No Brasil também há essa dificuldade, porém é interessante observar que tal problema parece atingir especialmente imigrantes provenientes de países periféricos, enquanto trabalhadores de países centrais relatam menos esse mesmo tipo de problema, pois muitas vezes os mesmos nem precisam apresentar tais certificados para exercer determinadas atividades no Brasil. Daniel, que é formado em engenharia mecânica, relata essa dificuldade com relação ao reconhecimento de seu diploma:

Aqui no Brasil eu preciso trabalhar, eu ainda não consegui reconhecer o meu diploma. (Daniel, 43 anos, Síria).

Percebe-se que a origem étnica é um aspecto importante e que nesse caso, pode dificultar ou facilitar a integração do trabalhador imigrante. Nesse sentido, alguns perfis acabam por acumular um nível mais elevado de desvantagens do que outros. No caso de trabalhadores provenientes de países do sul global as barreiras para sua integração no mercado de trabalho formal no Brasil apresentam-se de forma mais intensa, pois apesar da dificuldade com relação a validação de certificados e diplomas ocorrer praticamente com relação a maioria dos imigrantes, quando esses trabalhadores são provenientes de países centrais ou do norte global e dependendo da função que irão exercer, muitas vezes os mesmos são poupados de terem que apresentar esses documentos para exercerem suas atividades laborais no Brasil, como explica a inglesa Deborah que atualmente é professora de inglês numa escola de idiomas:

Foi fácil, muito fácil encontrar emprego aqui. Eu cheguei na escola e perguntei se eles estavam precisando de alguém para dar aulas de inglês, pois eu estava chegando da Inglaterra, eles pediram para eu voltar no outro dia e

---

<sup>46</sup> O Centro de Acolhida a Refugiados (Cáritas) é uma entidade que presta serviços de acolhida e integração a refugiados(as) no Brasil. Para isso, a entidade conta com inúmeros parceiros, como a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e o Ministério da Justiça para realizar programas de acolhimento, proteção Legal e integração Local.

me contrataram. Eu não tive que mostrar nenhum certificado, nada. A carteira de trabalho foi muito fácil de conseguir, mas visto e autorização de trabalho foi muito difícil. (Deborah, 25 anos, inglesa).

Percebe-se portanto, que a barreira linguística; a dificuldade com relação ao processo para obter o visto e a autorização de trabalho e também a dificuldade para validar documentos como certificados e diplomas são os principais obstáculos para a integração de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Ainda que alguns informantes, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas, citem outras diferenças culturais como um empecilho para sua integração, os problemas atrás citados são os mais recorrentes na fala da maior parte dos trabalhadores imigrantes.

#### **4.4 Redes sociais como veículo de integração do trabalhador imigrante**

Um aspecto muito importante que pode influenciar na integração e nas trajetórias laborais de trabalhadores imigrantes são as redes sociais. Segundo Herranz (2000), redes sociais podem ser definidas como o conjunto de relações informais, entre imigrantes e potenciais migrantes, que propiciam a vinculação das sociedades de origem e de destino.

Portanto, essas redes intervêm não apenas na decisão de emigrar, mas também na conexão entre a oferta de força de trabalho nos países de origem e a demanda por mão de obra nas sociedades de destino. Segundo Castro (2016) a teoria das redes sociais foi desenvolvida

por autores como Thomas e Znaniecki, Douglas Massey, James Coleman e Pierre Bordieu. As redes migratórias sociais definem-se como sendo um conjunto de relações que ligam os migrantes ou “retornados” com os seus parentes e amigos compatriotas. Podem-se materializar em formas de ajuda que facilitam e motivam a migração, por exemplo, através da assistência financeira na viagem, da acomodação em termos de residência, de contactos para obter emprego, entre outras situações. Além disso minimizam os custos e os riscos do processo migratório porque disponibilizam informação sobre o local de destino migratório, influenciando assim o processo de decisão, o que não quer dizer que esses dados sejam imparciais e correspondam no total à realidade. (CASTRO, 2016, p. 83).

De acordo com Pinho (2015), “as redes sociais e o capital social são, nas migrações, genericamente concetualizados como meios de obtenção de informação, pelos migrantes, acerca dos destinos” (PINHO, 2015, p. 82). Dessa maneira, as redes

sociais permitem aos imigrantes compensarem a falta de conhecimento e domínio com relação ao local de destino. Essas redes são, nesse sentido, primordiais para que os indivíduos que migram alcancem seus objetivos.

Massey et. al. (2005), explicam que o crescimento dos fluxos migratórios encontra-se extremamente interligado as redes sociais de migrantes, pois essas redes são conjuntos de laços interpessoais que conectam migrantes, ex-migrantes e não-imigrantes nas áreas de origem e destino através de laços de parentesco, amizade e compartilhamento de informações e suporte com a comunidade de origem.

Segundo Guimarães (2009) as redes sociais sempre foram um canal eficaz para o acesso ao emprego de qualquer indivíduo, pois o acesso ao mercado de trabalho geralmente ocorre por meios diversos, e os indivíduos utilizam-se de mecanismos que fogem à racionalidade e às instituições; por isso tal acesso as oportunidades de trabalho perpassa por redes desenvolvidas pelos próprios indivíduos “em suas distintas esferas de sociabilidade no curso da vida cotidiana” (GUIMARÃES, 2009, p. 161).

No entanto, no caso dos trabalhadores imigrantes, as redes sociais são ainda mais importantes, pois atuam como veículo de integração do indivíduo ao mercado de trabalho da sociedade de destino. Através das redes sociais, por exemplo, há uma grande quantidade de informações sobre quais os salários e empregos disponíveis.

Dessa forma, compreende-se que a integração dos imigrantes e a sequência de ocupações que esses trabalhadores conseguem se inserir ao longo de sua trajetória migratória, corresponde não apenas a fatores estruturais, como a segmentação do mercado de trabalho ou seus atributos individuais, como o grau de qualificação dos mesmos, mas também a concentração da própria força de trabalho imigrante em certos espaços laborais que atraem outros imigrantes do mesmo grupo étnico, através de mecanismos informais (Cf. PORTES, 1983; PORTES e BACH, 1983; LIGHT e BONACICH, 1988).

Essa concentração é canalizada através de redes sociais migratórias. De acordo com Veiga (1997), a concentração de trabalhadores da mesma nacionalidade na mesma atividade gera mercados "pseudo-internos" que podem excluir trabalhadores imigrantes de outras origens e até mesmo trabalhadores nacionais.

Embora as redes sociais tenham o efeito positivo de fornecer informações e trabalho remunerado aos funcionários ao longo de suas trajetórias, em contrapartida, os processos de mobilidade de mão-de-obra imigrante geralmente podem ser restringidos

pela existência da própria rede, dificultando o contato dos imigrantes com a população nativa.

Portanto, entende-se que as redes sociais de migrantes desempenham um importante papel na distribuição de oportunidades de emprego e muitas vezes ajudam a explicar por quê o indivíduo obtém determinadas posições ocupacionais ou não, pois isso encontra-se relacionado a sua posição dentro da própria rede social dos imigrantes.

A importância dessas redes sociais para a integração dos imigrantes no mercado de trabalho no Brasil ficou bastante explícita na fala dos informantes dessa pesquisa. Alguns dos informantes que preencheram o questionário online informaram que recorreram a essa estratégia para conseguir uma colocação no mercado de trabalho no Brasil:

Q. - How did you get this job?<sup>47</sup>

R. – Indication (Questionário nº 2)

R. – A colleague who works in the same company helped me (Questionário nº 04)

É interessante perceber que, apesar de alguns imigrantes que preencheram o questionário online informarem que conseguiram inserção no mercado de trabalho brasileiro através de contatos, a frequência da utilização desse tipo de estratégia para conseguir um trabalho é bem menor entre esse(a)s trabalhadore(a)s, do que entre os entrevistado(a)s.

Apesar disso, quando questionados se acreditavam que ter contatos era importante para conseguir um emprego no Brasil, a maioria dos trabalhadores que responderam o questionário online afirmaram que sim, como demonstra o gráfico 06:

---

<sup>47</sup> Tradução livre:

Q. - Como você conseguiu esse trabalho?

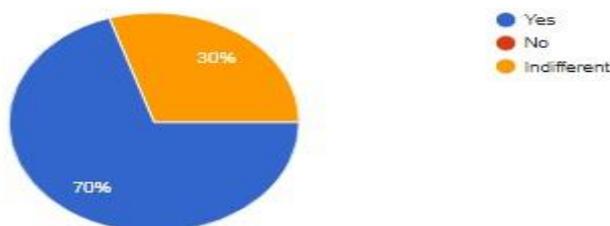
R. – Indicação (Questionário nº 02)

R. – Um colega que trabalha na mesma empresa em ajudou (Questionário nº 16)

R. – Um amigo me indicou (Questionário nº 20)

**Gráfico 06. Percepção dos trabalhadores imigrantes sobre a importância de contatos para conseguir trabalho no Brasil.**

Do you believe that social connections play an important role in getting a job in Brazil?  
13 respostas



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de questionários aplicados à trabalhadore(a)s imigrantes no Brasil, 2017.

Compreende-se que isso ocorre porque a maioria dos trabalhadore(a)s que preencheram o questionário online são imigrantes que adentram o mercado de trabalho para trabalhar em empresas de grande porte e multinacionais; portanto, o seu percurso normalmente é bastante distinto do(a)s trabalhadore(a)s imigrantes que estão inseridos na ponta precária da produção.

Dessa forma, a importância de contatos para inserção no mercado de trabalho ficou bem mais evidente nos dados obtidos nas entrevistas. No caso dos haitianos Marco e Martin, e do mexicano Mateus, os entrevistados demonstram como o acesso a redes de contatos eficientes foi um aspecto fundamental para se inserirem no mercado de trabalho brasileiro:

[...] Antes de vir para cá, eu tinha um amigo da minha mãe que mora lá no Porto Velho e que me ajuda em muitas coisas para vir para cá, fazer passaporte, visto, comprar para mim passagem e depois vir para cá. [...] e meu trabalho aqui foi um amigo meu brasileiro que arrumou ele para mim, eu conheci ele aqui na igreja, agora trabalho nessa oficina no almoxarifado [...] (Marco, 29 anos, haitiano).

Depois de 5 meses sem trabalho, tem um rapaz que mora perto de mim, ele falou com o chefe e falou que tem um amigo que não conseguiu serviço, ele falou para o chefe e o chefe falou para trazer eu, e agora trabalho nessa empresa à noite como auxiliar de produção. [...] (Martin, 30 anos, haitiano).

Eu consegui porque já estava aqui, porque já tinha contatos, então tendo contatos fica mais fácil, mas alguém que não conhece ninguém e que não tem contatos aqui no Brasil fica muito difícil. (Mateus, 40 anos, mexicano).

A fala do haitiano Marco, além de demonstrar a importância das redes sociais para inserção no mercado de trabalho, mostra também a relevância dessas redes de contatos para a vinda do mesmo para o Brasil, ao receber suporte com relação a retirada de documentos, compra de passagens etc. A formação desse tipo de rede social é muito comum em fluxos migratórios como o fluxo de haitianos para o Brasil, pois percebe-se que após o movimento migratório inicial dos “pioneiros” de um país, aqueles que não migraram e permaneceram no local de origem acabam se conectando aos destinos de migração, através desses que se deslocaram primeiramente. Isso fica visível na fala do haitiano Italo ao explicar como a chegada de alguns haitianos na cidade de Goiânia, propiciou a vinda de diversos outros haitianos para trabalhar na cidade:

Eu estava em Santo Domingo, pegamos um avião para o Equador e pegamos um ônibus até Acre, e pegamos um avião até Porto Velho. Aqui em Goiânia não tinha haitiano, até que viemos vinte e um haitianos para cá [...] eu estava em Porto Velho, tinha um mês que estava lá sem trabalho, e um senhor me veio falar que estava precisando de pessoas para trabalhar em Goiânia, em Ceasa, eu fui falando para um e para outro e juntamos vinte e um haitianos e viemos [...] hoje aqui em Goiânia, aqui nesse bairro, acho que tem mais de cento e cinquenta haitianos e tudo começou com a vinda de nós, os vinte e um haitianos, depois que nós chegamos ajudamos a trazer mais, nessa casa aqui mesmo que moro tem mais cinco que veio depois, tudo veio para trabalhar em Ceasa. (Ítalo, 38 anos, haitiano).

Percebe-se que dependendo das oportunidades encontradas, o fluxo migratório continua além dos “pioneiros”, através das redes sociais, já que os primeiros migrantes ajudam a promover a migração de amigos e familiares, facilitando o deslocamento dos recém-chegados, fornecendo informações sobre a nova sociedade e prestando assistências diversas, com relação a documentação, passagens, habitação e emprego. Tal dinâmica possibilita, de certa forma, explicar a continuação dos fluxos migratórios, pois essas ligações entre os indivíduos permite que os mesmos migrem, mesmo em momentos e para lugares que parecem não ter tantas vantagens e que serão pouco oportunos para quem se move. As redes têm portanto um caráter multiplicador, capaz de produzir cadeias migratória, assim como de valorizar o capital humano e fazer a ligação entre os países de origem e de destinos.

## Capítulo V

### 5. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil

A trajetória ocupacional pode ser definida como a sequência de posições ocupacionais no mercado de trabalho vivenciada por um indivíduo ao longo de sua vida. Por isso, pretende-se analisar nesse capítulo, primeiramente algumas questões teóricas e conceituais importantes acerca dos estudos sobre trajetórias ocupacionais, depois demonstrar aspectos essenciais acerca das trajetórias ocupacionais de imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, buscando observar percursos desiguais, através de uma dimensão temporal que privilegie o passado, o presente e o futuro desses indivíduos, considerando suas experiências laborais e questões relacionadas à mobilidade ocupacional desses imigrantes.

#### 5.1 Trajetórias ocupacionais: dimensões conceituais

Segundo Bourdieu (1996), as trajetórias podem ser compreendidas como o produto de um sistema de traços pertinentes à uma biografia individual específica ou de diversas biografias, ou como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo -, em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Bourdieu (1996) explica que para realizar uma análise de trajetórias é fundamental delimitar os indivíduos a partir de seu campo social. Portanto, analisar uma trajetória constitui investigar a sequência histórica da vida dos indivíduos em um espaço social determinado. Por isso, é importante buscar informações desde a origem social do indivíduo até o momento atual em que sua vida perpassa, pois entende-se que o *habitus* primário, em função do ambiente familiar, exerce uma forte marca social na identidade do indivíduo.

A preocupação sociológica acerca das trajetórias ocupacionais, especificamente, surgiu a partir dos anos 1970, buscando enfatizar o fato de que a trajetória ocupacional de um indivíduo é definida socialmente na medida em que suas escolhas são limitadas pela existência de uma estrutura social que se apresenta de forma desigual para os

diferentes indivíduos. (Cf. BOURDIEU, 1984). Portanto, a noção de trajetória ocupacional visa reconstruir as mudanças de posição ao longo da vida profissional de um indivíduo, porém, obviamente, essas trajetórias são também sociais, pois ocorrem em um contexto institucional, com normas e estruturas que condicionam as oportunidades de trabalho.

De acordo com Silva (2011), o conceito de trajetória ocupacional envolve diversos aspectos estruturais do mercado de trabalho como por exemplo,

a influência de fatores macro-econômicos, locais e globais; a natureza das estratégias empresariais para um determinado segmento de mercado e as demandas por determinados perfis de trabalhadores; fatores inerentes aos projetos pessoais dos trabalhadores, bem como os capitais, econômicos e simbólicos, que os mesmos mobilizam para a sua inserção ou mobilidade no mercado de trabalho. (SILVA, 2011, p. 60).

Valenduc et. al. (2009) explicam a diferença entre os termos carreira e trajetória, pois apesar de recorrentemente serem colocados como sinônimos – pois, ambos descrevem o caminho de entrada individual no mercado de trabalho e os passos contínuos da vida profissional de um indivíduo – existem diferenças entre essas concepções, já que a noção de carreira volta-se para à gestão de recursos humanos, tendo como suporte teorias psicológicas e organizacionais que compreendem as carreiras como um caminho individual dentro ou entre organizações, enquanto a noção de trajetória encontra-se relacionada ao mercado de trabalho e busca evidenciar a inserção, a mobilidade, as transições e os caminhos profissionais dos indivíduos. Portanto, a noção de trajetória refere-se a um atributo de um indivíduo, enquanto a noção de carreira refere-se a um atributo de um sistema social.

Ao demonstrar as diferenças entre os conceitos de percursos, carreiras e trajetórias, Dubar e Nicourd (2017) explicam que a noção de percurso decorre de uma aproximação entre a sociologia e a demografia, e que esse conceito possibilita pensar a existência social enquanto um processo, pois parte do pressuposto de que existe uma relação de interdependência entre a história dos indivíduos e das sociedades. A noção de carreira parte de uma abordagem construtivista, favorecendo a análise das instituições, especialmente, de situações laborais, portanto, a noção de carreira está ligada a uma lógica institucional que permite "compreender os contextos, as mudanças, as evoluções para esclarecer as aprendizagens em uma situação, objetivando os condicionantes

sociais que permanecem determinantes"<sup>48</sup>. (DUBAR, NICOURD, 2017, p.43). Por fim, a noção de trajetórias corresponde a “uma curva que liga sucessivas posições sociais de várias pessoas de uma mesma linhagem ou momentos de um curso de vida individual.”<sup>49</sup> (DUBAR, NICOURD, 2017, p. 31).

De acordo com Edmonston (2013), uma análise que busque examinar a trajetória ocupacional de um indivíduo deve focar sua história ocupacional e de trabalho, sendo que tal análise pode incluir uma análise ao longo do tempo numa mesma profissão ou em períodos de mobilidade profissional. Segundo Riera (2013) os estudos sobre trajetórias têm sido utilizados cada vez mais para explicar a mobilidade com relação a certos segmentos ocupacionais e possíveis estratificações do mercado de trabalho, assim como para identificar tipos diferentes de mobilidades.

No Brasil, pesquisadores como Guimarães (2004) e Cardoso (2000), tornaram-se referências nos estudos sobre trajetórias ocupacionais, ao analisarem questões relacionadas aos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho brasileiro; assim, ambos buscaram a partir da análise de trajetórias ocupacionais compreender aspectos relacionados a reinserção profissional de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1990.

Guimarães (2004) utilizou a noção de trajetórias ocupacionais ao desenvolver um estudo sobre o impacto da reestruturação produtiva sobre a indústria químico-petroquímica no Brasil. Nesse estudo, a autora demonstrou que a partir da década de 1990 os níveis de desemprego no Brasil começaram a aumentar bastante em importantes setores da economia e isso fez com que os trabalhadores demitidos do mercado de trabalho formal passassem a buscar outras atividades que fossem compatíveis com suas expectativas de vida e que permitissem recuperar o status adquirido anteriormente.

Cardoso (2000) realizou, anos antes, um estudo abordando os efeitos da reestruturação produtiva nas trajetórias ocupacionais dos profissionais da indústria metalúrgica do Estado de São Paulo. Em sua pesquisa, o autor buscou analisar quais eram as chances de emprego e desemprego desses trabalhadores nos anos que

---

<sup>48</sup> Tradução livre de: “de saisir les contextes, les changements, les évolutions pour éclairer les apprentissages en situation tout en objectivant les contraintes sociales qui restent déterminantes”. (DUBAR, NICOURD, 2017, p.43).

<sup>49</sup> Tradução livre de: “courbe reliant les positions sociales successives de plusieurs personnes de la même lignée ou de moments d’un cours individuel de vie”. (DUBAR, NICOURD, 2017, p. 31).

sucederam a década de 1990; portanto, esse estudo evidenciou algumas questões importantes, como por exemplo, os destinos ocupacionais dos trabalhadores prejudicados pela reestruturação produtiva que atingiu a indústria metalúrgica em São Paulo e os tipos de trajetórias que permitiam a manutenção ou a exclusão desses profissionais do emprego industrial. Por fim, Cardoso ainda observou importantes características no perfil dos trabalhadores, como ocupação, escolaridade e idade, afim de perceber a influência dessas variáveis nas chances desses trabalhadores conseguirem permanecer ou serem reinseridos no mercado de trabalho.

De acordo com Riera (2013), a noção de trajetórias ocupacionais aplicada à experiência dos trabalhadores imigrantes tem sido utilizada especialmente para compreender de que forma esses indivíduos são capazes de acumular experiências laborais no mercado de trabalho da sociedade de destino. Dessa maneira, as abordagens teóricas que buscam entender e explicar a forma como ocorre a seqüência de posições de trabalho desses trabalhadores têm sido fornecidas principalmente, pelas teorias do capital humano, assim como as teorias estruturalistas. A autora afirma que a literatura sobre trajetórias ocupacionais de imigrantes tem sido desenvolvida principalmente a partir de uma perspectiva biográfica, e que pode ser resumida em seis temas principais:

1. O status socioeconômico dos trabalhadores de origem imigrante em comparação com os trabalhadores de origem nativa; 2. A possível discriminação do mercado de trabalho em relação aos imigrantes; 3. O ajuste estrutural dos imigrantes aos mercados de trabalho receptores; 4. Os efeitos da integração de trabalhadores estrangeiros aos níveis de emprego e salários nacionais; 5. A incorporação da perspectiva de gênero na análise das migrações internacionais; 6. A influência das redes sociais nos processos de migração e integração no novo mercado de trabalho.<sup>50</sup> (RIERA, 2013, p. 43).

Portanto, compreende-se que uma análise que pretenda observar as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes deve considerar o dinamismo existente entre variáveis individuais e estruturais, buscando entender de que forma indivíduos de origens étnicas diversas podem ter trajetórias ocupacionais diferentes no mercado de trabalho da

---

<sup>50</sup> Tradução livre de: “1. L’estatus socioeconòmic dels treballadors d’origen immigrant en comparació al dels treballadors d’origen autòcton. 2. Les possibles discriminacions del mercat laboral cap els immigrants. 3. L’ajustament estructural dels immigrants dins dels mercats de treball receptors. 4. Els efectes de la integració dels treballadors estrangers en els nivells d’ocupació i salaris nacionals. 5. La incorporació de la perspectiva de gènere en l’anàlisi de les migracions internacionals. 6. La influència de les xarxes socials en els processos migratoris i d’inserció en el nou mercat laboral.”

sociedade de destino, considerando suas experiências laborais do passado até o momento presente e questões relacionadas à mobilidade ocupacional desses imigrantes.

## **5.2 As trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta virtuosa da produção**

A partir dos dados coletados e das análises realizadas nos questionários e nas entrevistas, algo que ficou bastante evidente foi a existência de uma estrutura produtiva dual<sup>51</sup> do mercado de trabalho no Brasil, que absorve imigrantes para atuar tanto na ponta virtuosa, quanto na ponta precária da produção. Por isso, pretende-se nesse momento demonstrar aspectos que envolvem a trajetória ocupacional dos imigrantes que se inserem em estratos mais altos da hierarquia produtiva no mercado de trabalho formal no Brasil.

De acordo com Sassen (2011), ao longo dos séculos, a divisão internacional do trabalho incluiu uma variedade de circuitos translocais de trabalho e capital. No entanto, esses circuitos se alteraram consideravelmente ao longo do tempo e do espaço; dessa forma, circuitos antigos que continuam existindo atualmente alimentam-se de novas dinâmicas, enquanto emergem também novos tipos de circuitos de trabalho e de capital. Um exemplo disso é o surgimento de novas geografias globais que atravessam a antiga divisão Norte-Sul e são constituídas através de uma variedade de processos específicos, como por exemplo as operações cada vez mais globalizadas de empresas e de mercados, através da multiplicação de empresas multinacionais e transnacionais. As denominadas “cidades globais” se caracterizam portanto, pela dispersão de suas atividades de produção em diferentes localidades geográficas, e assim, as redes de produção tornam-se cada vez mais complexas e globalizadas e exigem novas formas de serviços financeiros e de produtores com capacidades específicas para gerenciá-las.

Nesse sentido, a migração de trabalhadores é uma importante peça na engrenagem das novas geografias globais. Sassen (2011) afirma que uma marca das migrações contemporâneas é o deslocamento não apenas de trabalhadores mal

---

<sup>51</sup> Ainda que tenham imigrantes inseridos em posições intermediárias, esses apareceram com pouca frequência, e o que ficou mais evidente nos dados coletados, foi essa polarização, entre trabalhador(a)s imigrantes inseridos em ocupações mais prestigiadas e outra parte em ocupações mais subalternas. Por isso, a exposição das trajetórias ocupacionais dos imigrantes inseridos no topo e na base da cadeia produtiva, buscando apontar as principais características de cada, foi o que se mostrou mais adequada para esse estudo.

remunerados e que irão se inserir em empregos precários, mas também de trabalhadores de alto nível, que irão se inserir em postos de trabalho altamente qualificados e em cargos de gerência, portanto, é possível afirmar de forma conceitual que os fluxos migratórios contemporâneos tem propiciado “à formação incipiente de dois circuitos laborais globais, respectivamente, no topo e na base do sistema econômico.”<sup>52</sup> (SASSEN, 2011, p. 56).

Sendo assim, um desses circuitos laborais globais caracteriza-se pela inserção de uma força de trabalho transnacional, composta por profissionais altamente qualificados ou especializados que irão atuar em diferentes áreas do setor produtivo, em postos de trabalho diversos. Esse tipo de circuito e de inserção ficou bastante explícito, principalmente, nos dados coletados através dos questionários, onde todo(a)s o(a)s informantes tem como característica um alto nível de escolaridade e entram no país para trabalhar em empresas de médio e grande porte, especialmente em empresas multinacionais.

Um importante aspecto que é possível notar é que tais trabalhadore(a)s apresentam uma mobilidade ocupacional ascendente, como mostra o quadro abaixo que expõe a trajetória ocupacional desse(a)s imigrantes. Isso fica bastante visível ao analisar a sequência de ocupações que o(a)s mesmo(a)s tiveram ao longo de sua vida, desde as primeiras ocupações no passado até o momento atual no Brasil:

---

<sup>52</sup> Tradução livre de: “to the incipient formation of two global labor circuits, respectively at the top and at the bottom of the economic system.” (SASSEN, 2017, p. 56).

**Quadro 1: As trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta virtuosa da produção**

<b>Questionário</b>	<b>Ocupações anteriores</b>	<b>Última Ocupação antes de vir para o Brasil</b>	<b>Ocupações anteriores no Brasil</b>	<b>Ocupação atual no Brasil</b>
<b>01</b>	Garçoneiro; Babá; Escritora; Professora; Fotógrafa e Assistente de Comunicações.	Coordenadora de Programa em uma ONG; Tutora e Escritora	Assessora de Comunicação e outros cargos ligados ao Ensino	Professora em uma escola privada brasileira
<b>02</b>	Jornalista	Jornalista	Jornalista Freelancer	Consultor de gerenciamento de ativos em banco privado
<b>03</b>	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto num escritório de arquitetura	Arquiteto numa construtora
<b>04</b>	Empregos e serviços agrícolas diferentes; design gráfico e administrador em ONG.	Administrador em escola pública	Não teve	Designer Gráfico em empresa multinacional
<b>05</b>	Estudante	Estudante de Graduação	Engenheira em empresa de fibra óptica	Professora Universitária
<b>06</b>	Estagiária; Coordenadora de operações; analista.	Gestora de Projeto	Não teve	Gestora de Projetos em empresa multinacional
<b>07</b>	Auditora, Especialista em IFRS <sup>53</sup>	Auditora, Especialista em IFRS	Não teve	Controladora financeira em empresa multinacional

53 International Financial Reporting Standards (IFRS) são normas internacionais de contabilidade que tem como objetivo fornecer para as empresas, em nível mundial, um conjunto normativo que deve ser utilizado para a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis.

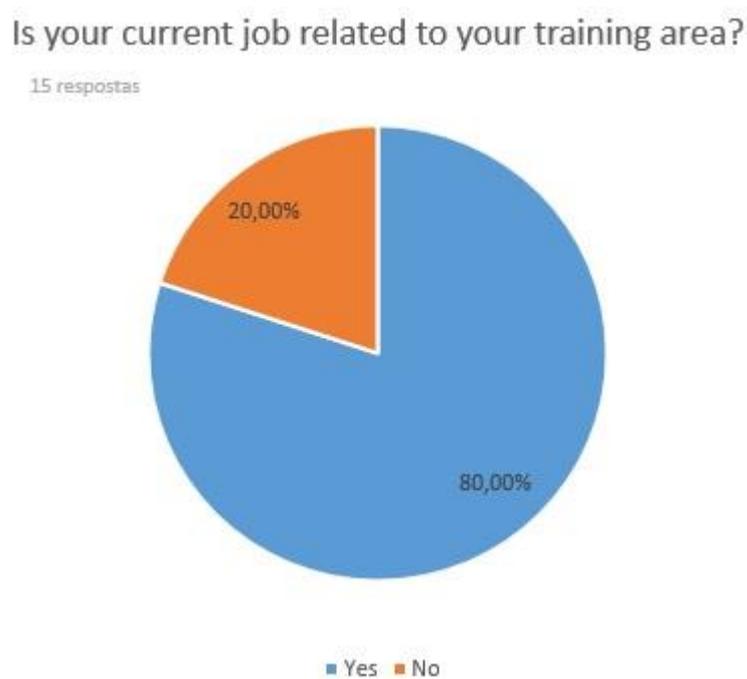
<b>Questionário</b>	<b>Ocupações anteriores</b>	<b>Última Ocupação antes de vir para o Brasil</b>	<b>Ocupações anteriores no Brasil</b>	<b>Ocupação atual no Brasil</b>
<b>08</b>	Vendedora executiva em empresa multinacional	Gerente em empresa multinacional	Não teve	Diretora Geral em empresa multinacional
<b>09</b>	Empregos de verão; Engenheiro.	Engenheiro	Não teve	Gerente de vendas em empresa multinacional
<b>10</b>	Servidora pública	Engenheira Civil	Não teve	Engenheira civil em empresa multinacional
<b>11</b>	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	Diretor/ Consultor Técnico de empresa multinacional	Diretor Técnico da empresa multinacional
<b>12</b>	Trabalhadora de Pesquisa e Desenvolvimento; Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento	Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento	Não teve	Gerente de pesquisa e desenvolvimento em empresa multinacional
<b>13</b>	Trabalhador agrícola; técnico informático; dj; jornalista musical.	Professor de Idiomas	Não teve	Professor de Idiomas
<b>14</b>	Garçone; Professora de idiomas Particular	Professora de idiomas	Não teve	Professora de Idiomas
<b>15</b>	Engenheiro Petroquímico	Gerente de Engenharia em Empresa Multinacional	Não teve	Diretor de Engenharia em empresa de exploração de Petróleo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de survey realizado, 2017.

Uma característica predominante entre o(a)s trabalhadore(a)s imigrantes que preencheram o questionário online é a constatação de que encontram-se inserido(a)s em ocupações que necessitam de algum tipo de formação educacional específica para serem

realizadas, ou seja, são profissionais que atuam em empresas que procuram/necessitam da figura do técnico/especialista, que atue com precisão e expertise e, por isso esses imigrantes conseguem acessar setores mais “protegidos” do mercado de trabalho. Nesse aspecto, quando questionado(a)s se o atual trabalho estava relacionado com a formação educacional que possuem, a maioria afirma que sim, como demonstra o gráfico 07.

**Gráfico 07: Relação entre a formação educacional do(a)s trabalhadore(a)s e a área de formação educacional.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de survey realizado, 2017.

Quando questionados quais aspectos seriam importante para que um imigrante conseguir um emprego no Brasil, a maioria entende como tendo muita relevância o fato de se ter uma experiência de trabalho anterior no exterior; ser um especialista na profissão e ter uma formação educacional no exterior.

Com relação aos/as trabalhadore(a)s que se encontram atuando em empresas multinacionais a constatação que se faz é que esse(a)s trabalhadore(a)s chegam ao Brasil para ocupar cargos de gerência e direção, em empresas onde já atuavam anteriormente, ou seja, são profissionais que já possuem uma carreira dentro dessas empresas, como é possível notar nas respostas a seguir:

I was working in this same company in Finland. I informed the management of the company that i was available in case they needed to send someone to Brazil and here we are [...] I currently work as sales manager of our products here in Brazil [...] previously in Finland I worked in the operational part. (Questionário nº 09, 46 anos, finlandês).<sup>54</sup>

I was already working in this company in Holland. Now here in Brazil i am a r&d manager at the seed treatment company [...] the difference is that before in Holland I was a coordinator and now I am a manager, so I have more responsibilities [...] (Questionário nº 12, 37 anos, holandesa)<sup>55</sup>.

The Russian company bought this factory in Brazil and they needed russian people in the administration part, now i am financial controller here [...] in Russia i was an auditor. (Questionário nº 07, 32 anos, russa).<sup>56</sup>

Portanto, percebe-se que esse(a)s trabalhadore(a)s possuem uma alta disponibilidade para o emprego, pois o(a)s mesmo(a)s correspondem as necessidades das empresas e/ou se colocam a disposição para se deslocar e estarem presentes fisicamente em centros de trabalho localizados em diferentes países. Essa característica ficou evidente entre o(a)s trabalhadore(a)s que circulam através das empresas multinacionais, como é possível observar na resposta de um dos informantes:

I already have had similar jobs as now, that I had to go to another places, for this I have been in different period of times in China, Brazil, India, different countries in Europe etc. Our company works globally and I've been traveling and working abroad plenty in the last years. (Questionário nº 09, 46 anos, finlandês).<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Tradução livre de: Eu estou trabalhando nessa mesma empresa na Finlândia. Eu informei o gerenciamento da empresa que estava disponível, caso precisassem enviar alguém para o Brasil e aqui estamos [...] Atualmente atuo como gerente de vendas de nossos produtos aqui no Brasil [...] anteriormente na Finlândia eu trabalhava na parte operacional [...] (Questionário nº 09, 46 anos, finlandês).

<sup>55</sup> Tradução livre de: Eu já estava trabalhando para esta empresa na Holanda. Agora aqui no Brasil eu sou gerente de pesquisa e desenvolvimento na empresa que faz o tratamento de sementes [...] a diferença é que antes na Holanda eu era coordenadora e atualmente sou gerente, ou seja, tenho mais responsabilidades [...] (Questionário nº 12, 37 anos, holandesa).

<sup>56</sup> Tradução livre de: A empresa russa comprou esta fábrica no Brasil e eles precisavam de pessoas russas na parte da administração, atualmente sou controladora financeira da empresa aqui [...] na Rússia eu era auditora [...] (Questionário nº 07, 32 anos, russa).

<sup>57</sup> Tradução livre de: Eu já tive empregos semelhantes como esse de agora, em que tive que ir para outros lugares, por isso eu já estive em diferentes períodos de tempo na China, no Brasil, na Índia, em diferentes países da Europa, etc. Nossa empresa trabalha globalmente, por isso eu estive trabalhando e viajando para o exterior bastante nos últimos anos. (Questionário n. ° 09, 46 anos, finlandês)

Esse tipo de mobilidade que corresponde a um funcionário de uma organização ser enviado de seu país de origem e/ou residência permanente para um país no exterior para trabalhar temporariamente é denominada de “expatriação”. Segundo McNulty (2013), os expatriados (*expats*) modernos trabalham de forma alternada, exercendo por determinados períodos atividades no local de origem e em outros momentos indo trabalhar em diferentes países, vivenciando uma experiência "aqui e lá", gerenciando sua própria carreira e o deslocamento de sua família, porém tudo isso ocorre de modo interno a uma empresa. Esses trabalhadores seriam impulsionados pela necessidade de criar e desenvolver habilidades escassas para tarefas imediatas dessas empresas e desenvolverem capacidades relacionadas à capacidade de liderança global.

Sassen (2011) explica que o significativo aumento de mercados emergentes criou uma série de demandas nos últimos anos; por isso, grandes empresas e corporações passaram a deslocar seus funcionários para diferentes lugares do mundo para explorar e aproveitar novas oportunidades.

Nesse sentido, na medida em que empresas multinacionais entraram nesses mercados emergentes para capitalizar a crescente população consumidora, assim como para reduzir os seus custos de produção e instalar centros de atendimento para os clientes desses locais, essas empresas passaram a enviar funcionários próprios para o exterior, sendo que os principais objetivos desses trabalhadores geralmente consistem em: explorar os novos mercados; criar operações; fornecer habilidades consideradas escassas e especializadas; resolver problemas e necessidades das empresas de forma imediata; contribuir com projetos à curto prazo; apoiar as empresas em processos de transformação ou reestruturação; atuando como agentes de transferência de rotinas, informações, conhecimento, valores e cultura da empresa sede para as subsidiárias, dentre outros.

De acordo com Beaverstock (2012), as grandes corporações transnacionais dependem cada vez mais de um fornecimento contínuo de profissionais altamente qualificados, para ocupar cargos de gerência, executar trabalhos técnicos, científicos e criativos; por isso, a utilização de trabalhadores imigrantes altamente qualificados visa atender uma demanda dos mercados de trabalho globais e acaba por agregar um valor econômico e simbólico para essas empresas.

Um outro dado interessante é que, apesar da maioria desse(a)s trabalhadore(a)s estarem vivenciando uma mobilidade ocupacional ascendente – pois afirmam que se

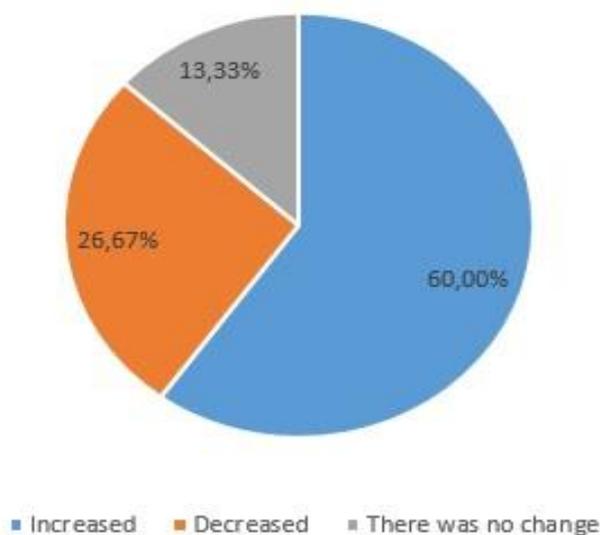
encontram atualmente em ocupações que possuem um status laboral maior do que tinham anteriormente – isso não necessariamente implica num aumento dos salários do(a)s mesmo(a)s.

Dessa forma, apesar da maioria informar que teve um aumento nos salários, pode-se observar que uma significativa parcela dos informante(a)s afirmam que a migração para o Brasil não representou um aumento nos salários recebidos, como expõe o gráfico 08:

**Gráfico 08: Comparação entre os salários recebidos no Brasil e no país em que trabalhavam anteriormente.**

Comparing your wage in Brazil to the one you had in your country, has it increased or decreased?

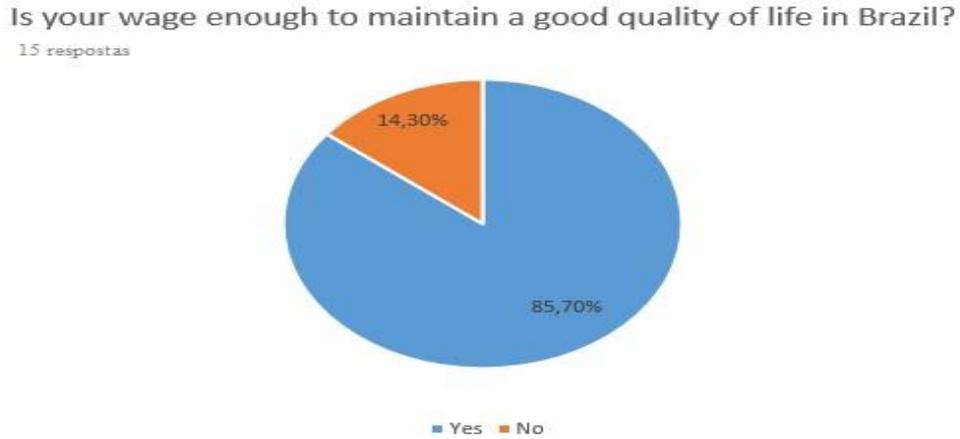
15 respostas



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de survey realizado, 2017.

Porém, ainda que uma parte significativa afirme que não observou aumento nos salários ao virem trabalhar no Brasil, a maioria afirma que os salários que recebem no Brasil é o suficiente para ter uma boa qualidade de vida no Brasil, como demonstra o gráfico 09:

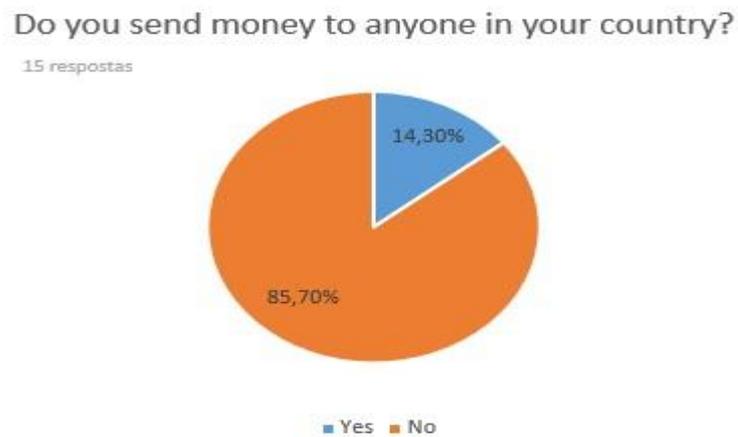
**Gráfico 09: Relação entre o valor dos salários recebidos pelos trabalhadores e a qualidade de vida no Brasil.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de survey realizado, 2017.

Um outro aspecto interessante é perceber que a maioria afirma não enviar remessas de dinheiro para pessoas que permaneceram nos países de origem, como mostra o gráfico 10. Ou seja, a migração aqui não possui um caráter estritamente instrumental, algo bem característico em determinados fluxos migratórios, quando os emigrantes partem para buscar melhores condições econômicas para conseguir ajudar aqueles que permanecem nos locais de origem.

**Gráfico 10: Trabalhadore(a)s que enviam remessas de dinheiro para os países de origem.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados através de survey realizado, 2017.

Portanto, entende-se que a motivação desse(a)s trabalhadore(a)s de virem trabalhar no Brasil encontra-se interligada a outros aspectos, como por exemplo corresponder positivamente às expectativas e necessidades das empresas em que atuam ou obter um ganho de experiência trabalhando no exterior.

Porém, um aspecto que surge e parece ter uma forte ligação com essa motivação está ligada a identificação e uma preferência positiva desses trabalhadores com relação as suas funções laborais, e isso apareceu nos dados dos questionários de modo bastante expressivo, pois quando questionados se gostam do trabalho que realizam e se identificam o que fazem, todo(a)s informantes responderam positivamente.

Nesse sentido, compreende-se que essa identificação com as funções desempenhadas emerge enquanto resultado de um processo relacional, entre as identidades dos sujeitos em determinado sistema de ação e a trajetória ocupacional dos mesmos ao longo de suas vidas (Cf. DUBAR, 2006).

Portanto, para que tal identificação ocorra, é fundamental que haja o aproveitamento de habilidades e especialidades desses indivíduos em seus espaços laborais, e essa é uma característica comum a todos o(a)s informantes que responderam o questionário online, pois exercem funções que são específicas, que necessitam de habilidades adquiridas previamente, e isso acaba facilitando o processo de migração para o Brasil e a experiência migratória desse(a)s trabalhadore(a)s.

Quando questionado(a)s sobre as quais as diferenças entre trabalhar no Brasil e no país de origem a maioria afirma que percebem que o estilo de trabalho no Brasil é diferente e que, portanto, existem aspectos importantes no ambiente de trabalho vivenciado aqui:

Q.- Which are the differences of been working in Brazil and in your country? <sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Q. Quais são as diferença em trabalhar no Brasil e em seu país?

R.- Aqui é muito mais aberto para eu poder fazer vários projetos ... Eu nunca poderia ser um professor americano em Escola Secundária, isso seria muito estressante. (Questionário nº 01)

R.- Sim. Há muitos feriados e uma atitude muito tranquila em relação ao trabalho no Brasil. Ninguém parece estar com pressa para fazer qualquer coisa rapidamente aqui. Eu acho que traz um melhor equilíbrio entre trabalho e vida, mas também menos eficiência. (Questionário nº 03)

R.- Eu acho que no Brasil, o estilo de trabalho é muito mais relaxante que na Rússia, e isso leva muitos problemas para a nossa sede de trabalho na Rússia. (Questionário nº 07)

R.- It is much more open for me to do multiple projects... i could never be an American teacher in High School it would have been too stressful. (Questionário nº 01)

R.- Yes. There are many more holidays and a very laid-back attitude regarding work in Brazil. No one seems to be in a rush to get anything done quickly here. I think this makes for better work/life balance, but also less efficiency. (Questionário nº 03)

R.- I think that in Brazil style of working is more more more relaxing then in Russia, and this leads many problems for our head office in Russia. (Questionário nº 07)

R.- In Brazil there are much more opportunities of work than in Portugal. (Questionário nº 11)

R.- I have a feeling that everything is very slowly here, the bureaucracy confuses the way of people works. I find very difficult to do things that I thought were easier at first. On the other hand, there is one very positive thing: the relationship with people at work it is easier. (Questionário nº14).

R.- Few differencies due to cultural differencies, but in principal technical aspects are the same. So not so big difference at the end. (Questionário nº 15)

Constata-se que para esses/essas trabalhadore(a)s as principais diferenças com relação a cultura de trabalho vivenciada no Brasil refere-se a burocracia e a lentidão no processos de trabalho, porém a maioria considera que no país de origem teria outras dificuldades no ambiente de trabalho também e que apesar de alguns problemas encontrados no ambiente de trabalho, existem aspectos culturais que são positivos, como uma rotina de trabalho menos estressante, o relacionamento com os outros trabalhadores e mais oportunidades de trabalho no Brasil se comparado ao país de origem.

---

R.- No Brasil há muito mais oportunidades de trabalho do que em Portugal. (Questionário nº 11)

R.- Tenho a sensação de que tudo é muito lento aqui, a burocracia confunde o caminho das pessoas. Eu acho muito difícil fazer coisas que eu pensei serem mais fáceis no começo. Por outro lado, há uma coisa muito positiva: o relacionamento com as pessoas no trabalho é mais fácil. (Questionário nº14).

R.- Algumas diferenças devido as diferenças culturais, mas nos principais aspectos técnicos são os mesmos. Então não existem grandes diferenças no final. (Questionário nº 15)

### 5.3 As trajetórias dos imigrantes inseridos na ponta precária da produção

Sassen (2017) explica que os processos de globalização produzem uma demanda crescente por determinados tipos de mão-de-obra. Ao mesmo tempo em que há uma forte demanda por profissionais transnacionais de alto nível, existe também uma grande demanda por trabalhadores que serão mal remunerados e irão ocupar postos de trabalho precários, sendo que muitas vezes esses trabalhadores são oriundos do Sul global.

A incorporação desses imigrantes nos mercados de trabalho das sociedades de destino geralmente ocorre em ocupações diversas, na maioria das vezes exercendo trabalhos manuais e genéricos, mediante más condições de trabalho. Desse modo, a dinâmica da nova divisão internacional do trabalho permite que alguns trabalhadores, empresas e setores sejam "sobrevalorizados" e outros "subvalorizados".

Nesse sentido, as mudanças estruturais nos mercados e nas economias mundiais que emergem na era da acumulação flexível ou pós-fordista implicam na passagem das formas estáveis e regulamentadas de trabalho para o trabalho casual (desregulamentado) e, muitas vezes, informal - temporário, parcial e etc. -, com uma constante instabilidade laboral e poucos ou nenhum benefício para os trabalhadores.

Para Harvey (2008), o processo de reestruturação produtiva, ou como denomina, a “produção flexível”, faz parte de um novo modelo de acumulação. Harvey (2008) diz que a acumulação flexível:

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2008, p.140).

A reestruturação dos processos de produção desencadeia uma crise no mundo do trabalho, pois é percebida uma redução do trabalho assalariado, um crescimento nas formas de trabalho não assalariado e também nas taxas de desemprego. Nesse sentido, diversos autores buscam compreender os efeitos e implicações da reestruturação produtiva e da globalização nos movimentos migratórios contemporâneos.

Simon (2002) considera que podemos identificar ao analisar os fluxos internacionais três tipos básicos de migrantes: a) aqueles que atendem as demandas de mão de obra em relação a trabalhos específicos existentes nos países receptores, sendo assim esses migrantes são os que se submetem a funções subalternas, e não há aqui o aproveitamento de atributos como a escolaridade e capacidades individuais; b) em seguida existem aqueles que fazem parte de uma elite profissional circulante e internacionalizada, que são conhecidos por exportar suas competências técnicas; c) e por fim os refugiados.

Dessa forma, essas mudanças nas economias globais contribuiu para o crescimento de empregos de baixa renda nos principais centros econômicos, tanto no Norte global quanto no Sul global. Essas novas tendências tem gerado efeitos diversos, como o aumento da instabilidade econômica de modo geral e o surgimento de novas formas de emprego.

Existe assim, um conjunto de condições que influenciam diretamente na formação dos fluxos migratórios de trabalhadores “precarizados” na contemporaneidade, como por exemplo o crescimento do setor de serviços; a disseminação de mão-de-obra temporária, parcial e outras formas de trabalhos atípicos; os processos de produção não convencionais em fábricas e em trabalhos industriais e etc. Logo, todos esses aspectos são fundamentais para a compreensão do aumento na disponibilidade de empregos de baixa renda e a procura de trabalhadores imigrantes para preenchê-los.

Esse tipo de inserção e de trabalho ficou bastante explícito entre o(a)s informantes que realizaram as entrevistas, especialmente os trabalhadore(a)s oriundos de países do hemisfério sul. Assim, ao analisar suas trajetórias ocupacionais<sup>59</sup>, percebe-se que a maioria se encontra em atividades pertencentes à ponta precária da produção, porém nota-se que, nos países de origem, o(a)s mesmo(a)s também encontravam-se inseridos em ocupações semelhantes, ainda que em alguns relatos de trabalhadores

---

<sup>59</sup> A trajetória ocupacional do(a)s trabalhadore(a)s que realizaram as entrevistas não será apresentada da mesma forma que as trajetórias do(a)s informantes que preencheram o questionário online, expostas na seção anterior, pois nem todos o(a)s entrevistado(a)s encontram-se inseridos na ponta precária da produção, assim há entre o(a)s entrevistado(a)s muito(a)s que encontravam-se exercendo atividades localizadas no topo da hierarquia produtiva. E também porque a natureza dos dados coletados nos questionários e nas entrevistas são diferentes, assim nas entrevistas há uma riqueza maior de detalhes, que emergem através das falas do(a)s entrevistado(a)s, por isso pretende-se trazer à luz a trajetória ocupacional desse(a)s trabalhadores a partir da exposição de suas falas ao explanarem sobre suas trajetórias de vida.

haitianos, fique explícito que as condições de trabalho aqui no Brasil, muitas vezes, podem ser ainda piores do que as vividas no Haiti:

Eu comecei a trabalhar com 15 anos, mas eu deixei o Haiti e fui trabalhar na República Dominicana com 17 anos e fiquei lá 20 anos, e trabalhei sempre na construção civil como pedreiro. Lá no Haiti, eu era chefe de pedreiro, eu tinha 40 trabalhando para mim numa obra, o trabalho lá não era pesado igual aqui, eu não carregava peso o dia inteiro. (Italo, 38 anos, haitiano).

Eu tinha 14 anos quando meu pai morreu e eu tive que assumir o trabalho que ele fazia no campo, trabalhava na nossa terra mesmo, aí plantava todas as plantas, tomate, pimenta, milho, mandioca, quiabo, feijão, aí vendia. Lá no Haiti o trabalho é muito difícil porque lá tem mês que tem água e tem mês que não tem, aí perdia tudo [...] Aqui sou carregador, o trabalho é pesado demais, carregar caixa de alimento, eu entro 6h da manhã e saio 17h da tarde, eu pensar que Deus vai arrumar um trabalho melhor para mim [...] (Joseph, 24 anos, haitiano).

No meu primeiro emprego eu vendia roupas, camiseta aí depois eu deixei, trabalhei na empresa Coca-Cola, aí saí e fiquei trabalhando por conta própria pintando. [...] Agora aqui estou na empresa de tomate, mas lá o serviço é muito ruim, o trabalho começa 04:00 horas da manhã até meio-dia sem parar, e às vezes tem que trabalhar até 22:00 horas da noite, é muito pesado, mais que em Haiti, mas em Haiti não tem trabalho nenhum agora. (Vicent, 41 anos).

O projeto de migração juntamente com à trajetória ocupacional desses trabalhadores possui elementos distintos dos encontrados e expostos na seção anterior, a começar pela decisão de emigrar, que ocorre em praticamente todos os casos, em algum momento de deterioração das condições materiais de vida do núcleo familiar no país de origem, ou por situações extremas que exigem que o mesmos deixem a sociedade de origem.

Esse ponto inicial marca uma primeira diferença com relação as trajetórias anteriores, uma vez que a busca por melhores condições de vida e de trabalho entre esses trabalhadores emerge fortemente entre esses entrevistados, aspecto inexistente entre o(a)s informantes que responderam o questionário online. Os trechos abaixo deixam isso bastante evidente:

Eu venho aqui Brasil, teve o terremoto lá no Haiti, teve muita pessoa que morreu, não tem muita faculdade lá igual aqui, aí tenho muita dificuldade, aí venho aqui fazer faculdade e trabalhar também. (Oliver, 32 anos, haitiano).

Eu cheguei em Brasil, porque lá passou terremoto, minha mãe morreu, derrubou minha casa, e tudo caiu, não tinha como ficar, lá quando passou terremoto, todas as pessoas, quem não morreu, foi para outros países, Estados

Unidos, entendeu? Agora nós, ficamos no sofrimento, entendeu? Pouco trabalho, pouco serviço, o pessoal tem que sair de lá, ir para outro país, para ajudar. (Italo, 38 anos, haitiano).

Eu venho a Brasil porque em 12 de janeiro de 2010 passou o terremoto, lá tem muita gente morrendo, o serviço é muito fraco, eu venho aqui para trabalhar, para ajudar, minha esposa, minha filha, minha família também. (Jim, 41 anos, haitiano).

Porque Haiti não tem muito trabalho, depois do terremoto, lá ficou pior. Não tem água, comida, tinha que sair, por isso venho para Brasil, para trabalhar. (Patrick, 40 anos, haitiano).

Eu vim por causa da guerra na Síria, não tinha mais segurança para ficar lá com minha família, eu deixei para trás 40 anos da minha vida [...] Porque Brasil? Porque só Brasil abre portas para viajar sem documentos. Por isso, escolhi o Brasil, porque no Brasil não precisa. Eu não sabia muitas coisas sobre o Brasil, só algumas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, café e futebol. (Daniel, 43 anos, sírio).

Eu tinha uma loja no Peru, uma pequena loja, mas as coisas foram ficando difíceis e tive que fechar. Para minha família não passar necessidade eu tive que pensar em uma alternativa e como conhecia algumas pessoas que estava aqui no Brasil, decidi vir para cá. Aí eu vim primeiro e quando consegui trouxe eles para cá. (Alexandre, 45 anos, peruano).

Portanto, entre esses entrevistados é possível notar a existência de processos contraditórios adjacentes à condição de imigrante, como por exemplo, casos de inconsistência de status. Os relatos de Daniel, Alexandre e Gael, demonstram essa inconsistência de status vivenciada por muitos trabalhadores imigrantes, pois apesar de possuírem ensino superior completo, muitos não conseguem trabalhos que aproveitem a formação educacional específica que possuem:

Aqui no Brasil eu preciso trabalhar, eu ainda não consegui reconhecer o meu diploma, mas estou tentando, para mim eu quero reconhecer o meu diploma, para tirar o meu diploma do Brasil, porque eu estudei 5 anos para ficar engenheiro e não cozinheiro. Mas também eu preciso trabalhar para viver, eu gosto de cozinhar, eu gosto da cozinha, da comida, mas eu cozinhou antes no meu país como hobby, não como trabalho. (Daniel, 43 anos, sírio)

Eu sou formado em contabilidade, logo depois de sair da faculdade em Peru, eu comecei a trabalhar nessa área, mas depois decidi abrir um negócio próprio lá. Aqui no Brasil é bem complicado, pois eu tive muita dificuldade para encontrar qualquer tipo de emprego, eu fiquei quase cinco meses desempregado, na minha área então acredito que seria praticamente impossível. (Alexandre, 45 anos, peruano).

Depois que terminei a faculdade, eu decidi vir para o Brasil. Sempre quis morar fora e aqui me pareceu ser um bom lugar [...] tenho formação em artes, já tentei dar algumas aulas por aqui, mas nunca consegui, já me ofereceram para dar aulas de espanhol, mas eu não sou professor de espanhol e teria muita dificuldade. Depois que cheguei já trabalhei em outros bares e restaurantes e tem um tempo que estou trabalhando como garçom nesse, não

é o emprego dos sonhos, mas dá para pagar as minhas contas e continuar vivendo aqui. (Gael, 29 anos, uruguaio).

Esses trabalhadores inseridos na ponta precária da produção também apresentam uma maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes geralmente se reflete mediante a ausência de medidas de segurança no local de trabalho, situações de informalidade na contratação, processos de terceirização e etc.

Isso emergiu de modo bastante forte, principalmente entre os trabalhadores haitianos, pois vários evidenciaram durante as entrevistas que estavam sujeitos a péssimas condições de trabalho, jornadas exaustivas e baixos salários, como apresentam Italo e Patrick:

Aqui, desde que eu cheguei, estou nessa empresa de tomate, passo o dia todo carregando peso das 5h da manhã às 17h, ganho dinheiro “quebrando a coluna”, é muito pesado, mas é o que tem [...]. Quando chegamos em Goiânia, o dono da empresa alugou uma casa e nós fomos morar, aí quando o pagamento chegou ele descontava, só depois de seis meses deixei a casa dele, aí foi para outro lugar com um colega, aí sobrava mais dinheiro [...] Recebo um salário, trabalhando lá. (Italo, 38 anos, haitiano).

Eu trabalho de carregar e descarregar tomate, o tomate chega no caminhão, aí tem que pegar e colocar e tirar do caminhão e levar para o mercado [...] Trabalho já tem dois anos e sete meses, de segunda a sábado, começa 04:00 horas da manhã e saio 17:00 da noite ou da 19:00 da noite, depende, se não tem cliente trabalha pouco, se tem cliente trabalha mais, o trabalho aqui é mais duro que no Haiti, é muito peso. [...] tem vezes que tem hora-extra, em final de ano tem, e quando chega em fim de ano o patrão avisa que só tem hora para chegar, não tem hora para embora. (Patrick, 40 anos, haitiano).

Além disso, estes projetos migratórios, ao contrário dos perfis anteriores, evidenciam aspectos mais instrumentais, como por exemplo, a necessidade de guardar algum dinheiro e enviar remessas econômicas para a família que permanece no país de origem, algo que entre os trabalhadore(a)s inserido(a)s na ponta virtuosa apareceu de modo pouco significativo, entre esses outros imigrantes apresenta-se expressivamente:

*Q.- Você manda dinheiro para alguém que está em seu país?*

R.- Sim, dinheiro para pai, mãe e irmã, tenho que ajudar eles. (Oliver, 32 anos, haitiano).

R.- Mando dinheiro. Eu tenho filho que está lá. (Martin, 30 anos, haitiano).

R.- Minha família que ficou em Haiti, eu mando um pouco de dinheiro para eles, é pouco, mas dá para ajudar. (Jim, 41 anos, haitiano).

R.- Eu mando todo mês para a minha namorada que fica lá. (Joseph, 24 anos).

R.- Sim. Para minha mãe, eu ajudar ela. (Vicent, 41 anos, haitiano).

Uma outra questão que surge de modo bastante expressivo entre esses trabalhadores inseridos em trabalhos localizados na base da cadeia produtiva é a não identificação com as atividades desempenhadas. Muitos demonstram que, devido às más condições de trabalho ou por estarem desempenhando atividades bastante diferentes das atividades que estavam acostumados, sentem dificuldade, não gostam ou não se identificam com a profissão que exercem atualmente; isso fica bastante perceptível na fala do haitiano Italo e do sírio Daniel:

Aqui em Brasil tem muito emprego grande, Haiti não tem muito disso. Como eu sou pedreiro, se eu acho um emprego em construção eu ganho dinheiro, se não tem também eu fico sem nada. Aqui é muito pesado, pedreiro é pesado também, mas não igual aqui. Se esse trabalho não ficar bom, eu vou romper, não vou ficar, eu não trabalhava pesado lá assim [...] queria encontrar aqui um trabalho igual o que eu tinha em Haiti, mas até agora não achei, só tem esses de carregar peso [...] eu, nós tem que trabalhar, tem que pagar aluguel, não pode ficar na rua, tem que comer, tem que comprar um sabão para lavar roupa, tenho que trabalhar, mas para mim é muito pesado esse trabalho, eu não gosto. (Italo, 38 anos, haitiano).

Eu gosto de ser engenheiro porque eu estudei para ser engenheiro, eu estudei 5 anos para isso. Eu gosto da cozinha, da comida, mas para mim, para minha família isso era um hobby, não um trabalho. Mas agora no Brasil isso é o meu trabalho. Meu desejo é de conseguir reconhecer o meu diploma, cadastrar em CREA e trabalhar como engenheiro, ainda que eu goste da cozinha eu não quero trabalhar com isso para o resto da vida, eu quero voltar a trabalhar com o que eu realmente gosto e estudei que é a engenharia. (Daniel, 43 anos, sírio).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no Brasil, devido a aspectos como dificuldades de inserção no mercado de trabalho e condições precárias de trabalho, a maioria dos haitianos entrevistados manifestaram o desejo de permanecer no Brasil, pois entendem que mesmo com todas essas dificuldades, as condições de vida no Brasil são melhores se comparadas as do Haiti.

Sim, quero ficar. Minha esposa tá lá e depois filha também, quero trazer, em Brasil estou tranquilo. Prefiro ficar aqui, lá tem muita dificuldade. (Jim, 41 anos, haitiano).

Aqui tá melhor para mim. Lá tem muito problema. Eu vou ficar, porque tá melhor, no Haiti só tem guerra e dificuldade, lá não tem emprego, tem greve sempre na política, tem muito problema. (Joseph, 24 anos, haitiano).

Eu vou voltar a Haiti, em 2018, vou ver mãe e pai, mas não para ficar. Vou ficar aqui. (Oliver, 32 anos, haitiano).

É difícil para voltar agora, porque no Haiti está muito perigoso, é melhor para ficar aqui. (Martin, 30 anos, haitiano).

Para esses trabalhadores imigrantes, portanto, as suas trajetórias de trabalho no Brasil são marcadas pela necessidade de enviar remessas econômicas para o país de origem e melhorar as condições de vida de suas famílias. Assim, a emigração ocorre no momento em que todas as outras opções desaparecem, como situações de perda material, a acumulação de dívidas ou o desemprego de longa duração. No Brasil muitos experimentam durante o processo de migração trocas constantes de trabalho, situações de inconsistência do status, inserção em trabalhos em condições precárias e mal remunerados.

#### **5.4 A influência da origem étnica, formação educacional, estrutura do mercado de trabalho e decisões individuais nas trajetórias ocupacionais**

Pretende-se nessa seção explorar um pouco mais sobre a implicação de aspectos como a origem étnica, a formação educacional, a estrutura do mercado de trabalho e as decisões individuais sobre as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil.

Como foi demonstrado anteriormente nesse estudo, alguns imigrantes ao chegar no país de destino conseguem rapidamente fazer uma única transição para um emprego estável. Porém, para outros o processo de incorporação no mercado de trabalho é mais complicado, e envolve uma série de eventos e transições dentro e fora do mercado de trabalho e em diferentes tipos de emprego.

Para tais indivíduos, a incorporação no mercado de trabalho pode ser entendida como um processo que se liga a diversos eventos anteriores, que moldam e influenciam diretamente a busca por inserção e mobilidade ocupacional dos imigrantes na sociedade receptora.

Diversos estudos demonstram (BEAN, LEACH e LOWELL 2004; CHISWICK, LEE e MILLER 2005; AKRESH 2008) que, geralmente, os imigrantes recém-chegados carregam determinadas desvantagens, como a falta de domínio do idioma local; redes pessoais limitadas; credenciais educacionais e habilidades que não podem ser aproveitadas de modo imediato no mercado de trabalho de destino, e isso tende a resultar em maiores riscos de desemprego e empregos de baixa qualidade. Porém, como

é possível explicar que dois imigrantes diferentes mediante esses mesmos aspectos apresentem trajetórias ocupacionais totalmente distintas na sociedade de destino? Como alguns conseguem se inserir em ocupações melhores, localizadas no topo da cadeia produtiva e outros adentram espaços laborais mais subalternos?

Compreende-se que apenas esses fatores não são capazes de explicar diferenças expressivas com relação a inserção e a trajetória ocupacional de imigrantes nas sociedades receptoras, pois é necessário levar em consideração outros fatores como as decisões individuais desses imigrantes, assim como diferenças referentes ao capital humano e cultural dos mesmos, e também diferenças estruturais no contexto da sociedade de destino, que podem afetar positivamente ou negativamente alguns imigrantes mais do que outros.

Um aspecto que parece ter bastante influência na probabilidade de aumentar ou diminuir as chances de um trabalhador imigrante ter uma trajetória laboral bem sucedida no local de destino é a sua origem étnica. Fossati et. al. (2017) afirmam que diversas pesquisas realizadas em diferentes campos do saber, demonstraram ao longo do tempo que os empregadores podem, conscientemente ou inconscientemente, discriminar indivíduos provenientes de contextos culturais diferentes, porém não seria simplesmente discriminar todos os imigrantes da mesma forma, mas sim uma classificação com relação diferentes grupos étnicos e nacionalidades e a partir dessa classificação têm-se um efeito de discriminação positiva ou negativa.

Percebe-se, nesse sentido, que algumas nacionalidades acabam por acumular um nível mais elevado de desvantagens do que outras. No caso de trabalhadores provenientes de países do sul global as barreiras para sua inserção e uma mobilidade ocupacional ascendente no mercado de trabalho formal no Brasil apresentaram-se nos dados coletados de forma mais intensa.

Isso ficou bastante perceptível ao acompanhar, por exemplo, as trajetórias ocupacionais de dois trabalhadores haitianos, Oliver e Martin. Esses entrevistados, informam que frequentaram o ensino superior no Haiti, porém não conseguiram concluir o curso de graduação, porém os mesmos atuavam como professores no Haiti, dando aulas para crianças e adolescentes, até o momento em que a situação do país se tornou muito caótica fazendo com que tivessem que deixar o país em busca de uma condição de vida melhor:

Em Haiti sou professor de literatura, idioma espanhol e francês também, eu dava aula em escola, eu tenho certificação de idiomas espanhol e francês também, dava aula para adolescente e criança também. Esse foi o único trabalho que tive [...] eu venho aqui Brasil, teve o terremoto lá no Haiti, teve muita pessoa que morreu, não tem muita faculdade lá igual aqui, aí tenho muita dificuldade, aí venho aqui fazer faculdade e trabalhar também. (Oliver, 32 anos, haitiano).

Lá no Haiti eu comecei a trabalhar como pintor e trabalhar como professor de ensino fundamental, como eu comecei a fazer faculdade eu dava aulas [...] o meu último trabalho no Haiti era como pintor e de manhã, e eu dava aula em escola particular [...] Lá no Haiti tem um problema, lá às 20:00 da noite fecha tudo, a gente não tem possibilidade de trabalhar e estudar junto, tem que escolher. (Martin, 30 anos, haitiano).

Interessante notar que esses entrevistados compreendem que apenas ao adquirir no Brasil um novo volume de capital educacional e educacional específico exigido pelo mercado de trabalho daqui, poderão ter a possibilidade de se inserir nas ocupações que exerciam anteriormente no país de origem.

Por isso, os mesmos demonstram um grande desejo em estudar no Brasil, pois ingressaram no ensino superior no Haiti, porém não conseguiram concluir, além disso, lá estavam desempenhando atividades relacionadas ao ensino e por isso percebem que, para conseguirem uma inserção nesse mesmo ramo de atividade aqui no Brasil, seria essencial retomar os estudos e concluir o ensino superior. O tempo de estadia no local de destino emerge enquanto um recurso necessário, pois Oliver reconhece que precisa de tempo para conseguir aprimorar mais habilidades como o português e realizar cursos, para conseguir uma transição para a ocupação que deseja exercer:

Eu vou esperar para procurar um lugar para ensinar, porque tenho que melhorar o português e isso leva um pouco de tempo e preciso fazer a faculdade daqui, depois disso eu vou tentar ser professor em algum lugar, porque é o que eu sei fazer. (Oliver, 32 anos, haitiano).

Essa inserção numa ocupação totalmente diferente da que estavam acostumados, num trabalho que necessita que se comuniquem com outros trabalhadores e trabalhem em equipe, numa linha de produção, ocorre mediante diversos problemas relatados pelos entrevistados:

Eu trabalho das 7:30 às 17:30 da tarde, lá tem muito serviço, não é sempre o mesmo serviço, muda muito, tem dias que eu fico colocando ferro nas portas, depois eu arrumo o lugar de colocar chave nas portas [...] eu aprendi o

trabalho lá, no começo foi difícil porque não sabia fazer e tinha dificuldade para entender e falar português. (Oliver, 32 anos, haitiano).

Trabalho numa empresa que faz plástico [...] lá eu trabalho como auxiliar de produção [...] eu aprendi o trabalho lá, para mim a conversação foi um pouco difícil, porque tem que trabalhar em equipe, a comunicação é muito importante e o português é muito difícil [...] Eu trabalho das 22:00 da noite às 06 da manhã, trabalhar de noite é difícil, tem três grupos que trabalham à noite, eu não estava acostumado com isso. (Martin, 30 anos, haitiano).

Essas barreiras para a inserção e uma mobilidade ocupacional ascendente parecem exercer menos pressão com relação a imigrantes oriundos do Norte global. No caso da canadense Alicia, ela explica que desde que chegou ao Brasil foi “empurrada” para a área educacional, mesmo sem nunca ter atuado nesse área ou possuir qualquer tipo de formação como professora, já na fala da irlandesa Giulianna, a mesma expressa que teve uma mobilidade ocupacional ascendente ao comparar a ocupação que tinha em seu local de origem e entende que aqui no Brasil isso ocorreu dentro de um prazo bem curto, e que em seu país de origem provavelmente isso não seria possível:

No Canadá eu trabalhava naquele esquema de faculdade, verão você trabalha em qualquer coisa para ter dinheiro, mas aqui no Brasil eu sempre trabalhei dando aula de inglês. Era quase forçado, se você sabia inglês, você era forçada a dar aula de inglês. [...] Fui empurrada. Eu não sabia o que fazer, eu estava meio parada, aí veio alguns lá em casa, “olha meu curso está precisando de professor e quero você”, fui empurrada. Eu lembro de falar: mas eu não sei dá aula, fiz faculdade no Canadá mas em outra área. Eles: mas a gente treina, você tem que saber. Daí pra frente eu descobri que levo o jeito pra coisa e gosto. Mas fui empurrada. (Alicia, 61 anos, canadense).

Lá na Irlanda, quando você trabalha na educação infantil você não é professora, você é educadora ou você toma cuidado das crianças, você não é professora, então eu acho que a diferença é que aqui eu ganhei muito mais experiência aqui em pouco tempo do que eu ia ganhar lá. Porque eu já virei coordenadora com seis anos de trabalho aqui, eu acho que para conseguir o mesmo lá na Irlanda iria demorar mais. (Giulianna, 28 anos, irlandesa).

O entendimento que se tem é que para esse “tipo de imigrante”, mesmo que não haja uma formação profissional específica, é como se a nacionalidade propiciasse a criação de uma “autoridade” ou de um “saber” e isso tornasse esse trabalhador(a) imigrante apto a desempenhar determinadas funções, como mostra a fala da francesa Anne, ao explicar como a sua nacionalidade é benéfica para o trabalho que desempenha no Brasil atualmente, como coordenadora numa empresa de vinhos:

Eu sou coordenadora de produtos atualmente. Eu estudei sobre a América Latina, não estudei sobre vinhos, mas ao mesmo tempo eu também elaboro projetos aqui, então acho que uma parte do meu trabalho está ligada à minha formação e outra não, que é uma coisa de tradição e familiar minha, do mundo do vinho que não foi uma coisa que eu estudei na faculdade [...] ser francesa e trabalhando no mundo do vinho é algo bem favorável, as pessoas já... só por ser francesa parece que eu tenho um crédito assim para poder falar de vinhos [...] (Anne, 30 anos, francesa).

Portanto, constata-se que a origem étnica é capaz de desempenhar certa influência na trajetória ocupacional desses imigrantes. Um outro aspecto importante é a formação educacional dos imigrantes, incluindo a formação educacional que os mesmos conseguem adquirir após a chegada no local de destino. Isso pode ser observado através da trajetória ocupacional do mexicano Mateus, que possui ensino superior completo e antes de vir para o Brasil atuava em sua área de formação; porém ao emigrar para o Brasil, motivado por uma situação de perda das condições materiais no país de origem, não consegue se inserir numa ocupação semelhante a que tinha em seu país:

Eu sou formado em gestão de recursos humanos, no meu país eu trabalhei nessa área por mais de 20 anos. Chegou um tempo em que a empresa onde eu trabalhava fechou, fiquei mais de um ano desempregado, pois não encontrava nada nessa área, e eu queria voltar trabalhar com isso [...] depois que você fica mais velho é muito difícil encontrar emprego, você é barrado mais. Minha irmã mais velha estava em São Paulo e precisava de ajuda, pois tinha problemas de saúde e morava só. Eu decidi vir com a minha família, para ajudar, mas com o intuito de que se achasse algo poderia tentar aqui [...] Não encontrei um trabalho parecido ao que tinha, mas depois de alguns outros trabalhos aqui que também não eram parecidos, como garçom, porteiro, zelador, eu busquei fazer alguns cursos e depois de um tempo consegui esse emprego de técnico de logística nessa empresa, não é o mesmo que eu fazia em meu país, mas é o mais próximo que eu consegui. (Mateus, 59 anos, mexicano).

No caso do entrevistado Mateus, o mesmo se utilizou de estratégia de "re-profissionalização", ao perceber que dificilmente encontraria conseguiria exercer sua profissão anterior aqui no Brasil e com várias ocupações não qualificadas, o informante se reinventou como profissional e investiu tempo e dinheiro em cursos, mas aproveitando de certa maneira a educação formal específica que já tinha adquirido em seu país de origem. Entende-se que esse tipo de decisão individual foi fundamental para uma mobilidade ocupacional ascendente do interlocutor, após atuar em outras ocupações que não iam de encontro com as suas expectativas.

No entanto, é possível identificar situações em que o acesso a cargos com maior responsabilidade e/ou remuneração é geralmente limitado à determinados imigrantes, ou

seja, há uma seleção dentro da população imigrante que a princípio já é auto-selecionada, isso ficou bastante explícito no momento em que foram expostas as trajetórias ocupacionais do(a)s trabalhadore(a)s imigrantes que circulam através de empresas multinacionais.

Portanto, a própria estrutura do mercado de trabalho – nesse caso um mercado de trabalho transnacional – acaba por moldar e influenciar na escolha dos indivíduos que irão acessar esses cargos e ter remunerações melhores. Nesse sentido, o(a)s imigrantes oriundo(a)s de países que possuem empresas que atuam no Brasil, provavelmente terão mais oportunidades de acessar tais cargos, esse é o caso da venezuelana Hannah que conta como conseguiu uma vaga para ser coordenadora de recursos humanos numa empresa multinacional que opera no Brasil:

Então eu nasci na Venezuela [...] Depois quando eu formei participei de um processo na mineradora na Venezuela, aí eu fui selecionada, comecei em 2005 na Venezuela numa operação também para produzir níquel, essa empresa que trabalho atualmente é a mesma que eu já trabalhava na Venezuela. Comecei como analista de recursos humanos e passei por relações laborais, folhas de pagamentos, por recrutamento, treinamento, desenvolvimento, remuneração e aí fui fazendo carreira dentro da mesma gerencia de recursos humanos. Tive muita oportunidade por parte da empresa, mas eu também fazia minha parte. Em 2010 decidi ir para a Inglaterra, fui estudar inglês, em 2011, participei de um processo de identificação de talentos e aí fui entrevistada, lembro que fui entrevistada em São Paulo pelo o corporativo, eles conversaram um pouco comigo. Então aconteceu que tinha uma vaga e estava aqui o projeto de Barro Alto, tinha uma vaga na coordenação, porém, no início eles não me colocaram como coordenadora, eles ofereceram uma vaga de especialista, entendo as dificuldades que eu poderia ter atender pessoas, para aprender o idioma [...] Comecei aqui no Brasil como especialista de gestão de talento, em seis meses fui para outra posição que era coordenação da equipe de Barro Alto e Niquelândia, em Niquelândia a gente tem uma operação de 450 funcionários de níquel, em Barro Alto temos uma operação de 950 funcionários de níquel. Em 2015 fui transferida para Belo Horizonte, aí foi uma experiência fantástica, porque fiquei envolvida com a diretoria, com gerentes do corporativo e eu tive uma oportunidade de enxergar o RH de um ponto e com um olhar diferente e na operação as prioridades e as demandas são bem diferentes que no corporativo. Aprendi muito em Belo Horizonte no corporativo. Depois em outubro de 2015, a empresa começou a fazer outra reestruturação e eu fui nomeada para voltar para Goiás, mas voltar na posição de gerente de recursos humanos. (Hannah, 35 anos, venezuelana).

Em todos esses casos é possível observar que esses diferentes aspectos – origem étnica, a formação educacional e a estrutura do mercado de trabalho – atuam e influenciam diretamente nas trajetórias ocupacionais desse(a)s trabalhadore(a)s, assim como as decisões individuais de cada um, desde o momento em que decidem por um

projeto migratório, e em cada momento durante o processo migratório em si, muitas vezes desenvolvendo estratégias para maximizar o máximo possível os ganhos obtidos durante a permanência no local de destino.

### **5.5 Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro e as teorias migratórias: apontamentos possíveis**

Ao longo do tempo diversas teorias migratórias foram desenvolvidas buscando compreender e desenvolver conceitos sobre os processos migratórios. E como foi discutido ao longo desse estudo, ainda que o fenômeno migratório seja bastante complexo, perpassa e se relacione com diferentes esferas e aspectos da vida social, um aspecto que emerge como primordial para a compreensão de tal fenômeno é a questão laboral.

Após expor os dados nos capítulos anteriores, que nos possibilitaram compreender melhor determinadas questões relacionadas as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, buscaremos nesse momento observar de que forma podemos relacionar as características e aspectos encontrados por meio das análises dos dados coletados com as teorias migratórias apresentadas no primeiro capítulo desse estudo.

Uma primeira questão que é possível destacar é a constatação de um mercado de trabalho dual ou segmentado, com relação à inserção de mão de obra de imigrantes no Brasil; porém, ao contrário da teoria do “mercado de trabalho dual” desenvolvida por Piore (1979), que compreende que os mercados de trabalho em economias avançadas divide-se em dois setores – primário e secundário -, sendo que o setor secundário seria especificamente o segmento que absorve trabalhadores migrantes, os dados apresentados em nosso estudo demonstram que o mercado de trabalho brasileiro tem absorvido trabalhadores imigrantes para atuar tanto no segmento primário, quanto no secundário.

Nesse sentido, foi possível notar que existe uma atuação de trabalhadores imigrantes no Brasil tanto no setor primário que se caracteriza por ter altos salários, benefícios adicionais, condições de trabalho satisfatórias e empregos mais seguros, quanto no setor secundário que apresenta baixos salários, benefícios mínimos ou

inexistentes, más condições de trabalho, alta rotatividade de trabalhadores, e empregos que trazem maiores riscos a saúde e integridade dos trabalhadores.

Verifica-se também que uma grande parte dos imigrantes que chegam ao Brasil não conseguem contar com o capital humano que possuem logo de imediato; portanto, assim como diversos teóricos (CHISWICK, 1978; CHISWICK, LEE e MILLER, 2005; CLARK e DRINKWATER, 2008) explicam, muitas vezes existem obstáculos para que os imigrantes possam utilizar no mercado de trabalho da sociedade de destino as competências adquiridas nos países de origem, e frequentemente os imigrantes enfrentam muitas barreiras para conseguir se inserir no mercado de trabalho local, especialmente por não possuírem um domínio do idioma local; e não conseguirem reconhecer certificados e diplomas adquiridos nos países de origem.

Isso muitas vezes gera situações de inconsistência de status e percebe-se que muitos imigrantes que possuem ensino superior completo e habilidades específicas não conseguem aproveitá-las e atuar em ocupações que aproveite a formação educacional dos mesmos.

Com relação à utilização do capital social e ao uso das redes sociais, foi possível perceber que, assim como destacam Massey et. al. (2001), as redes sociais tem um papel essencial nas estratégias migratórias dos trabalhadores imigrantes que chegam ao Brasil, agindo como ligação e transmissão de recursos diversos, como informações importantes sobre o país, ajuda durante o processo migratório, principalmente no que se refere ao acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho.

Ficou perceptível também que em determinados fluxos migratórios, as redes sociais tem capacidade de facilitar a entrada de imigrantes no mercado de trabalho na sociedade de destino, mas ao mesmo tempo acabam impedindo ou dificultando o acesso de imigrantes a determinados setores do mercado de trabalho e oportunidades de mobilidade laboral, pois na medida em que determinados imigrantes acessam ocupações do segmento secundário de produção, o mercado de trabalho da sociedade receptora pode acabar “estigmatizando” os demais indivíduos que migram e que são oriundos da mesma região ou local de origem, criando assim, nichos específicos para a atuação desses trabalhadores.

Quando se fala em nichos é importante ressaltar que não há consenso nos estudos migratórios sobre o que pode ser definido enquanto um nicho étnico. Segundo Wang (2004), um nicho pode ser definido como a concentração de uma etnia em um

setor no mercado de trabalho. Porém, esta definição requer que se especifique o que significa tal concentração. De acordo com Model (1993), o termo nicho refere-se à sobre-representação de minorias étnicas em empregos específicos e essa sobre-representação ocorre quando a pelo menos a metade de todos os trabalhadores de certa minoria étnica encontra-se presente em uma determinada profissão.

Wang (2004) compreende que há uma diferença entre um nicho empresarial ou uma economia de enclave étnico, que corresponde a empregadores de uma determinada minoria étnica empregando seus có-étnicos em suas empresas, enquanto um nicho *stricto sensu* corresponderia à sobre-representação de trabalhadores pertencentes a um determinado grupo étnico em determinados setores e ocupações, independentemente dos proprietários serem có-étnicos desses trabalhadores ou não.

Essa última definição apareceu de modo bastante perceptível em nossa análise ao observar alguns fluxos migratórios como, por exemplo, o emblemático fluxo migratório de bolivianos para o Brasil. Assim, de acordo com os dados da RAIS percebe-se que a maior parte desses trabalhadores no Brasil encontra-se desempenhando atividades diversas ligadas ao setor de confecção de roupas. Como diversos pesquisadores (FREITAS, 2009; BAENINGER, 2012; FERNANDES, 2012) já demonstraram, os bolivianos que chegam ao Brasil, ou mais especificamente, na cidade de São Paulo, já deixam a Bolívia com os planos de se inserirem nesse nicho de trabalho:

Os imigrantes que chegam da Bolívia (em sua maioria jovens) têm, em geral, um perfil de baixa qualificação profissional, de escolaridade média e variação de gênero equilibrada entre o sexo masculino e feminino. Trata-se de uma imigração voltada para o trabalho (imigração aboral) e para um ramo bastante específico da costura, no universo da indústria do vestuário. [...] Na Bolívia, jornais publicam anúncios de emprego no Brasil no ramo da costura, incluindo moradia e alimentação (sem custos) e boas condições de trabalho [...] Apesar de muitos brasileiros aceitarem as condições de trabalho e remuneração oferecidas pelas oficinas de costura, os bolivianos estão em posição de vantagem, pois são os mais adequados para cumprir a função de mão-de-obra irregular: possuem as qualificações (baixas) e a disciplina (alta) para o trabalho e não representam ameaça de processos trabalhistas, pois muitos não possuem permissão de trabalho ou sequer conhecimentos básicos sobre direitos trabalhistas. Tampouco devemos ignorar o efeito das redes de conhecimentos e parentesco para explicar o surgimento desse nicho boliviano de trabalho em São Paulo. É bastante interessante investigarmos também os empregadores das oficinas de costura. Até meados dos anos 1990, os imigrantes coreanos eram os principais empregadores de trabalhadores bolivianos, mas a partir de então estes vêm se concentrando nas atividades mais lucrativas da cadeia, e vendendo as oficinas para seus funcionários bolivianos. Ao invés de pagar pela oficina em dinheiro, o novo dono de

oficina deve manter uma quantidade de itens para o dono da oficina, o que significa meses ou anos de trabalho sem remuneração. Além disso, muitos dos entrevistados trabalham em pequenas oficinas familiares, que não distinguem empregador e empregado da forma clássica. (CYMBALISTA e XAVIER, 2007, p. 123).

O mesmo acontece com o fluxo migratório de haitianos para o Brasil, onde a maioria encontra-se atuando em atividades industriais, como alimentadores de linha de produção e em abatedouros. Os dados qualitativos dessa pesquisa apontaram para essa questão através do caso de haitianos que chegaram na cidade de Goiânia para trabalhar em uma empresa de alimentos; assim, os trabalhadores afirmam que, a princípio, chegaram na cidade 21 haitianos para trabalhar nessa empresa e que em menos de 2 anos já eram mais de 150 trabalhadores que vieram para a cidade em busca da mesma oportunidade. O problema é que, devido as más condições e baixos salários, muitos desses trabalhadores logo manifestam o desejo de deixar esse local de trabalho e encontrar um emprego melhor, porém enfrentam uma grande dificuldade para encontrar outras oportunidades laborais.

Constata-se, portanto, que alguns imigrantes acabam acumulando maiores situações de desvantagens e discriminações ao tentarem se integrar no mercado de trabalho formal no Brasil, assim como aponta a teoria da desvantagem ou da discriminação, que através de diversos estudos (MATA e PENDAKUR, 1999; CLARK e DRINKWATER, 2000; PARKER, 2006) apontam para a existência de barreiras estruturais – relacionadas a etnia, raça, gênero e classe – para a integração e a mobilidade ocupacional de determinados imigrantes nas sociedade de destino.

Tal fato ficou bastante evidente ao observar o fluxo migratório mais significativo que existe atualmente para o país que é o fluxo migratório de haitianos. É possível notar que esses trabalhadores são empurrados para trabalhos localizados na ponta precária da produção, ou seja, a maioria encontra-se em empregos subalternos que não possibilitam uma mobilidade ocupacional dos mesmos.

Para compreender melhor como se dá esse processo de desvantagem e discriminação com relação a esses trabalhadores imigrantes no Brasil, entende-se que se deve levar em consideração a formação histórico e social de nosso país, e muito do que foi discutido ao longo do segundo capítulo desta tese, todo o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, a seletividade com relação aos trabalhadores estrangeiros que vieram substituir a mão de obra escrava após o fim do

tráfico de escravos para o Brasil e assim por diante; porém, essa é uma discussão que demanda um aprofundamento maior e que levaria ao desenvolvimento de um outro trabalho acadêmico.

### **Considerações finais**

Esse estudo buscou analisar questões relacionadas as trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes presentes no mercado de trabalho formal brasileiro. Portanto, após realizar a exposição de diversas teorias e dados que nos ajudaram a compreender melhor tais questões podemos realizar algumas considerações finais nesse ponto.

Primeiramente, objetivou-se ao longo desse estudo demonstrar a relação entre imigração e trabalho. Foi possível perceber a partir da descrição das teorias migratórias no primeiro capítulo que o trabalho é um aspecto que perpassa as mais diferentes teorias que buscam compreender e analisar o fenômeno migratório, pois como explica Sayad (2000), uma vez no local de destino, toda a condição e existência do imigrante passa a ser determinada pelo trabalho, geralmente um tipo de trabalho anônimo, subterrâneo, quase invisível, que atua nesse indivíduo como uma segunda socialização, despertando uma real inquietação.

Procurou-se, a partir de uma perspectiva histórico-social, apresentar a relação entre o mercado de trabalho brasileiro e os trabalhadores estrangeiros. Pôde-se perceber que o Brasil foi formado a partir de significativos fluxos migratórios e que essa relação foi marcada por períodos de abertura e políticas de atração de mão de obra estrangeira, buscando suprir a demanda existente do mercado e por períodos de fechamento e endurecimento com relação as políticas de recepção de imigrantes no país. Um fato bastante importante salientado nesse trabalho foi a recente modificação na lei de imigração brasileira, que vem substituir a antiga legislação remanescente da época da ditadura militar, que incorporava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

Nos últimos anos a questão migratória tem aparecido com mais ênfase em âmbito global devido aos fluxos migratórios em grande escala e a denominada “crise migratória” vivenciada por diversos países. No Brasil a intensificação desses fluxos também tem sido observada, daí a proposta de aqui responder algumas questões, como por exemplo, as principais mudanças ocorridas com relação ao fluxo de trabalhadores

imigrantes para o Brasil após a crise de 2008. Para compreender essa questão foram utilizados dados da RAIS, que permitiram analisar os dados referentes aos trabalhadores com vínculo formal de trabalho no país.

Nesse sentido, foi possível perceber que após 2008 ocorre um importante aumento no número de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil. Se em 2008 o número total de trabalhadores estrangeiros presentes no mercado de trabalho formal era de 49.439, em 2016 esse número chegou ao total de 115.961 trabalhadores.

Durante o período analisado, é necessário destacar principalmente a quantidade de trabalhadores provenientes do Haiti, sendo que, a partir de 2013, essa passou a ser a principal nacionalidade estrangeira presente no mercado de trabalho formal brasileiro. Outros fluxos migratórios que têm demonstrado bastante expressividade são os de trabalhadores estrangeiros provenientes de países da América do Sul.

Durante o período analisado destacam-se principalmente os fluxos de imigrantes provenientes de países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Foram observadas também outras novas nacionalidades no mercado de trabalho formal a partir dos anos 2011, como os fluxos migratórios de bengalis, angolanos, senegaleses, congolezes, ganeses e paquistaneses. Portanto, esses dados confirmam uma importante característica dos fluxos migratórios contemporâneos que é a forte tendência dos movimentos “Sul-Sul”.

Esses “novos imigrantes” começaram a chegar no Brasil, principalmente entre 2013 e 2014. Esse período, portanto, é emblemático dentro o período de análise desse estudo, pois é o momento em que os haitianos passam a ser a principal nacionalidade estrangeira presente no mercado de trabalho formal brasileiro, assim como começam a chegar diversas outras novas nacionalidades que até então, não eram observadas no mercado de trabalho brasileiro, principalmente imigrantes provenientes do Sul global.

Os dados da RAIS permitiram perceber ainda uma mudança no perfil dos fluxos migratórios recentes, devido à quantidade bastante significativa de imigrantes provenientes do hemisfério sul que adentraram o mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos; dessa maneira, esses imigrantes propiciaram uma série de alterações com relação a diversos aspectos importantes, como tipo de ocupação, remuneração etc.

Ao analisar questões relacionadas a inserção e integração desses trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, percebeu-se que, assim como

ocorre em qualquer outro país, no Brasil existem exigências legais que regem a contratação de trabalhadores imigrantes, e que prevalece em tais exigências a presença de forte seletividade que tem como objetivo selecionar principalmente trabalhadores altamente qualificados.

Normalmente existe, portanto, uma série de barreiras que impedem ou dificultam a inserção de trabalhadores imigrantes nos países de destino. As análises dos dados evidenciaram que os imigrantes que chegam ao Brasil e buscam inserção no mercado de trabalho encontram dificuldades principalmente com relação à obtenção do visto de trabalho, à validação de certificados e documentos e a problemas devido à falta de domínio do idioma. A enorme burocracia existente para se obter o visto de trabalho e a demora no processo para a autorização foram considerados prejudiciais aos imigrantes, que necessitam desses trâmites para conseguir se inserir no mercado de trabalho formal no Brasil, assim como a dependência que esse processo para a autorização de trabalho acaba gerando dos empregados com relação aos seus empregadores.

Com relação às trajetórias ocupacionais foi possível identificar uma forte polarização entre os trabalhadores imigrantes que se encontram no mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, através das análises realizadas nos questionários e nas entrevistas realizadas constatou-se que existem imigrantes presentes tanto na base produtiva, desempenhando atividades genéricas, que não exigem formação educacional específica, e que normalmente exigem que esses trabalhadores se submetam a condições ruins de trabalho e recebam baixos salários. Mas também há trabalhadores inseridos no topo da cadeia produtiva, atuando em empresas de grande e médio porte, principalmente empresas multinacionais, que necessitam de trabalhadores especializados, que atuem muitas vezes em cargos de chefia e direção, que recebem altos salários e possuem diversos benefícios.

As características e aspectos que envolvem os fluxos migratórios desses trabalhadores também diferem bastante, desde a motivação para vir para o Brasil, pois no caso dos trabalhadores imigrantes inseridos na ponta virtuosa percebe-se que não se encontram presentes motivações relacionadas à busca por melhores condições de vida e de trabalho no Brasil, ou aspectos instrumentais como uma quantidade expressiva desses trabalhadores virem trabalhar no Brasil para enviar dinheiro para ajudar familiares que ficaram nos países de origem. Ao mesmo tempo em que se percebe que a

maioria é composta por trabalhadores que encontram-se atuando na área de formação, ou em ocupações que exigem uma formação específica.

Já a migração dos trabalhadores que se encontram inseridos na ponta precária da produção envolve aspectos diferentes como por exemplo, a vinda para o Brasil como estratégia para melhorar as condições de vida e de trabalho dos migrantes e de seus familiares. Muitos buscam juntar dinheiro e auxiliar, através de remessas, os familiares que permaneceram nos locais de origem e a maioria encontra-se atuando em ocupações genéricas que não exigem de formação educacional específica, ainda que esses trabalhadores possuam tal formação.

Assim, foi possível identificar nessas trajetórias ocupacionais casos de inconsistência de status, falta de identificação com o trabalho realizado no Brasil, e a busca por melhores empregos, objetivando alcançar uma mobilidade ocupacional ascendente ou ao menos ocupações semelhantes as que esses trabalhadores tinham antes de migrar para o Brasil.

Por fim, foi possível observar ainda que uma série de fatores podem influenciar nas trajetórias desiguais que esses trabalhadores acabam tendo no mercado de trabalho formal no Brasil, como aspectos relacionados a origem étnica, a formação educacional, a própria estrutura do mercado de trabalho brasileiro e as decisões individuais desses trabalhadores.

Portanto, pôde-se constatar que trabalhadores imigrantes com níveis de capital humano similares, mas de origem étnica diferente, por exemplo, podem acumular determinadas vantagens ou desvantagens que irão contribuir para a sua inserção e os rumos de sua trajetória ocupacional no Brasil. Decisões individuais como o desenvolvimento de estratégias almejando uma reprofissionalização no Brasil, também se tornam importantes para aqueles que pretendem alcançar uma mobilidade ocupacional ascendente no país.

Essas foram, portanto, algumas conclusões que foram possíveis de realizar com esse estudo que buscou acompanhar histórias individuais de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil, tentando compreender de que forma todos os eventos anteriores, condições sociais, econômicas e características individuais são capazes de influenciar em decisões e acontecimentos ao longo do processo migratório dos mesmos no Brasil.

## Referências Bibliográficas

ACNUR. **Global Trends Forced Displacement in 2016**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2016/>. Acesso em: 23/06/2017.

AGUILERA, Michael B. & MASSEY, Douglas. Social Capital and the wages of Mexican Migrants: New hypotheses and tests\*. In: **Social Forces**, North Carolina, The University of North Carolina Press, vol. 82, n. 2, p. 671-701, 2003.

ANDENA, Emerson. **Transformações da legislação imigratória brasileira: os (des)caminhos rumo aos direitos humanos**. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 154f., 2013.

AKRESH, Ilana. Occupational Trajectories of Legal US Immigrants: Downgrading and Recovery, **Population and Development Review**, vol. 34, n.3, pp. 435-456, 2008.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. **Migración y Desarrollo**, Cidade do México, nº 01, p.01-30, outubro, 2003.

ARRUDA, Aline. Brasil e Canadá: uma breve comparação sócio-histórica das políticas migratórias entre os séculos XIX e XXI. In: **Política migratória e o paradoxo da globalização**. Ana Maria Nogales Vasconcelos, Tuíla Botega orgs., Porto Alegre : EDIPUCRS, Brasília : CSEM, p. 11-32, 2015.

AZEVEDO, Célia. **Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 226, 25-31 ago. 2003. Disponível em: [br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html](http://br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html)>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq; Unfpa, 2012.

\_\_\_\_\_. O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais na América Latina. In: BAENINGER, R. A.; BRITO, F. (Orgs.). **População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. 1ª edição. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), v. 1, p. 248-265. 2008.

BARBOSA FILHO, Fernando. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Apr. 2017.

BEAN, Frank; LEACH, Mark, LOWELL, Lindsay. Immigrant job quality and mobility in the United States, **Work and Occupations**, v. 31, p. 499-518, 2004.

BEAVERSTOCK, Jonathan. Highly skilled international labour migration and world cities: expatriates, executives and entrepreneurs. In: **International labour migration and world cities**, 2012. Disponível em:<  
<https://www.researchgate.net/publication/289536954>>. Acesso em: 18/10/2017.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BECKER, Gary. **The Economics of Discrimination**. Chicago: University Chicago Press, 1962.

\_\_\_\_\_. Investment in Human Capital: a theoretical analysis. **Journal of Political Economy**, University of Chicago Press, vol. 70, p. 01-09, 1962.

\_\_\_\_\_. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education**, New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

BLACABY, David; LESLIE, Derek; MURPHY, Philip; O'LEARY, Nigel. White/Ethnic Minority and Employment Differentials. **Britain: Evidence from the LFS**. Oxford Economic Papers, v. 54(2), p. 270–297, 2002.

BLEAKLEY, Hoyt; CHIN, Aimee. Language skills and earnings: evidence from childhood immigrants, **Review of Economics and Statistics**, v. 86, p. 481 – 496, 2004.

BONACICH, Edna. A Theory of Middleman Minorities. In: **American Sociological Review**, v. 38, n. 5, p. 583-594, 1973.

BORJAS, George. **Heaven's door: immigration policy and the American economy**, New Jersey, Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Changes in Cohort Quality, and the Earnings of Immigrants. **Journal of Labor Economics**, vol. 3, n.4, p. 463-489. 1985.

\_\_\_\_\_. Economic theory and international migration. **International Migration Review**. Vol. 23, No. 3, p. 457-485, 1989.

\_\_\_\_\_. **Friends or strangers: the impact of immigrants on the U.S. economy**. Nova York: Basic Books, 1990.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M.. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. The forms of capital. In: J.G. Richardson (ed) **Handbook of theory and research for the sociology of education**, New York: Greenwood Press, p. 241-258, 1986.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BORGES, Ângela. O emprego no Brasil urbano nos anos 2000: recuperação e reconfiguração. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba-PR, 2011. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2316&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2316&Itemid=171)>. Acesso em: 15/03/2017.

BRASIL. Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934. **Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html>>. Acesso em: 26/10/2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 28/03/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.44, de 24 de maio de 2017. **Institui a nova lei de migração.** Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: 25/12/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

CAMPOS, Marden. Seletividade e migração. In: **População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil/Miguel Bruno** (organizador). - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, p. 187-201, 2015.

CAMPOS, Marden; BARBIERI, Alisson. Considerações teóricas sobre a migração de idosos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, p. S69-S84, 2013.

CARDOSO, Adalberto. **Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen. International Migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. **International Social Science Journal**, Oxford, v. 52, n. 3, p. 269-281, 2000.

\_\_\_\_\_. An Overview. **Migration and the Global Financial Crisis: A virtual Symposium.** February, 2009. Disponível em:< <http://www.age-of-migration.com/uk/financialcrisis/updates/1a.pdf>>. Acesso em: 05/06/2012.

CASTLES, Stephen; HAAS, Hein de; MILLER, Mark. **The age of migration: international population movements in the modern world.** Palgrave Macmillan. UK, 3ª Edição, 2003.

\_\_\_\_\_. Twenty-First-Century Migration as a Challenge to Sociology. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 33(3), p. 351-371, 2007.

CASTRO, Fátima. Imigração, mercado de trabalho e desenvolvimento em contexto regionais de baixas densidades. Cenários mediterrâneos. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, nº 28/29, p. 61-71, 2009.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CHISWICK, Barry. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-Born Men. **Journal of Political Economy**, vol. 86, n.5, p. 897-921, 1978.

\_\_\_\_\_. The Economic Progress of Immigrants: Some Apparently Universal Patterns, **Contemporary Economic Problems**, FELLNER, William (Org.), American Enterprise Institute, Washington, p. 357-399, 1979.

CHISWICK, Barry; MILLER, Paul. English language fluency among immigrants in the United States. **Research in Labor Economics**, n. 17, p. 151-200, 1998.

CHISWICK, Barry; LEE, Yew; MILLER, Paul. A Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis. **International Migration Review**, vol. 39, n. 2, p.332-353, 2005.

CLARK, Ken; DRINKWATER, Stephen. The Labour-Market Performance of Recent Migrants. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 24 (3), p. 495-516, 2008.

COATE Stephen; TENNYSON, Sharon. Market Discrimination, Imperfect Information and Self-employment. **Oxford Economic Papers**, v. 44(2), p. 272-288, 1992.

COLEMAN, James S. 1988. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

COSENTINO, Daniel. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. **Revista Debate Econômico**, v.1, n.2, p. 28-53, jul/dez 2013.

COSTA, Márcia. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.20, no.59, São Paulo, 2005.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2014.

CRUZ, Viviane. **Programa Ciência sem Fronteiras: Uma avaliação da política pública de internacionalização do ensino superior sob a perspectiva do Paradigma Multidimensional**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em PROFIAP, Goiânia, 2016.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**. vol. 25, n. 01 (97), pp. 94-111, janeiro-março, 2005.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998 .

DUBAR, Claude; NICOURD, Sandrine. **Les biographies em sociologie**. Paris: La Découverte, 2017.

DULEEP, Harriet., & REGETS, Mark. The Decline in Immigrant Entry Earnings: Less Transferable Skills or Lower Ability?, **The Quarterly Review of Economics and Finance**, vol. 37, p. 189-208, 1997.

\_\_\_\_\_. Immigrants and Human Capital Investment. **American Economic Review**, vol. 89, n. 2, p. 186-191, 1999.

DURAND, Jorge, MASSEY, Douglas. New World Orders: Continuities and Changes in Latin American Migration, **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 2010.

DUSTMANN, Christian; FABBRI, Francesca. Language proficiency and labour market performance in the UK, **Economic Journal**, v. 113, p. 695-717, 2003.

DUTRA, Délia ; ALMEIDA, Sandro ; TONHATI, Tânia; PALERMO, Gabrielle. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In: **Cadernos OBMigra - Revista Migrações Internacionais**, 2015.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n.40, p. 177- 193, jan/ jun. 2013. Disponível em: . Acesso em: 24/10/2016.

EDMONSTON, Barry. Lifecourse perspectives on immigration. **Canadian Studies in Population**, v. 40, n. 1–2, Spring/Summer, p. 1–8, 2013.

FASSMANN, Heinz. Is the Austrian Labour Market Ethnically Segmented?. **European Journal of Population**, v. 13, p. 17-32, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp, São Paulo, 1996.

FAZITO, Dimitri. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. In: BRITO, Fausto; BAENINGER, Rosana (Org.) **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: **Migrações e trabalho**. Erlan José Peixoto do Prado, Renata Coelho, organizadores. – Brasília: Ministério Público do Trabalho, p. 19-40, 2015.

FERNANDES, Duval; RIBEIRO, Juliana. Migração laboral no Brasil: problemáticas e perspectivas. **Seminário do Observatório das Migrações**. Brasília, 2014.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSSATI, Flávia; LIECHTI, Fabienne; AUER, Daniel; BONOLI, Giuliano. Discrimination multipliers: how immigrant’s integration affects labour Market disadvantage. In: **Mim Working Pappers series 17:2**, Malmo University, 2017.

FREITAS, Patrícia. **Imigração e experiência social**: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo, (Dissertação de mestrado), UNICAMP, Campinas, 2009.

FUSCO, Wilson. A formação de comunidades-filhas no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 55-63, jul./set. 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

GADELHA, Regina. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista História**, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. In: **Cadernos AEL**, v.15, n.27, 2009.

GOMES, Orlando; OLIVEIRA, Luís. **Macroeconomia: Resumo sistematizado das noções, ideias, processos e mecanismos da teoria macroeconômica**. Edições Sílabo, Lisboa, 2017.

GUIMARÃES, Nadya. **Caminhos Cruzados: Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo, Ed. 34, 2004.

GURAK, Douglas; CACES, Fe. Redes migratorias y la formación de sistemas de migración. In: G. MALGESINI, **Cruzando fronteras: migraciones en el sistema mundial**. Barcelona: Fundación Hogar del Empleado, p.75-112, 1998.

HAAS, Hein de. Migration and development. **Working Papers of International Migration Institute**, nº09, University of Oxford, 2014.

HARKER, Richard; MAHAR, Cheleen; WILKES, Chris. An introduction to the work of Pierre Bourdieu: the practice of theory. University of California, Palgrave Macmillan, 1990.

HARRIS, John; TODARO, Michel. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEATH, Anthony; CHEUNG, Sin. **Ethnic penalties in the labour market**. Corporate Document Services for the Department for Work and Pensions, 2007.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, n. 21, Porto Alegre, Janeiro/Junho, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2000.

HOCHSCHILD, Arlie; EHRENREICH, Barbara. **Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy**. Nova York: Metropolitan Press, 2002.

HUGO, Graeme. Village-Community Ties, Village Norms, and Ethnic and Social Networks: A Review of Evidence from the Third World. In: **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. New York: Pergamon Press, p. 186-224, 1981.

KANAS, Agnieszka; VAN TUBERGEN, Frank. The impact of origin and host country schooling on the economic performance of immigrants. **Social Forces**, v. 88 (2), p. 893-915, 2009.

KALLEBERG, Arne; SORENSEN, Aage. The sociology of labor markets. **Annual Review of Sociology**, v. 5, p. 351 – 79, 1979.

KEE, Peter. Native-Immigrant Wage Differentials in the Netherlands: Discrimination?. **Oxford Economic Papers**, v. 47, p. 302–317, 1995.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**. Campinas: Papyrus, 1988

LEE, Everett. A Theory of Migration. **Demography**, Seattle, v. 3, n. 1, p. 47-57, Jan. 1966.

LESLIE, Derek; LINDLEY, Joanne. The impact of language ability on employment and earnings of Britain's ethnic communities. **Economica**, v. 68, p. 587-606, 2001.

LIGHT, Ivan. Ethnic Economies. **Handbook of economic sociology**, Russel Sage Foundation, New York, 1972.

LIGHT, Ivan; GOLD, Steven. **Ethnic Economies**, San Diego: Academic Press, 2000.

LIGHT, Ivan; KARAGEORGIS, Stravos. The ethnic economy. **The handbook of economic sociology**, p. 647-71, 1994.

LIGHT, Ivan; SABAGH Georges; BOZORGMEHR Mehdi, DER-MARTIROSIAN, Cláudia. Beyond the Ethnic Enclave Economy. **Social Problems**, v. 41(1), p. 65-80, 1994.

LOURY, Gleen. A dynamic theory of racial income differences. **Woman, Minorities and employment discrimination**. Wallace, Phyllis Ann, LaMond, Annette M. e Massachusetts Institute of Technology (Org.), Lexington, Lexington Books, Mass, 1977.

LUDOVICI, Manuela. Making a success of integrating immigrants in the labour market. In: **Peer Review**, Nov., 2010.

MCNULTY, Yvonne. The added value of expatriation: Assessing the return on investment of international assignments. In: **HRM Practices: Assessing Added Value**. Springer: New York (in-press), 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MAHUTEAU, Stephane; JUNANKAR, Raja. Do migrants get good jobs in Australia? The role of ethnic networks in job search, **IZA Discussion Paper**, nº. 3489, 2008.

MATA, Fernando; PENDAKUR, Ravi. Immigration, Labor Force Integration and the Pursuit of Self-Employment. **International Migration Review**, v. 33(9), p. 378-402, 1999.

MARQUES, José. **Os portugueses na Suíça: migrantes europeus**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MARQUES, Angela. Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e paraguaios em Mato Grosso do Sul. In: **Congresso Anual da Ilassa**, Austin, Texas. Austin: University of Texas, 2009.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. Library of Economics and Liberty, 1920.

MASSEY, Douglas. et. al. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466. 1993.

\_\_\_\_\_. **Worlds in motion: Understanding International Migration at the End of the Millenium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MASSEY, Douglas; GOLDRING, Luin; DURAND, Jorge. Continuities in Transnational Migration: An Analysis of 19 Mexican Communities. **American Journal of Sociology**, v. 99, p. 492–533, 1994.

MASSEY, Douglas. et al. Social Capital and International Migration: a Test Using Information on Family Networks. **The American Journal of Sociology**. V. 106(5), p.1262-1298, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. v. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MATTOS, Fernando. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, 29 (85), p. 69-85, 2015.

MAZER, Roberta. Breve panorama histórico da imigração no estado de São de Paulo e o fluxo migratório boliviano na região. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal-RN, 2014. Disponível em:<  
[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401928144\\_ARQUIVO\\_RobertaM.M.azer-BrevepanoramahistoricodaimigracaonoestadodeSaodePauloeofluxomigratorioboliviano naregioao.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401928144_ARQUIVO_RobertaM.M.azer-BrevepanoramahistoricodaimigracaonoestadodeSaodePauloeofluxomigratorioboliviano naregioao.pdf)>. Acesso em:10/08/2017.

MCNEILL, William; ADAMS, Ruth. **Human Migration: Patterns and Policies**, Bloomington, IN: Indiana University Press, 1978.

MELDE, Susanne; ANICH, Rudolf; CRUSH, Jonathan; OUCHO, John. **Introduction: The South–South Migration and Development Nexus**. Heidelberg, New York, and London, 2014.

MINCER, Jacob. On the job training: costs, returns and implications. **Journal of Political Economy**. vol. 70, n. 5, p. 50-79, 1962.

Model, Suzanne. The ethnic niche and the structure of opportunity: immigrants and minorities in New York city', In: **The 'Underclass' Debate: Views From History**. Princeton NJ: Princeton University Press, p. 161-193, 1993.

MORÉ, Paloma. Gender, migration and labour Market: the transnational redistribution of domestic work in Spain and the limits for social integration. In: **Revista Catalana de Sociologia**, núm. 30, p. 81-92, 2015.

NESTOROWICZ, Joanna. Known Knowns and Known Unknowns of Immigrant Self-employment. Selected Issues. **CMR Working Papers**, 45(103). Ośrodek Badań nad Migracjami UW, 2012.

OLIVEIRA, Antônio. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, Antônio; PEREIRA, Filipe; QUINTINO, Felipe. O sistema nacional de cadastramento de registro de estrangeiros (sincre) e a migração regular no país. **Relatório Anual 2015**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. OBMigra: Brasília, DF, p. 45-58, 2015.

OLIVEIRA, Márcio. O tema da imigração na sociologia clássica. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, nº 01, p. 73 a 100, 2014.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes, Gino Germani e o tema da imigração: o pensamento social latino-americano em perspectiva comparada. **39º Encontro Anual da Anpocs (Anais)**. Caxambú, Minas Gerais, 2015. Disponível em:< <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt26/9687-florestan-fernandes-gino-germani-e-o-tema-da-imigracao-pensamento-social-latino-americano-em-analise-comparada/file>>. Acesso em: 24/02/2017.

OLIVEIRA, Adriana; TARELOW, Gustavo. O “perigo amarelo”: imigração japonesa, eugenia e os discursos de a. c. pacheco e silva na assembleia constituinte (1933-1934). In: **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes. Direitos, Instituições e Circularidades**/André Mota, Gabriela S. M. C. Marinho (organizadores). - São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC, Casa de Soluções e Editora, p. 17-42, 2014.

ONU. **Global Humanitarian Overview 2015**. Disponível em:<  
<http://interactive.unocha.org/publication/globalhumanitarianoverview/>>. Acesso em:  
22/12/2016.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. **Brazilian Fiscal Policy in Perspective: From Expansion to Austerity. Working Paper n.160**. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2017.

PARKER, Simon. **The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos Migratórios nos anos 80: Novos Padrões?. Encontro Nacional sobre Migração, I, 1998, Campinas**. Disponível em:<  
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p445a462.pdf> >. Acesso em: 11/10/2009.

PAIXÃO, Marcelo. **Investigação sobre qualidade da variável cor ou raça na RAIS através de um estudo comparativo com a PNAD do IBGE. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia-SP, 2012**. Disponível em:<  
<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt30-2/8349-investigacao-sobre-qualidade-da-variavel-cor-ou-raca-na-rais-atraves-de-um-estudo-comparativo-com-a-pnad-do-ibge>>. Acesso em: 10/02/2017.

PARELLA RUBIO, Sònia. **Segregación laboral y "vulnerabilidad social" de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia**. In: FLAQUER, Lluís; SOLÉ, Carlota (eds.). **El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes**. Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005. p. 97-136.

PATARRA, Neide. **Políticas e gestão das migrações internacionais: entre direitos humanos e soberania nacional**. In: **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais** / Cassio Maldonado Turra (Org.); José Marcos Pinto da Cunha (Org.) – Belo Horizonte: ABEP, 2012.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. **Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, N°60, São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13/09/2011.

PAULA, João Antonio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. **História Econômica & História de Empresas**, v.1, p. 7-39, 2002.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**. Lisboa, nº 11, 2004.

PEREIRA, Raquel. Formação sócioespacial do Brasil Meridional: passado e presente. **XIII Encontro Nacional de Geógrafos (Anais)**, João Pessoa, 2002. Disponível em:<<https://www.univali.br%pos%2Fmestrado%2Fmestrado-em-gestao-de-politicas-publicas%2Fpublicacoes%2FDocuments%2Fpublicacao-formacao-socioespacial.doc>>. Acesso em: 26/12/2016.

PEROTTO, Yuri; NAPOLEÃO, Fábio. A imigração haitiana para Santa Catarina: considerações gerais. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís do Maranhão, 2016. Disponível em:<[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467664957\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_HAITIENG.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467664957_ARQUIVO_ARTIGO_HAITIENG.pdf)>. Acesso em: 02/09/2017.

PINHO, Filipa. Redes sociais no recrutamento de imigrantes: teóricos de uma proposta de explicação Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIX, pág. 81-103, 2015.

PIORE, Michael. **Birds of passage: migrant labour in industrial societies**. Cambridge University Press, Nova York, 1979.

\_\_\_\_\_. Jobs and training. **The state and the poor**. Cambridge, Mass, p. 53-83, 1970.

PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 1–24, 1998.

\_\_\_\_\_. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigrations. In: Kritz MM, Keely CB, Tomasi SM, editors. **Global trends in migration**. Staten Island, NY: CMS Press; p. 279–297, 1981.

PORTES, Alejandro; BACH, Richard. **Latin journey: Cuban and Mexican immigrants in the United States**. Berkeley, CA: University of California Press; 1985.

PORTES, Alejandro; BÖRÖCZ, József. Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación. In: MALGESINI, Graciela (Comp.). **Cruzando fronteras**. Migraciones en el sistema mundial. Barcelona: Icaria- Fundación Hogar del Empleado, 1998, p. 43-74.

PORTES, Alejandro; JENSEN, Leif. What's an ethnic enclave? The case for conceptual clarity. **American Sociological Review**, nº 52, p. 768-771, 1989.

PORTES, Alejandro; MANNING, Robert. The immigrant enclave: theory and empirical examples. In: Nagel and Olzak, **Competitive ethnic relations**. Academic Press, Orlando, 1986.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Ruben. **Immigrant America: A Portrait**. Berkeley: University of California Press, 1996.

PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. **American Journal of Sociology**, vol. 98, p. 120–151, 1993.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAGAZZI, Elena; SELLA, Lisa. **Migration and Work**: the cohesive role of vocational training policies. In: CNR-CERIS., nº16, 2013.

RATHA, Dilip; SHAW, William. South-South Migration and Remittances. **World Bank Working Paper No. 102**. Washington, DC: World Bank, 2007.

RAVENSTEIN, Ernest. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 48, p. 167-227, 1885.

REYNERI, Emilio; FULLIN, Giovanna. Labour market penalties of new immigrants in new and old receiving West European countries. **International Migration**, v. 48(1), p. 31–57, 2011.

RIBAS-MATEOS, Natalia. How can we understand immigration in Southern Europe?. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. v. 30(6), p.1045–1063, 2004.

RIERA, Mariona. **Trajèctòries laborals de treballadors immigrants a Espanya**: Barreres i drecceres a la seva integració laboral. Tese (Doutorado). 483f., Facultat de Ciències Polítiques i Sociologia. Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, 2013.

RODRIGUES, Franciele. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: **Estudos Avançados**. v.20, no.57, São Paulo, Mai/Ago, p. 197-207, 2006.

ROGERS, Andrei; RAQUILLET, Richard; CASTRO, Luis. **Model migration schedules and their applications**. 1977.

ROOTH, Dan Olof.; EKBERG, Jan. Occupational Mobility for Immigrants in Sweden, **International Migration**, vol. 44, n. 2, pp. 57-97, 2006.

SANDERS, Jimy; NEE, Victor. Limits of ethnic solidarity in the enclave economy. **American Sociological Review**, v. 52, p. 745-773, 1987.

SANTOS, Alessandra; MONSMA, Karl. A fronteira norte do Brasil como um lugar de trânsito de pessoas e objetos: Um olhar sociológico a partir da fronteira Brasil/Venezuela. **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília-DF, 2017. Disponível em:< <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0655-1.pdf>>. Acesso em: 19/10/2017.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. **Revista Estudos Avançados**, USP, São Paulo, vol. 57, p. 99-117, 2006.

SASSEN, Saskia. **The Global City**. Princeton: Princeton University Press. 1990.

\_\_\_\_\_. Global migrations and economic need. In: **Citizenship, Borders, and Human Needs**/ Edited by Rogers M. Smith, University of Pennsylvania Press, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, número especial, jan./2001.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in Human Capital, In: **American Economic Review**, vol. 51, n. 1, março, p. 1-17, 1961.

SILVA, Luís. **Percursos desiguais**: trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor de telecomunicações no período pós-privatização. (Tese de Doutorado). Programa de

Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 241f., 2011.

SILVA, Maicon; MATTEI, Lauro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil: Um processo de acumulação primitiva em uma economia dependente., **Rebela**, v.5, n.2. mai./ago. 2015.

SJAASTAD, Larry. The costs and returns of human migration. In: **Journal of Political Economy**, v. 70, p. 80–93, 1962.

SIKORA, Mafalda. **As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios**: Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo – Paraná. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. In: RBSE. v. 4, nº 12, p. 265-271, p. 2005.

SIMON, Gildas. Penser globalement les migration. In: **Projet**, nº 272, 2002. Disponível em:  
<<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>>. Acesso em: 18/07/2012.

SIMÓN, Hipólito; SANROMÁ, Esteban; RAMOS, Raul. Labour Segregation and Immigrant and Native-born Wage Distributions in Spain: An Analysis Using Matched Employer-Employee Data. **Spanish Economic Review**, vol. 10, n. 2, p. 135-168. 2008.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Everyman's library edition, London, 1776.

SPRANDEL, Márcia. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: **Estudos Avançados**. vol.20, no.57, São Paulo, Mai/Ago. 2006

TAYLOR, J. Edward. Differential Migration, Networks, Information and Risk. In: **Migration Theory, Human Capital and Development**, Oded Stark (Org.), Greenwich, Conn.: JAI Press, p. 147-171, 1986.

TAYLOR, Steve; BOGDAN, Robert. **Introduction to qualitative research method.**, 3ª Edição, Nova York: John Wiley, 1998.

THUROW, Lester. **Generating inequality**. New York: Basic Books, 1975.

TIMMERMAN, Christiane; HEYSE, Petra; VAN MOL, Christof. **Conceptual and Theoretical Framework**. 2010. Disponível em:<  
<http://www.eumagine.org/outputs/PP1%20-%20Conceptual%20and%20Theoretical%20Framework.pdf>>. Acesso em: 01/08/2017.

UEBEL, Roberto; RÜCKERT, Aldomar. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI, **Confins**, nº 31, 2017.

VALENDUC, Gérard; VENDRAMIN, Patrícia; PEDACI, Marcello; PIERSANTI, Mariangela. **Changing carrers and trajectories: how individuals cope with organizational change and restructuring**. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven. Higher institute of labour studies, 2009.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. São Paulo: EDUSC; Bélem: EDUFA, 2005.

VILLEN, Patrícia. **Imigração na modernidade dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. (Tese de Doutorado), Unicamp, Campinas, 284f., 2015.

WANG, Qingfang. Labour market concentration of Asian ethnic groups in US metropolitan areas: a disaggregated study. In: **Population, Space and Place**, V. 10, Issue 6, Nov./Dec., p.479-494, 2004.

WELCH, Clifford. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

WILSON, Kenneth; PORTES, Alejandro. Immigrant enclaves: an analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. **American Journal of Sociology**, nº 78, p. 135-160, 1980.

WONG, Eric. Asian American Middleman Minority Theory: The Framework of an American Myth. **Journal of Ethnic Studies**, v. 13(1), p. 51-88, 1985.

ZENNER, Walter. Middleman Minorities in the Syrian Mosaic. **Sociological Perspectives**, v. 30, p. 400-421, 1991.

ZIMMERMANN, Dominic. **The making of migrant entrepreneurs. Social dynamics of migrant self-employment with a case study of Peruvian entrepreneurs in Switzerland.** BrownWalker Press, Florida-USA, 2016.

## **Anexo 1: Roteiro de Entrevista**

Qual a sua idade?

Qual a sua Nacionalidade?

Qual o sua Estado Civil?

Você tem filho(a)s?

Qual a sua escolaridade?

Qual a escolaridade dos Pais:

Qual a profissão dos seus Pais:

Qual o ultimo país que estava antes de vir para o Brasil?

Qual trabalho que exercia no país de origem antes de chegar ao Brasil?

Qual a data de entrada no Brasil?

Tipo de visto e validade:

Cidade de residência no Brasil:

Esteve em outra(s) cidade(s) no Brasil antes da atual?

1-) Você veio para o Brasil sozinho ou na companhia de familiares? Hoje vive com algum familiar?

2-) Por que veio para o Brasil?

3) Com quantos anos começou a trabalhar e quais empregos teve antes de vir para o Brasil?

4) Você considera que foi difícil encontrar emprego no Brasil?

5) Atualmente você faz o que no Brasil?

5-) Como conseguiu arrumar emprego no Brasil?

6) Quais foram as maiores dificuldades que encontrou ao chegar no Brasil?

7) Antes do emprego atual trabalhou em outro aqui no Brasil?

- 8) Houve dificuldade para a obtenção do visto e da autorização de trabalho?
- 9) Já teve uma experiência de imigração e trabalho em outro país?
- 10) Executa atividade ligada à formação profissional recebida no país de origem? Considera que houve rebaixamento ou aumento de renda em relação à atividade que exercia no país de origem?
- 11) Considera a condição de imigrante um fator desfavorável/favorável para inserção no mercado de trabalho brasileiro?
- 12) Encontrou situações desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho brasileiro? Caso sim, qual o motivo da aceitação de condições de trabalho e remuneração desvantajosas no Brasil?
- 13) Descreva um dia de seu trabalho, desde a hora da chegada, as primeiras funções a serem desempenhadas, horário de almoço, tempo de pausa, até o horário de saída.
- 14) Quantas horas trabalha por dia?
- 15) Qual é a forma de contrato?
- 16) Teve necessidade da certificação profissional para exercer a atividade laboral? Como foi o processo de reconhecimento da qualificação profissional?
- 17) Qual a influência do fator trabalho na decisão do tempo de permanência no Brasil?
- 18) O salário permite uma condição satisfatória de vida no Brasil?
- 19) Qual é a percepção da própria atividade laboral, você gosta do seu trabalho?
- 20) Há exigência de aprimoramento da presente qualificação profissional para continuar atuando no mercado de trabalho brasileiro?
- 21) O processo imigratório até o momento te deu uma melhoria na sua qualidade de vida?
- 22) Como avalia a relação salário/custo de vida no Brasil?
- 23) As condições desejadas de salário e nível de vida foram alcançadas?
- 24) Como é a relação com os trabalhadores brasileiros?
- 25) Acredita que trabalhar no Brasil é muito diferente de trabalhar no seu país? Por quê?
- 26) Como é sua rotina quando não está trabalhando?

27) Você manda dinheiro para o seu país?

28) Você junta dinheiro pensando em retornar para o seu país?

29) Você pensa em retornar para o seu país?

## **Anexo 2: Questionário online**

You (Mr/ Mrs.) are being invited to participate, as a volunteer, in this survey research entitled "The Insertion and Professional Trajectory of Foreign Workers in the Brazilian Labour Market". My name is Lilian Silva do Amaral Suzuki, I am the leading researcher and my field of expertise is Sociology. The aim of this study is to find out, in sociological terms, how the foreign workers are incorporated to the Brazilian job market, as well as their professional trajectory. It is intended to analyse the issues related to the configuration and reconfiguration of migratory flow to Brazil, additionally, the dynamics between international immigration and the formal job market.

If you agree to participate, feel free to get in touch with me. My email address is liliansas@gmail.com and my phone numbers are (62) XXXXXXX, (62) XXXXXXX.

If you wish, you can fill in the questionnaire either in Portuguese or Spanish.

- 1) Where are you from?
- 2) How old are you?
- 3) What is your marital status?
- 4) What is your educational level?
- 5) What is your sex? Or (What is your gender?)
- 6) Where did you live before coming to Brazil?
- 7) What did you do for living in your country?
- 8) How long have you been living in Brazil?
- 9) Which type is of your visa?
- 10) Did you come to Brazil alone or with others?
- 11) If you were accompanied, who were you with?
- 12) Do you live with any family member? If you do, who do you live with?
- 13) Where do live in Brazil?
- 14) Why did you come to Brazil?

- 15) How old were you when you started working in your country? What jobs did you have?
- 16) How difficult was it to get a job in Brazil?
- 17) What is your job in Brazil? (Tell us about where you have been working, e.g. I'm a waiter in a bar)
- 18) How did you get this job?
- 19) Before getting your job, have you had any other in Brazil? (In case you have, tell us about the company and what you did there)
- 20) What was the main problem faced by you when you came to Brazil?
- 21) Were there any problems in order to obtain your visa? (If you had, you can mention them)
- 22) Have you ever lived or worked abroad before coming to Brazil?
- 23) If you lived or worked abroad, you can report where you lived in and the jobs you got.
- 24) Is your job related to your training area?
- 25) Comparing your wage in Brazil to the one you had in your country, has it increased or decreased?
- 26) How is being an immigrant in Brazilian labour market? Are there advantages or disadvantages of being foreign?
- 27) Do you believe that social connections play an important role in getting a job in Brazil?
- 28) How many hours do you work a day?
- 29) Did you have to show your diploma in order to get your job?
- 30) Did you have any problems concerning the validation of your documents, such as a diploma and certificates?
- 31) Is your salary enough to maintain a good quality of life in Brazil?
- 32) What do you think about your job? Do you like it?
- 33) Do you reckon that the immigration, so far, has given to you a better quality of life?
- 34) Which is easier in your point of view: getting a job in Brazil or in your country?
- 35) Is the cost of living in Brazil lower or higher than in your country?

- 36) How is your relationship with your work colleagues?
- 37) How different is working in Brazil from in your country? Why?
- 38) What were the adaptation problems that you had when you got here?
- 39) Do you send money to anyone in your country?
- 40) Would you rather go back to your country or stay in Brazil?

### Anexo 3: Publicação no Diário Oficial da União de autorização de trabalho para trabalhador estrangeiro

Diários Oficiais / Diário Oficial da União / 19 Jan 2017 / Seção 1 / Página 55

## Página 55 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 19 de Janeiro de 2017



Publicado por Diário Oficial da União

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039011052201611 Empresa: CELINA GUIMARAES EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGIO SANCHEZ ROMERO Passaporte: PAA446258.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - Prorrogação - PEDIDO GERAL -

APLICÁVEL SOMENTE às RN nº 01, 69, 71, 79, 81 e 121. - Prorrogação:

Processo: 47041004566201663 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Estrangeiro: STEPHEN ANTHONY BOCSKAY RNE: V627207B Prazo: 12 Mês (es); Processo: 47038028018201688 Requerente: CLUBE ANDRAUS BRASIL LTDA - EPP Estrangeiro: SUNGSOO PARK Prazo: 24 Mês (es).

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038028207201651 Requerente: Petróleo Brasileiro S.A. -

Petrobras Estrangeiro: Danny David Tumlos RNE: n/a Prazo: até

24/11/2017; Processo: 47038028423201604 Requerente: OPERAÇÕES MARÍTIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Estrangeiro:

Willem Schalk Jacobus Jansen Van Rensburg RNE: V571739M Prazo: até 13/01/2019; Processo:

47038028487201605 Requerente: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Estrangeiro: Valerii Zamota RNE: V565720-T Prazo: até 07/01/2018;

Processo: 47038028489201696 Requerente: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Estrangeiro: Sergiy Dontsu RNE: V679021-M Prazo: até

01/07/2018; Processo: 47038028490201611 Requerente: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Estrangeiro: Alauddin RNE: G268443-7 Prazo: até

01/07/2018; Processo: 47038028492201618 Requerente: Petróleo Brasileiro

**ANEXO 4:****QUADRO 2. O PERFIL DO(A)S INFORMANTES DOS QUESTIONÁRIOS<sup>60</sup>:**

Questionário	Sexo	Idade	Estado Civil	Número de filho(a)s	Escolaridade	Última ocupação antes de chegar ao Brasil	Ocupação Atual no Brasil	Tempo de estadia no Brasil	País de Origem	Cidade de Residência no Brasil
01	Feminino	32 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo - Mestrado	Coordenadora numa ONG	Professora em Escola Particular	07 anos	Estados Unidos	São Paulo (SP)
02	Masculino	33 anos	Solteiro	-	Ensino Superior Completo	Jornalista	Consultor em banco privado	05 anos	Inglatera	São Paulo (SP)
03	Masculino	39 anos	Casado	01	Ensino Superior Completo	Arquiteto	Arquiteto	08 anos	França	São Paulo (SP)
04	Masculino	35 anos	Casado	-	Ensino Superior Completo	Administrador de escola pública	Designer Gráfico em empresa multinacional	01 ano	Canadá	Campinas (SP)
05	Feminino	37 anos	Divorciada	01	Ensino Superior Completo - Doutorado	Estudante de Graduação	Professora Universitária	15 anos	Peru	Rio Branco (AC)
06	Feminino	30 anos	Casada	01	Ensino Superior Completo	Gerente de Projetos em Empresa multinacional	Gerente de Projetos em Empresa multinacional	01 ano	Peru	São Paulo (SP)

<sup>60</sup> A ordem que os questionários estão sendo apresentados no quadro acima, segue a ordem em que os mesmos chegaram após serem preenchidos pelo(a)s informantes.

Questionário	Sexo	Idade	Estado Civil	Número de filho(a)s	Escolaridade	Última ocupação antes de chegar ao Brasil	Ocupação Atual no Brasil	Tempo de estadia no Brasil	País de Origem	Cidade de Residência no Brasil
07	Feminino	32 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo	Especialista e auditora em empresa multinacional	Controladora financeira em empresa multinacional	01 ano	Rússia	Caçador (SC)
08	Masculino	60 anos	Casado	03	Ensino Superior Completo	Gerente de empresa multinacional	Diretor Geral em empresa multinacional	10 anos	Estados Unidos	Fraiburgo (SC)
09	Masculino	46 anos	Casado	01	Ensino Superior Completo	Engenheiro	Gerenciador de vendas em empresa multinacional	01 ano	Finlândia	Curitiba (PR)
10	Feminino	30 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo - Mestrado	Engenheira Civil em empresa multinacional	Engenheira Civil em empresa multinacional	02 anos	Hungria	São Paulo (SP)
11	Masculino	57 anos	Casado	02	Ensino Superior Completo - Mestrado	Engenheiro Civil	Diretor Técnico da empresa de consultoria em projetos de transportes	06 anos	Portugal	São Paulo (SP)
12	Feminino	37 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo	Coordenadora de empresa multinacional	Gerente em empresa multinacional	03 anos	Holanda	Holambra (SC)
13	Masculino	35 anos	Solteiro	-	Ensino Superior Completo	Professor de idiomas	Professor de idiomas	04 meses	Espanha	Florianópolis (SC)

<b>Questionário</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Número de filho(a)s</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Última ocupação antes de chegar ao Brasil</b>	<b>Ocupação Atual no Brasil</b>	<b>Tempo de estadia no Brasil</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Cidade de Residência no Brasil</b>
14	Feminino	27 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo - Mestrado	Professor de idiomas	Professor de idiomas	01 ano	França	Belo Horizonte (MG)
15	Masculino	30 anos	Solteiro	-	Ensino Superior Completo - Doutorado	Gerente de Engenharia em empresa de exploração de Petróleo	Diretor de Engenharia em empresa de exploração de Petróleo	3 anos	França	Rio de Janeiro (RJ)

**ANEXO 5:****QUADRO 3. O PERFIL DO(A)S INFORMANTES DAS ENTREVISTAS:**

Nome <sup>61</sup>	Idade	Estado Civil	Número de filho(a)s	Escolaridade	Última ocupação antes de chegar ao Brasil	Ocupação Atual no Brasil	Tempo de estadia no Brasil	País de Origem	Cidade de Residência no Brasil
Lisa	29 anos	Casada	-	Ensino Médio Completo	Garçonete	Caixa em Loja de Roupas	3 anos	Argentina	São Paulo (SP)
Alicia	61 anos	Solteira	01	Ensino Médio Completo - Doutorado	Telefonista	Professora Universitária	36 anos	Canadá	Goiânia (GO)
Alex	42 anos	Casado	02	Ensino Médio Completo Doutorado	Professor	Professor Universitário	20 anos	Espanha	Goiânia (GO)
Bernardo	47 anos	Casado	02	Superior Completo	Desenvolvedor de Websites	Diretor de Marketing de Empresa Multinacional	8 anos	Estados Unidos	Goiânia (GO)
Lucas	39 anos	Casado	02	Superior Completo	Engenheiro Civil	Diretor Administrativo em Empresa Multinacional	2 anos	Estados Unidos	Goiânia (GO)

<sup>61</sup> Afim de preservar a identidade dos informantes todos os nomes utilizados são fictícios.

Nome	Idade	Estado Civil	Número de filho(a)s	Escolaridade	Última ocupação antes de chegar ao Brasil	Ocupação Atual no Brasil	Tempo de estadia no Brasil	País de Origem	Cidade de Residência no Brasil
Anne	30 anos	Solteira	-	Ensino Superior Completo - Mestrado	Pesquisadora em ONG	Coordenadora de Produtos	5 anos	França	São Paulo (SP)
Ítalo	38 anos	Casado	01	Ensino Fundamental	Chefe de Pedreiro	Carregador – Carga e Descarga de alimentos	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Jim	41 anos	Casado	01	Ensino Fundamental	Dono de Supermercado	Auxiliar nos serviços de alimentação	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Joseph	24 anos	Solteiro	-	Ensino Fundamental	Agricultor familiar	Carregador – Carga e Descarga de alimentos	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Marco	29 anos	Solteiro	-	Ensino Médio Incompleto	Agricultor familiar	Estoquista	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Vicent	41 anos	Casado	02	Ensino Médio Incompleto	Pintor	Carregador – Carga e Descarga de alimentos	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Patrick	40 anos	Solteiro	01	Ensino Médio Incompleto	Agricultor familiar	Carregador – Carga e Descarga de alimentos	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)
Robert	31 anos	Solteiro	-	Ensino Fundamental	Agricultor familiar	Carregador – Carga e Descarga de alimentos	3 anos	Haiti	Goiânia (GO)

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Número de filho(a)s</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Última ocupação antes de chegar ao Brasil</b>	<b>Ocupação Atual no Brasil</b>	<b>Tempo de estadia no Brasil</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Cidade de Residência no Brasil</b>
Oliver	32 anos	Casado	01	Ensino Superior Incompleto	Professor de Literatura	Auxiliar de Produção	4 anos	Haiti	Aparecida de Goiânia (GO)
Martin	30 anos	Solteiro	01	Ensino Superior Incompleto	Professor de Francês	Auxiliar de Produção	1 ano	Haiti	Aparecida de Goiânia (GO)
Deborah	25 anos	Casada	-	Ensino Médio Completo	Recepcionista em Eventos	Professora de Inglês em Escola de Idiomas	5 anos	Inglaterra	Goiânia (GO)
Camile	30 anos	Casada	-	Ensino Superior Completo	Professora de Inglês em Escola	Professora de Inglês em Escola de Idiomas	3 anos	Irã	Goiânia (GO)
Giulianna	28 anos	Casada	-	Ensino Superior Completo	Professora em Escola Infantil	Coordenadora de Escola Infantil	6 anos	Irlanda	Goiânia (GO)
Emma	62 anos	Casada	-	Ensino Superior Incompleto	Secretária em Escritório de Contabilidade	Coordenadora de Escola de Idiomas	30 anos	Japão	Goiânia (GO)
Marina	37 anos	Casada	02	Ensino Superior Incompleto	Professora de Artes	Professora de Japonês em Escola de Idiomas	5 anos	Japão	Goiânia (GO)
Mateus	59 anos	Casado	02	Ensino Superior Completo	Gerente de Recursos Humanos	Técnico em Logística	10 anos	México	São Paulo (SP)
Alexandre	45 anos	Casado	02	Ensino Superior Completo	Dono de pequeno comércio	Vendedor	6 anos	Peru	Goiânia (GO)

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Número de filho(a)s</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Última ocupação antes de chegar ao Brasil</b>	<b>Ocupação Atual no Brasil</b>	<b>Tempo de estadia no Brasil</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Cidade de Residência no Brasil</b>
Daniel	43 anos	Casado	03	Ensino Superior Completo	Engenheiro Mecânico	Cozinheiro	4 anos	Síria	São Paulo (SP)
Gael	29 anos	Solteiro	-	Ensino Superior Completo	Estudante	Garçom	3 anos	Uruguai	São Paulo (SP)
Hannah	35 anos	Casada	-	Ensino Superior Completo	Auxiliar de Departamento de Recursos Humanos em Empresa Multinacional	Gerente de Recursos Humanos em Empresa Multinacional	5 anos	Venezuela	Barro Alto (GO)